Revista Linguí∫tica

Volume 21, número 3, set./dez. de 2025

Organizadores da edição:

Gean Nunes Damulakis (UFRJ),
Maxwell Gomes Miranda (UFMT),
Wellington Pedrosa Quintino (UNEMAT)

Pesquisas sobre línguas e culturas Macro-Jê

Este número reúne artigos derivados das apresentações no âmbito do X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em maio de 2025. O evento é dedicado exclusivamente ao Macro-Jê e tem por objetivo promover o intercâmbio entre pesquisadores (pós-graduandos, linguistas, antropólogos, educadores, historiadores etc.) dedicados às línguas e aos povos desse tronco linguístico. Os artigos aqui reunidos refletem a diversidade de temas demandados pela realidade indígena no cenário brasileiro, especialmente entre os povos Macro-Jê, abrangendo assuntos relacionados à educação, à etnografia, à história e aos estudos linguísticos (alcançando a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica), sob diferentes correntes teóricas.

ISSN: 2238-975X

UFRJ

Comissão Editorial

Editor-chefe

Ana Regina Vaz Calindro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores

Aniela Improta França, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Isabella Lopes Pederneira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marcus Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marije Soto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil
Aleria Lage, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Honorários

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Fundador

Lilian Ferrari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Anthony Naro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Fernanda Ferreira Spoladore, Michigan State University, EUA
Gabriela Matos, Universidade de Lisboa, Portugal
Kees Hegenveld, Universidade de Amsterdam, Holanda
Leticia Sicuro Correa, Departamento de Letras - PUC/RJ
Leo Wetzels, Universidade Livre de Amsterdam, Holanda
Luiz Amaral, University of Massachusetts, USA
Maria Armanda Costa, Universidade de Lisboa, Portugal
Maria Cecília Mollica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Almeida, Concordia University, Canada
Ruth Lopes - Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Organização da Edição

Gean Nunes Damulakis (UFRJ)
Maxwell Gomes Miranda (UFMT)
Wellington Pedrosa Quintino (UNEMAT)

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras da UFRJ
Av. Horácio de Macedo, 2151 - Sala F. 321. Ilha do Fundão Cidade Universitária
CEP 21941-917 - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: ppglinguistica@letras.ufrj.br

Editor Operacional e Editoração Eletrônica

Patricia Mabel Kelly Ramos, pattydesign/Brasil

Revista Linguí∫tica

Rio de Janeiro | volume 21 | número 3 | set. - dez. de 2025

Pesquisas sobre línguas e culturas Macro-Jê | *Research on Macro-Jê languages and cultures*

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sumário

Apresentação

6 **Macro-Jê: das origens à atualidade**
Gean Nunes Damulakis, Maxwell Gomes Miranda e Wellington Pedrosa Quintino

Artigos

11 **Entre língua, cultura e tecnologia: o desenvolvimento participativo do Dicionário Digital Krikati-Português**
Neliane Raquel Macedo Aquino, Gilvânia Elen Costa Frazão, Valéria Costa Almeida, Varley Santos de Sá, Edigar de Almeida Carvalho e Ian Silva dos Santos

29 **Tecendo saberes: as primeiras experiências com a gramaticoteca Karajá**
Eloísa Pilati, Leandro Lariwana e Marcus Maia

44 **Hipercorreção e frequência de uso: um pequeno estudo de caso da língua Akwẽ-Xerente**
Mário André Coelho da Silva

61 **"A Voz Mẽbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico**
Eduarda Santos Castro Lima, Marinei Alves Pereira, Camille Damásio Santos de Souza, Dilcilene da Silva Menezes, Betire Kayapo e Ana Paula Quadros Gomes

90 **Diálogo, em botocudo: preâmbulo de um massacre**
Wilmar da Rocha D'Angelis

114 **Estranho no ninho: uma etnóloga imagina um futuro instigante para as pesquisas sobre as línguas Macro-jê**
Vanessa Rosemary Lea

128 **As adposições nas línguas Macro-jê**
Andrey Nikulin

154 **Identificando (in)definitude em Mebêngôkre (Kayapó)**
Ana Paula Quadros Gomes, Clédson Mendonça Junior, Guilherme Augusto Duarte Borges e Thais Gabriela Ramos Figueredo

167 **Construções locativas em Kajkwakhrattxi-Tapayuna**
Diogo Issaburo Evangelista Koga

193 **O acionamento do Caso ergativo em Krahô e em Yawanawá: uma abordagem comparativa**
Fábio Bonfim Duarte, Mônica Resende de Souza e Amanda Milza Miranda Silva

219 **Classes acionais (de Vendler) em Mebêngôkre/Kayapó**
Clédson Mendonça Junior

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a74896

Macro-Jê: das origens à atualidade

Macro-Jê: from its origins to the present day

Gean Nunes Damulakis [1]

Maxwell Gomes Miranda [2]

Wellington Pedrosa Quintino[3]

Este número reúne artigos derivados das apresentações no X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em maio de 2025. A primeira edição do Macro-Jê, idealizada por Ludoviko dos Santos, aconteceu em 2001, na Universidade Estadual de Londrina. Nesse intervalo, o Macro-Jê, como evento itinerante e nacional, aconteceu em diversas instituições do Brasil: Universidade Estadual de Campinas (2002), Universidade de Brasília (2003, 2010), Universidade Federal de Pernambuco (2005), Universidade de São Paulo (2007), Universidade Federal do Goiás (2008), Universidade Estadual de Londrina (2016) e Universidade Federal de Mato Grosso – Barra do Garças (2018). O lapso temporal acentuado entre o nono (2018) e o décimo (2025) ocorreu, em grande medida, em decorrência do período pandêmico (2020-2022) e seus efeitos nos anos subsequentes.

Esse evento, dedicado exclusivamente ao Macro-Jê, tem por objetivo promover o intercâmbio entre pesquisadores (pós-graduandos, linguistas, antropólogos, educadores, historiadores etc.) dedicados às línguas e aos povos desse tronco linguístico. O termo Macro-Jê nasce como uma hipótese dentro dos estudos linguísticos, mais particularmente dentro dos estudos histórico-comparativos de línguas indígenas brasileiras. O proponente desse termo foi Aryon Dall'Igna Rodrigues (1986), que originalmente concebeu o Macro-Jê como uma "hipótese em andamento" constituindo um agrupamento de doze famílias linguísticas – Bóroro, Jê, Guató, Karajá, Karirí, Kamakã, Krenák, Maxakalí, Ofayé, Purí, Rikbáktsa, Yathê.

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), damulakis@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0000-0002-3784-9185.

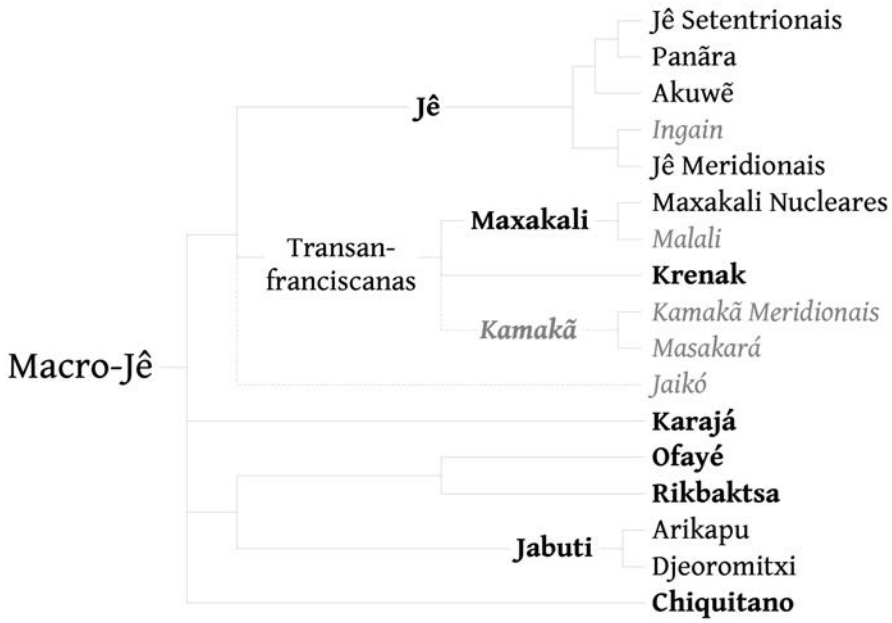
[2] Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), maxwell.miranda@ufmt.br, https://orcid.org/0000-0001-7752-7423.

[3] Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) wellington.quintino@unemat.br, https://orcid.org/0000-0003-0611-5530.

Os estudos linguísticos, sobretudo aqueles de natureza histórico-comparativa, têm-nos conduzido ao fortalecimento dessa hipótese em torno de uma unidade genética "Macro-Jê", na medida que têm sido descobertas novas evidências que corroboram tal hipótese, bem como redimensionam hipóteses alternativas para inclusão e/ou exclusão de famílias linguísticas. Nesse cenário de constituição interna do Macro-Jê, é imperioso citar a obra de Nikulin (2020), que propôs uma significativa reestruturação da constituição interna desse agrupamento.

Para esse autor, por exemplo, Puri, Yathê e Guató não fazem parte desse grupo, significando que as línguas desses povos não têm relação genealógica com as demais línguas consideradas Macro-Jê. Por outro lado, Jabuti e Jaikó são consideradas integrantes do tronco. O pertencimento da família Jaboti ao Macro-Jê já havia sido afirmado por Nimuendaju (1935) e consolidado por Ribeiro e Voort (2010). Quanto à segunda família, Nikulin (2020) se distancia "das classificações mais tradicionais ao não tratar o Jaikó como um membro da família Jê e sim como uma família à parte" dentro do Macro-Jê. Abaixo, vemos a proposta do autor.

Figura 1: Cladograma do Macro-Jê (Nikulin, 2020)



Fonte: Nikulin (2020, p. 178)

Este número da Revista Linguística reúne 11 artigos, que refletem a diversidade de temas demandados pela realidade indígena no cenário brasileiro, especialmente entre os povos Macro-Jê. Os artigos abrangem assuntos relacionados à educação, à etnografia, à história e aos estudos linguísticos (alcançando a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica), sob diferentes correntes teóricas. Os trabalhos abarcam várias línguas, como por exemplo, Mẽbêngôkre, Krenak, Karajá, Krikati, Akwẽ-Xerente e Kajkwakhrattxi-Tapayuna. Abaixo, apresentamos os artigos.

Começamos o número com o artigo "Entre língua, cultura e tecnologia: o desenvolvimento participativo do Dicionário Digital Krikati-Português", de autoria de Neliane Raquel Macedo Aquino (IFMA), Gilvânia Elen Costa Frazão (IFMA), Valéria Costa Almeida (IFMA), Varley Santos de Sá (IFMA), Edigar de Almeida Carvalho (IFMA), Ian Silva dos Santos (IFMA), que apresentam resultados de uma etapa inicial de elaboração de aplicativo bilíngue digital Krikati-Português. Os autores ressaltam a participação da comunidade na construção do produto, que poderá ter recursos adicionados futuramente e ampliar seu potencial para uso pedagógico nas escolas da aldeia desse povo.

"Tecendo saberes: as primeiras experiências com a gramaticoteca Karajá", artigo de autoria de Eloísa Pilati (UnB), Leandro Lariwana (SEDUC-TO) e Marcus Maia (UFRJ), descreve a aplicação da metodologia da Aprendizagem Linguística Ativa (ALA) em uma escola Karajá, em aldeia localizada na Ilha do Bananal (TO). Nesse contexto, os autores relatam o desenvolvimento de materiais didáticos e práticas pedagógicas voltadas para o ensino da língua Karajá. Sendo um dos autores indígena e diretor da escola indígena, a pesquisa utilizou uma abordagem participativa. Para os autores, os resultados iniciais foram considerados positivos e promissores e podem ajudar no empoderamento linguístico e cultural do povo.

Em "Hipercorreção e frequência de uso: um pequeno estudo de caso da língua Akwẽ-Xerente", Mário André Coelho da Silva (UFG) trata de um fenômeno de inserção de tepe em onset já complexo, complexificando ainda mais a estrutura silábica de algumas palavras. O autor conduz sua análise a partir da Teoria dos Exemplares e defende que se trate de hipercorreção, uma tentativa de os falantes mais jovens aproximarem sua fala à dos anciãos, que apresenta maior prestígio na comunidade. Defende também que modelos teóricos que assumem aspectos externos à língua, "no sentido saussuriano do termo, como é o caso das investigações da Teoria de Exemplares e da Sociolinguística, em que o uso e a avaliação das formas linguísticas têm um papel indispensável na explicação de fenômenos linguísticos".

O artigo '"A Voz Mẽbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico', de autoria de Eduarda Santos Castro Lima (UFRJ), Marinei Alves Pereira (SEMED/S. Félix do Xingu/PA), Camille Damásio Santos de Souza (UFRJ), Dilcilene da Silva Menezes (SEMED/S. Félix do Xingu/PA), Betire Kayapo (Escola Indígena Capitão Bepnox/PA), Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ), descreve iniciativas como "Mẽ kunĩ umari – A Voz Mẽbêngôkre" e "Ponte Digital", projetos de extensão universitária que se alicerçam na participação ativa dos indígenas envolvidos e que tem o intuito de "fortalecer o uso do idioma, promover sua inserção em novos domínios como o digital e o educacional intercultural e empoderar seus falantes para que sejam os protagonistas de sua própria política linguística".

No artigo "Diálogo, em Botocudo: preâmbulo de um massacre", Wilmar da Rocha D'Angelis (UNICAMP) traduz e analisa, histórica e linguisticamente, um diálogo entre um mestiço - que liderava um grupo armado - e o cacique de um grupo Pojitxá (da família Botocudo), evento que culmina com o massacre deste último no local. Tal diálogo foi registrado pelo alemão (Friedrich Albert Gustav)

Bruno Rudolph, em sua obra *Wörterbuch der Botokudensprache*, publicada em 1909. O autor do artigo defende a hipótese de que esta seja "a primeira publicação de registro de uma língua indígena no Brasil, baseada em uma gravação".

Por sua vez, o artigo "Estranho no ninho: uma etnóloga imagina um futuro instigante para as pesquisas sobre as línguas Macro-Jê", a antropóloga Vanessa Lea (USP) traça um conjunto de diálogos interdisciplinares entre a etnologia e a linguística, mais especificamente em relação à semântica e à tradução, buscando também descrever as (possíveis) contribuições interdisciplinares da arqueologia, da genética e da inteligência artificial para os estudos de línguas Macro-Jê.

Em "As adposições nas línguas Macro-Jê", Andrey Nikulin (UFG) "apresenta um panorama das propriedades morfológicas e morfossintáticas das adposições nas línguas Macro-Jê", envolvendo diversas línguas deste tronco. A partir de sua análise, autor ressalva que, tipologicamente, as línguas Macro-Jê se comportam conforme previsto na literatura: "posposições nas línguas de núcleo final (todas as línguas Macro-Jê exceto Chiquitano), preposições nas línguas de núcleo inicial (Chiquitano)".

Tratando de um tema ainda pouco explorado nas línguas indígenas, "Identificando (in) definitude em Mebêngôkre (Kayapó)", de Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ), Clédson Mendonça Junior (Unifesspa), Guilherme Augusto Duarte Borges (UFRJ) e Thais Gabriela Ramos Figueredo (UFRJ), exploram, pelo viés da semântica formal, o sistema nominal do Mebêngôkre (Kayapó). Os pesquisadores afirmam que esperam descrever outros aspectos da indefinitude dessa língua em breve, afirmando, neste trabalho, que "a língua Mebêngokrê não conta com expressões nominais definidas (como artigos definidos), mas conta com quantificadores universais, demonstrativos bem comportados e diversos indefinidos especializados".

"Construções locativas em Kajkwakhrattxi-Tapayuna", de Diogo Issaburo Evangelista Koga (UnB), trata das estratégias utilizadas nessa língua para a expressão dessas construções. O autor defende que as diferentes estratégias são determinadas pela animacidade dos participantes e por parâmetros pragmáticos. O autor também afirma que a análise "também permitiu a identificação de um sistema de múltiplas Construções Locativas Básicas nessa língua".

Em "O acionamento do Caso ergativo em Krahô e em Yawanawá: uma abordagem comparativa", os autores Fábio Bonfim Duarte (UFMG), Mônica Resende de Souza (UFMG) e Amanda Milza Miranda Silva (UFMG) comparam os sistemas de marcação da ergatividade em duas línguas de famílias distintas: Krahô (Jê) e Yawanawá (Pano). Uma das conclusões a que chegam os autores é de que a língua Krahô opera com um sistema de ergatividade cindida em dois subsistemas de marcação de caso, ao passo que o Yawanawá apresenta um sistema de caso estendido, "o qual é regulado pela presença ou ausência dos traços semânticos [+participantes] e [+/- falante]".

Encerrando nosso número, temos o artigo "Classes acionais (de Vendler) em Mebêngôkre/ Kayapó", de Clédson Mendonça Junior (Unifesspa). O autor, utilizando preceitos e metodologia da Semântica Formal, investiga se a língua Mebêngôkre "marca gramaticalmente ou não as distinções aspectuais entre as classes acionais", na taxonomia de Vendler. Conclui que a língua distingue

gramaticalmente as quatro classes acionais. O autor também apresenta uma sequência didática, o que pode auxiliar o trabalho de professores que queiram trabalhar em sala de aula com o tema entre os Mebêngôkre.

Esperamos que os leitores apreciem os artigos deste número da Revista Linguística. Esperamos também que esses trabalhos despertem o interesse pelos estudos sobre línguas indígenas. E que ensejem debates dos quais resultem ações concretas para a preservação das línguas indígenas, as culturas que as abrigam e terras que as alimentam.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69713

Entre língua, cultura e tecnologia: o desenvolvimento participativo do Dicionário Digital Krikati-Português

Between language, culture, and technology: participatory development of the Krikati–Portuguese Digital Dictionary

29-43Neliane Raquel Macedo Aquino[1]

Gilvânia Elen Costa Frazão[2]

Valéria Costa Almeida[3]

Varley Santos de Sá[4]

Edigar de Almeida Carvalho[5]

Ian Silva dos Santos[6]

RESUMO

Este artigo apresenta uma iniciativa tecnológica voltada à preservação da língua indígena Krikati, por meio do desenvolvimento participativo de um dicionário digital Krikati–Português. A proposta é fruto de um acordo de cooperação entre a instituição e a comunidade Krikati, articulando pesquisa, ensino e extensão. A abordagem metodológica combina Design Science Research com princípios do design participativo, respeitando a cultura e os saberes locais. Como resultado, foi desenvolvido um protótipo navegável com base em critérios de usabilidade, acessibilidade e valorização cultural. O trabalho destaca a importância da participação ativa da comunidade e do uso de tecnologias educacionais sensíveis à diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Iniciativa tecnológica. Preservação de língua indígena. Krikati. Dicionário digital.

ABSTRACT

This paper presents a technological initiative aimed at preserving the Krikati indigenous language through the participatory development of a bilingual Krikati–Portuguese digital dictionary. The project is the result of a cooperation agreement between an institution and the Krikati community, combining research, teaching, and extension. The methodological approach integrates Design Science Research and participatory design principles, respecting local culture and knowledge. A navigable prototype was developed based on usability, accessibility, and cultural relevance criteria. The study highlights the role of community involvement and educational technologies in promoting linguistic diversity and digital inclusion.

[1] Instituto Federal do Maranhão (IFMA), nelianemacedo@ifma.edu.br, https://orcid.org/0000-0003-2139-4283.

[2] Instituto Federal do Maranhão (IFMA), gilvania.costa@acad.ifma.edu.br, https://orcid.org/0009-0005-0629-8412.

[3] Instituto Federal do Maranhão (IFMA), valeriacosta49942@gmail.com, https://orcid.org/0009-0008-7507-473X.

[4] Instituto Federal do Maranhão (IFMA), varley.sa@gmail.com, https://orcid.org/0009-0001-1710-6683.

[5] Instituto Federal do Maranhão (IFMA), edigar.c@acad.ifma.edu.br, https://orcid.org/0009-0007-1313-2933.

[6] Instituto Federal do Maranhão (IFMA), ian.silva@acad.ifma.edu.br, https://orcid.org/0009-0009-4920-4155.

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 26/04/2026

KEYWORDS: Technological initiative. Indigenous language preservation. Krikati language. Digital dictionary.

1. Introdução

A diversidade linguística dos povos indígenas brasileiros representa um patrimônio cultural inestimável, cuja preservação é fundamental para a manutenção de saberes ancestrais, modos de vida e identidades coletivas (Vicelli *et al*., 2019). Estima-se que, atualmente, mais de 60% das línguas indígenas brasileiras estejam em risco de extinção (Eberhard *et al*., 2025), uma vez que essa diversidade tem sido ameaçada por séculos de apagamento sistemático, impulsionado por processos de colonização, imposição da língua portuguesa, ausência de políticas públicas eficazes e marginalização dos povos originários nos sistemas formais de ensino (Junior, 2023). Esse contexto infelizmente repercute-se no mundo inteiro, conforme aponta Bradley (2014) ao estimar, por meio de dados, que metade das línguas do mundo poderá desaparecer até o final deste século, e casos como o do irlandês, citado em sua pesquisa, mostram que nem mesmo políticas estatais favoráveis garantem por si só a reversão do processo de perda linguística.

Neste contexto, emergem propostas de uso da tecnologia como aliada na valorização e na preservação das línguas indígenas. Isso porque vivemos um cenário em que a interação humana promovida pela linguagem com uso de tecnologias gera novos espaços de produção e investigação (Miranda, 2013; Amorim, 2017). Aplicativos, dicionários digitais e plataformas de ensino multilíngue têm sido desenvolvidos para atuar como ferramentas de documentação, aprendizagem e promoção do uso das línguas originárias (Vilhalva, 2024). Embora relevantes, muitas dessas soluções são desenvolvidas de forma generalista, sem considerar a especificidade cultural, linguística e pedagógica de cada povo, o que pode comprometer sua aceitação e eficácia. A comunidade indígena Krikati, localizada no sudoeste do Maranhão, é um exemplo de resistência cultural frente ao processo de erosão linguística. Com cerca de 1.667 habitantes distribuídos por seis aldeias, os Krikati mantêm práticas culturais e o uso cotidiano da língua materna (Dutra; Machado, 2020). Contudo, relatos internos evidenciam uma ruptura na transmissão intergeracional do idioma, especialmente entre os jovens (Krikati, 2013). A dificuldade de acesso a recursos educacionais bilíngues e a predominância do português nas instituições escolares agravam essa situação.

Diante disso, o presente trabalho apresenta os resultados da primeira etapa de uma pesquisa em andamento que propõe o desenvolvimento participativo de um protótipo de aplicativo educacional bilíngue Krikati–Português, voltado à preservação da língua Krikati e ao apoio à aprendizagem do português como língua adicional. O projeto é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a instituição e a comunidade Krikati, que estabelece ações colaborativas de ensino, pesquisa e extensão, com base nas demandas reais da comunidade. O projeto foi aprovado como proposta de inovação pela instituição (2024-2025), e o protótipo foi finalizado, configurando a primeira etapa. Recentemente, o projeto foi aprovado para mais um ano de execução (2025-2026), o qual visa a melhoria do aplicativo e a inserção de novos serviços a partir das necessidades da comunidade.

A pesquisa adota a abordagem *Design Science Research* (DSR), aliada a princípios do design participativo, promovendo a escuta ativa, a coautoria e a validação do artefato nas etapas de desenvolvimento. Até o momento, foram realizados encontros presenciais e remotos com lideranças e educadores indígenas, mapeamento das necessidades linguísticas, definição colaborativa de categorias lexicais e desenvolvimento de um protótipo navegável com base em princípios de usabilidade e acessibilidade. Os resultados apresentados dizem respeito ao processo de escuta, construção e validação inicial do protótipo, e visam contribuir com o debate sobre o papel da computação no fortalecimento da diversidade cultural, da inclusão digital e do protagonismo das comunidades tradicionais no uso das tecnologias.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta os fundamentos teóricos. A seção 3 descreve a metodologia adotada na pesquisa. A seção 4 expõe a descrição dos resultados e os desafios enfrentados. A seção 5 apresenta as análises e discussões e, por fim, a Seção 6 apresenta as considerações finais e os próximos passos da pesquisa.

2. Fundamentação teórica

A preservação das línguas indígenas no Brasil tem se tornado um tema de crescente relevância diante da ameaça de desaparecimento de grande parte dessas línguas. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2025), há cerca de 278 povos indígenas no país, com centenas de línguas distintas, muitas das quais em risco iminente de extinção. Todavia, D'Angelis (2019) apresenta um dado divergente, indicando que atualmente essas línguas podem chegar a 100. Esses dados demonstram como as línguas indígenas foram por muito tempo desvalorizadas e estiveram fora do foco da política de preservação. Historicamente, é sabido que, ao longo do tempo, as comunidades foram perdendo espaço no processo de colonização, o que resultou no apagamento cultural e na perda de línguas. Assim, vistos por não-indígenas como "estorvo ao desenvolvimento", a cultura e a língua de muitas comunidades entraram em risco de extinção devido à ausência de suporte e de reconhecimento de sua relevância pela população brasileira, pois não se levava em consideração a cultura indígena e seu sistema próprio (Munduruku, 2012, p. 45).

É relevante também enfatizar que cada língua indígena carrega consigo uma cosmovisão única, práticas pedagógicas próprias, categorias de pensamento e formas específicas de relacionamento com o mundo natural (Junior, 2023). O desaparecimento dessas línguas implica não apenas na perda de meios de comunicação, mas também na extinção de formas únicas de interpretar o mundo, de preservar saberes ancestrais e de manter vivas as tradições culturais.

Dentro dessa realidade se encontra a comunidade Krikati, que está situada no sudoeste do Maranhão e enfrenta alguns desafios para preservação de sua língua e cultura. A transmissão de elementos culturais e linguísticos de maneira intergeracional tem sido comprometida, por exemplo, pela influência da Língua Portuguesa e a escassez de materiais escritos em Krikati. Ademais, é importante ressaltar que, como a Língua Portuguesa é língua adicional para a comunidade, sendo

aprendida somente posteriormente, após a língua materna, por vezes é considerada difícil a passagem de uma língua para outra. Tudo isso vem refletindo a necessidade de estratégias inovadoras para a manutenção e fortalecimento de sua língua e cultura (Krikati, 2013, p. 89).

O povo Krikati é falante de uma língua pertencente à família Jê, tronco linguístico Macro-Jê, no qual se inclui o grupo Timbira; e seu território localiza-se no sudoeste do Maranhão, entre os municípios de Montes Altos e Sítio Novo. Nesse subgrupo, incluem-se os Krahô, Canela e Apinajé pelas semelhanças estruturais e histórico-culturais. De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população Krikati é de 1.667 indivíduos, compondo seis aldeias em seu território: São José, Raiz, Arraia, Jerusalém, Campo Alegre e Recanto dos Cocais (Dutra; Machado, 2020). Essa comunidade mantém diálogo entre suas tradições e tecnologias modernas incorporadas ao seu cotidiano, com dispositivos tecnológicos, demonstrando a fusão entre o respeito às tradições e a adaptação às inovações (Bezerra *et al*., 2021).

É relevante mencionar, ainda, que o Krikati apresenta poucos estudos com descrição sistematizada da sua estrutura. Durante a coleta de informações para este estudo, não foram identificados estudos linguísticos descritivos abrangentes sobre a estrutura da língua. Foram encontrados alguns estudos de variações linguísticas (Almeida; Aquino; Cavalcante, 2025), um livro sobre a alfabetização em língua materna (Dias, 2013) e um estudo sobre liderança e educação (Silva, 2018). Também é importante mencionar que há algumas produções bibliográficas em andamentos sendo realizadas pelo próprio povo Krikati em parceria com profissionais não-indígenas por meio do programa intitulado Saberes Indígenas, o qual pertence ao governo federal. Essa equipe de trabalho produziu o primeiro livro em Krikati intitulado "Me pajapry´ catiji: livro dos nomes krikati" (Krikati *et al*., 2025). Ademais, foram encontrados na comunidade materiais escritos esparsos produzidos por missionários, mas sem seguir parâmetros científicos. Dessa maneira, é possível perceber que ainda há carência de produção de material com a composição da língua que auxilie o povo Krikati a preservar sua língua.

Há estudos descritivos sobre outras línguas do complexo Timbira, como é o caso do Apinajé (Albuquerque, 2011), as quais podem auxiliar na compreensão das características morfossintáticas e fonético-fonológicas do Krikati, contribuindo para a sua compreensão.

Nesse contexto, essa preservação enfrenta desafios consideráveis. A falta de reconhecimento das especificidades linguísticas indígenas no sistema educacional, a escassez de conteúdos digitais ou didáticos na língua, o preconceito linguístico e a desvalorização das línguas indígenas têm levado muitos jovens a se afastarem de sua língua nativa, contribuindo para a erosão linguística. Esses problemas são observados em diversas comunidades, onde a ausência de políticas linguísticas eficazes acelera a substituição das línguas nativas pelo português (IPHAN, 2020). Esse cenário desafia o que está previsto no Art. 231 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que assegura aos povos indígenas o direito de preservar suas línguas e culturas. Porém, a ausência de políticas públicas efetivas para proteger essas línguas demonstra a necessidade de uma maior ação do Estado para garantir a transmissão desses patrimônios culturais para as futuras gerações.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece o direito dos povos indígenas de manter suas línguas e tradições (Brasil, 1988), porém, esse direito ainda não se traduz de forma ampla em ações concretas de políticas linguísticas. Como consequência, a transmissão da língua entre gerações tem sido cada vez mais comprometida, sobretudo entre os jovens, como evidencia o relato de um ancião Krikati: "Hoje os mais jovens não ouvem e nem respeitam os pais" (Krikati, 2013, p. 89). Esse relato demonstra que os jovens tendem a se afastar das tradições e mesmo de sua língua, especialmente pela intensa quantidade de informação e cultura não-indígena que chega às comunidades. Tal cenário acende o alerta para a urgência de estratégias inovadoras que promovam a revitalização linguística em contextos indígenas.

Neste cenário, as tecnologias digitais vêm se consolidando como ferramentas promissoras para apoiar a preservação e o ensino das línguas indígenas. Recursos como dicionários digitais, jogos educativos e plataformas multimídia permitem não apenas a documentação e disseminação das línguas, mas também o engajamento das novas gerações no processo de aprendizagem e valorização de suas culturas (Taguchi; Sena, 2024). Essas tecnologias oferecem a possibilidade de registros audiovisuais, personalização cultural e adaptação linguística, facilitando a integração entre tradição e inovação. Iniciativas como o Portal Japiim[7], o Nheengatu App[8] e o Dicionário Waiwai[9] exemplificam esse movimento, ainda que muitas dessas experiências enfrentam limitações, especialmente pela ausência de envolvimento direto das comunidades no processo de criação das ferramentas.

Nesse sentido, torna-se essencial adotar abordagens que reconheçam o papel central dos próprios falantes no desenvolvimento das soluções tecnológicas. O design participativo surge como uma alternativa metodológica que rompe com a lógica de produção tecnológica centrada apenas nos desenvolvedores. Ao promover a participação ativa dos usuários, neste caso, os membros da comunidade indígena, o design participativo possibilita que o artefato final seja mais condizente com as necessidades, os valores e os modos de vida do grupo (Silva, 2024). No contexto da educação, essa abordagem contribui significativamente para a criação de recursos mais apropriados, usáveis e eficazes, além de estimular a apropriação crítica da tecnologia pelos usuários (Silva, 2024).

Aliar essa perspectiva participativa à abordagem científica do *Design Science Research* (DSR) amplia ainda mais as possibilidades da pesquisa. A DSR oferece um arcabouço metodológico estruturado para o desenvolvimento de artefatos computacionais com base em problemas reais e necessidades específicas, ao mesmo tempo em que promove rigor na análise e na produção de conhecimento (Pimentel; Filippo; Santoro, 2020). Em projetos como o desenvolvimento de um aplicativo educacional bilíngue com a comunidade Krikati, a combinação dessas abordagens permite não só criar uma solução tecnológica funcional, mas refletir sobre os processos sociotécnicos envolvidos, contribuindo tanto para a inclusão digital quanto para o fortalecimento da identidade linguística e cultural.

[7] https://japiim.museudoindio.gov.br/index.php

[8] https://nheengatu-app.web.app/#/

[9] https://play.google.com/store/apps/details?id=com.ufopa.dicionario.waiwai

Assim, entende-se que a preservação linguística indígena por meio de tecnologias educacionais só será efetiva se for construída com os povos indígenas, respeitando seus saberes, seus ritmos e seus modos próprios de ensinar, aprender e se comunicar. O desenvolvimento participativo de soluções digitais não é simplesmente uma estratégia metodológica, mas uma escolha política e ética fundamental no campo da Informática na Educação voltada à justiça social e ao reconhecimento da diversidade cultural.

É importante ressaltar, ainda, que este trabalho de inovação com produção de aplicativo digital seguiu-se pelo caminho da Linguística Aplicada, ciência da linguagem que busca compreender a língua em uso e seu desenvolvimento. Segundo Moita Lopes (2006, p. 25), "A Linguística Aplicada, enquanto campo interdisciplinar, interessa-se pelas práticas sociais mediadas pela linguagem e busca compreender e intervir em contextos reais nos quais o uso da língua está implicado em processos de identidade, poder, ensino e aprendizagem". Ademais, é preciso compreender que os novos cenários e as novas relações humanas mediadas pela máquina e pelo mundo digital configuram movimentos que nos direcionam a novas epistemologias. Nesse contexto, a Linguística Aplicada é ciência que pode construir pontes com outros construtos e outras áreas para dar conta das novas questões que surgem (Amorim, 2017). Dessa maneira, o caminho para o desenvolvimento do aplicativo fundamentou-se no uso natural da língua e no conhecimento da comunidade, em caráter interdisciplinar ao combinar a visão teórica sobre língua natural e tecnologia e perceber responsavelmente a comunidade indígena como parte central do produto.

A partir disso, a constituição das palavras em sua escrita e padrões gramaticais, especialmente, silábicos, é importante para a composição do banco de dados. Isso quer dizer que é necessário pensar tanto no desenvolvimento da língua indígena especificamente para a incorporação das palavras no banco a ser formado, tendo em vista que o objetivo é criar condições de uso e preservação de uma língua indígena, quanto no caminho teórico da produção do aplicativo (Design Science Research).

Albuquerque (2016, p. 191), citando Rodrigues (1993), explica que "para as línguas indígenas brasileira, descrições linguísticas completas e detalhadas são muito raras, devido à falta de interesse para o estudo das culturas e literaturas indígenas, contrastando claramente com a diversidade linguística e cultural encontrada no Brasil". Dropa e Albuquerque (2016, p. 35) lembram ainda que "com a evolução do Direito Internacional os povos indígenas têm conseguido visibilidade por meio de Tratados e Convenções Internacionais, que reconheceram o fato de que os índios (...) foram e ainda estão sendo desrespeitados em seus direitos". Assim, muito embora seja crescente o número de pesquisa sobre a cultura indígena atualmente, ainda há muito que se caminhar para a valorização das comunidades indígenas e constituição da autonomia destas.

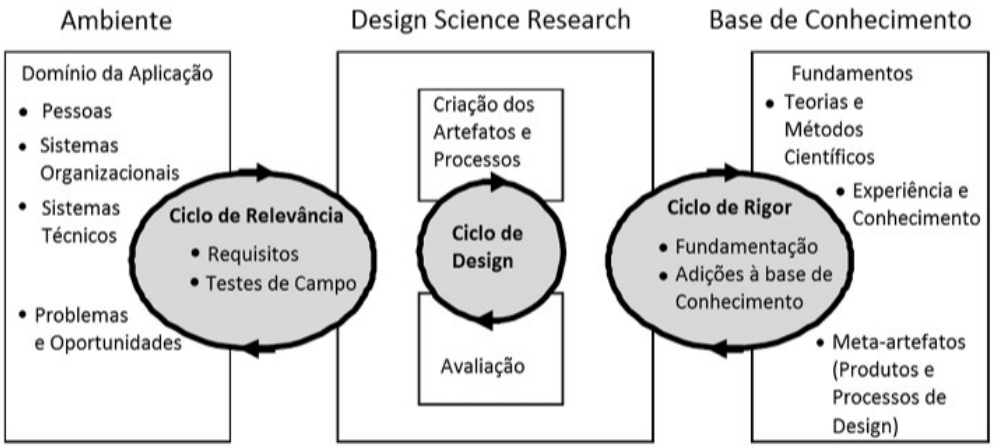
A tecnologia digital representa, atualmente, um espaço para desenvolvimento social e preservação. Aparelhos como celulares, smartphones e tablets estão presentes cotidianamente na vida das pessoas e são cada vez mais parte de sua aprendizagem e relação com o mundo. Segundo Carneiro (2016, p. 22), "a existência e o uso de tecnologias não se evidenciam somente no momento

em que vemos um dispositivo em uso, mas culturalmente, ações, relações e vocabulário apresentados denunciam que os seres humanos estão fortemente influenciados por esta era digital". Dessa maneira, podemos compreender que a incorporação da tecnologia presente na sociedade pode ser vista como um caminho para desenvolvimento de conhecimento e preservação de culturas.

3. Metodologia

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa interdisciplinar é a *Design Science Research* (DSR), considerada apropriada ao desenvolvimento de artefatos computacionais que buscam resolver problemas concretos enquanto produzem conhecimento científico (Pimentel; Filippo; Santoro, 2020). Por ser uma abordagem aplicada a situações reais e pensada a partir de suas particularidades, a DSR alinha-se aos estudos em Linguística Aplicada e promove conhecimento e produção sobre uma língua natural indígena. A DSR estrutura-se em três ciclos interdependentes (figura 1): (i) o Ciclo de Relevância, voltado à identificação das necessidades dos usuários; (ii) o Ciclo de Design, que orienta a construção e prototipação do artefato; (iii) e o Ciclo de Rigor, responsável por garantir fundamentação teórica e metodologia sólida. Para este projeto, a DSR foi complementada por princípios do design participativo, quais sejam: os usuários são parceiros no processo do design, os usuários têm voz ativa na identificação das necessidades, o design leva em conta o contexto real de uso e, por isso, as soluções não são universais, mas específicas para a demanda (Velden; Mortberg, 2014). Essa integração teórica se mostrou indispensável em um contexto de cocriação com uma comunidade tradicional, como os Krikati, respeitando seus tempos, valores e formas de organização social.

Figura 1: Fluxo de Design Science Research, contendo os ciclos de Relevância, Design e Rigor



Fonte: (Pimentel *et al*., 2020).

A criação de um dicionário na língua Krikati já vinha sendo considerada em diálogos anteriores com a comunidade, durante a execução de outros projetos colaborativos. A partir das necessidades da comunidade e das conversas com as lideranças indígenas, o presente produto foi planejado e

executado. No contexto do Ciclo de Relevância, foram promovidos encontros, tanto presenciais quanto virtuais, entre os pesquisadores, a coordenação do projeto e representantes da comunidade, com o propósito de reunir informações para o desenvolvimento do aplicativo. Entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, realizaram-se seis visitas presenciais ao território Krikati, com a participação recorrente de membros do projeto, responsáveis por registrar os vocábulos. Esse trabalho envolveu a escolha das palavras e sua categorização com base em campos semânticos, garantindo que o banco de dados fosse construído com respeito à cultura e à estrutura linguística própria do povo Krikati. Nesta fase, lideranças indígenas colaboraram para a escolha, organização e tradução das palavras, além de estabelecer a comunicação com outras lideranças acerca da formação dos vocábulos do dicionário. Isso foi importante para que houvesse o respeito à Língua Krikati e ao seu uso natural, sem criar artificializações e equivalências superficiais à Língua Portuguesa.

A equipe começou o trabalho com uma lista inicial de palavras, composta por substantivos comuns organizados em categorias como animais, família e plantas, com foco no uso cotidiano. As lideranças indígenas analisaram essa lista e indicaram quais termos deveriam ser mantidos, priorizando a relevância para a comunidade. Palavras que não representavam elementos culturais próprios foram excluídas. A tradução dos termos para o Krikati foi feita pela própria comunidade, etapa essencial diante das variações[10] existentes na escrita da língua.

As interações com a comunidade possibilitaram identificar o problema, definir os requisitos funcionais e não funcionais e escolher o nome do aplicativo: “Dicionário Krikati”. A escolha reflete o desejo da própria comunidade sobre como sua língua deve ser apresentada. Considerando que o Krikati é uma língua predominantemente oral, optou-se por iniciar com 50 palavras, devido ao tempo necessário para que a comunidade discuta e formalize a escrita de cada termo. Além disso, o dicionário foi estruturado com base na língua Krikati, permitindo a busca de palavras a partir dela.

O Ciclo de Rigor foi o momento de organização da base de dados e da fundamentação sobre o status quo da produção de dicionários sobre línguas indígenas para aprofundamento científico da proposta. Durante esse Ciclo, foram utilizadas como fontes de pesquisa as bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, reconhecidas pela ampla oferta de produções científicas nacionais. A busca foi realizada com os termos-chave: “línguas indígenas”, “línguas indígenas no Brasil”, “dicionário *online*”, “comunidade krikati”, “dicionário indígena”, “aplicativo de línguas indígenas” e “metodologias participativas”. Os critérios de inclusão consideraram estudos publicados entre 2020 e 2025, com foco em iniciativas voltadas à educação de povos tradicionais e ao uso de recursos digitais em contextos multilíngues. Além disso, foram examinadas iniciativas de dicionários e aplicativos voltados para línguas indígenas, com ênfase nas metodologias empregadas, desafios

[10] Essas variações ocorrem porque a língua apresenta muitas palavras com escrita não consolidada na comunidade, sendo por vezes a mesma palavra escrita de maneiras diversas. Nesse sentido, a comunidade atualmente trabalha para organizar seus padrões grafo-fono-fonológicos e determinar sua estrutura léxica. Para contornar essa situação, a equipe transferiu a atualização de palavras diretamente no aplicativo para as lideranças da comunidade, as quais discutem as palavras entre si e atualizam no sistema.

enfrentados e impactos observados na revitalização linguística. Esse levantamento teórico contribuiu para embasar a estruturação do Dicionário Krikati, alinhando-o às melhores práticas já identificadas em estudos anteriores. Essa revisão fundamentou as escolhas de usabilidade, acessibilidade e estruturação do conteúdo no aplicativo, além de reforçar a escassez de soluções tecnológicas voltadas especificamente para a comunidade Krikati, justificando a relevância da proposta.

Durante o Ciclo de Design, o foco esteve centrado no usuário, considerando tanto aspectos funcionais quanto emocionais da interação. Donald Norman (2008) contribui significativamente nesse campo ao introduzir a noção de Experiência do Usuário (UX), que enfatiza como as emoções influenciam a forma como as pessoas percebem e interagem com interfaces. Assim, buscou-se garantir uma experiência que fosse não apenas eficiente, mas também prazerosa. Dessa maneira, o aplicativo foi pensado desde o início para representar a comunidade em sua língua e sua identidade cultural. Para o desenvolvimento do protótipo, utilizou-se a ferramenta Figma, aplicando a metodologia baseada nas Heurísticas de Nielsen, princípios que auxiliam na identificação de problemas de usabilidade (Soppa Geremias *et al*., 2022). As heurísticas adotadas incluíram: compatibilidade com o mundo real, consistência, design minimalista e flexibilidade de uso. Esses princípios foram empregados para garantir que o protótipo fosse acessível e intuitivo, facilitando a interação dos usuários e promovendo uma solução tecnológica eficaz para a preservação da língua Krikati.

A metodologia aplicada assegurou que o desenvolvimento do aplicativo fosse pautado na vivência e nos valores da comunidade Krikati, considerando suas necessidades culturais e linguísticas. A integração entre DSR e Linguística Aplicada permitiu não apenas a criação de um artefato tecnológico funcional, mas também a análise de seu papel nas práticas sociais de ensino e uso da língua. Nesse sentido, a metodologia tecnológica (DSR) se articula diretamente com a dimensão sociolinguística da Linguística Aplicada, pois ambas buscam responder a problemas reais: de um lado, a necessidade de rigor no design; de outro, a valorização da língua em contextos de identidade e poder.

Após a construção das telas do aplicativo no Figma, foi desenvolvida sua programação. O desenvolvimento do protótipo buscou unir tecnologia e linguística em um sistema digital voltado à valorização e preservação da língua Krikati. Para tanto, priorizaram-se funcionalidades diretamente relacionadas às necessidades pedagógicas e sociolinguísticas da comunidade: o aplicativo foi concebido desde o início como bilíngue (Krikati–Português), com navegação simples e intuitiva, e estruturado para funcionar tanto *online* quanto *offline*, garantindo acessibilidade mesmo em áreas de baixa conectividade. Além disso, o sistema permite a inserção, edição e atualização contínua do vocabulário e dos textos por professores e lideranças indígenas, assegurando a autonomia da comunidade no gerenciamento do conteúdo e a sustentabilidade do recurso a longo prazo. Esse conjunto de escolhas técnicas foi orientado não apenas pela usabilidade, mas sobretudo pelo objetivo de consolidar o aplicativo como ferramenta pedagógica e de fortalecimento linguístico-cultural.

O dicionário digital permite o cadastro de palavras em ambas as línguas, com sua respectiva tradução, categorização por área temática (como alimentos, animais, corpo humano, natureza, entre outros) e, futuramente, com a inclusão de áudios com a pronúncia feita por falantes nativos (será

realizado na segunda etapa de desenvolvimento do projeto em andamento). A organização por categorias foi pensada para facilitar o uso por crianças em fase de alfabetização bilíngue e também para a criação de materiais didáticos.

A metodologia adotada assegura que o desenvolvimento do aplicativo seja fundamentado na realidade e nas necessidades da comunidade Krikati, respeitando seus aspectos culturais e linguísticos. A interconexão entre os três ciclos metodológicos permitiu a construção de um produto alinhado às práticas de preservação linguística e cultural da comunidade Krikati, garantindo que a ferramenta seja funcional e sustentável a longo prazo (Barboza; Almeida, 2019).

4. Descrição dos resultados

O protótipo Dicionário Krikati foi finalizado e apresentado à comunidade para início das impressões e modificações necessárias. A partir de agora, o dicionário passa por transferência tecnológica, sendo entregue à comunidade por meio de suas lideranças. Todavia, o dicionário contará ainda com mais uma etapa de análise de uso e efetivação das modificações e atualizações necessárias a partir das ocorrências na comunidade. Os resultados alcançados até o fim da primeira etapa do projeto referem-se ao desenvolvimento do protótipo do aplicativo Dicionário Krikati e ao processo participativo que o fundamentou. Trata-se do design, desenvolvimento de programação e execução do protótipo que já pode ser usado pelos indígenas, ainda em etapa de ajustes, mas que já permitem identificar a importância do artefato. O principal avanço foi a consolidação de um design funcional, estruturado a partir das necessidades e orientações da própria comunidade Krikati, demonstrando a viabilidade da abordagem participativa adotada e o potencial da tecnologia como instrumento de valorização cultural e apoio pedagógico.

Na fase de Ciclo de Relevância, após a discussão com a equipe do projeto e a colaboração da comunidade Krikati, foram identificados como problemas que justificam a criação do Dicionário Krikati: (i) a escassez de recursos digitais acessíveis para a documentação e ensino da língua Krikati; e (ii) a necessidade de fortalecer o aprendizado do português como língua adicional, facilitando a comunicação entre os Krikati e a sociedade não-indígena. Diante desses desafios, definiu-se que o artefato a ser desenvolvido seria um aplicativo de dicionário bilíngue Krikati-Português, que não apenas serviria como ferramenta de preservação linguística, mas também teria um papel educacional no ensino de ambas as línguas.

Levando em consideração o design participativo, a comunidade Krikati participou ativamente da definição das funcionalidades e validou a proposta do projeto como relevante e necessária. Após a escolha do primeiro conjunto de palavras a compor o dicionário, o layout do aplicativo foi apresentado à comunidade, sendo representada por 25 professores indígenas e suas lideranças, os quais validaram as ações de design e desenvolvimento do aplicativo. Atualmente, o Dicionário Krikati já apresenta cerca de 80 palavras cadastradas e encontra-se na fase de transferência tecnológica para a comunidade Krikati, que, a partir de agora, poderá utilizar o aplicativo e solicitar melhorias, as quais serão implementadas ao longo da segunda etapa de vigência do projeto.

O produto foi pensado de forma modular, ou seja, construído por partes independentes que podem ser atualizadas ou ampliadas com facilidade. Isso significa que o aplicativo poderá, no futuro, incorporar novos recursos, palavras, até ferramentas de apoio ao ensino bilíngue nas escolas da aldeia. Assim, o Dicionário Krikati, mais do que uma ferramenta de tradução, se consolida como um ambiente digital de preservação, ensino e valorização da língua e da cultura Krikati, construído em diálogo com a própria comunidade e com base em princípios de usabilidade, acessibilidade e respeito às especificidades linguísticas indígenas.

Abaixo, apresentamos as telas desenvolvidas no protótipo do aplicativo. O protótipo inclui, respectivamente, as seguintes funcionalidades (figura 2): tela de inicialização com identidade visual do aplicativo; página principal do dicionário, permitindo ao usuário pesquisar palavras e navegar pelas categorias disponíveis; exibição dos termos traduzidos, destacando a palavra em Krikati e sua respectiva tradução para o português; tela de carregamento ao buscar um termo, informando que o aplicativo está processando a pesquisa.

Figura 2. Telas do protótipo do "Dicionário Krikati".



Fonte: elaboração dos autores.

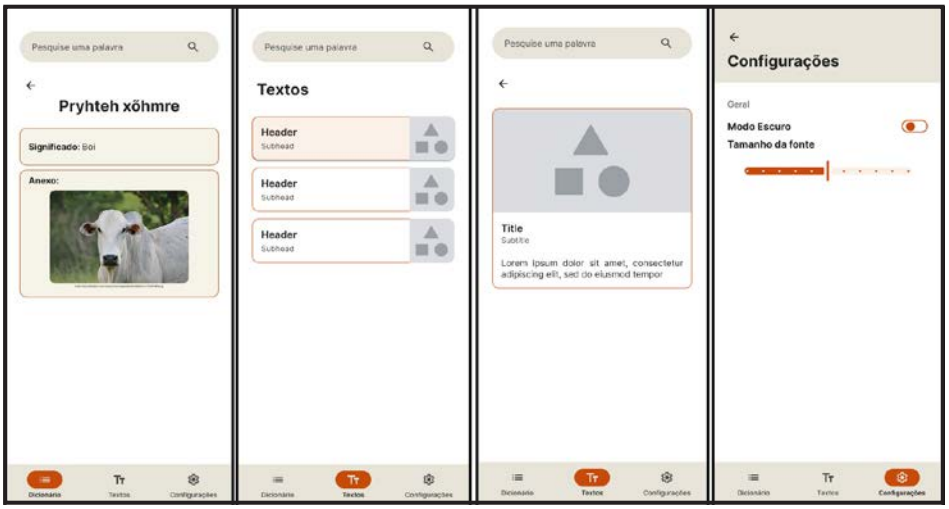
Como é possível observar, o dicionário preserva a identidade visual dos Krikati, partindo de seus traços para compor a capa de entrada do aplicativo. Ademais, as palavras dentro das categorias do dicionário aparecem prioritariamente na língua da comunidade com tradução para Língua Portuguesa. Essa escolha de visualização parte do fato de que o dicionário foi pensado com comunidade em design participativo e deve refletir sua identidade e seus interesses, sendo a Língua Portuguesa vista como adicional.

Além disso, o protótipo apresenta funcionalidades adicionais voltadas à ampliação do repertório linguístico e à acessibilidade[11] (figura 3): exibição do significado da palavra selecionada, acompanhada

[11] Devido à amplitude das funcionalidades, estudar-se-á com a comunidade a possibilidade de mudança do nome Dicionário para Enciclopédia.

de um campo para anexos com informações complementares; seção de textos, onde os usuários podem acessar conteúdos transcritos produzidos pela própria comunidade Krikati; tela de visualização de um texto específico, com imagem de capa, título, subtítulo e corpo do texto; tela de configurações, que permite a ativação do modo escuro e o ajuste do tamanho da fonte, proporcionando maior conforto na leitura.

Figura 3: Telas do protótipo do "Dicionário Krikati".



Fonte: elaboração dos autores.

Com a programação executada, foi realizado o teste com a comunidade. O teste se deu em agosto de 2025 e serviu para analisar: layout, navegabilidade, disposição dos menus, cores. Nesse contexto, parte da equipe se reuniu com os professores indígenas na aldeia Krikati de Campo Alegre e apresentou o protótipo elaborado. Houve a participação de 30 indígenas, sendo todos ligados à educação indígena. Os participantes, nesse momento, puderam visualizar os layouts criados e observar o protótipo em uso em um celular Android no qual o aplicativo foi previamente instalado. Os participantes validaram a eficiência do aplicativo e design, e mostraram entusiasmo quanto ao desenvolvimento deste. Esse processo é fundamental para avaliar a navegação, a compreensibilidade da interface e promover o design participativo.

É importante ressaltar que esse teste indicou dois *feedbacks* dos indígenas: se o aplicativo permitirá pesquisar por palavra no dicionário e se o aplicativo foi pensado para digitação das palavras em Krikati (teclado). Essas respostas ao uso do aplicativo demonstram a preocupação dos membros da comunidade com a possibilidade de escrita em sua língua, preservando inclusive os elementos próprios, como grafemas e representações de acento. Num contexto como o de línguas indígenas, é necessário compreender que as características da língua precisam ser levadas em consideração quando se trabalham problemas específicos do uso dessa língua. Por isso, a equipe analisa uma solução para a digitação da representação dos grafemas das palavras, como o teclado indígena, disponível no site trabalho indigenista. É nesse contexto que o projeto se desenvolverá em seu segundo ciclo.

A participação da comunidade no processo de validação do protótipo evidencia que o aplicativo tem potencial de mediar a transmissão intergeracional da língua. Ao possibilitar o registro digital de vocábulos e, futuramente, de áudios com pronúncia de falantes nativos, o aplicativo cria um espaço em que a oralidade tradicional encontra suporte tecnológico.

Ao estruturar o dicionário digital com categorias temáticas próximas ao cotidiano (como família, natureza e alimentos), a proposta favorece práticas escolares que integram a Língua Portuguesa como língua adicional sem comprometer a centralidade da língua materna. A ideia, portanto, é demonstrar a língua materna como principal e que pode usar a Língua Portuguesa para ampliar a aprendizagem, focando no bilinguismo da comunidade. Professores indígenas relataram que a possibilidade de acessar palavras e textos em ambas as línguas amplia o repertório didático disponível e contribui para a construção de materiais bilíngues contextualizados, fortalecendo o processo de alfabetização nas duas línguas.

É importante ressaltar que, a partir da execução do aplicativo em ações participativas com a comunidades, as heurísticas de Nielsen mostraram-se insuficientes para compreender todos os questionamentos e necessidades. Por conseguinte, desenvolvemos sugestões adicionais para a heurística de Nielsen, a serem aplicadas em contextos multilíngues. A análise do contexto de uso da língua Krikati, portanto, mudou a forma como compreendemos a visão metodológica aplicada e demonstrou a responsabilidade de olhar específico para o cenário (Amorim, 2017). Dessa maneira, a Linguística Aplicada abriu caminhos para heurísticas, as quais são discutidas ao final da próxima seção.

5. Análise e discussão

Os resultados até agora indicam um progresso importante no desenvolvimento do Dicionário Krikati, alinhado às necessidades da comunidade. No entanto, a interface do aplicativo, embora colaborativa, pode precisar de ajustes para garantir uma navegação mais intuitiva e acessível. Mais testes de usabilidade com os usuários finais serão fundamentais para identificar dificuldades de navegação e aprimorar a experiência de uso, tendo como foco a preservação das formas da língua indígena Krikati.

A análise crítica dos resultados evidencia que, embora o protótipo tenha sido bem recebido pela comunidade, alguns pontos levantam reflexões relevantes para a área de tecnologia aplicada à educação. O feedback dos usuários indígenas destacou a necessidade de um teclado adaptado para representar grafemas específicos da língua Krikati e de mecanismos de busca mais eficientes no dicionário. Esses aspectos demonstram que, apesar de princípios clássicos de usabilidade terem sido aplicados, contextos culturais e linguísticos particulares exigem ajustes que extrapolam modelos convencionais de design. Assim, os resultados confirmam que as especificidades dos usuários não apenas orientam a validação do artefato, mas também desafiam e enriquecem teorias de usabilidade já consolidadas, oferecendo novas perspectivas para o desenvolvimento de tecnologias educacionais inclusivas.

No campo da Linguística Aplicada, os resultados até agora demonstram que há a necessidade de estudos sobre os grafemas e suas organizações na língua Krikati e sua digitação no teclado. Sabemos que os teclados digitais são pensados a partir de modelos linguísticos como a Língua Portuguesa. Dessa forma, desenvolver um artefato como esse também pressupõe: compreensão das representações próprias da língua (Albuquerque, 2011) em preservação; e considerações sobre essa língua no suporte tecnológico. A língua, portanto, evidencia como as línguas indígenas por vezes estão fora de cenários como o uso da tecnologia. Nesse sentido, o estudo oferece evidências de que a integração entre teorias de tecnologia e práticas de preservação linguística pode gerar novas perspectivas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias inclusivas, contribuindo para consolidar a área como um campo capaz de dialogar com realidades diversas e promover justiça social por meio da tecnologia.

A aplicação da Design Science Research em diálogo com a Linguística Aplicada não apenas possibilitou o desenvolvimento de um artefato funcional, mas também produziu novos insights para a própria área da Linguística Aplicada. O estudo amplia a compreensão sobre como tecnologias educacionais devem ser repensadas em contextos culturalmente situados, o que reforça o pensamento de Amorim (2017) ao evidenciar que a pesquisa pressupõe mais do que a simples importação de bases metodológicas universais. Dessa forma, a experiência com o povo Krikati demonstra que metodologias de design não se restringem à resolução de problemas técnicos, mas também funcionam como instrumentos de investigação linguística e pedagógica, abrindo caminho para novas perspectivas teóricas no campo da Linguística Aplicada situada a problemas atuais como a aplicação de tecnologia para línguas e ensino de línguas.

Dessa maneira, um dos caminhos produzidos nessa pesquisa leva a considerar novas heurísticas de usabilidade a partir daquelas elaboradas por Nielsen (Soppa Geremias *et al.*, 2022) para contextos linguístico-culturais específicos. Após analisar os resultados, foi possível construir as seguintes sugestões:

1. Centralidade na língua materna: o sistema deve privilegiar a língua indígena como língua de partida, evitando tratá-la como mera tradução da língua dominante (português). Isso porque, conforme os preceitos da Linguística Aplicada, considera-se aqui a língua como prática social.

2. Oralidade Integrada: interfaces devem contemplar a oralidade como dimensão essencial (áudios de falantes nativos, narrativas, canções), não apenas registros escritos. Essa heurística evidencia-se pelo contexto específico de línguas indígenas, sendo por vezes, como a Krikati, uma língua primariamente oral e ainda em processo de padronização de sua escrita, demonstrada pelas mudanças constantes na escrita de algumas palavras.

3. Representação de grafemas específicos: a usabilidade deve assegurar teclados, fontes e mecanismos de digitação que respeitem os grafemas e diacríticos próprios da língua em foco. Isso é necessário posto que a escrita padronizada da língua é parte do processo de legitimação cultural.

4. Contextualização Cultural: os elementos visuais, categorias lexicais e exemplos devem refletir o universo cultural da comunidade (ex.: família, fauna, práticas culturais) e não categorias universais ou eurocêntricas. Aqui se faz presente um princípio muito claro da Linguística Aplicada: a inseparabilidade entre língua e cultura no processo de ensino e aprendizagem.
5. Participação Comunitária Contínua: A comunidade deve definir, validar e revisar continuamente categorias, vocábulos e modos de apresentação. Essa heurística incorpora a noção de que língua é poder, conforme a Linguística Aplicada demonstra e, por conseguinte, a legitimidade das formas de escrita da língua pertencem à comunidade.

Essas heurísticas sugeridas baseiam-se em critérios fundamentais da Linguística Aplicada. A partir da integração entre Design Science Research e Linguística Aplicada, propomos esse conjunto de heurísticas complementares: centralidade da língua materna, oralidade integrada, representação de grafemas específicos, contextualização cultural, e participação comunitária contínua. Essas heurísticas, fundamentadas em práticas sociais de linguagem, ampliam a compreensão do que significa "usabilidade" em contextos indígenas, apontando para um modelo de design mais sensível à diversidade linguística e cultural.

A proposição de heurísticas de usabilidade linguístico-culturais constitui, assim, uma contribuição teórica inédita a partir da Linguística Aplicada, ao deslocar o foco da usabilidade tradicional — baseada em parâmetros universais de design — para critérios que emergem das práticas sociais de linguagem em contextos minoritários. Ao enfatizar a centralidade da língua materna, a oralidade integrada, o bilinguismo equilibrado e a participação comunitária contínua, tais heurísticas não apenas ampliam os referenciais metodológicos disponíveis, mas também oferecem um quadro analítico capaz de orientar futuros projetos em contextos multilíngues e interculturais. Nesse sentido, o Dicionário Krikati transcende o caráter de artefato tecnológico e se apresenta como um experimento que amplia o próprio escopo da Linguística Aplicada, evidenciando que o design de tecnologias educacionais pode gerar novas categorias teóricas para compreender a relação entre língua, cultura e poder.

Embora tenham sido elaboradas a partir da experiência com a comunidade Krikati, as heurísticas de usabilidade linguístico-culturais propostas neste estudo apresentam potencial de aplicação em outros contextos multilíngues e interculturais. Ao enfatizar dimensões como a centralidade da língua materna, a integração da oralidade, a representação de grafemas específicos e a participação comunitária contínua, tais heurísticas não se restringem ao cenário Macro-Jê, mas podem auxiliar na orientação e investigação de projetos voltados a diferentes línguas indígenas. Dessa forma, a proposta não apenas responde a demandas locais, mas oferece um referencial exportável que amplia o repertório metodológico da Linguística Aplicada, contribuindo para a construção de tecnologias educacionais sensíveis à diversidade linguística e cultural.

6. Considerações finais

Este artigo apresentou os resultados da primeira etapa de uma pesquisa de inovação aplicada e voltada ao desenvolvimento de um protótipo de aplicativo bilíngue Krikati–Português, construído

de forma participativa com a comunidade indígena Krikati, situada no sudoeste do Maranhão. A proposta integra a área linguística e de tecnologias educacionais com enfoque participativo e busca contribuir tanto para a preservação da língua indígena quanto para o fortalecimento da aprendizagem do português como língua adicional, promovendo inclusão, letramento digital e valorização cultural. Mais do que um produto tecnológico, o projeto evidenciou a importância da cocriação e da participação ativa da comunidade no desenvolvimento de soluções educacionais culturalmente situadas.

Além do impacto local, a experiência relatada pode dialogar com políticas públicas de educação indígena no Brasil. O aplicativo pode, portanto, servir como modelo de política pública digital para outras comunidades Macro-Jê e de diferentes famílias linguísticas, oferecendo subsídios para iniciativas governamentais voltadas à valorização da diversidade cultural e ao fortalecimento da educação bilíngue, uma vez que "a política linguística de fato de uma sociedade deve ser amplamente compreendida e problematizada a fim de garantir os direitos linguísticos de todos os cidadãos" (Shohamy, 2006 *apud* Diniz; Silva, 2019, p. 260, tradução nossa).

Como direções futuras, o projeto visa aplicar melhorias ao longo da sua segunda etapa de execução, incluindo: áudios das palavras, adicionar novas categorias e a realização de estudos sobre a eficácia do aplicativo no ensino e uso da língua pela comunidade. Ademais, intenciona-se investigar o impacto da ferramenta no cotidiano dos falantes e no uso pedagógico, para avaliação de seu impacto como instrumento de resistência cultural e fortalecimento da identidade indígena na sociedade contemporânea.

Referências

ALBUQUERQUE, F. E. (coord.). *Gramática pedagógica da língua Apinajé*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

ALBUQUERQUE, F. E. Inventário Fonológico da Língua (Jê) Apinayê. *In*: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; CALDAS, Raimunda Benedita Cristina; ARAUJO, Marcilene de Assis Alves; ALMEIDA, Severina Alves de. *Ensino de línguas numa perspectiva intercultural*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

ALMEIDA, V. C.; AQUINO, N. R. M.; CAVALCANTE, M. S. D. Fonologia da língua Krikati: estudos iniciais a partir de nomes de animais. *In*: Congresso Nacional de Educação, 2025, Recife, *Anais do CONEDU*. ISSN: 2358-8829 Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2025/TRABALHO_COMPLETO_EV214_ID3469_TB848_30102025135904.pdf Acesso em: 14 abr. 2026.

AMORIM, M. A. de. A linguística aplicada e os estudos brasileiros: (inter-)relações teórico-metodológicas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, pp. 1-30, 2017.

BARBOZA, M. O.; ALMEIDA, A. L. de C. Rádio Indígena Web: Etnomídia na Construção de um Letramento Crítico. *Revista Recorte*, v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: https://api.core.ac.uk/oai/oai:ojs.teste.unincor.br:article/5945.

BRADLEY, J. Is it possible to revitalize a dying language? An examination of attempts to halt the decline of Irish. *Open Journal of Modern Linguistics*, [s. l.], v. 4, n. 4, pp. 537-543, 2014. DOI: https://doi.org/10.4236/ojml.2014.44027.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BEZERRA, A. C.; SILVA, L. de J; DIAS, A. de L. L. *História e Cultura Indígena Brasileira: desafios e autonomia*. *In*: *História e cultura dos povos indígenas:* experienciando as diferenças culturais. Imperatriz: Estampa Editora, 2021, pp. 33-50

CARNEIRO, M. T. *Desenvolvimento de aplicativo educacional para dispositivos móveis no ensino de estatística***.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em Educação à Distância da Universidade Rural de Pernambuco. Recife, 2016.

D'ANGELIS, W. R. Línguas indígenas no Brasil: quantas eram, quantas são, quantas serão? *In*: *Revitalização de línguas indígenas:* o que é? como fazemos. 2019, pp. 13-27. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/16033. Acesso em 28 fev. 2025

DIAS, A. de L. L. (org.). *Alfabetização na língua escrita materna a partir das práticas pedagógicas dos professores indígenas krikati*. Imperatriz, MA: Ethos, 2013.

DINIZ, L. R. A.; SILVA, E. R. da. Notas sobre a diversidade de perspectivas teóricas em pesquisas sobre política linguística. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, pp. 249-263, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-6398201915503.

DROPA, R. F.; ALBUQUERQUE, F. E. A cultura e a língua indígena na Constituição Federal de 1988. *In*: ALBUQUERQUE, F. E; CALDAS, R. B. C.; ARAUJO, Marcilene de Assis Alves; ALMEIDA, Severina Alves de. *Ensino de línguas numa perspectiva intercultural*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

DUTRA, G. E.; MACHADO, N. T. G. Território Etnoeducacional Timbira: avanços e retrocessos na visão do povo indígena krikati. Revista Cocar, v. 14, n. 29, pp. 3-24, 2020. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3343. Acesso em 28 fev. 2025

EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. *Ethnologue:* Languages of the world. 28. ed. Dallas, TX: SIL International, 2025. Disponível em: http://www.ethnologue.com. Acesso em 24 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022.* Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/. Acesso em 03 fev. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Diversidade linguística indígena*: estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento. Brasília, DF: IPHAN, 2020. pp. 63-75.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas no Brasil. *Quadro geral dos povos*. São Paulo: ISA, 2025. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em 28 fev. 2025.

JUNIOR, L. da S. P. A influência das línguas indígenas brasileiras no vocabulário do português brasileiro: como abordar o tema na educação infantil? Revista OWL (OWL Journal) - *Revista Interdisciplinar de Ensino E Educação*, v. 1, n. 3, pp. 429-448, 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.10215103.

KRIKATI, M. J. Educar em relação às famílias. *In*: DIAS, A. de L. L. (org.). *Alfabetização na língua escrita materna a partir das práticas pedagógicas dos professores indígenas krikati*. Imperatriz, MA: Ethos, 2013.

KRIKATI, P. E; ALMEIDA, A. K. C.; ARAUJO, K. dos S.; SÁ, M. J. R. de.; AQUINO, N. R. M. (org.). *Me pajapry' catiji:* livro dos nomes Krikati. São Luís: EDIFMA, 2025.

MIRANDA, F. D. S. S**.** Delineamento de pesquisas sobre escrita e tecnologias digitais: construindo um lugar para o trabalho em Estudos Linguísticos no Brasil a partir de seus programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, pp. 1167-1189, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbla/a/jBzjJCcGbQ3CWJ6MNdkFnYc/?lang=pt. Acesso em 20 ago. 2025.

MOITA LOPES, L. P. *Por uma linguística aplicada indisciplinar***.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MUNDURKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro* (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

NORMAN, D. A. *Design emocional*. Rio de Janeiro, Brasil. Editora: Rocco, 2008.

PIMENTEL, M.; FILIPPO, D.; SANTORO, F. M. *Design Science Research:* Fazendo pesquisas científicas rigorosas atreladas ao desenvolvimento de artefatos computacionais projetados para a educação. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação (SBC), 2020. Disponível em: https://ceie.sbc.org.br/metodologia/index.php/livro-1/. Acesso em 21 ago. 2025

SILVA, I. M. de O. Lideranças Krikati: implicações da escola não indígena em suas trajetórias e trajetórias de vida. 2018. 227 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

SILVA, M. A. de M. *Povo Xukuru do Ororubá*: Ancestralidade, Saber e Tradição - Como metodologias participativas de design favorecem o desenvolvimento de projetos de cunho educacional em territórios indígenas. *Anais* do XV Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design - P&D Design Manaus, 2024. DOI: https://doi.org/10.29327/5457226.1-333.

SOPPA GEREMIAS, M.; SERPA, P. H.; SCHIESSL FROEHNER, I.; GASPARINI, I. Desvendando as Heurísticas de Nielsen: Um Jogo Educacional como ferramenta para o ensino em IHC. *In*: WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM IHC (WEIHC), 13, 2022, Diamantina/MG. *Anais* [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022 . pp. 1-6. DOI: https://doi.org/10.5753/weihc.2022.227550.

TAGUCHI, G.; SENA, M. Awyato: Assistente e Tradutor Indígena. *In: Anais* da I Conferência Connect Tech. Porto Alegre: SBC, 2024, pp. 20-25. DOI: https://doi.org/10.5753/connect.2024.238552.

VELDEN, M. V.; MORTBERG, C. *Participatory Design and Design for Values*. Handbook of Ethics, Values, and Technological Design. Linnaeus University: 2014. pp. 1-22. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-007-6994-6_33-1

VICELLI, K. K.; ROCHA, C. S. M.; FALLEIROS, E. L. S. Aplicativo de tradução Guaruak: linguagem, memória e tecnologia aproximando povos. *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*, v. 16, n. 16, pp. 10-22, 2019. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/WRLEM/article/view/3522.

VILHALVA, S. *Objetos digitais e multiletramentos para o ensino de línguas na educação de indígenas surdos*: desafios e proposições. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Unicamp, 2024. DOI: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2024.1404062.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69723

Tecendo saberes: as primeiras experiências com a gramaticoteca Karajá

Weaving knowledge: the first experiences with the gramaticoteca Karajá

Eloísa Pilati[1]

Leandro Lariwana[2]

Marcus Maia[3]

RESUMO

O presente artigo aborda uma iniciativa inédita para a educação linguística indígena, que foi a adaptação da metodologia da Aprendizagem Linguística Ativa (ALA) e de seus materiais manipuláveis e concretos para o ensino da língua Karajá (Macro-Jê) em uma aldeia localizada na Ilha do Bananal (TO). O objetivo central é desenvolver materiais didáticos e práticas pedagógicas que integrem a cultura indígena, os avanços da linguística moderna e evidências científicas em ensino-aprendizagem. A pesquisa utilizou uma abordagem participativa, com diálogos entre os pesquisadores, um deles diretor da escola indígena, para identificar demandas, revisão bibliográfica sobre a língua Karajá e oficinas piloto. Os resultados iniciais, apresentados no X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, realizado na Escola de Altos Estudos da UFRJ, em maio de 2025, foram considerados positivos e promissores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação indígena. Aprendizagem linguística ativa. Gramática. Karajá.

ABSTRACT

The present article addresses an unprecedented initiative in Indigenous language education, which consisted of adapting the methodology of Active Linguistic Learning (ALL) and its tangible, hands-on materials for teaching the Karajá language (Macro-Jê) in a village located on Bananal Island (TO). The central goal is to develop didactic materials and pedagogical practices that integrate Indigenous culture, the advances of modern linguistics, and scientific evidence in teaching and learning. The research used a participatory approach with dialogues between the researchers, one of whom was the director of the indigenous school. to identify educational needs, a literature review on the Karajá language, pilot workshops. The initial outcomes, presented during the 10th Congress of Macro-Jê Languages and Cultures, which took place in the School of Advanced Studies of UFRJ, were considered positive and promising.

KEYWORDS: Indigenous education. Active linguistic learning. Grammar. Karajá

1. Introdução

Nos últimos 40 anos, a linguística brasileira tem exercido um papel fundamental na investigação, no registro e na análise sistemática das propriedades das línguas indígenas brasileiras. A linguística indígena no Brasil, como frequentemente destacado por Yonne Leite (*cf.* Franchetto; Coutinho-Silva,

[1] Doutora. Universidade de Brasilia (UnB), eloisapilati@gmail.com, https://orcid.org/0000-0003-2895-5557.

[2] Graduado. Secretaria de Educação do Estado de Tocantins (SEDUC TO), hadomarikaraja@gmail.com.

[3] Doutor. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maiamarcus@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-1583-3334

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 21/04/2026

2012), foi, desde seu início, marcada por um forte compromisso ético e social, no qual linguistas que atuam junto a populações indígenas têm se engajado não apenas na documentação e análise linguística, mas também em projetos de interesse direto dessas comunidades. Esse campo acumula, ao longo das últimas décadas, uma produção expressiva e diversificada de estudos, evidenciando sua consolidação no cenário acadêmico. Nesse sentido, diversas iniciativas têm sido implementadas com o objetivo de promover a preservação, a valorização, a manutenção e o ensino das línguas indígenas no país.

Entretanto, conforme avaliado em Maia *et al.* (2019), a situação das línguas indígenas no país ainda enfrenta desafios imensos:

> O Brasil deveria orgulhar-se dessa riqueza, um patrimônio universal, incentivando a sua proteção, no respeito integral do direito de cada povo de usar e transmitir, de uma geração a outra, a sua língua originária. Apesar do avanço de estudos e pesquisas nas últimas décadas e do desenvolvimento da documentação linguística em projetos participativos, realizada em algumas instituições públicas brasileiras, muito resta a fazer. É um esforço contínuo para garantir recursos e para estimular o interesse de jovens pesquisadores, hoje ainda em número extremamente reduzido. As línguas indígenas estão presentes precariamente em parte das escolas nas aldeias, e delas pouco ou nada se fala nas escolas rurais, das cidades e mesmo nas universidades. Sua ausência nas mídias oficiais é total. Elas, contudo, sobrevivem, apesar das pressões sociais e políticas que as empurram para seu enfraquecimento e desaparecimento. (Maia *et al*., 2019, p. 13)

Neste cenário, não se pode deixar de mencionar a iniciativa notável da criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio do Decreto Nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023.

> Como instituição, o estabelecimento do MPI atende a uma demanda dos 305 povos indígenas que representam quase 1,7 milhão de brasileiros, conforme dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio da inserção de lideranças indígenas em assentos de tomada de decisão, o governo assume a luta para manter diálogo e um canal de alinhamento com as bases e com as exigências de uma população alvo de exclusão, porém símbolo da resistência, que defende a sustentabilidade com respeito aos costumes e à diversidade que varre nosso país.
> (*cf.* https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/ministerio-dos-povos-indigenas-a-concretizacao-da-presenca-indigena-no-estado-brasileiro)

Considerando este breve panorama e a relevância da preservação das línguas e culturas dos povos indígenas no país, este trabalho pretende contribuir para o campo da educação linguística indígena por meio do desenvolvimento de materiais didáticos e de práticas pedagógicas que articulem os conhecimentos culturais das comunidades indígenas, os avanços descritivos e explicativos das teorias linguísticas e abordagens de ensino-aprendizagem fundamentadas em evidências científicas.

Será apresentado um relato preliminar de experiência inédita realizada em uma aldeia Karajá localizada na Ilha do Bananal (TO), realizada no primeiro semestre de 2025, sobre a adaptação da

metodologia da Aprendizagem Linguística Ativa (Pilati, 2017, 2024) para a língua Karajá (Macro-Jê), por meio de oficinas sobre formação da oração e ordem de constituintes.

A Aprendizagem Linguística Ativa (Pilati, 2017, 2024) reúne conceitos advindos da linguística gerativa, da psicologia cognitiva e das neurociências, evidencia o uso das línguas naturais como sistemas gerativos, e explicita este caráter sistemático por meio de materiais manipuláveis para tornar as aulas de análise linguística, leitura e escrita, verdadeiros momentos de experimentação e criação linguística, com interação. Desenvolvimento de habilidades cognitivas, ludicidade, criatividade e protagonismo estudantil.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa tem por base diálogos regulares entre os participantes do projeto para levantamento de demandas educacionais e para a compreensão do contexto sócio-educacional da comunidade indígena, além de revisão da literatura sobre a língua Karajá (*cf.* Maia, 2005, 2025; Maia, *et al.*, 2019; Roeper *et al.*, 2023; Museu do Índio, 2025), desenvolvimento de oficinas piloto, análise dos resultados das oficinas e proposta de readequação das oficinas após as experiências iniciais.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se um breve panorama da situação da educação indígena no país; na segunda seção, discutem-se os conceitos de línguas indígenas, gramática universal e os princípios da Aprendizagem Linguística Ativa; a terceira seção apresenta brevemente questões sociodemográficas do povo Karajá, elementos da língua Karajá e alguns materiais desenvolvidos no âmbito do projeto. A última seção traz considerações sobre a experiência e apresenta questões para pesquisas futuras.

2. A questão da educação indígena no Brasil

Para contextualizar os desafios que envolvem o processo de educação indígena, vale observar alguns levantamentos do censo do IBGE (2022). Segundo o estudo, quase 1,7 milhões de indígenas vivem no Brasil, o que corresponde a 0,83% da população brasileira. A população indígena brasileira é jovem em sua maioria e vive em terras indígenas. O Censo mostra que 10,65% da população indígena tem 60 anos ou mais, enquanto essa faixa de idade representa 15,81% da população residente do país. O maior peso percentual concentra-se na faixa de idade entre zero e 14 anos, que representa 29,95% da população indígena, seguida da faixa entre 15 e 29 anos, com 26,15%, e 30 a 44 anos, que representa 19,63% da população indígena no Brasil.

Essa característica acentua-se entre a população indígena que reside em Terras Indígenas, onde a faixa mais jovem (zero a 14 anos) chega a 40,54%. O grupo de idade entre 15 e 29 anos de idade corresponde a 28,37% da população indígena que reside nesses territórios, seguido do grupo de 30 a 44 anos (16,49%), 45 a 59 anos (8,71%) e 60 anos ou mais (5,89%). Os dados do IBGE que revelam a faixa etária da maioria da população apontam para um grande grupo em período de escolarização. Segundo o Censo escolar da educação básica há 3.359 escolas indígenas no Brasil (Censo 2020) e de acordo com o Centro de Referência em Educação Integral:

> Quase metade delas (49%) não possuem esgoto sanitário, 30% não contam com energia elétrica e 75% não têm acesso à Internet. Banda larga com velocidade de conexão é uma realidade em apenas 14% das unidades.
> Além disso, praticamente não há estruturas de suporte ao aprendizado de ciências e tecnologia: apenas 8% dispõem de algum tipo de laboratório em suas instalações.
> O material didático também é um desafio, já que há uma enorme diversidade cultural entre os 305 povos indígenas em território nacional, que falam 274 línguas diferentes e têm culturas distintas.
> Menos da metade (48%) utiliza material didático em língua indígena ou bilíngue (em língua indígena e em Língua Portuguesa), apesar da maioria (74%) ministrar aulas em língua indígena.
> Ainda, há a falta de professores indígenas formados para atuar nas unidades. "Esse protagonismo é indígena e a formação de professores serve para eles se apossarem dessas escolas, que façam seus próprios Projetos Político Pedagógicos e inovem nas práticas pedagógicas.

Em síntese, os dados revelam que, apesar dos avanços obtidos, ainda há necessidade de elaboração de formação específica e material didático adequado às características sociais e culturais das comunidades indígenas. Nesse cenário destacam-se as ações do Museu Nacional dos Povos Indígenas em parceria com a Unesco sob a gestão científica de Chang Whan Maia, como a elaboração de materiais didáticos do tipo Gramáticas Pedagógicas e dicionários multimídias, para diversas línguas indígenas com atividades e exercícios. Do exposto, pode-se concluir que, apesar das várias ações que vêm sendo desenvolvidas, dadas as características da população indígena no país, em sua maioria muito jovem, outras novas iniciativas devem ser implementadas para auxiliar os educadores das escolas indígenas.

3. Gramática Gerativa, Aprendizagem Linguística Ativa e ensino de línguas

Desde a segunda metade da década de 1950, a Teoria Gerativa, formulada por Noam Chomsky, busca vincular os estudos da sintaxe/gramática das línguas naturais à natureza geral das línguas humanas, estabelecendo relações entre as línguas naturais e a cognição humana. Isso inaugurou, consequentemente, um novo campo para os estudos linguísticos em que passa a ser possível o diálogo entre a linguística e outras ciências, como a biologia e a psicologia e impactou profundamente a compreensão das línguas humanas com base em conceitos derivados da biologia em interação com propriedades sócio-culturais humanas. Entre os pressupostos fundamentais para essa mudança de paradigmas estão os conceitos de Gramática Universal e Faculdade da Linguagem.

Para Chomsky, a "Faculdade da Linguagem" é uma dotação inata, geneticamente determinada, inerente, portanto, a todos os seres humanos. Essa dotação nos permite adquirir e utilizar línguas sem necessidade de instrução formal, bastando o contato com os dados do mundo exterior (caso não haja alguma patologia). A Faculdade da linguagem provê à espécie um tipo de Gramática Universal (GU), que são um conjunto de princípios compartilhados pela espécie que permite que crianças aprendam a falar e a criar sentenças de forma recursiva e criativa, desde a mais tenra idade, sem necessidade de instrução formal.

Em *Línguas Indígenas e Gramática Universal* (Maia *et al.*, 2019) são apresentadas descrições e análises de cinco línguas indígenas faladas no Brasil na construção de uma robusta discussão sobre línguas indígenas e Gramática Universal. A explicação dos autores para a similaridade e diferença entre as línguas humanas[4] é a seguinte:

> Chomsky propõe um programa universalista, que toma como ponto de partida o pressuposto de que todas as línguas são produtos da mesma faculdade humana da linguagem e, portanto, organizam-se segundo princípios universais comuns. Não haveria, portanto, línguas "exóticas", "primitivas", pois todas as cerca de seis a sete mil línguas ainda hoje faladas no mundo partem dos mesmos princípios universais. (Maia *et al.*, 2019, p. 10)

> Há, porém, alguns elementos e operações que são, de fato, universais no sentido estrito de se fazerem presentes em todas as línguas humanas: por exemplo, a estrutura de qualquer sistema de comunicação utilizado dentro de uma comunidade de fala se baseia nos mesmos tipos de elementos (por exemplo, nomes, verbos, sílabas acentuadas ou tonais, distinções temporais, expressão de negação, imperativas e interrogativas). (Maia *et al.*, 2019, p. 7)

> Além disso, em todas as línguas, essas estruturas estão envolvidas nos mesmos tipos de operações. A partir de um pequeno número de regras de combinação, as línguas derivam estruturas maiores de estruturas menores, produzindo assim, uma ampla variedade de significados e de sequências de sons. Isso funciona, justamente, porque as regras de combinação linguística têm certas propriedades. Elas devem ser recursivas (o que significa que o resultado de uma dessas operações pode servir como entrada para o mesmo tipo de operação) e devem ter um núcleo (o que significa que quando dois elementos se combinam, eles estão em uma relação assimétrica: apenas um deles determina as propriedades gerais da combinação; ou seja o 'todo' formado é necessariamente 'do mesmo tipo' (i.e. nominal, verbal) de exatamente uma das partes que o compõem). (Maia *et al*., 2019, p. 9)

Essa mesma perspectiva é utilizada como ponto de partida para a *Aprendizagem Linguística Ativa*, desenvolvida por Pilati (2017, 2024). Segundo a autora, a metodologia recebe esse nome justamente para evidenciar que uma aprendizagem ativa e realmente significativa das línguas naturais deve necessariamente ser mediada pelos achados e avanços das ciências linguísticas, tal como a teoria gerativa e a sociolinguística, além da linguística textual, captando as contribuições das áreas que sejam úteis ao nível da educação básica. Nesse sentido, a autora propõe que se parta de um conceito de língua que leve em consideração tanto os aspectos biológicos das línguas naturais quanto os aspectos sociais, numa perspectiva formalista, tal como explicado em Maia *et al.* (2019).

A Aprendizagem Linguística Ativa busca, portanto, sistematizar, evidenciar e materializar uma concepção de gramática como um sistema organizado por princípios específicos, numa estrutura composicional, que pode, em certa medida, ser explicitada, compreendida e utilizada de forma consciente. Essa concepção de gramática tem sua inspiração na linguística formalista contemporânea

[4] As línguas analisadas são: Mbyá e Tupinambá, ambas pertencentes à família Tupi-Guaraní, tronco Tupi, sendo o Tupinambá uma língua extinta; Kuikuro, da família Karib; Karajá, da família Karajá, tronco Macro-Jê; Paumari, da família Arawá. (Maia *et al*., 2019, p. 9).

e, por isso, constitui-se numa alternativa à visão tradicional de gramática entendida como conjunto de regras desconexas que precisam ser memorizadas. A metodologia busca, portanto, oferecer um conjunto de ferramentas e estratégias mentais para que se possa modificar a forma tradicional de se conceber as línguas humanas e de se ensinar gramática (sobre relações entre linguística, leitura e escrita, ver também Roeper; Maia; Pilati, 2020).

Outro objetivo consiste em apresentar formas práticas de levar essa nova proposta para a sala de aula, sugerindo atividades, materiais manipuláveis, aplicativos, jogos, oficinas e sequências didáticas que possam contribuir para o desenvolvimento da consciência linguística e metalinguística dos estudantes em articulação com processos de leitura e escrita. Uma inovação da metodologia é o Projeto Gramaticoteca, que reúne materiais concretos e manipuláveis para explicitar o funcionamento das línguas como sistemas organizados e guiados por princípios específicos. São exemplos de materiais desenvolvidos de acordo com essa metodologia dois tipos de Gira-giras, o Gira-gira do sistema linguístico (1), o Gira Gira das combinações (2):

Imagem 1: Gira-gira da gramática



Fonte: Acervo Gramaticoteca (2017)

O *Gira-gira da gramática* foi desenvolvido para representar a organização do sistema linguístico explicitando a ordem básica dos constituintes da língua. O *Gira-gira* pode ser montado de diferentes formas e recomenda-se o uso de um código de cores ou de formas, para diferenciar funções sintáticas. Segundo Pilati (2024), com o auxílio desse material, podem ser discutidos com os alunos vários temas, como: conhecimento linguístico prévio, intuição sobre sentenças gramaticais e agramaticais, formação de sentenças, tipos de verbo, efeitos de sentido decorrentes do uso de diferentes escolhas lexicais, movimento de constituintes, relações de concordância verbal a partir das mudanças nos traços do sintagma na posição de sujeito da oração, etc. Ao manipular os círculos, pode-se reler a sentença formada e perceber os diferentes sentidos da oração, dependendo da escolha verbal.

Os materiais manipuláveis como o da imagem (1) dá concretude à representação conceitual do sistema linguístico, a partir de sua organização mais básica, desempenhada pelo verbo, e pode ser utilizado para evidenciar outras características da sintaxe da língua portuguesa:

a) O verbo como elemento estruturante da oração e responsável pelos argumentos que seleciona, especificando seu tipo sintático e semântico;

b) Organização das sentenças em sintagmas;

c) A importância da escolha de cada elemento para o sentido global da sentença e a composicionalidade dos sistemas linguísticos gerativos.

Vejamos agora um segundo tipo de material manipulável utilizado na Gramaticoteca Karajá, o *Gira-gira das combinações*:

Imagem 2: Gira-gira das combinações



Fonte: Acervo Gramaticoteca (2024)

O *Gira-gira das combinações* é um material pedagógico criado para estimular a reflexão linguística, a compreensão da composicionalidade e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita por meio da exploração lúdica da língua. Ele é composto por três círculos móveis, em que cada um pode conter uma palavra ou parte de palavra diferente, ou seja, ele pode ser usado para atividades de morfologia ou atividades de sintaxe ou semântica. Ao girar os círculos e alterar a ordem, novas combinações podem ser formadas, permitindo observar quando surgem palavras válidas, expressões coerentes ou até mesmo orações completas. O material convida estudantes e educadores a explorarem a linguagem em sua dimensão experimental e interativa, estimulando tanto o raciocínio linguístico quanto a criatividade. Essa dinâmica oferece uma oportunidade prática para avaliar e exercitar temas como: formação de palavras, reconhecimento de combinações possíveis ou impossíveis; concordância verbal e nominal: identificação de quando os elementos se articulam de forma adequada; construção de orações: percepção da estrutura e do sentido nas frases resultantes.[5]

[5] O recurso foi desenvolvido de maneira original pela Professora Eloísa Pilati (UnB) e apresentado pela primeira vez em 2023, numa exposição realizada no Museu do Amanhã.

4. O povo Karajá: sua história, sua língua e experiências com a Aprendizagem Linguística Ativa

Segundo Maia *et al*. (2019), a língua Karajá é falada pelo povo Karajá, autodenominado Iny ‘gente’, que habita imemorialmente a região da Ilha do Bananal (TO), formada pelo rio Araguaia e o rio Javaés, nos estados de Tocantins, Goiás e Mato Grosso. O censo do IBGE de 2010 reportou um total de 3.119 Karajás. A língua Karajá ou Iny rybè ‘fala de gente’, pertencente ao Tronco Macro-Jê, divide-se nos dialetos Javaé, Xambioá e Karajá propriamente, que se subdivide ainda no Karajá do norte e no Karajá do sul. Sobre as variedades linguísticas na língua, segundo Maia *et al.* (2019):

> As variedades apresentam ainda formas diferenciadas de fala de acordo com o sexo, mas são todas mutuamente inteligíveis, com diferenças restritas à pronúncia e ao léxico. Embora em contato com a população regional desde o século XVIII, os Karajá preservam admiravelmente a sua língua e aspectos importantes de sua cultura, tais como os rituais de aruanã, que têm seu ápice na festa de iniciação dos meninos,
>
> conhecida como a festa de hetohokã “a casa grande”, que é construída especialmente para cada ciclo ritual cujo ápice coincide geralmente com o momento de cheia máxima do rio Araguaia, em fevereiro ou março. À exceção das aldeias mais periféricas de Aruanã, ao sul da ilha do Bananal, em Goiás, e do Posto Indígena Xambioá, ao norte do estado de Tocantins, a língua Karajá é, geralmente, a primeira língua adquirida pelas crianças nas aldeias, sendo considerada vulnerável, segundo critério da Unesco para avaliar as línguas ameaçadas, o que indica justamente que está ocorrendo transmissão intergeracional da língua, embora ela possa ter restrições de domínios de uso.

Sobre a morfologia, o Karajá é uma língua do tipo aglutinativo, em que as palavras são formadas pela união de morfemas que expressam, cada um, uma função gramatical diferente, tendendo a não “fundir” os morfemas, que, geralmente, mantêm sua forma bem recortada (*cf.* Maia 2019 *et al.*, p. 179). Ainda segundo Maia *et al.* (2019), por exemplo, uma raiz como “rybè” é formada pela união de “ryy” ‘boca’ e “bèe”, ‘água’. Se precedida por pronomes possessivos, a raiz “rybè” é analisada como o substantivo ‘fala’, ‘palavra’ ou ‘língua’ como indicado nos exemplos (1), (2) e (3) a seguir (*cf.* Maia *et al.*, 2019, p. 179, exemplos (83), (84) e (85)):

(1) wa-rybè
fala
‘minha fala’

(2) a-rybè
fala
‘tua fala’

(3) i-rybè
fala
'fala dele'

O substantivo "rybè" pode também integrar construções de posse ou genitivas constituídas pela anteposição de outros substantivos, como exemplificado em (4) e (5) (*cf.* Maia *et al*., 2019, p. 179, exemplos (86) e (87)):

(4) iny rybè
Karajá língua
'língua Karajá'

(5) tori rybè
Branco língua
'língua do Branco'

Se, no entanto, a raiz "rybè" estiver em um contexto morfológico em que aparece junto de afixos verbais, tais como vogal temática, pessoa e tempo, deriva-se um verbo como em (6) (*cf.* Maia *et al.*, 2019, p. 179, exemplo 88):

(6) r-a-rybè-ra
3-VT-falar-PST
'(ele) falou'

Outros afixos podem ser ainda incluídos, em uma ordem fixa, compondo vocábulos verbais complexos como em (7 a 9) (*cf. Maia et al*., 2019, p. 179, exemplos 89-91):

(7) r-a-rybè-reny-õ-ra
3-VT-falar-PL-NEG-PST
'(eles) não falaram'

(8) r-a-rybè-reny-õ-reri
3-VT-falar-PL-NEG-PRES CONT
'(eles) não estão falando (presente progressivo)'

(9) r-a-rybè-myhy-reny-õ-re
3-VT-falar-ASP PROG-PL-NEG-PRES
'(eles) não falam (presente genérico)'

Sobre a estrutura da sentença em Karajá, a língua *iny rybè* é do tipo SOV, em que o verbo está posicionado ao final da frase. Seguindo, portanto, o padrão de línguas com núcleo final, a língua apresenta harmonias intercategoriais, incluindo, por exemplo, posposições e construções em que o possuidor precede o elemento possuído no Sintagma Nominal. A língua foi analisada como de tipo

ativo-estativo por Maia (1986/1998), ou seja, a língua apresenta uma cisão dos verbos intransitivos em ativos e estativos. Nos verbos intransitivos ativos, o sujeito se alinha aos sujeitos dos verbos transitivos ativos, enquanto, nos verbos intransitivos estativos, os sujeitos alinham-se com os objetos dos verbos transitivos. Nos dados a seguir, ilustra-se este padrão (10 a 12):

(10) tori r-i-wa-toruny-reri
branco 3A-VT-1O-empurrar-PRES
'O branco está me empurrando'

(11) deary wa-bina-reri eu 1S-doente-PRES 'Eu estou doente'

(12) deary ar-õ-rõ-kre
Eu 1A-VT-dormir-FUT
'Eu vou dormir'

(13) deary benora ar-i-my-kre
eu tucunaré 1A-VT-pegar-FUT
'Eu vou pegar tucunaré'

Em (10), o sujeito do verbo transitivo 'empurrar' é marcado na forma verbal pelo prefixo de terceira pessoa r-, da série de prefixos ativos. Já o objeto é identificado pelo morfema -wa- de primeira pessoa. Observe-se, no entanto, que, no dado (11), a raiz verbal intransitiva estativa - bina- tem como sujeito a mesma forma -wa- que codifica em (10) o objeto do verbo ativo 'empurrar'. O verbo intransitivo ativo em (12), por outro lado, marca a primeira pessoa com o prefixo ar-, da série ativa, assim como o verbo transitivo em (13).

Em relação à sintaxe comparada da língua Karajá e da língua portuguesa, há um aspecto que merece destaque, que é o fato de apresentarem ordens de constituintes distintas: SOV e SVO respectivamente. Essa questão revela-se importante numa discussão sobre ensino de línguas porque quando a gramática a ser aprendida não está suficientemente internalizada, é comum que o falante recorra como procedimento automático ao parâmetro de ordem vocabular fixado na gramática da primeira língua. Esse fenômeno foi observado por Maia (2005) justamente na relação entre aprendizes de Karajá e Português.

É nesse sentido que a explicitação dos contrastes entre a primeira e a segunda língua poderia desempenhar um papel eficaz na aprendizagem dos novos parâmetros, acionando a consciência metalinguística para contribuir para a sua internalização e evitar progressivamente a "recaída" automática nos parâmetros da L1. Sobre a importância da percepção dos diferentes padrões das duas línguas o autor afirma:

> De fato, de modo geral, os alunos indígenas do projeto expressaram, ao final dos seminários contrastivos, sua concordância de que a "tomada de consciência" sobre as diferentes ordens presentes em suas línguas, comparativamente ao português, poderá ser-lhes úteis não só para melhorar a qualidade de seus próprios textos em português, mas também para desenvolver a produção oral e escrita de seus alunos nas escolas das aldeias (Maia, 2005, p. 7).

Devido a essa questão da ordem entre a língua Karajá e o português, nas reuniões entre os pesquisadores do projeto Gramaticoteca Karajá, este foi um dos fenômenos considerados importantes para serem analisados, assim como o próprio processo de consciência linguística e metalinguística dos estudantes.

Seguem abaixo materiais desenvolvidos e aplicados durante o projeto em dois momentos distintos: o primeiro foi aplicado na escola, após as reuniões entre os pesquisadores do projeto. Decidiu-se que dois materiais seriam levados para a escola para uma experiência inicial com a comunidade escolar. Os materiais escolhidos foram jogo da memória, para expansão do vocabulário e da escrita (imagem 4), e o quebra-cabeça com palavras da língua em que os estudantes deveriam formar sentenças obedecendo a ordem da língua Karajá (imagem 3). Os docentes da escola Karajá da ilha do Bananal prepararam uma lista de palavras

e recortaram-nas em pequenos pedaços para serem embaralhados e apresentados pelos estudantes da escola, pertencentes em sua maioria ao sexto ano do ensino fundamental.

Imagens 3 e 4: Atividades da Gramaticoteca levadas para a escola Karajá, ilha do Bananal (2025) - Quebra-cabeça da gramática (à esquerda) e Jogo da memória (à direita).



Fonte: Prof. Leandro Lariwana (2016)

Segundo relatos do Professor Leandro Lariwana, diretor da escola em que as atividades foram desenvolvidas, as atividades foram consideradas exitosas pelos docentes e pelos discentes, que observaram de forma positiva o interesse e o engajamento dos estudantes que puderam manipular os materiais, agir de forma ativa e lúdica com o conhecimento linguístico.

Em um segundo momento, foi realizada uma oficina presencial no Museu Nacional dos Povos Indígenas do Rio de Janeiro para apresentar outros materiais do acervo da Gramaticoteca, a serem posteriormente levados para a escola. Nessa oficina, discutiu-se o uso dos círculos gramaticais, que podem ser usados em forma de Gira-Gira ou não (imagens 5 e 6) e o Gira-Gira das combinações (imagem 7).

Imagens 5 e 6: Círculos da Gramática, evidenciando a organização sintagmática da língua Karajá



Fonte: Acervo Gramaticoteca, Oficina no Museu Nacional dos Povos Indígenas, RJ (2025)

O uso de materiais manipuláveis e coloridos da Gramaticoteca foi considerado muito eficiente para o processo de tomada de consciência linguística, pelo fato de poderem explicitar a ordem "invisível" presente no sistema das línguas naturais e o uso das diferentes cores servir como um importante sinalizador das diferentes funções sintáticas desempenhadas pelas palavras da língua. No caso das imagens apresentadas, discutiu-se a ordem de palavras numa sentença do tipo "Buhã utura rirora" que significa literalmente "o boto o peixe comeu", traduzido na ordem em português como "o boto comeu o peixe".

Imagem 7: Gira-gira das combinações com palavras Karajá



Fonte: Acervo Gramaticoteca, Oficina no Museu Nacional dos Povos Indígenas , RJ (2025)

No contexto de discussões sobre a possibilidade do uso do Gira-gira das combinações, na língua Karajá, analisou-se um caso de formação de palavras, tal como a forma verbal ‘risuhòdyynyra’ “fez tomar banho”:

(14) r-i-suhò-dyy-ny-ra
3A-vt-banhar-CAUS-Vb-Pass
“fez tomar banho”

Como o material foi desenvolvido em material que permite que se escreva com pincel de quadro branco e que se apague múltiplas vezes o texto, indicou-se que posteriormente, os professores poderão construir atividades com morfemas formadores de palavras em Karajá, uma língua morfologicamente rica em que os morfemas aglutinam-se de modo bem recortando, sem fundirem-se, prestando-se, portanto a práticas lúdicas como as da Gramaticoteca, com potencial para desenvolver a consciência metalinguística dos alunos a respeito dos processos de formação de palavras em sua língua.

5. Considerações finais

Este artigo abordou a experiência inicial do uso de materiais concretos e manipuláveis desenvolvidos pela Aprendizagem Linguística Ativa e Gramaticoteca para a língua indígena Karajá. De forma geral, considerou-se uma experiência exitosa que aponta para um futuro promissor na formação de professores indígenas porque o uso de materiais manipuláveis da Gramaticoteca favorece a aproximação entre o estudante e a estrutura da língua de maneira concreta e experiencial, fugindo da tradição gramatical do ensino de gramática tradicional que ensina línguas apenas por meio a explicitação de regras. Ao lidar com recursos físicos e interativos, como discos, cartas ou Gira-giras combinatórios, os estudantes podem reconhecer padrões linguísticos que, de outra forma, permaneceriam abstratos ou de difícil percepção. Essa materialidade oferece suporte à tomada de consciência linguística, etapa fundamental para o fortalecimento da aprendizagem e, sobretudo, para a valorização das línguas em contextos de revitalização e ensino formal. Nesse sentido, os materiais da Gramaticoteca não se limitam a transmitir regras, mas criam situações de experimentação ativa, de solução de problemas gramaticais, em que o sujeito manipula, testa hipóteses e constrói sentido.

Considerando esta experiência inicial, surgiram diversas reflexões e uma verdadeira agenda de pesquisa na área, que devem buscar: respeitar e fortalecer o protagonismo dos professores indígenas, reconhecendo sua centralidade no processo educativo e a relevância de sua cosmovisão na condução das práticas pedagógicas; ampliar o repertório de materiais adaptados especificamente para línguas indígenas, respeitando suas particularidades fonológicas, morfológicas e sintáticas; promover formações para professores indígenas e não indígenas, de modo que possam explorar metodologias participativas apoiadas em recursos manipuláveis; integrar tecnologia e tradição, criando versões digitais interativas que dialoguem com os materiais físicos, ampliando o acesso a comunidades

diversas; incentivar pesquisas colaborativas, envolvendo falantes nativos, pesquisadores e educadores na criação e avaliação desses recursos.

Os materiais descritivos e pedagógicos organizados por linguistas não indígenas e indígenas podem todos ser objetos de pesquisa, estudo crítico e ensino no âmbito do programa da Gramaticoteca. Questões gramaticais da língua Karajá, como as exemplificadas no presente artigo, ilustram as muitas possibilidades pedagógicas ao alcance dos professores e alunos das escolas Karajá, que podem estender as práticas de construção ativa de materiais concretos, usando materiais, tais como a recente Gramática Pedagógica organizada por Oliveira, Chang, Maia, Lariwana, Mayru & Woubedo (2025) e publicada pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas, no quadro do PRODOCLIN (Museu do Índio/ UNESCO). Estudos descritivos mais abrangentes da língua como os desenvolvidos por Ribeiro (2012), bem como questões sociolinguísticas, como as entretidas em Borges (1997), que estuda as falas feminina e masculina em Karajá, ou pesquisas como as de Lariwana Karajá (2016), sobre o ciclo de vida Iny, ou trabalhos como os de Pimentel da Silva (1997), focalizando a aquisição e usos de línguas na sociedade Karajá, entre vários outros, podem todos vir a ser produtivamente trazidos para a sala de aula no programa da Gramaticoteca.

Todas essas ações são fundamentais para um caminho que nos leve para o empoderamento linguístico e cultural das comunidades indígenas, contribuindo de forma significativa para a vitalidade das línguas indígenas e para o reconhecimento da diversidade linguística no Brasil.

Referências

BORGES, Mônica V. *As falas feminina e masculina no Karajá*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

FRANCHETTO, Bruna; COUTINHO-SILVA, Tânia. (org.) *Yonne de Freitas Leite:* memórias de uma pesquisa infinda. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: 26 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022*: metade da população indígena no país tem menos de 25 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39932-noticia-censo-22-indigena. Acesso em: 26 maio 2026.

LARIWANA KARAJÁ, Leandro. Ciclo da vida Iny (Karajá). *Revista Articulando e Construindo Saberes*, [s. l.], v. 1, n. 1, 2016.

MAIA, M. Aspectos Tipológicos da Língua Javaé. München: Lincom-Europa, 1998. 90 p. (Lincom Studies in Native American Linguistics, v. 11). Originalmente publicado em: 1986.

MAIA, Marcus. Uma mente, duas línguas: reflexões sobre a transferência de padrões de ordem vocabular em textos de falantes indígenas bilíngues. *Cadernos de Educação Escolar Indígena*, Barra do Bugres: UNEMAT, v. 4, n. 1, pp. 52-65, 2005.

MAIA, Marcus; LEMLE, Miriam; FRANCHETTO, Bruna; VIEIRA, Márcia Damaso. *Línguas indígenas e gramática universal*. São Paulo: Contexto, 2019.

MAIA, Marcus. Syntactic structure and processing of brazilian indigenous languages. *In*: *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2025. v. 1, pp. 1-20. Disponível em: https://oxfordre.com/linguistics/view/10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001/acrefore-9780199384655-e-1105. Acesso em: 19 fev. 2025.

MUSEU DO ÍNDIO (coord.). *Gramática pedagógica Yrybè-do Thirty.* Rio de Janeiro: FUNAI, 2025. (Série Gramáticas).

OLIVEIRA, C.; CHANG, W.; MAIA, M.; LARIWANA, L. K.; MAIRU, E. K.; WOUBEDU, K. (org.). *Gramática Pedagógica da Língua Karajá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; UNESCO, 2025. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 26 maio 2026.

PILATI, Eloisa. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PILATI, Eloisa. *Aprendizagem linguística ativa:* da teoria à gramaticoteca. São Paulo: Pontes Editores, 2024.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Aquisição e usos de línguas na sociedade Karajá. *Letras em Revista*, Goiânia, v. 7/8, n. 8, pp. 173-182, 1997.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. *A grammar of Karajá*. 2012. Tese (Doutorado) – University of Chicago, Chicago, 2012.

ROEPER, Tom; MAIA, Marcus; PILATI, Eloisa. *Experimentando linguística na escola*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69721

Hipercorreção e frequência de uso: um pequeno estudo de caso da língua Akwẽ-Xerente

Hypercorrection and frequency of use: a small case study on Akwẽ-Xerente language

Mário André Coelho da Silva[1]

RESUMO

A língua indígena Akwẽ-Xerente, pertencente ao ramo Akuwẽ (Jê Central) da família Jê, conta com uma série de elisões vocálicas ao longo de sua história, com algumas delas ainda ativas em alternâncias morfofonológicas na sua atual sincronia. Em alguns contextos, vê-se emergir destas quedas vocálicas um tepe não etimológico, fazendo com que uma estrutura silábica originalmente complexa se torne ainda mais, já que a partir da interação de encontros consonantais com a emergência do tepe entre essas consoantes, podem surgir sílabas com *onsets* com até três consoantes [CɾCV]. Este artigo busca descrever, a partir da Teoria de Exemplares, em quais contextos este padrão emerge e quais suas motivações. Mostramos que o tipo [kɾC], com tepe não etimológico seguido por consoante coronal, é o contexto mais frequente e que, por trás disso, encontra-se um caso de hipercorreção, em que falantes mais jovens buscam aproximar sua fala daquela dos anciãos, que é considerada como o padrão de prestígio da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Fonologia de uso. Hipercorreção. Línguas indígenas. Macro-Jê. Xerente.

ABSTRACT

The indigenous Akwẽ-Xerente language, belonging to the Akuwẽ (Jê Central) branch of the Jê family, has a series of vowel elisions throughout its history, with some of them still active in morphophonological alternations in their current synchrony. In some contexts, a non-etymological tap emerges from these vowel elisions, causing an originally complex syllabic structure to become even more complex. Syllables with onsets with up to three consonants [CɾCV] can emerge from the interaction of consonant clusters with a non-etymological tap between them. This paper aims to describe, based on the Exemplar Theory, in which contexts this pattern emerges, and what are its motivations. We show that the [kɾC] type, with a non-etymological tap followed by a coronal consonant, is the most frequent context and that, behind this, there is a case of hypercorrection, in which younger speakers seek to bring their speech closer to that of the elders, which is the one considered as the prestige standard of the community.

KEYWORDS: Hypercorrection. Indigenous languages. Macro-Jê. Usage-based phonology. Xerente.

1. Introdução

Estudos linguísticos que considerem efeitos de uso, como aqueles levados a cabo por teorias fonológicas de uso, como a Teoria dos Exemplares (Bybee 2001, 2010) por exemplo, ainda estão em um estágio extremamente incipiente em sua aplicação na análise de línguas indígenas brasileiras. Há décadas, tem-se tornado inegável que o efeito do uso conta como um papel relevante na organização dos sistemas sonoros (e linguísticos de maneira mais geral) sincrônicos das línguas do mundo e também

[1] Doutor em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Goiás (UFG). mario.andrecs@ufg.br, https://orcid.org/0000-0002-4882-1567.

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 21/04/2026

como motor da mudança ao longo do tempo (Bybee, 2001, 2010). O presente trabalho pretende, desta forma, trazer um pequeno estudo de caso, ainda inicial, sobre como a frequência de uso tem sido um motivador da hipercorreção fonético-fonológica na diacronia da língua Akwẽ-Xerente.

A língua Akwẽ (Glottocode: xere1240) é falada pelo povo de mesmo nome, o qual é mais conhecido na literatura por Xerente. Com aproximadamente 3.323 falantes (IBGE, 2022), o povo Akwẽ tem por território, hoje, duas Terras Indígenas demarcadas: a T. I. Xerente e a T. I. Funil, ambas no município de Tocantínia, estado do Tocantins, numa faixa de terra entre os rios Tocantins e Sono e distantes a aproximadamente 85 km da capital estadual, Palmas.

A língua ainda conta com a transmissão intergeracional, apesar de um grande domínio da língua do colonizador, o português, pela maior parte das pessoas que vivem nas duas T. I.s. Pertence ao ramo Akuwẽ (também conhecido na literatura por Jê Central), da família Jê, a qual, por sua vez, é uma ramificação do tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1999; Nikulin, 2020). Da mesma família, ainda é falado o A'uwẽ (Xavante, Glottocode: xava1240), língua a qual, mais a frente, nos será de interesse, e, já em estado de dormência, tem-se o Krẽka (Xakriabá, Glottocode: xakr1238) e o Akroá (Glottocode: acro1239), para os quais pode-se verificar o parentesco por meio de lembradores, no caso daquela, e por meio de listas de palavras do século XIX, no caso de ambas (Martius, 1867b, vol. II). Possivelmente, o povo Gueguê também falava uma língua pertencente ao ramo Akuwẽ, pois, apesar de não ter tido seu idioma registrado, é descrito pela historiografia não indígena como tendo cultura e língua próximas às dos Akroá (Martius, 1867a, vol. I, p. 280).

Este artigo se organiza da seguinte maneira: na próxima seção, apresentaremos um panorama da fonologia do Akwẽ, com atenção especial para a estrutura silábica e para os contextos de queda vocálica, a qual é pervasiva na língua, tanto de um ponto de vista sincrônico quanto diacrônico. Depois, na seção seguinte, caracterizaremos a hipercorreção no Akwẽ dentro de um contexto sincrônico e diacrônico no ramo Akuwẽ. Em seguida, descreveremos a metodologia de pesquisa e como ela se encaixa dentro da Teoria de Exemplares e, encaminhando para o fim, apresentamos os resultados e a análise destes para, então, procedermos às considerações finais.[2]

2. Fonologia do Akwẽ

Apresentamos, nesta seção, um breve panorama da fonologia do Akwẽ. Em relação ao inventário fonológico e à estrutura silábica, em grande medida a análise de Mattos (1973, 2024) se aproxima dos fatos por nós observados, ainda que, a partir da análise de dados publicados em trabalhos acadêmicos e com quase cinco anos de orientação de alunos Akwẽ na licenciatura em Educação

[2] Neste trabalho usamos as seguintes convenções: o asterisco indica uma forma fonológica reconstruída, se seguido pelo item lexical em itálico, ou uma forma fonológica não atestada/agramatical, se seguido por barras. Formas fonéticas reconstruídas ou não atestadas/agramaticais são marcadas por um asterisco seguido de colchetes; nestes casos, o contexto indicará ao leitor qual a leitura pretendida. Raízes relacionais (Salanova; Nikulin, 2025) são precedidas por um hífen. A letra C entre barras ou colchetes indica uma consoante e a letra V, nesses mesmos contextos, uma vogal. As glosas usadas são as seguintes: CAUS – causativo; DAT – dativo; ERG – ergativo; HON – honorífico; NF – forma não finita; PL – plural; RLS – *realis*; SG – singular; TH – consoante temática; 1 – primeira pessoa; 2 – segunda pessoa.

Intercultural do Instituto de Formação Superior Indígena Takinahakỹ (IFSIT), na Universidade Federal de Goiás (UFG), tenhamos alguns indícios para divergir em pontos específicos da análise de Mattos, principalmente no que concerne ao estatuto fonológico de algumas consoantes. Outros trabalhos trazem análises muito semelhantes à desse autor, exceto por ignorarem algumas distinções fonológicas, como por exemplo, entre /ɨ/ e /ə/ (Sousa Filho, 2007; Frazão, 2013; Souza, 2008, 2017), ou o contrário: distinguem como fonemas alofones de um mesmo fonema, como [b] e [m] ou [d] e [n], que são analisados, respectivamente como /b, m, d, n/ (Sousa Filho, 2007; Frazão, 2013; Souza, 2008, 2017; Cotrim, 2016).

Quadro 1: Inventário fonológico consonantal do Akwẽ

	labiais	**alveolares**	**Palatal**	**velar**	**glotal**
obstruintes surdas	/p/	/t/	/s/	/k/	
obstruintes sonoras	/m/ > [b]	/n/ > [d]	/z/		
nasais	/m/	/n/			
soantes	/w/	/ɾ/	/j, j̃/		/h/

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Mattos (1973, 2024)

Alguns comentários acerca da tabela acima são necessários. Primeiramente, destaca-se que, apesar de não se tratarem de palatais, agrupamos as fricativas alveolares /s, z/ e algumas ocorrências da nasal /n/ como palatais por estas virem, historicamente, de uma série de palatais **c* (dando origem a /s/), **ɲ* (com um alofone oral *[ɲʲ] que deu origem a /z/ e outro nasal *[ɲ] que se fundiu com /n/). A origem palatal de /s, z/ ainda pode ser escutada na fala dos mais velhos, na realização dessas consoantes como [s̻, z̻] (descritas como retroflexas [ʂ, ʐ] por Mattos (1973, 2024) e Souza (2008, 2017)), as quais, com seu caráter articulatório mais posterior da lâmina da língua, refletem um estágio de transição entre palatais e alveolares. Mattos (1973) afirma que sincronicamente [j, j̃] são alofones, respectivamente, de /s, n/ na posição de coda silábica, contudo, a queda de vogais, como veremos mais adiante, gera padrões silábicos fonéticos complexos, em que podem ser encontradas ocorrências de [s, n] em fim de sílaba, obscurecendo a relação entre a distribuição fonológica e fonética dessas consoantes. Por isto, neste estudo, preferimos considerar /j, j̃/ como protótipos de diferentes *clusters* na representação mental dos falantes (detalharemos a relação entre o conceito clássico de fonema e a ideia de *clusters* na Seção 4). Para maiores detalhes sobre a evolução diacrônica das consoantes do Akwẽ, remetemos os leitores à tese de Nikulin (2020).

Outro ponto é o destaque que demos para as diferentes formas dos pares de obstruintes sonoras orais e nasais. Ainda que a distribuição entre [m, b] e [n, d] seja largamente previsível, em que são realizados como os *onsets* [m, n] antes de vogais nasais e [b, d] antes de vogais orais, novamente, vemos que a queda das vogais por vezes ofusca essa distribuição, já que o motivador da escolha por

uma ou outra forma nem sempre aparece, como em [-hidba] 'irmã (do homem)' (< Proto-Akuwẽ *-*hidiba*) ou [-nkɾe] 'nariz' (< Proto-Akuwẽ *-*ɲ-ĩkɾe*). Junte-se a isso, a emergência de formas com consoantes nasais, motivadas não mais pela vogal nasal seguinte, mas por aquela à esquerda: [ĩdatkɨ] ~ [ĩnatkɨ] (mas *[ĩnə̃tkɨ], agramatical) 'minha mãe' (< Proto-Akuwẽ *ĩ-datikɨ ~ *ĩ-datikə)

No quadro 2, a seguir, apresentamos as vogais do Akwẽ. Esta análise, como discutido anteriormente, é a proposta por Mattos (1973, 2024) e por Cotrim (2016). As distinções nela presente são as mesmas dos dados que temos, tendo em vista que os demais autores consultados (Sousa Filho, 2007; Frazão, 2013; Souza, 2008, 2017) ignoram a distinção entre /ɨ/ e /ə/.

Quadro 2: Inventário fonológico vocálico do Akwẽ

	anteriores	**centrais**	**posteriores**
altas	/i, ĩ/	/ɨ/	/u, ũ/
médias	/e, ẽ/	/ə, ə̃/	/o, õ/
baixas	/ɛ/	/a/	/ɔ/

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Mattos (1973, 2024)

O sistema de vogais do Akwẽ, com exceção da queda vocálica, a qual detalharemos mais adiante, não conta com alternâncias importantes para a discussão deste artigo. Notamos que as vogais /ɨ, ũ, o/ contam com uma frequência de tipo extremamente baixa,[3] ainda que /o/ tenha uma frequência de ocorrência alta, por ser encontrada em morfemas gramaticais de uso frequente, como /to/ 'RLS', /kə̃to/ 'e' etc., apesar de não a termos quantificado precisamente.

Em relação à sílaba fonológica, em concordância com Mattos (1973, 2024), entendemos que a estrutura máxima é /(C_1)(C_2)V(C_3)/. Sílabas sem *onset* ocorrem em alguns índices prefixais de pessoa, como /ĩ-/ 1.SG, /a-/ 2. SG.HON, dentre outros; na fala dos mais jovens, quando ocorre a queda de /h/: /bɾupahi/ > [bɾupaˈ**i**] 'andorinha'; e em alguns poucos itens lexicais iniciados por /a-/, a maioria deles pertencentes à fitozoonímia, como /akɛ/ 'tiririca', /aɾbɔ/ 'morcego', dentre outros. A posição de C_1 pode ser ocupada por qualquer consoante, exceto por /j, ɲ/ e C_2 pode ser ocupada apenas por /w, ɾ/, caso C_1 seja uma não soante não coronal e que não concorde em ponto de articulação com C_2. Desta forma, são lícitos apenas os *onsets* complexos /pɾ-, mɾ-, kɾ-, kw-/. Qualquer outro encontro consonantal em ataque silábico surge, historicamente, a partir da queda vocálica ou, sincronicamente, da alternância entre formas conservadoras com vogais e formas inovadoras emergentes sem vogais. Contudo, Santos (2025) demonstra que, em raízes nominais, estes encontros consonantais derivados da queda da vogal estão em estágio avançado de fonologização, por a vogal já não ocorrer em mais nenhum contexto fonético e, consequentemente, poder ser recuperada somente por alternâncias

[3] Na seção Akwẽ-português do dicionário de Krieger e Krieger (1994), contabilizamos, a partir de um total de 3.714 entradas, 12 ocorrências de entradas com /ɨ/ (=0,32% do total de entradas); 13 ocorrências de entradas com /ũ/ (=0,35%) e 34 ocorrências de entradas com /o/ (=0,92%). Em outras palavras, a frequência de tipo para entradas do dicionário com as três vogais em questão, somadas, totaliza 59 ocorrências ou, em termos proporcionais, apenas 1,59% das entradas contam com um dos três segmentos.

morfofonológicas em alguns casos (como [-nkɾe] ‘nariz’, citado mais acima). Finalmente, a posição de coda pode ser preenchida apenas pelas consoantes /-m, -j, -j̃/: outras consoantes que ocorrem em fim de sílaba, também são indicativas de que são formas inovadoras, em que uma vogal que se elidiu.

A queda vocálica, como dito anteriormente, é um fenômeno extremamente frequente na língua, tanto do ponto de vista diacrônico quanto sincrônico, e pode ser dividida em quatro tipos, alguns ainda produtivos em alternâncias morfofonológicas, a saber: queda de vogal eco etimológica; queda de vogais anteriores altas /i, ĩ/; a queda de vogais finais em clíticos monossilábicos; e a queda de vogal alta /u/.

Na história das línguas Macro-Jê, um dos parâmetros das consoantes em coda era a presença ou não de uma vogal eco, a qual tem a pronúncia reconstruída como uma vogal curta, átona, de mesmo valor que a vogal do núcleo da sílaba. As línguas Jê herdaram esse traço das consoantes em coda e, nas línguas Akuwẽ, houve a fonologização dessa vogal eco em uma vogal plena (Nikulin, 2020, p. 89-91). Na língua Akwẽ, como demonstrado por Santos (2025), a vogal que originalmente era o núcleo silábico cai em nomes, mas a vogal eco se mantêm: /bɾu/ ‘roça’ < Proto-Akuwẽ **buɾu* (A’uwẽ /buɾu/), sem nenhum tipo de alternância.[4] Em outras palavras, para os nomes no Akwẽ, a queda da vogal nuclear etimológica já está consolidada e não se encontra realizações como *[buɾ]. Em verbos, a vogal do núcleo etimológico e a vogal eco podem ou não se elidir, a depender do contexto morfossintático. A vogal eco etimológica é encontrada em variação com formas sem ela na 1ª e 2ª pessoa do singular, caso o verbo não seja seguido por algum modificador: [ĩhəɾə] ~ [ĩhəɾ] < /ĩ-həɾə/ 1.SG-gritar ‘eu grito/ei’. Em outros contextos, isto é, na presença de morfemas à direita do verbo, não há mais formas com a vogal nuclear etimológica, permanecendo apenas a vogal eco etimológica: [wahɾənĩ] < /wa-həɾə=nĩ/ 1.PL-gritar=1.PL ‘nós gritamos’. No imperativo, as duas vogais (nuclear e eco) se mantêm: [ajhəɾə] < /aj-həɾə/ 2-gritar ‘grite!’.

A emergência de formas sem ambas as vogais anteriores altas [i, ĩ] ainda é um fenômeno ativo na língua e não se restringe a nenhuma classe morfológica, sendo muito similar com as alternâncias vistas nas vogais eco. A exceção é que, mesmo em nomes, as vogais /i, ĩ/ finais podem se elidir como em [paʤi] < /padi/ ‘tamanduá’, mas [patɾe] < /pati-ɾe/ tamanduá-DIM ‘tamanduazinho’.[5] Desta forma, temos [ĩsaɾi] ~ [ĩsaɾ] < /ĩ-sa-ɾi/ 1.SG-morder-NF ‘eu mordi/o’; [ajsaɾi] < /aj-sa-ɾi/ 2-morder-NF ‘morde!’; [wasaɾnĩ] /wa-sa-ɾi=nĩ/ 1.PL-morder-NF=1.PL ‘nós mordemos’.[6]

---

[4] Interessante notar que alguns nomes que não tinham uma vogal eco originalmente, foram reanalizados como tendo: Akwẽ [mɾə̃j] ‘mata’ (forma não final), vindo de Proto-Akuwẽ **mə̃ɾə̃j* (A’uwẽ /*mə̃ɾə̃j*/), com cognatos externos que demonstram que não havia uma coda com vogal eco, pois não se encontra reflexos dessa vogal nestas línguas: Maxakalí /bɨdʉ̃C/ ‘veado’, Pré-Yaathê **mílí* ‘grama’ e, possivelmente, Krenák /maɾɛt/ ‘espírito’.

[5] As línguas Akuwẽ contam com muitas raízes com duas formas distintas, chamadas de forma final, caso seja o morfema mais à direita em um sintagma, e forma não final, caso haja algum morfema à sua direita em um sintagma. A distinção entre [pat(i)] e [padi] é justamente entre a forma não final e final. Os tipos mais frequentes de alternância (formas não finais à esquerda e finais à direita) são [-VpV] ~ [-VbV]; [-VtV] ~ [-VdV]; [-VkV] ~ [-V]; [-VkV] ~ [-VɾV]; e [-VzV] ~ [-VnmṼ].

[6] Por algum motivo ainda não entendido completamente por nós, ao menos duas raízes terminadas em /i/ não contam com a queda descrita acima: /wa-n-ĩpi=nĩ/ 1.PL-TH-trabalhar=1.PL ‘nós trabalhamos’ não conta com exemplares como *[wanpinĩ], *[wanĩpnĩ] ou *[wanpnĩ], mas sempre com todas suas vogais etimológicas expressas: [wanĩpinĩ]. O mesmo pode ser dito para a raiz /-n-ĩsi/ ‘nome, nomear’.

Ainda ativa sincronicamente, encontra-se a perda de segmento vocálico final de clíticos monossilábicos, que ocorrem, no caso de posposições, quando estas têm por argumento um índice de pessoa ([ajm] < /aj-mə̃/ 2-DAT; [ĩt] < /ĩ-te/ 1.SG-ERG). Os clíticos pós-verbais de plural contam com a emergência de formas sem suas vogais finais, alternando com formas em que a vogal ocorre, caso estejam na posição mais à direita do sintagma (com exceção de construções em que verbos com esses clíticos estejam no imperativo): [sõmɾkwa] ~ [sõmɾkw] < /sõm-ɾĩ=kwaba/ dar-NF=2.PL 'vocês deram'; [ajsõkɾekwaba] < /aj-sõkɾe=kwaba/ 2-cantar.SG=2.PL 'cantem (vocês dois)!'.

Por fim, uma queda vocálica já consolidada na sincronia da língua é aquela da vogal /u/. Algumas raízes do Proto-Akuwẽ, como **akuwẽ* 'povo' e **kuhədə* 'anta (forma final)', já não contam mais com a vogal alta posterior no Akwẽ: [akwẽ] e [kdə], respectivamente. Em outras raízes a vogal /u/ se elide em alguns compostos, mas não em outros: Proto-Akuwẽ **hesu* 'folha' > Akwẽ [hesu], que conta com compostos em que a vogal cai ([hespɔkɾə̃] < /hesu-pɔ-kɾə̃/ folha-largo-fruta 'banana'), mas conta também com compostos em que isso não ocorre ([hesuka] < /hesu-ka/ folha-claro 'papel'). Ainda não nos é claro o contexto motivador da queda, ainda mais tendo em conta que em algumas palavras os /u/ etimológicos se mantêm: /kuba/ < Proto-Akuwẽ **kuba* 'barco', /huku/ < Proto-Akuwẽ **huku* 'onça' etc.

3. O problema da hipercorreção

Quando observamos a etimologia de alguns itens lexicais do Akwẽ, percebe-se que com a perda da vogal, esteja ela já fossilizada ou não, em algumas palavras surge uma consoante [ɾ], claramente não etimológica. Vejamos os exemplos (1) abaixo:

(1)	a. Akwẽ [ajkɾdɛ]	A'uwẽ [ajʔudɛ]	'criança'
	b. Akwẽ [kɾtabi]	A'uwẽ [ʔuptabi]	'verdadeiro'

A partir dos exemplos em (1), é possível perceber que na posição da palavra onde há a queda da vogal [u] do Akwẽ, que pode ser recuperável pelo cognato em A'uwẽ, encontra-se um tepe. O exemplo em (1b) é interessante, pois há uma forma em Akwẽ [kujtabi], em que é possível recuperar o /u/ etimológico. Encontra-se também alomorfes sem a vogal e sem o tepe: [ajkdɛ] e [ktabi].[7] Todas estas formas apontam para o Proto-Akuwẽ **ajkudɛ* e **kujtabi ~ *kuptabi,* respectivamente. Assim sendo, como explicar a emergência de uma consoante, que deixa um padrão silábico complexo ainda mais complexo, como em **CVCV-* > CCV- > [CɾCV-]?

Ressalta-se, ainda, que na fala dos mais jovens, os [ɾ] interconsontantais, etimológicos ou não, são ouvidos cada vez com uma frequência menor, em especial numa fala menos monitorada e em contextos mais informais. Palavras como /pɾaba/ 'dançar' (< Proto-Akuwẽ **pɾaba* 'correr') ou /mɾẽmẽ/ 'falar'(< Proto-Akuwẽ **mɾẽmẽ* 'falar') tem as formas [pba] e [mmẽ] favorecidos pelos jovens em detrimento de [pɾba] e [mɾmẽ], nos contextos mencionados. Nos exemplos de (1), /ajkudɛ/

[7] Há ainda outros alomorfes, referentes às formas não finais, para estes itens, como [ajktɛ], [ajkɾtɛ], [ktab] e [kɾtab], mas que não relevantes para esta discussão.

e /kujtabi/, escuta-se os jovens dizendo mais frequentemente [ajkdɛ] e [ktabi], ao invés de [ajkɾdɛ] e [kɾtabi], em momentos de fala distensa.

Um outro ponto relevante de se destacar é o de que para a maioria dos itens lexicais do Akwẽ, a epêntese de [ɾ] **nunca** ocorre. 'Terra' sempre é realizado como [tka] e nunca como *[tɾka]; 'todos' sempre é ouvido como [kbuɾɛ] e nunca como *[kɾbuɾɛ]. Em comparação com os cognatos A'uwẽ / tiʔa/ e /ʔubuɾɛ/, reconstrói-se para a língua-mãe **tika* e **kubuɾɛ*, sem **ɾ* numa posição de *onset* complexo. Para exemplos como [tka], a explicação para a não emergência da consoante epentética não etimológica é simples: o Akwẽ (assim como a maior parte das línguas Macro-Jê), como dito na seção anterior, não permite o encontro tautossilábico de duas consoantes de mesmo ponto de articulação. Ou seja, o fato de /t/ ser uma consoante coronal impede que haja sílabas com esta consoante seguida de um /ɾ/ em *onset*, por esta também ser coronal. No Akwẽ, todos os casos de coronais seguidas de [ɾ] são devidos à queda vocálica como em (2):

(2)	a. Akwẽ [sɾɔmə̃]	A'uwẽ /siɾɔmə̃/	PAk **ciɾɔmə̃*	'estrangeiro'
	b. Akwẽ [nɾõ]	A'uwẽ /nõɾõ/	PAk **nõɾõ*	'coco'
	c. Akwẽ [tɾɔ]	A'uwẽ /tɔɾɔ/	PAk **tɔɾɔ*	'fome de carne'

Também se encontra, a princípio, um *onset* complexo /hɾ-/ com tepe etimológico, que emerge a partir da queda de vogal: /siwaɾõj**hiɾi**/ > [siwaɾõj**hɾi**] 'arrepender-se, decepcionar-se'. Porém, encontramos pelo menos um caso de tepe não etimológico emergindo em um contexto similar ao do exemplo acima: [sipahɾdu] 'urubu', que conta com o cognato /sipahudu/ no A'uwẽ e pode ter a forma da língua mãe reconstruída como **cipahudu*.

Contudo, para a forma hipotética *[kɾbuɾɛ], não há, a princípio, nenhum empecilho para que ela emerja. O encontro consonantal /kɾ-/ é atestado em diversos itens lexicais do Akwẽ, muitos deles com diversos cognatos nas demais línguas Macro-Jê. Desta forma, conclui-se que a emergência de [ɾ] não etimológico em Akwẽ deve ter uma explicação que foge da fonotática dos *onsets*: se por um lado, o [ɾ] não etimológico poderia ser explicado por uma analogia à queda de vogais de ataques silábicos complexos como em [kɾda] < /kɾada/ 'velho', por outro, não se explica o porquê de o tepe emergir após consoantes que não o podem preceder em *onsets*, como no exemplo [sipahɾdu] 'urubu' acima, nem porque ele falha em emergir em contextos que seriam lícitos como em [kbuɾɛ] 'todos'.[8]

Em (3) a seguir, apresentamos todos os casos que identificamos a presença de [ɾ] não etimológico no Akwẽ. Note-se que são poucos os itens lexicais em que isto ocorre, ainda que alguns deles tenham, ao menos impressionisticamente, a partir da nossa convivência como professor orientador dos alunos Akwẽ do curso de Educação Intercultural, uma frequência de ocorrência um pouco mais elevada.

---

[8] É tentador, contudo, dizer que há uma chance maior de [ɾ] ser inserido após /h/ para a formação de um *onset* complexo, tendo em vista que 1. /h/ não é uma consoante coronal e 2. etimologicamente, ela vem de um **k*, quando em sílaba tônica com núcleo preenchido por vogal alta oral, no Proto-Cerratense (língua-mãe do Proto-Akuwẽ. *cf.* Nikulin 2020, p. 84-86, para a evolução das consoantes na família Jê, em especial a nota de rodapé 72). Contudo, como os encontros **kɾ-* e **ŋ^{g}ɾ-* seguidos por vogal alta oral do Proto-Cerratense deram origem a Proto-Akuwẽ **h-*, sem o tepe, achamos implausível que este fenômeno se dê simplesmente por uma analogia a *onsets* complexos no Akwẽ.

(3) a. Akwẽ [ajkɾdɛ] A'uwẽ [ajʔudɛ] 'criança'
Proto-Akuwẽ *ajkudɛ

b. Akwẽ [kɾtabi] A'uwẽ [ʔuptabi] 'verdadeiro'
Proto-Akuwẽ *kujtabi ~ kuptabi

c. Akwẽ [sipahɾdu] A'uwẽ [sipahudu] 'urubu'
Proto-Akuwẽ *cipahudu

d. Akwẽ [-nĩkɾbɔ] A'uwẽ [-ɲĩpɔ] 'unha da mão'
Proto-Akuwẽ *-ɲ-ĩkɔbɔ

e. Akwẽ [kɾdɔ] A'uwẽ [ʔɔdɔ] 'cigarra'
Proto-Akuwẽ *kɔdɔ

f. Akwẽ [bakɾnõ] A'uwẽ [baʔõnõ] 'menina'
Proto-Akuwẽ *bakõnõ

g. Akwẽ [-nĩhɾdu] A'uwẽ [-ɲĩhudu] 'neto'
Proto-Akuwẽ *-ɲ-ĩhudu

O que se pode notar de comum aos exemplos em (3) é que o *onset* da sílaba etimológica em que ocorre a epêntese é, ao menos nos itens lexicais encontrados, sempre /k/ ou /h/ e a vogal núcleo é sempre uma vogal arredondada, seguida por consoante coronal, com exceção de (3d), em que a consoante após o tepe não etimológico é uma labial [b].

Pensando que, articulatoriamente, um tepe alveolar pouco tem em comum com consoantes velares ou glotais e, menos ainda, com vogais posteriores arredondadas, torna-se difícil encontrar uma motivação apenas articulatória para a emergência do [ɾ] nos exemplos acima. Ainda que a maior parte das raízes conte com uma consoante coronal no ataque da sílaba seguinte e que estas consoantes possam ser levantadas como motivadoras, dado o compartilhamento de ponto de articulação, há ao menos um item em que o tepe é seguido por uma labial. Tentaremos, nas próximas seções, explicar o que pode motivar a emergência do [ɾ] em contextos que apenas a articulação para a produção deste fone não dá conta.

4. Metodologia e a Teoria de Exemplares

Para entender melhor qual (ou quais) fator(es) pode(m) estar condicionando o surgimento do tepe no Akwẽ, em contextos que estão ausentes nas etimologias das palavras, procedemos à consulta da frequência de ocorrência de determinados tipos, partindo da hipótese de que a frequência de uso, de alguma forma, pode estar envolvida nesse fenômeno. Mais especificamente, tendo em vista de que a produção de tepes etimológicos entre consoantes tem se tornado cada vez menos frequente, em particular em contextos de fala menos monitorada, imaginamos que o que estaria ocorrendo, nos casos de inserção de tepe não etimológico, seria um caso de hipercorreção, condicionado à frequência de tipo.

Neste trabalho, estamos chamando de hipercorreção formas emergentes que fogem de um padrão, consciente ou não, estabelecido a partir de uma norma socialmente valorizada. Essas formas emergentes surgem em contextos de maior monitoramento da fala, com vistas a emular os padrões utilizados pelas pessoas detentoras dessa norma. Nesse sentido, o nosso uso aqui proposto de hipercorreção é próximo (mas não igual) à definição dada por Labov (2008, p. 155, grifos nossos), que a descreve como:

> "**Esse padrão de ultrapassagem** [da realização de *r* pela classe média baixa novaiorquina, comparada com as classes mais altas], **parece ser um desvio em relação à regularidade** do comportamento exibido pelas outras classes [...]. Para descrever este fenômeno, usaremos o termo hipercorreção, já que os falantes da classe média baixa **vão além do grupo de *status* mais elevado em sua tendência a usar as formas consideradas corretas e apropriadas para estilos formais**".

Assim sendo, procedemos à mensuração da frequência das sílabas dos tipos [kɾC] e [kC] em produções acadêmicas de alunos Akwẽ, concluintes da licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás. Mais especificamente, escolhemos quatro Projetos Extraescolares, defendidos no primeiro semestre de 2025, em diferentes aldeias da Terra Indígena Xerente.[9] Os trabalhos foram selecionados tendo por critério o fato de tratarem de diferentes temas: o trabalho de Hmõdi Xerente (2025) trata sobre o respeito entre os clãs Akwẽ *(dasisdanãrkwa*); o Projeto Extraescolar de Srãpte Xerente (2025) descreve o ritual do Pós-Funeral (*Kupre*); Suwate Xerente (2025) apresenta uma relação entre os frutos tradicionais do cerrado e o território Akwẽ; e, finalmente, a pesquisa de Srêpawẽ Xerente (2025) descreve os diversos usos tradicionais que os Akwẽ fazem do pé de buriti (*pizu wdê*). Para além da variedade de temas, também foi considerado como fator importante o fato de estes trabalhos terem sido escritos, em sua totalidade ou quase totalidade, na língua Akwẽ, por falantes nativos da língua.

Ainda que o conjunto de dados coletados seja pequeno, com 2.763 ocorrências de sílabas [kɾC] e [kC], como será demonstrado na próxima seção, ele aponta para tendências que parecem explicar um pouco melhor os fatos que observamos até aqui. Esta coleta quantitativa dos dados se faz necessária já que um dos pressupostos da Teoria de Exemplares é que cada instância de uso linguístico, seja na produção ou na percepção, cria um exemplar – uma unidade na representação mental do falante. Estes exemplares são altamente redundantes e ricos de informação: eles contêm, em sua representação, formas fonéticas, morfológicas, sintáticas etc., bem como informações extralinguísticas que associam

[9] O Projeto Extraescolar do curso em Educação Intercultural da UFG equivale, *grosso modo*, aos Trabalhos de Conclusão de Curso de outros cursos de graduação. Porém, dentro da proposta pedagógica da transdisciplinaridade e interculturalidade crítica que sustentam o curso, há diferenças cruciais entre as duas propostas (daí a diferença no nome). Segundo o Projeto Pedagógico de Curso em vigência, os Projetos Extraescolares "[têm] por objetivo a elaboração e a implementação, pelos/as estudantes indígenas, de projetos comunitários que visem à sustentabilidade linguística, cultural, ambiental, social e/ou econômica de suas aldeias. A escolha do tema a ser desenvolvido ocorre de forma coletiva, envolvendo os/as discentes, os sábios e as sábias e a comunidade indígena" (NTFSI, 2024). Decorre deste objetivo, que os Projetos Extraescolares, para além de uma pesquisa simples sobre um tema de interesse da comunidade do/a aluno/a, também contam com um forte caráter extensionista.

as formas linguísticas com características sociais de quem as produziu (Bybee, 2001, 2010). Assim, para que se possa ter uma ideia da estrutura das representações mentais do falante de uma determinada língua, a quantificação das estruturas linguísticas (sons, sílabas, morfemas, palavras, sentenças etc.) é indispensável, pois, a partir de uma quantificação o mais ampla possível, considerando diferentes contextos de uso da língua, pode-se indicar quais os tipos e as estruturas são mais ou menos frequentes para um falante médio.

Até aqui, temos mencionado e discutido sobre fonemas no Akwẽ. É importante ressaltar que a Teoria dos Exemplares não lida com tal construto teórico, já que a representação da língua na mente dos falantes é toda estruturada por meio dos exemplares, os quais estão relacionados entre si, interligando-se em uma rede complexa. Segundo Bybee (2010, p. 19, tradução nossa),[10]

> "[...] cada uma das formas fonéticas de uma palavra que são distinguíveis são estabelecidas na memória como exemplares; novas ocorrências de experiência que são as mesmas de algum exemplar já existente são mapeadas a ele, fortalecendo-o. Então todos os exemplares fonéticos de uma palavra são agrupados conjuntamente em um *cluster* de exemplar [...]".

Por sua vez, *clusters* de exemplares mais similares estão mais próximos entre si na representação mental, constituindo uma espécie de rede de relações, e formam *chunks*, os quais geram um efeito de protótipo. Esses *chunks* são responsáveis pela organização de uma escala gradiente em unidades categóricas combináveis (p. ex.: fones enquanto gradientes e fonemas como unidades categóricas) e, o que temos chamado de fonemas neste trabalho, não é nada mais que representações sonoras mentais prototípicas e, por consequência, categóricas, as quais emergem a partir de diferentes *chunks*. Quanto mais frequentes os exemplares relacionados a um determinado *cluster*, mais forte se torna a sua representação mental.

De maneira análoga, chamamos de alomorfes, neste trabalho, não realizações fonéticas de morfemas, derivados de uma forma subjacente a partir de regras ou restrições, como nas tradições estruturalistas e gerativistas, mas diferentes *clusters* de morfemas que, por contarem com formas fonéticas similares (e historicamente relacionadas) associadas a significados constantes estão mais próximos entre si na rede de representações mentais do falante. Aqui, o uso de barras / / é indicativo de uma forma prototípica (e historicamente mais conservadora) do morfema, enquanto os colchetes [ ] indicam, neste estudo, realizações fonéticas possíveis de um segmento ou de um morfema.[11]

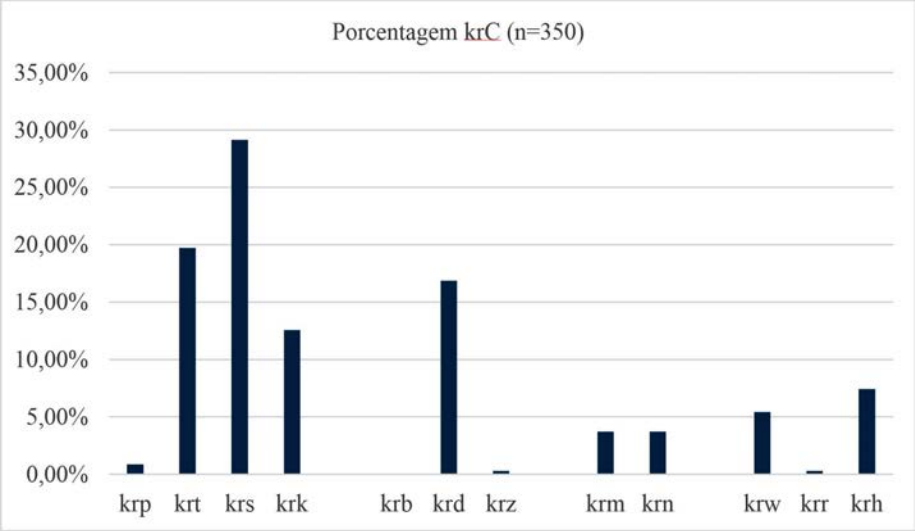
[10] No original: "[...] *each of the phonetic forms of a word that are distinguishable are established in memory as exemplars; new tokens of experience that are the same as some existing exemplars are mapped on to it, strengthening it. Then all the phonetic exemplars of a word are grouped together in an exemplar cluster* […]".

[11] Um/a dos/as pareceristas anônimos/as fez uma crítica, a princípio justa, sobre o uso, na versão original deste trabalho, de terminologia comum a teorias de cunho estruturalista e gerativista, como "alofonia", "queda de vogal" e "restrições". Entendemos a crítica e, até certo ponto, concordamos com ela, mas acreditamos que recriar toda uma terminologia e notação do zero é como jogar fora o bebê junto com a água do banho: em se fazendo as ressalvas necessárias (e que nós fazemos, mais acima), não vemos problemas em utilizar essa terminologia vinda de outras perspectivas teóricas. Para ficarmos em três exemplos práticos, citamos pesquisadoras de renome nacional e internacional, que se utilizam de uma nomenclatura "tradicional" em trabalhos que utilizam a Teoria de Exemplares como base para as análises linguísticas empreendidas: Cristófaro-Silva e Almeida (2008) falam de 'vogais epentéticas' no título de seu trabalho e de 'inserção

5. Resultados e análise

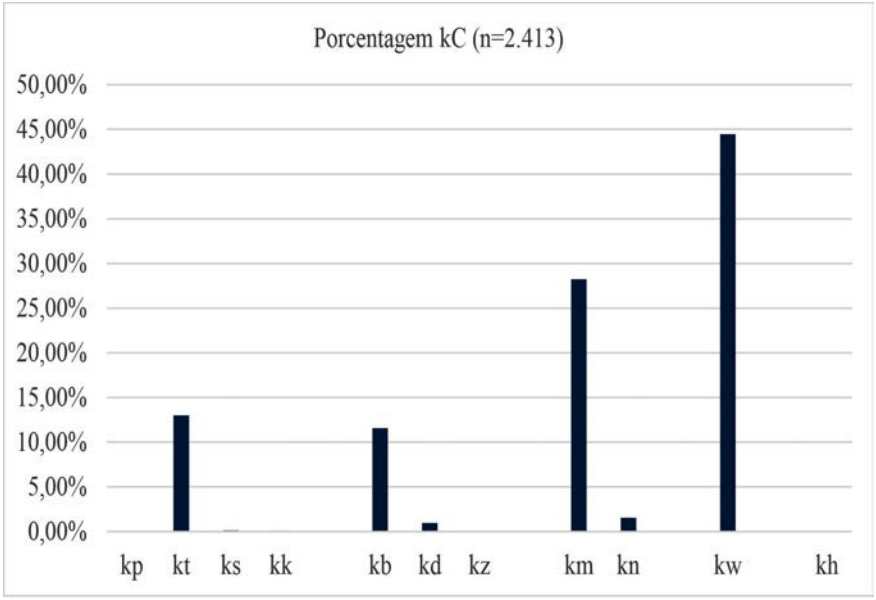
Como dito na seção anterior, contamos a frequência de ocorrência dos tipos silábicos [kɾC] e [kC] nos quatro Projetos Extraescolares selecionados para análise, totalizando 2.763 ocorrências: 350 ocorrências de [kɾC] e 2.413 ocorrências de [kC]. Esta contagem visou mensurar a força de cada um dos tipos, surgidos a partir da perda de vogais e que contam com variação. Vejamos nos gráficos 1 e 2, a seguir, mais detalhadamente a distribuição das ocorrências desses dois tipos, considerando as diferentes consoantes que podem preencher [C]:

Gráfico 1: Ocorrências de [kɾC]



Fonte: elaboração do autor

Gráfico 2: Ocorrências de [kC]



Fonte: elaboração do autor

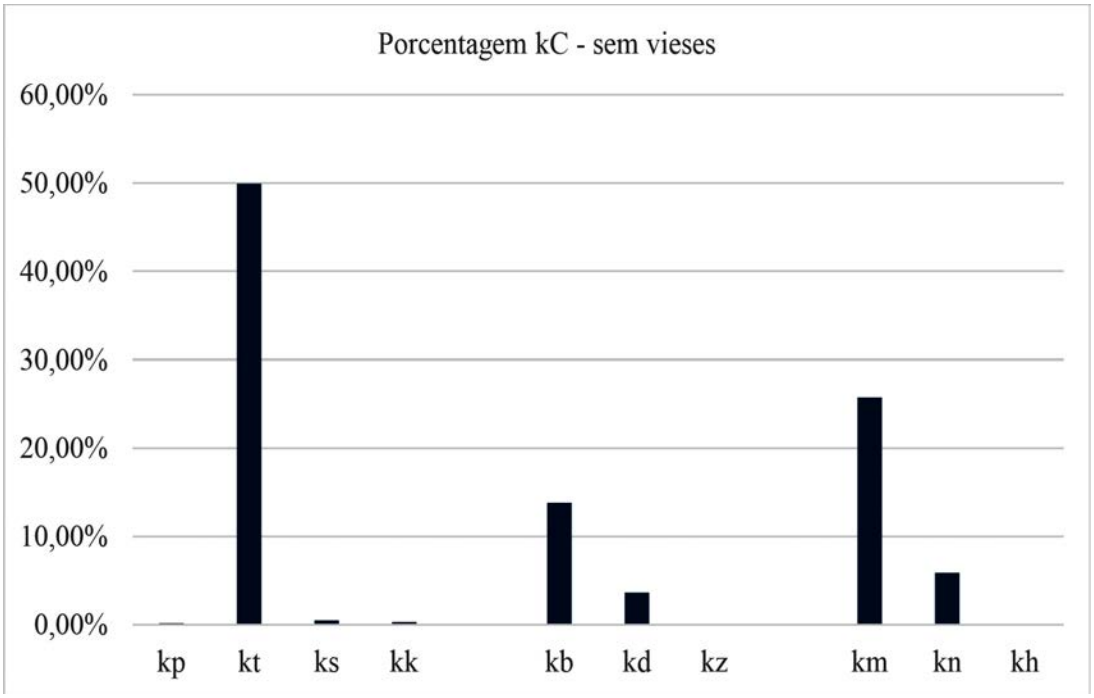
de vogais' no texto; Cristófaro-Silva e Gomes (2020, p. 25), falam sobre 'perda segmental' (ainda que seja ressaltando a gradiência desta); Bybee (2010) utiliza em diversos pontos de seu livro o termo 'morfema'.

Percebe-se, ao analisarmos o gráfico 1, que as maiores frequências de ocorrência no tipo [kɾC] (n=350) se encontram respectivamente com [kɾs] (29,14%, n=102), [kɾt] (19,71%, n=69), [kɾd] (16,86%, n=59) e [kɾk] (12,57%, n=44). Se considerarmos as ocorrências de [C] preenchido por consoantes coronais (n=245), ou seja, as ocorrências de [kɾt], [kɾs], [kɾd], [kɾz], [kɾn] e [kɾɾ], temos que elas perfazem 70% das ocorrências de [kɾC].

O gráfico 2, por outro lado, mostra um cenário diferente. No tipo [kC] (n=2.413), temos as seguintes ocorrências mais frequentes: [kw] (44,47%, n=1.073), [km] (28,22%, n= 681), [kt] (13,01%, n=314) e [kb] (11,56%, n=279). Ressaltamos que a possibilidade lógica [kɾ] foi excluída da contagem, dado que, neste caso, haveria a formação de um *onset* fonológico já presente na estrutura da língua. Se lembrarmos que /kw-/ também é um padrão de *onset* encontrado nas representações mentais dos falantes, perceberemos que há um viés nos dados representados no gráfico 2. Outros vieses identificados na contagem do tipo [kC] foram [km] devido ao causativo /kmə̃-/, que corresponde a 76,21% (n=519) das ocorrências de [km]; e o alomorfe [kba] '2.PL' (< /=kwaba/) e [kbuɾɛ] 'todos', que correspondem a pouco mais da metade (50,9%) das ocorrências de [kb] (n=52 e 90, respectivamente).

Assim sendo, recalculamos as ocorrências de [kC], retirando da contagem as ocorrências destes vieses, ou seja, retirando todas as ocorrências de [kw], por ser um padrão de *onset* e que se tornaria difícil, neste momento da pesquisa, analisar item por item quais [kw] vêm de /kw/ e quais são advindos da queda de vogal em /kVw/; bem como removendo as ocorrências de /kmə̃/ 'CAUS', do alomorfe [kba] '2.PL' e de [kbuɾɛ] 'todos'. Os resultados podem ser conferidos no gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3: Ocorrências de [kC] sem vieses



Fonte: elaboração do autor

O gráfico 3 nos mostra uma diferença significativa nos resultados se compararmos com aqueles do gráfico 2. Sem o cálculo dos vieses, temos, agora, como tipo mais frequente [kt], com 49,92% (n=314). Contudo, ao compararmos com os resultados do gráfico 1, temos que, apesar de [kt] ser frequente, formas com [kɾC], em que [C] é preenchido por coronais tem um percentual maior no seu respectivo tipo (70%, n=245). Isto demonstra que, na língua Akwẽ, ao menos no universo considerado neste pequeno estudo, [kɾC] com [C] preenchido por uma coronal tem uma representação mais forte que a de [kC], também com [C] coronal. E, a partir dessa afirmação, podemos começar a entender porque os itens lexicais em que se atesta a hipercorreção se dá, em sua maioria, nas sílabas /kVC/, em que [C] é uma coronal.

Os dados do gráfico 3 ainda mostram, porque formas hipercorrigidas, com [C] preenchido por uma consoante não coronal, como [kɾb] são bem menos frequentes (dos 7 itens lexicais identificados, em apenas 1, [C] não é coronal). Uma frequência maior de [kC], preenchido por não coronal, se comparado por [kɾC] também com não coronal, inibe o surgimento de [ɾ] a partir da queda da vogal. Em outras palavras, a alta frequência de morfemas como [kmə̃] 'CAUS', [kba] '2.PL' e [kbuɾɛ] 'todos' explica porque não encontramos formas hipercorrigidas *[kɾmə̃-], *[kɾba], *[kɾbuɾɛ] etc.: suas frequências de ocorrência elevadas fazem com que a representação mental destes itens seja forte o suficiente para inibir a emergência do tepe não etimológico.

Vê-se, a partir dos dados acima, que um contexto em que uma consoante coronal se encontra à direita favorece a emergência do tepe não etimológico, ainda que não seja o único contexto possível para este fenômeno (retome-se o exemplo (3d) [-nĩkɾbɔ] 'unha da mão'). Por se tratar de um padrão com representação mais robusta, [kɾC], com [C] coronal, é o *locus* por excelência para a emergência do tepe. Mesmo que mais estudos sejam necessários, a natureza articulatória similar entre o tepe e as demais coronais provavelmente contribui para o surgimento das formas aqui discutidas: ao nosso ver, não acreditamos que seja mera coincidência que um contexto de [k] seguido por consoantes coronais seja o mais favorecido para o surgimento do tepe, mas é exatamente a mesma articulação coronal dessas consoantes que, ao menos em parte, favorecem, de um ponto de vista de estrutura linguística, o fenômeno ora analisado.

Mas somente uma maior ou menor frequência não dá conta de elucidar todos os fatos. Embora uma maior frequência de um determinado tipo leve a uma tendência de que palavras com tipos similares contem com a emergência da hipercorreção, ela não explica nem porque encontra-se a hipercorreção em palavras com /hVC/ (como em [sipahɾdu] 'urubu') e, menos ainda, qual a motivação para o surgimento da hipercorreção em primeiro lugar. Neste caso, acreditamos que questões sociais sejam relevantes para explicar a emergência da hipercorreção. Como visto anteriormente, os exemplares são unidades da representação mental ricas em conteúdo e informações extralinguísticas, como contextos de uso, formas mais utilizadas por determinados grupos sociais etc., também fazem parte deste "pacote de dados" que um exemplar carrega consigo (Bybee, 2010, p. 21).

Para explicar então o que motiva os falantes a fazerem a hipercorreção, acreditamos que deva ser levada em consideração as formas de prestígio na língua Akwẽ, aquelas com avaliação positiva por parte dos falantes. Na nossa experiência de orientação com os alunos Akwẽ da Educação Intercultural da UFG, frequentemente escutamos discussões entre eles sobre o modo de falar dos anciãos, em que comentários positivos acerca da fala desse grupo etário são comuns. Descrições de que a fala dos anciãos é "correta", "mais bonita" e pelo uso de outros descritivos que demonstram um juízo de valor positivo, evidenciam o prestígio do socioleto dos mais velhos da comunidade. Se lembrarmos que são justamente os anciãos aqueles que mais preservam os [ɾ] etimológico entre consoantes, mesmo em contextos de fala não monitorada, não é de se espantar que os falantes mais novos, ao tentarem espelhar sua fala na daqueles que contam com maior prestígio, invariavelmente incorrerão na hipercorreção em contextos mais formais, em que há maior monitoramento da fala.

No caso em análise, esta hipercorreção se dá preferencialmente em contextos de fala monitorada, em que o tepe não é etimologicamente motivado, e em que, pela queda da vogal, emerge a estrutura [kɾC], com [C] preenchido por uma coronal. Estes contextos são justificados, porque nos contextos em que [kɾC] conta com o tepe etimológico, as consoantes mais frequentes são as coronais. Além disso, pelo fato de os exemplares serem uma representação rica da memória e registrarem detalhes da experiência linguística, de natureza variada, aí inclusas associações de formas linguísticas com diferentes classes sociais (etárias, de gênero, econômicas etc.), faz com que as formas linguísticas de prestígio associadas aos anciãos emerjam na fala dos mais jovens, inclusive em palavras as quais não contam com tepe na fala destes mesmos velhos detentores de um "bem falar", ao olhar da comunidade.

Em outras palavras, o fato de [kɾC], com coronal, contar com uma representação mais forte na mente dos falantes, faz com que ocorrências que deveriam ser de [kC], com coronal, sejam hipercorrigidas para [kɾC]. No sentido inverso, por [kC], com [C] não coronal, ter uma representação mais consolidada na mente dos falantes, a hipercorreção para [kɾC], com não coronal, é significativamente menos frequente. Para além do contexto linguístico condicionante, isto é, de coronais favorecerem a emergência do tepe, o fato de essas formas inovadoras aparecerem em contextos de fala mais monitorada, indica não somente uma tentativa de se alcançar uma norma de prestígio, mas demonstram elas mesmas quem detém esse prestígio linguístico entre a comunidade falante de Akwẽ: os anciãos. A hipercorreção surge no momento em que, ao tentar emular o estilo de fala desse grupo, jovens, que em contextos não monitorados tendem cada vez mais a utilizar formas sem o tepe interconsonantal, têm exatamente o comportamento contrário em contextos formais, a ponto de fazer com que emerjam formas com o tepe que não são utilizadas pelo grupo social que serve de modelo (i. é, o grupo dos anciãos).

5. Considerações finais

Vimos ao longo do artigo que a língua Akwẽ conta com dois fenômenos fonológicos: a queda vocálica, extremamente frequente, e a inserção de um tepe não etimológico em alguns encontros

consonantais. Estas formas com [ɾ] não etimológico, como [ajkɾdɛ], [kɾtabi] etc., emergem devido a uma hipercorreção na fala dos mais jovens, numa tentativa de se alcançar a forma de prestígio da fala dos mais velhos. Estes padrões silábicos mais complexos ([kɾC] ao invés do [kC] que seria esperado) surgem por analogia a uma maior frequência de [kɾ] seguido por consoantes coronais, em especial [t], [s] e [d].

Ainda que tenhamos chegado a algumas conclusões preliminares sobre a emergência de um tepe não etimológico na língua Akwẽ, deve-se ter em mente que este estudo de caso é baseado em um *corpus* pequeno e, em alguns pontos, é calcada em avaliações impressionísticas, não mensuradas. Para conclusões mais seguras, um *corpus* significativamente maior deve ser considerado: este é um dos desafios para os estudos em línguas indígenas que consideram a frequência de uso como fator condicionante da mudança linguística. Ainda hoje não encontramos *corpora* de línguas indígenas que sejam significativos tanto em termos de tamanho, quanto de gêneros textuais variados. Como o registro de produção textual, seja oral ou escrito, das línguas indígenas é expressivamente menor se comparado a de línguas europeias, como o português ou o inglês, a construção de um *corpus* se torna muito mais difícil. Se levarmos em consideração, ainda, o número reduzido de linguistas que trabalham com línguas originárias no Brasil, percebe-se que montar um *corpus* adequado para esse tipo de estudo se torna uma tarefa hercúlea, em que um/a pesquisador/a tem que dedicar toda a sua carreira para tal intento.

Contudo, os dados aqui apresentados mostram como o uso e o juízo de valor podem fazer emergir estruturas foneticamente complexas. Apesar de não estar inteiramente claro para nós a motivação de [hɾC] e [kɾb] com tepes não etimológicos, este primeiro esforço de entender esse fenômeno na língua Akwẽ aponta para caminhos promissores de pesquisa, em que fica patente a necessidade de as teorias fonológicas (e linguísticas de maneira geral) considerarem aspectos não somente da estrutura em si, mas também externas à língua, no sentido saussuriano do termo, como é o caso das investigações da Teoria de Exemplares e da Sociolinguística, em que o uso e a avaliação das formas linguísticas têm um papel indispensável na explicação de fenômenos linguísticos.

Agradecimentos

Agradecemos a todo o público do X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, que assistiu a palestra que deu origem a este trabalho e que contribuiu com questionamentos e comentários. Em especial, agradeço ao Prof. Gean Damulakis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela organização do evento ocorrido no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Agradeço também aos/às dois pareceristas anônimos/as por apontar algumas fragilidades no texto e por apresentarem sugestões de como corrigi-las. Deixo ainda, minha homenagem a Durkwa Krẽka (Elizélio Santiago Oliveira), conhecido pelo seu povo por Neguinho, com o qual me encontrei pela última vez nesse evento, antes de sua partida para se juntar aos encantados. Mais que um aluno, Durkwa foi um amigo e um professor e sua luta pela revitalização da língua Krẽka permanece viva.

Referências

BYBEE, Joan. *Phonology and language use*. Cambrígia: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambrígia: Cambridge University Press, 2010.

COTRIM, Rodrigo Guimarães Prudente Marquez. *Uma descrição da morfologia e de aspectos morfossintáticos da língua Akwê-Xerente (Jê Central).* 2016. 469 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaïs; ALMEIDA, Leonardo. On the nature of epenthetic vowels. *In*: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia Regina (eds.). *Contemporary phonology in Brazil*. Cambrígia: Cambridge Scholars Publishing, 2008, pp. 193-212.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaïs; GOMES, Christina Abreu. Fonologia na perspectiva dos modelos de exemplares. *In*: GOMES, Christina Abreu (org.). *Fonologia na perspectiva dos modelos de exemplares*. São Paulo: Contexto, 2020, pp. 13-36.

FRAZÃO, Kêt Simas. *A sílaba no Akwẽ-Xerente (Jê).* 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/.

KRIEGER, Wanda Braidotti; KRIEGER, Guenther Carlos (org.). *Dicionário escolar Xerente / Português – Português / Xerente*. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, 1994.

LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS, Rinaldo de. Fonêmica Xerente. *Série Linguística*, Brasília, v. 1, pp. 79-100, 1973.

MATTOS, Rinaldo de. *Língua Xerente*: Como se lê e como se escreve. Brasília: Academia Monergista, 2024.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Volume I (Zur Ethnographie mit einem Kärtchen). Lípsia: Friedrich Fleischer, 1867a.

MARTIUS, Karl Friedrich Philip von. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Volume II (Zur Ethnographie mit einem Kärtchen). Lípsia: Friedrich Fleischer, 1867b.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê*: Um estudo reconstrutivo. 2020. 571 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NTFSI (Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena). *Projeto pedagógico de curso Educação Intercultural*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2024.

RODRIGUES, Aryon dall'Igna. Macro-Jê. *In*: DIXON, R.M.W. & AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.) *The Amazonian languages*. Cambrígia: Cambridge University Press, 1999, pp. 165-206.

SALANOVA, Andrés Pablo; NIKULIN, Andrey. A typology of relationalizing and absolutizing morphology in Lowland South American languages. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 91, n. 1, pp. 43-96, jan. 2025.

SANTOS, Anna Clara dos. *Fatores motivadores da queda de vogais em Xerente*. Relatório (Iniciação científica). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de. *Aspectos morfossintáticos da língua Akwẽ-Xerente (Jê).* 2007. 328 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SOUZA, Shelton Lima de. *Descrição fonético-fonológica da língua Akwen-Xerente*. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Shelton Lima de. *Fonética e fonologia da língua Akwen-Xerente (Jê)*: Aspectos segmentais. Rio Branco: Edufac, 2017.

XERENTE, Alderice Hmõdi. *Os respeitos tradicionais entre o povo Akwẽ-Xerente*: Respeitos tradicionais e Dasisdanãrkwa. 2025. 37 f. Projeto Extraescolar (Licenciatura em Educação Intercultural). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

XERENTE, Lenivaldo Srãpte. *Kupre*: Pós-funeral. 2025. 42 f. Projeto Extraescolar (Licenciatura em Educação Intercultural). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

XERENTE, Marcos Aurélio Suwate. *Wanĩm tkai wamhã romkrã aikuwa mba hã*: Frutas do cerrado no território do povo Akwẽ-Xerente. 2025. 27 f. Projeto Extraescolar (Licenciatura em Educação Intercultural). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

XERENTE, Nelson Srêpawẽ. *Akwẽ pizu wdê simã tkrê kmãdkâ prê mnõze*: A importância do pé de buriti para o povo Akwẽ. 2025. 38 f. Projeto Extraescolar (Licenciatura em Educação Intercultural). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69720

"A Voz Mẽbêngôkre": ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico

"Spreading The Mẽbêngôkre´s Voice": outreach actions to promote linguistic rights and combat linguistic prejudice

Eduarda Santos Castro Lima[1]

Marinei Alves Pereira[2]

Camille Damásio Santos de Souza[3]

Dilcilene da Silva Menezes[4]

Betire Kayapo[5]

Ana Paula Quadros Gomes[6]

RESUMO

Este artigo busca analisar os impactos sociolinguísticos de ações de extensão, discutindo o alcance do protagonismo indígena em ações de valorização dos direitos linguísticos dos povos Macro-Jê, por meio das ações "Me kunĩ umari – A Voz Mẽbêngôkre" e "Ponte Digital", desenvolvidas dentro do Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas ações têm como objetivo instrumentalizar os Mẽbêngôkre com tecnologias sociais para o fortalecimento da sua luta pela valorização da sua língua Mẽbêngôkre (Kayapó) e no enfrentamento do preconceito linguístico que atinge falantes de línguas minorizadas, como são as indígenas no Brasil. Por meio de atividades educativas, produção de mídias e mediação intercultural, as iniciativas apoiam a própria agenda de lutas dos indígenas, reforçando a autoestima linguística da comunidade e estimulando o reconhecimento da diversidade linguística brasileira pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Mẽbêngôkre. Direitos linguísticos. Línguas indígenas. Preconceito linguístico. Extensão universitária.

---

[1] Graduanda em Licenciatura Letras Português-Literaturas. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), eduardasclima@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0009-0002-0484-1109.

[2] Mestre pelo Profllind; Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (Museu Nacional, UFRJ). Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Félix do Xingu, PA, marineialvesp@gmail.com, https://orcid.org/0009-0008-8632-6269

[3] Bacharel em Letras: Português-Literaturas. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), millehsouza@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0009-0004-8032-3455.

[4] Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (PPG em Linguística). Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Félix do Xingu, PA, dilcilenemenezes@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0000-0003-0508-9035.

[5] Graduação intercultural; formado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Escola Municipal Indígena Capitão Bep Nox, Xingu, PA, betirekokraxmor@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-3488-1411.

[6] Doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anaquadrosgomes@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0000-0002-3476-0193.

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 08/05/2026

ABSTRACT
This article analyzes the sociolinguistic impacts of outreach initiatives, discussing the scope of Indigenous protagonism in actions to promote the linguistic rights of the Macro-Jê peoples through the initiatives "Me kunĩ umari – The Mẽbêngôkre Voice" and "Digital Bridge," developed within the Outreach Project "Actions to Combat Linguistic Prejudice," of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). These initiatives aim to equip the Mẽbêngôkre with social technologies to strengthen their struggle for the valorization of their Mẽbêngôkre (Kayapó) language and to combat linguistic prejudice that affects speakers of minority languages, such as Indigenous languages in Brazil. Through educational activities, media production, and intercultural mediation, these initiatives support the Indigenous people's own agenda, reinforcing the community's linguistic self-esteem and encouraging society's recognition of Brazilian linguistic diversity.
KEYWORDS: Mẽbêngôkre language. Linguistic rights. Indigenous languages. Linguistic prejudice. University outreach programs.

1. Introdução - direitos linguísticos e povos originários no Brasil

O Brasil é um país marcado por uma ampla diversidade linguística, especialmente no que diz respeito às línguas indígenas, que representam um patrimônio imaterial de grande relevância. Segundo o Censo realizado em 2022, o território brasileiro conta com 295 línguas indígenas (Peters; Lochi, 2025). Outras fontes, como o Museu da Língua Portuguesa (2025), contabilizam cerca de 175 línguas faladas por povos originários. Linguistas, como Galucio *et al.* (2018), apontam para a existência de 150 línguas. O que a linguística entende por língua é diferente da visão que um indígena ou que qualquer um de fora da academia tem sobre isso. A diferença gritante quanto ao número de línguas originárias ainda faladas no Brasil, segundo a fonte adotada, se dá exatamente por conta de a definição de língua variar segundo a área e as formas de conhecimento. De qualquer modo, há línguas indígenas em grande número. Essa pluralidade, no entanto, convive há mais de 500 anos com práticas sistemáticas de apagamento, desvalorização e preconceito contra a língua e os povos originários.

Historicamente, as línguas indígenas no Brasil foram tratadas como obstáculos a uma hegemonia do poder, primeiramente, ao domínio colonial, e, após a independência, à integração nacional, tendo sido alvo de políticas de silenciamento e substituição linguística. A imposição do português como única língua reconhecida gerou não apenas o desaparecimento de um grande número de línguas, como também o enfraquecimento de identidades culturais dos povos cujas línguas resistiram. Mesmo o fato de, até meados do séc. XVIII, nas regiões brasileiras ocupadas pelos bandeirantes, a Língua Geral Paulista ter sido a língua corrente, principalmente para as camadas de renda mais baixa, não impediu o desaparecimento de diversas outras línguas indígenas. As pressões hegemônicas são complexas, envolvendo forças culturais e econômicas.

A ameaça à vitalidade das línguas que resistem aos desafios sociopolíticos é alarmante. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que avalia fatores como o número de falantes e a transmissão intergeracional, cerca de 50% das línguas indígenas brasileiras têm menos de 500 falantes, e mais de um terço delas (34,3%) contam com menos de 200. Quando a língua deixa de ser adquirida pelas crianças, ficando restrita aos mais velhos, seu futuro é gravemente ameaçado, sendo uma via para a desestruturação das comunidades e seus modos de vida.

Para além do desaparecimento, a pesquisadora Tânia Clemente de Souza propõe o conceito de línguas silenciadas, para descrever idiomas que, embora não estejam em uso corrente, continuam a ter significado para seus povos e possuem potencial de ressurgência (Souza, 2021). A perda linguística é um processo político de silenciamento e não um fenômeno natural. As ameaças a essas línguas estão diretamente ligadas a pressões externas, insuficientemente noticiadas pela mídia. Territórios Indígenas (TI), como os de São Félix do Xingu / PA, são sistematicamente afetados por queimadas, garimpo ilegal e desmatamento.

Além das ameaças ambientais, existem as institucionais. Conforme Ticks (2025), em 2024, São Félix do Xingu/ PA foi o município brasileiro mais afetado por queimadas, com mais de 7.356 focos detectados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Desses, muitos ocorreram em terras indígenas ou em imóveis rurais cadastrados como Cadastro Ambiental Rural, inclusive dentro de unidades de conservação e áreas protegidas ambientalmente como a Terra Indígena Kayapó. A Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, que se sobrepõe ao município, aparece com registros altíssimos de focos de incêndio, indicando que a pecuária extensiva, uso do fogo para manejo de pastagens e garimpo ilegal são práticas que ameaçam diretamente o habitat, saúde e modos de vida indígenas. Quando há queimadas no entorno, as roças das aldeias próximas secam e ficam inviabilizadas, gerando uma situação de hipossuficiência alimentar para os indígenas aldeados, que passam a depender mais pesadamente de dinheiro para adquirir alimentos.

Além disso, a Instrução Normativa 9/2020 da FUNAI, por exemplo, foi amplamente divulgada por ter desprotegido TIs ainda não homologadas, autorizando o cadastro de propriedades privadas nessas áreas. Essa normativa tem sido objeto de severas críticas e ações judiciais. Ela alterou os critérios para reconhecimento administrativo de limites de terras indígenas, eliminando a obrigatoriedade de averbar procedimentos demarcatórios em curso no cadastro de imóveis rurais, o que pode abrir espaço para que propriedades privadas sejam certificadas sobre áreas tradicionalmente ocupadas, embora não homologadas. O Ministério Público Federal obteve liminares suspendendo os efeitos da Instrução Normativa 9/2020 em diversos estados, argumentando que ela viola o caráter originário do direito dos povos indígenas às terras que ocupam tradicionalmente, além de contrariar a Constituição Federal (art. 231) e tratados internacionais.

Em oposição a esse cenário adverso, em 2019, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o período de 2022 a 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), destacando a necessidade urgente de proteger e revitalizar essas línguas. Dados da ONU (2022) indicam que os povos indígenas, embora não representem nem mesmo 6% da população mundial, falam mais de 4 mil das 7 mil línguas existentes no planeta. Os indígenas são os guardiões tanto da diversidade ecológica quanto da diversidade linguística do planeta.

Em 2020, no México, foram instituídos os fundamentos para a construção de um Plano de Ação Global para a DILI. O Plano de Ação Global da DILI estabelece metas e diretrizes para o mundo todo. Seus quatro objetivos centrais são: i) Aumentar o número de falantes e a fluência nas

línguas indígenas; ii) integrar as línguas indígenas em todos os domínios da sociedade, como o sociocultural, econômico, político e jurídico; iii) assegurar o reconhecimento jurídico e o acesso a serviços públicos nas línguas originárias; e iv) desenvolver ferramentas, tecnologias e recursos adequados para o ensino, aprendizagem e documentação das línguas. A Declaração de Los Pinos, adotada nesse contexto, enfatiza a máxima "Nada sobre nós, sem nós", reafirmando o protagonismo indígena nas decisões que lhes dizem respeito. Esse lema é o princípio norteador da DILI, assegurando o protagonismo e a participação efetiva dos povos indígenas em todas as etapas de planejamento, consulta e implementação das ações, subvertendo a lógica histórica de políticas criadas para os indígenas, mas sem sua real participação.

No Brasil, a articulação da DILI reflete fielmente seu lema. A coordenação nacional é realizada por representantes indígenas das cinco regiões do país e suas organizações. O plano de ação brasileiro foi estruturado em três Grupos de Trabalho (GTs) específicos: (i) GT de Línguas Indígenas; (ii) GT do Português Indígena; e (iii) GT das Línguas Indígenas de Sinais, buscando contemplar a complexidade do cenário sociolinguístico nacional.

Um diferencial da abordagem brasileira é sua base epistemológica, fundamentada nas cosmovisões indígenas. A língua não é vista apenas como um sistema de comunicação, mas como um elemento indissociável do território, da espiritualidade, da cultura e do Bem Viver. Essa perspectiva interdependente reconhece que a vitalidade de uma língua depende da garantia dos direitos territoriais e dos modos de vida de seus falantes.

> Diferentemente do pensamento evolucionista, os povos indígenas concebem as línguas como parte inerente ao processo original de criação. A capacidade de construir uma língua é um dom recebido no processo de criação do mundo. Cada povo recebeu, em potência, uma língua de comunicação. Mas a língua indígena é um patrimônio em permanente construção, manutenção e mudança. Pode-se dizer que, segundo algumas mitologias indígenas, o mundo é resultado de um processo contínuo de comunicação dialógica e dialética dos seres criadores e criaturas. O mundo está sempre em construção, e junto, as línguas (Luciano, 2017, p. 298).

Entre as ações propostas no plano de ação brasileiro, destacam-se: i) a criação de um Instituto Indígena de Políticas Linguísticas coordenado pelos próprios povos; ii) a realização de um mapeamento sociolinguístico nacional para identificar os diferentes níveis de vitalidade das línguas e orientar ações específicas; iii) a formação de intérpretes e tradutores indígenas para garantir os direitos linguísticos em diversas esferas, como a saúde e a justiça; e iv) o fomento à produção de materiais didáticos e artísticos que respeitem as cosmologias e os saberes de cada povo.

No Acampamento Terra Livre 2025, Iberê Daniel, do povo Guarani Mbyá, afirmou: "Cada palavra que eu digo na língua do colonizador, é uma palavra, um espírito, na língua do meu povo, que adormece.". No encontro "Levante das Línguas Indígenas para o Futuro Ancestral" (2025), a carta síntese das lideranças indígenas afirma que:

> […] viemos, por meio das nossas línguas ancestrais, ecoar nossas vozes, nossos cantos, rezas e danças, manifestando a importância das nossas línguas para nossas vidas, nosso bem viver, para os nossos territórios, para a valorização das nossas histórias e memórias, pois através dela nos conectamos com as nossas espiritualidades (Grupo de Trabalho Nacional Dili, 2025).

Na mesma carta, lemos que "uma política unificada para as línguas indígenas passa necessariamente pela cooficialização, a nível federal, de todas as línguas indígenas brasileiras".

No âmbito da DILI, emergem por todo o país vigorosos movimentos de revitalização e retomada linguística, protagonizados pelos próprios povos indígenas. Essas ações representam uma resistência política e cultural contra hegemônica. Um exemplo concreto de avanço são as políticas de cooficialização: atualmente, 27 línguas indígenas já foram reconhecidas como cooficiais em diversos municípios brasileiros, um passo importante para garantir sua presença em espaços públicos e institucionais.

Quadro 1 - Relação entre municípios brasileiros e a cooficialização de línguas indígenas

Município	Pop. Indígena/ percentual do total	Língua indígena com grafia original da lei	Lei
São Gabriel da Cachoeira (AM)	48.296/93,17%	Tukano, Nheengatu e Baniwa Yanomami	Lei nº 145, de 11 dez. 2002. Lei nº 084, de 14 nov. 2017.
Tacuru (MS)	4.256/39,38%	Guarani	Lei nº 848, de 18 mai. 2010.
Tocantínia (TO)	4.086/54,78%	Akwẽ Xerente	Lei nº 411, de 25 abr. 2012.
Bonfim (RR)	6.463/46,51%	Macuxi e Wapichana	Lei nº 211, de 04 dez. 2014.
Cantá (RR)	5.234/28,02%	Macuxi e Wapichana	Lei nº 281, de 25 mar. 2015.
Miranda (MS)	8.866/34,72%	Terena Kinikinau e Língua Terena de Sinais	Lei nº 1.382, de 12 abr. 2017. Lei nº 1.538, de 04 abr. 2023.
São Félix do Xingu (PA)	2.451/3,75%	Mebêngôkre (Kayapó)	Lei nº 571, de 13 nov. 2019.
Barra do Corda (MA)	5.552/6,57%	Tenetehara-Guajajara	Lei nº 900, de 07 jul. 2020.
Santo Antônio do Içá (AM)	18.882/66,93%	Tikuna/Ticuna	Lei nº 298, de 08 out. 2020.
Monsenhor Tabosa (CE)	4.861/28,35%	Tupi-Nheengatu	Lei nº 13, de 03 mai. 2021.
Coronel Sapucaia (MS)	3.543/25,02%	Guarani	Lei nº 1412, de 25 jan. 2022.
Itacajá (TO)	6.819/17,52%	Krahô	Lei nº 595, de 19 abr. 2023.
Porto Seguro (BA)	17.771/10,58%	Patxôhã	Lei nº 1888, de 02 mai. 2023
Rondonópolis (MT)	1.080/0,44%	Boe Bororo	Lei nº 13.094, de 18 set. 2023.
João Câmara (RN)	2.421/7,27%	Tupi-nheengatu	Lei nº 901, de 06 ago. 2024.
Amambai (MS)	9.988/25,4%	Guarani Kaiowá	Lei nº 2.905, de 05 dez. 2024.
José Boiteux (SC)	1.434/23,96%	Xokleng	Lei nº 1.299, de 20 mar. 2025.

Fonte: elaborado por da Silva (2025).

A DILI no Brasil se apresenta como uma oportunidade estratégica para fortalecer as políticas linguísticas já desenvolvidas autonomamente pelas comunidades e para cobrar do Estado a formulação de políticas públicas que reconheçam e apoiem a diversidade como pilar da identidade nacional. Nesse contexto, a comunidade acadêmica é instada a atuar no incentivo e apoio aos movimentos de lideranças indígenas pelo respeito às línguas originárias e no reconhecimento das políticas e demandas locais e regionais de cada povo indígena e suas línguas, entrando nesse diálogo coletivo, cujo objetivo é construir uma política nacional para as línguas indígenas.

Exemplificando essa troca dialógica com articulações entre academia, ciência, sociedade e representantes dos povos indígenas, o II Encontro da Década Internacional das Línguas Indígenas, ocorrido em agosto de 2025, em Mato Grosso do Sul, com o tema "No chão do território, a língua espírito refloresta mentes", reuniu lideranças indígenas, linguistas, professores e autoridades com o objetivo de tratar de políticas das línguas indígenas no Brasil e propor diretrizes para ações de fortalecimento, retomada, valorização e revitalização linguística.

Com o propósito de dar a sua contribuição para o alcance desses objetivos, o Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2017 e coordenado pelas professoras Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ) e Beatriz Protti Christino (UFRJ), propõe iniciativas que articulam tecnologia social, práticas de divulgação científica, educação linguística voltada ao combate ao preconceito e ao racismo linguístico, mediação intercultural e fortalecimento da autoestima linguística da comunidade de falantes de uma língua minorizada, a língua Mẽbêngôkre (Kayapó), do tronco linguístico Macro-Jê.

Este artigo tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas por tais iniciativas, a ação "*Mẽ kun*ĩ *umari* – em rede pelos direitos linguísticos", também conhecida como "A Voz Mẽbêngôkre" e a ação "Ponte Digital". Esperamos que o relato inspire outras iniciativas de respaldo das universidades à agenda de lutas dos povos indígenas brasileiros por seus direitos linguísticos.

O artigo se organiza da seguinte forma: na próxima seção, falaremos sobre a língua e o povo Mẽbêngôkre; a seguir, apresentaremos as ações extensionistas do Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", da UFRJ; por fim, trazemos nossas considerações finais.

2. Os Mẽbêngôkre de São Félix do Xingu / PA

Como Mariano (2020) muito bem sinaliza, o termo Kayapó tem uma conotação pejorativa, sendo a denominação dada à etnia por povos inimigos, falantes de outra língua, que, em referência à sua pintura facial, designam esse povo como "cara de macaco"[7]; por isso, vamos adotar neste artigo a

[7] Embora seja incerto se a etimologia desse nome é realmente tupi, como indicado por um parecerista anônimo, a quem agradecemos, a página dos povos indígenas do Brasil do Instituto Socioambiental dedicada a essa etnia (https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebeng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3) e a página do Instituto Hemispheric (https://hemisphericinstitute.org/pt/enc05-performances/item/1385-enc05-kaiapo-people.html) assumem isso, provavelmente com base em uma tradição de estudos antropológicos que atribui ao povo Karajá a autoria dessa alcunha, pelo fato de os Kayapó usarem máscaras rituais esculpidas e pinturas faciais de macaco. O ponto importante, para nós, é que os próprios indígenas da etnia tomam como ofensiva a designação Kayapó, associando-a a "cara de macaco", e preferem a autodenominação "Mẽbêngôkre". Portanto, ainda que o significado associado a Kayapó não se sustente etimologicamente,

autodenominação "Mẽbêngôkre" – cujo significado é "gente de dentro da(s) água(s)" (Mariano, 2020, p. 2). Essa etnia tem forte ligação com os rios, vivendo às margens do rio Xingu e de seus afluentes.

Com cerca de 65.500 habitantes (IBGE, 2023), São Félix do Xingu, município de mais de 84 mil quilômetros quadrados (área que é aproximadamente o dobro da área total do estado do Rio de Janeiro; sendo o sexto município em extensão territorial do Brasil), localizado no estado do Pará, abriga parte do Território Indígena Kayapó, habitado pelo povo Mẽbêngôkre – a população indígena está distribuída em 32 aldeias, ultrapassando, conjuntamente, 2 mil habitantes.

Segundo o Museu Goeldi (ver Andrello *et al.*, 2024), a presença de povos tradicionais nessas terras data de ao menos 9.500 anos antes da data de fundação do povoado que deu origem ao município, às margens do rio Xingu, em fins de 1900. Esse município da Amazônia Legal só foi formalizado com o nome atual em 10 de abril de 1962, após a região ter vivido o ciclo da borracha e visto sua substituição por atividades como a exploração da castanha-do-pará, a extração de madeira de lei, de gemas e metais preciosos. Atualmente, a atividade principal é o agronegócio, liderado pela pecuária de corte.

Apesar de ter 70% de áreas protegidas, das quais a metade é indígena, o município abriga o maior rebanho de gado do país, com 2,5 milhões de cabeças de gado, e tem desmatamento recorde. São Félix do Xingu é uma grande emissora de gases que provocam o efeito estufa: em 2023, foram emitidas cerca de 20 milhões de toneladas de dióxido de carbono, segundo estudo do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (2024). A sede municipal era antes uma reserva indígena estabelecida por decreto federal. Segundo Cardoso (2023), permanece no município um processo permanente de apropriação de terras públicas de usufruto indígena, por meio da exploração do trabalho e com uso de violência.

De acordo com o Instituto Socioambiental (Roman, 2023), a prática do garimpo ilegal na Terra Indígena Kayapó ocorria antes mesmo do território ser demarcado como uma TI, em 1960, sendo esse o local indígena com maior ocorrência de atividade de exploração ilegal de madeira e de minério (ouro). Os atos contra a natureza significam não apenas a destruição e degradação do território, mas também refletem na ameaça do desaparecimento da cultura, das tradições e, mais diretamente, dos povos que ocupam esse espaço, com toda a sua vivência – incluindo, dessa maneira, o apagamento linguístico.

A presença Mẽbêngôkre não se restringe às aldeias – o espaço urbano de São Félix do Xingu também é ocupado pelos indígenas. Conforme aponta Paiva (2025, p. 17), "a mudança de muitos Mẽbêngôkre para a zona urbana de São Félix do Xingu encontra-se vinculada, de modo geral, à possibilidade de acesso mais facilitado a atendimento em saúde […], assim como aos serviços de instituições financeiras e de repartições públicas diversas".

e que sua atribuição pelos Karajá se prove um mito, uma vez que isso é tomado como verdade pelo próprio povo, entendemos que não nos compete, no âmbito deste artigo, nos aprofundarmos na questão científica, e sim que devemos respeitar as crenças dos próprios Mẽbêngôkre.

Como visto na seção anterior, no quadro 1, o município de São Félix do Xingu cooficializou a língua Mẽbêngôkre em 2019, pela lei municipal nº 571 (São Félix do Xingu / PA, 2019). Essa lei obriga o município a manter os atendimentos ao público, nos órgãos da administração municipal, e a confeccionar placas com nomes de rua, bem como redigir comunicações de interesse público, tanto em português quanto em Mẽbêngôkre; também promete incentivar o aprendizado e o uso da língua Mẽbêngôkre nas escolas da rede pública municipal; o Artigo 4º diz que "o uso da língua Mẽbêngôkre (Kayapó) não será motivo de discriminação". Porém, decorridos mais de cinco anos desde a sua implementação, não se observa ainda em plenitude os efeitos desta lei no município. Sua plena execução ainda exige muita luta.

A Secretaria Municipal de Educação do Município (SEMED) atende a 32 escolas indígenas de Ensino Fundamental (*cf.* Ribeiro, 2023), cada uma numa delas localizada numa das aldeias Mẽbêngôkre, e, para tanto, conta com um Departamento de Educação Escolar Indígena. Por conta de as aldeias serem geograficamente bem afastadas do centro urbano, demandando horas de viagem (em média, de 5h a 12h), geralmente por via fluvial, os professores municipais mudam-se para a aldeia em que lecionam no início do semestre letivo, permanecendo ali até o seu término. Assim, os docentes encarregados da escola indígena convivem longamente com os habitantes da aldeia.

Dado o fato de os alunos serem em sua maioria monolíngues nos primeiros anos do Ensino Fundamental, falando apenas Mẽbêngôkre, e o professor municipal ser comumente monolíngue em português, cada escola indígena conta com pelo menos um professor indígena, que é um indígena aldeado, bilíngue, contratado pela prefeitura para auxiliar o professor regente. Sua principal tarefa é traduzir o que o professor fala em português para o Mẽbêngôkre, a fim de que os alunos o compreendam; e traduzir o que os alunos dizem em Mẽbêngôkre para o português, a fim de que o professor regente os compreenda. Vale notar que a maior parte do material didático para uso nessas escolas das aldeias, como os livros escolares e as apostilas impressas, está escrita exclusivamente em língua portuguesa. É grande a barreira linguística no acesso à educação, reforçando a situação da dominância do português já apontada em situações de acesso, por parte dos Mẽbêngôkre, a serviços de saúde, serviços administrativos e atendimentos em relações comerciais.

Com relação às escolas que oferecem turmas nos centros urbanos, Paiva (2025, p. 22) afirma que "[…] o modo de organização das escolas da zona urbana invisibiliza e desconsidera os estudantes indígenas". Dessa maneira, não há a possibilidade de os alunos Mẽbêngôkre que ocupam esses espaços terem as disciplinas ministradas em sua língua materna.

Mendonça Junior *et al.* (2023) relatam que o português ainda é tratado como principal língua veicular do ensino e principal objeto de instrução nas aulas das escolas indígenas, não dando o protagonismo ao Mẽbêngôkre. Além disso, o calendário escolar não leva em consideração os eventos relacionados à cultura Mẽbêngôkre e o currículo de ensino não é específico para o povo indígena. Buscando modificar essa situação, o Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas, está realizando consultas em São Félix do Xingu para regulamentar uma Lei de Educação

Escolar Indígena, visando atender às demandas dos povos indígenas em relação ao ensino dos povos originários[8].

A língua Mẽbêngôkre tem boa transmissão intergeracional nas aldeias de São Félix do Xingu. Segundo Mendonça Júnior *et al.* (2023), ela é falada por crianças, jovens e adultos em todas as comunidades. Porém, fora das aldeias, a situação linguística é a típica de uma língua minorizada:

> O centro urbano da sede do município é bastante visitado pelos Mebêngôkre, que interagem com os não indígenas (quase sempre não falantes de Mebêngôkre, de modo que essa interação se dá principalmente em português) no comércio, em eventos, nas instâncias administrativas, nas instituições financeiras, em estabelecimentos prestadores de serviço, em espaços públicos etc. (Mendonça Junior *et al.*, 2023, p. 3).

O não conhecimento da língua Mẽbêngôkre por parte dos não indígenas torna a interação entre eles e os Mẽbêngôkre complexa e, muitas vezes, passível de preconceito linguístico. São sempre os Mẽbêngôkre os instados a usar a língua do outro, que é a língua dominante. É cobrado deles que sejam fluentes em português. O monolíngue em português está sempre em situação de privilégio e desconsidera que o falante indígena de português está se utilizando de uma língua adicional, que não é a sua primeira língua. A barreira linguística está sempre presente, mesmo os Mẽbêngôkre marcando forte presença nos espaços públicos e privados do município. Diante dessa realidade, é primordial oferecer suporte linguístico para aqueles que não têm o português brasileiro como primeira língua.

Além disso, esse apagamento reflete, também, na ignorância, por parte de muitos não indígenas, dos saberes do povo Mẽbêngôkre e, em consequência, da descrença da capacidade intelectual deles. Dessa forma, considerando o direito de todas as comunidades de se manifestarem em sua própria língua, dada a inevitabilidade de contato do povo Mẽbêngôkre com os não indígenas no município de São Félix do Xingu, é importante construir políticas que busquem reconfigurar a forma como a língua Mẽbêngôkre e seus falantes são tratados na municipalidade. A Lei n.º 571 tinha esse espírito.

Mendonça Junior *et al.* (2023, p. 5) informam que a proposta foi encaminhada às autoridades legislativas por Bàykajyr Kayapó, Bepgogoti Kayapó, Bepdjà Kayapó, Pàtkôre Kayapó e Oro Muturua, professores indígenas, e por Claudiane da Silva Menezes, Clebson de Oliveira Alves, Davi da Silva Meneses, Dilcilene da Silva Menezes, Elicia das Mercês Batista da Silva, Ivanilce Gonçalves de Melo, Nádia Fernanda Barbosa Ribeiro, Vicente Carvalho de Sousa e Cledson Mendonça Junior – estes, *kubẽ* (não indígenas) simpatizantes das causas Mẽbêngôkre –, muitos dos quais eram então professores municipais em escolas de aldeias, e alguns dos quais estavam à época obtendo formação em Linguística, pelo Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND) do Museu Nacional (MN), na UFRJ.

O povo Mẽbêngôkre, conforme Mendonça Junior *et al.* (2023, p. 6), ao propor essa peça de legislação municipal, em 2019, ansiava por "[…] ver sua língua empregada nas aulas do ensino

[8] O Decreto Nº 4.430, do Governo do Estado do Pará, de 21 de janeiro de 2025, instituiu um Grupo de Trabalho para elaborar o projeto de lei da Política Estadual de Educação Escolar Indígena – (https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/616268.pdf). Uma primeira consulta pública já foi feita (https://sepi.pa.gov.br/node/371).

Fundamental e Médio e desejava, ainda, com a cooficialização, favorecer a valorização do povo e da língua, tanto por falantes quanto por não falantes", mas até hoje não tem na realidade aquilo que a lei demanda.

A língua Mẽbêngôkre é pertencente à Família Jê e ao tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1999; Nikulin, 2020). Vamos oferecer brevemente uma caracterização de sua gramática, em linhas gerais, com base na literatura. A ordem canônica dos constituintes em Mẽbêngôkre é SOV (Sujeito – Objeto – Verbo) (Menezes, 2018). Segundo Reis Silva (2001), é possível também a organização da sentença como S Aux OV ou como SOV Aux. A língua é isolante: as palavras não apresentam flexão tal como a apresentada em português, não havendo mudanças na forma das palavras em Mẽbêngôkre para denotar plural, gênero, tempo ou caso, sendo os significados compostos por meio da justaposição de morfemas independentes.

De acordo com Stout e Thomson (1974) e Salanova (2003), a língua faz distinção temporal entre futuro e não-futuro (não é feita nenhuma distinção entre presente e passado), por meio das partículas "*ne*" (não-futuro) e "*dja*" (futuro). Não há flexão verbal de tempo. Não há flexão de número (plural, singular) nos nominais. Não há marcação gramatical de gênero.

Como apontam Mendonça Junior *et al.* (2023), a língua não tem artigos, nem definidos nem indefinidos, apresentando apenas demonstrativos. É muito provável que o Mẽbêngôkre seja uma língua de A-quantificação (que marca seus componentes gramaticais aspectualmente, por advérbios e modificadores sentenciais), em vez de ser uma língua de D-quantificação (quantificação nominal), segundo Mendonça Junior e Gomes (em preparação). Os mesmos autores atestam que as diferenças de interpretação de quantidade em argumentos, como alterações no volume, peso ou número de objetos transportados, são marcadas por formas supletivas do verbo, fenômeno comum em línguas Macro-Jê; a forma nominal que expressa o objeto cuja quantidade é grande, no entanto, permanece a mesma forma utilizada para fazer referência a quantidades diminutas.

As diferenças gramaticais entre a língua Mẽbêngôkre e a língua portuguesa constituem um tesouro do patrimônio linguístico universal, por caracterizarem bem a riqueza da diversidade linguística do nosso planeta. No entanto, dada a assimetria das relações de poder entre os falantes de cada uma delas, os falantes de Mẽbêngôkre, a língua minorizada, muitas vezes são levados a crer que essas diferenças indicam que sua língua é inferior à língua dominante, a língua portuguesa. Nas palavras de Pereira (2025):

> […] é importante destacar que essas diferenças, embora linguística e culturalmente ricas, muitas vezes são percebidas de forma distorcida pelos próprios falantes de línguas minorizadas. Em contextos de forte pressão sociolinguística, como o que enfrentam os povos indígenas no Brasil, não é raro que tais diferenças sejam interpretadas não como expressões de diversidade e complexidade, mas como sinais de inferioridade da língua originária diante da língua dominante. Isso pode levar à crença de que o português seria uma língua "mais completa" ou "mais correta", enquanto o Mebêngôkre seria visto como limitado ou inadequado, o que contribui para o enfraquecimento do uso e da valorização da língua materna (Pereira, 2025, p. 54).

Ademais, a atitude linguística dos *kubẽ* para com os falantes da língua minorizada, caracterizando preconceito linguístico, em nada ajuda a elevar a autoestima linguística dos Mẽbêngôkre. Para reverter esse desequilíbrio entre os diferentes, impõe-se, entre outras coisas, investir na conscientização dos Mẽbêngôkre sobre o alto valor de sua língua e de sua cultura, por um lado, e, de outro, expor o preconceito linguístico, fomentando atitudes de respeito pelo diferente e de valorização da diversidade. Na próxima seção, falaremos sobre duas ações extensionistas que perseguem esses objetivos.

3. Iniciativas do Projeto de Extensão "Ações De Combate Ao Preconceito Linguístico" (UFRJ)

Sob o panorama de invisibilização e de preconceito linguístico em relação à língua Mẽbêngôkre apresentado na seção anterior, a ação "*Mẽ kun*ĩ *umari* – A Voz Mẽbêngôkre", vinculada ao Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", surge por meio de uma parceria, firmada em 2021, entre o Projeto e o Departamento de Educação Escolar Indígena do Município de São Félix do Xingu, ligado à SEMED. Ela foi idealizada com o objetivo de fortalecer a visibilidade das línguas indígenas, especialmente da língua Mẽbêngôkre, buscando a efetivação das ações previstas pela lei 571/2019.

A inspiração para essa ação surgiu a partir do programa "Copiô, Parente" veiculado na Rádio Nacional da Amazônia e no Youtube, em forma de podcast, que por anos realizou um trabalho de comunicação popular voltado às comunidades amazônicas. O "Copiô, Parente", produzido em 2023 pelo Instituto Socioambiental, trazia temáticas que abordavam não apenas questões políticas envolvendo as línguas e povos originários, mas também a sua presença na sociedade brasileira como um todo, dando visibilidade e quebrando a ideia de que os povos indígenas estão isolados, sem relações de contato com os não indígenas. Mendonça Junior *et al.* (2023, p. 11) informa que o "Copiô, Parente", antes de se tornar um conteúdo disponível nas plataformas de áudio, era "distribuído em formato MP3 por Whatsapp para cerca de dois mil contatos diretos entre indígenas, extrativistas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos etc.".

Seguindo essa mesma proposta, a ação "*Mẽ kun*ĩ *umari* – Voz Mẽbêngôkre", é dividida em etapas de gravação de vídeos com reinvindicações de direitos linguísticos, entrevistas e relatos de vivência dos representantes dos Mẽbêngôkre de São Félix do Xingu. Esse material é submetido a uma edição do conteúdo e de imagem e som, para, depois, ser divulgado nos perfis do Instagram da ação *Mẽ kun*ĩ *umari* (@vozmebengokre) e do Projeto ao qual ele está interligado (@combateaopl). A produção é resultado de um processo colaborativo que, além dos universitários participantes do projeto de extensão da universidade carioca, inclui a participação ativa de professores Mẽbêngôkre, que atuam como agentes fundamentais na construção dos conteúdos.

Além da postagem dos vídeos, o grupo de extensionistas que atuam na ação também produzem conteúdos que tocam temas que têm ligação direta com o povo Mẽbêngôkre – como informações sobre quem são os Mẽbêngôkre, como é a sua cultura, e, englobando tudo isso, o direito linguístico e

o respeito direcionado aos povos originários. Dessa maneira, a rede social da ação torna-se, para além de um canal informativo e de divulgação científica, um espaço de resistência linguística.

A primeira equipe de extensionistas da ação *Mẽ kunĩ umari* era composta pelas então graduandas Ana Carla do Nascimento Gomes e Vitória Sara de Almeida Campos, pela então mestranda PROFLLIND (MN) Marinei Alves Pereira e pelos então doutorandos em linguística Clédson Mendonça Junior e Dilciliene da Silva Menezes, além da professora Ana Paula Quadros Gomes.

Um dos depoimentos inaugurais foi dado em 2022 a Clédson Mendonça Junior por Betire Kayapó, professor na Escola Municipal Indígena Capitão Bepnox, localizada na aldeia Kôkraxmôro, no Rio Xingu. Ele diz nessa entrevista que teve dificuldades com a língua portuguesa durante seus estudos. "Até hoje ainda encontro palavras 'difíceis' no português", comenta. Ele relata ainda ter testemunhado situações de preconceito para com os Mẽbêngôkre, andando nas ruas do centro urbano: "são brincadeiras, piadas, dentre outras atitudes dos não indígenas". E que, nos bancos, no cartório, ninguém fala uma palavra de sua língua. Ele confessa que não estava a par da lei de cooficialização, mas, tendo sabido dela durante aquela conversa, se dispôs a articular com os parentes estratégias para que ela saísse do papel e se tornasse efetiva.

Marinei Alves Pereira entrevistou Bepydji Kayapó, indígena da aldeia Tepdjàti, casado e pai de cinco filhos, que assim descreveu seus primeiros anos escolares:

> Um dia minha avó falou: Filho, os professores de Redenção chegaram, você quer estudar? Eu disse que não. Tinha muito medo de *kubẽ* (não indígena). Ela me levava sem eu querer para escola. Eu chorava muito. Todos os dias, os professores tentavam me ajudar, mas não tinham sucesso. Eles não sabiam minha língua e nem eu a deles (Pereira, 2025, p. 73).

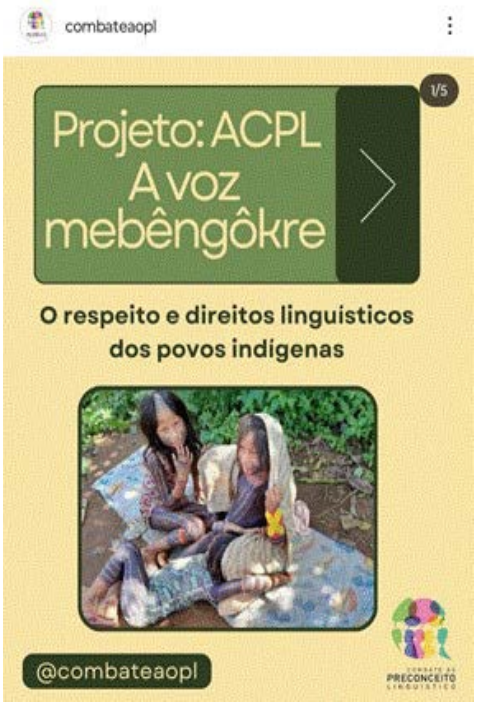
Outro entrevistado por Marinei Alves Pereira foi o enfermeiro indígena Bepkamrêk, que preconiza um equilíbrio entre, por um lado, o domínio do português, necessário para circular pelo universo *kubẽ*, obtendo acesso a serviços de saúde, justiça e políticas públicas, e, de outro lado, a conservação da língua e das tradições Mẽbêngôkre. A seu ver, se não valorizarem a própria cultura, os jovens se afastarão dos saberes tradicionais e perderão sua identidade. Para ele, o papel da escola é o de fortalecer a identidade indígena.

Vimos alguns exemplos de depoimentos colhidos na comunidade indígena, que ilustraram a enorme reflexão sobre a própria vivência e situação linguística trazida pelos entrevistados. Para ver um material mais extenso, convidamos o leitor a visitar o endereço no Instagram, @avozmebengokre.

O grupo de extensionistas dedicado à Voz Mẽbêngôkre renova seus componentes todos os semestres e segue fazendo, além de entrevistas, pesquisas e estudos sobre as questões linguísticas em torno dos povos originários. Assim, para além da publicação de relatos e de fatos a respeito da língua e do povo Mẽbêngôkre, a ação também compartilha conteúdos que tratam dos direitos linguísticos e dos significados que se vinculam ao ato de cooficializar uma língua, visando dar foco à Lei n.º 571/2019 de São Félix do Xingu.

O objetivo da ação é instrumentalizar os Mẽbêngôkre com tecnologias sociais, colocando as redes sociais a serviço da divulgação de sua própria agenda para construir um futuro melhor, reverberando sua voz de modo a que sejam ouvidos pelos canais competentes, por canais oficiais e pela sociedade brasileira, como um todo. Selecionamos algumas amostras de postagens para dar uma ideia da metodologia empregada.

Imagem 1: Publicação sobre o respeito e direitos dos povos indígenas



Fonte: Instagram @combateaopl

Imagem 2: Publicação sobre cooficialização linguística



Fonte: Instagram @vozmebengokre

Em conjunto à atuação com extensionistas, Mendonça Junior *et al.* (2023) mostram que a ação *Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mẽbêngôkre também influencia nas medidas de gestão pública no município de São Félix do Xingu que têm relação com a lei 571/2019, produz materiais didáticos para as escolas Mẽbêngôkre e age no apoio de ações que visem a integração da língua Mẽbêngôkre nos espaços do município xinguense – como a inserção da língua Mẽbêngôkre em placas de sinalização e fachadas de ambientes públicos. Nesse sentido, o projeto de extensão propõe a divulgação das demandas citadas nas redes sociais, ampliando o alcance da luta Mẽbêngôkre por seus direitos linguísticos.

Marinei Alves Pereira é uma das professoras *kubẽ* que leciona em escolas aldeadas. Em 2023, ela era professora municipal na aldeia Tepdjàti, quando começou a gravar entrevistas com lideranças indígenas para a ação extensionista. A seu ver,

> A página da Voz Mebêngôkre constitui um espaço digital criado para dar visibilidade às produções, demandas e perspectivas do povo Mebêngôkre. Mais do que um canal de divulgação, trata-se de uma ferramenta de fortalecimento cultural e político, na medida em que reúne e publica conteúdos enviados pelos próprios indígenas – em forma de textos, vídeos, áudios e fotografias. Esses materiais expressam tanto aspectos da vida cotidiana quanto reflexões críticas sobre os direitos linguísticos, educacionais e territoriais do povo. Assim, a página se configura como um instrumento de registro e de difusão das vozes indígenas em primeira pessoa, permitindo que circulem em redes mais amplas e cheguem a instâncias institucionais competentes. Nesse sentido, ela cumpre um papel estratégico na luta pela cooficialização da língua e pela valorização da identidade cultural Mebêngôkre, ao mesmo tempo em que incentiva a produção contínua de conteúdos por parte dos próprios sujeitos da comunidade (Pereira, 2025, p. 72).

Além d'A Voz Mẽbêngôkre, outra frente do projeto de extensão de que Marinei Alves Pereira participa ativamente é a "Ponte Digital", coordenada por Beatriz Protti Christino. Em 2021, no contexto pós-pandemia, o Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico" e o Projeto de Extensão "Observatório da Escrita", coordenado pelo professor Marcelo Mello, uniram-se para participar do Edital FAPERJ 45/21 "Melhoria das escolas da rede pública do Rio de Janeiro" com o projeto conjunto "Interagindo com a linguagem sem preconceitos", que veio a beneficiar a Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, localizada no município de Magé / RJ e com a qual o Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico já trabalhava, em virtude da parceria firmada com a Secretaria Municipal de Educação de Magé, com recursos destinados a bolsas de Treinamento e Capacitação Técnica e aquisição de equipamentos. Entre os bolsistas do Edital FAPERJ 45/21 figuraram dois extensionistas do Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", os graduandos da UFRJ Anna Beatriz Victória dos Santos Rodrigues e Carlos Eduardo Silva Franklin Pinto, e os professores da escola beneficiada, Arthur de Sousa Costa e Cristiane Vieira Sales.

A Ponte Digital foi inspirada nos programas *Pen Pal*, nos quais pessoas desconhecidas trocavam correspondência física, firmando amizades entre representantes de diferentes culturas. A ideia era

conectar uma turma de *kubẽ* de uma escola municipal de Magé, pequena cidade do Rio de Janeiro, a uma turma do mesmo ano de alunos Mẽbêngôkre da aldeia Tepdjàti. Em vez de usar cartas, para fazer a ponte entre esses dois grupos de crianças de distintas línguas maternas e de culturas muito diferentes, a ação extensionista utilizaria gravações de vídeos enviadas por WhatsApp, daí o nome "Digital". A ação promove o diálogo intercultural e interlinguístico entre os estudantes indígenas e mageenses, valorizando suas vozes e saberes e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual todas as línguas e culturas tenham espaço de expressão, reconhecimento e respeito.

Imagem 3: Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Bepkurwyti, localizada na aldeia Tepdjàti



Fonte: acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico". Registro por Clédson Mendonça Junior (2023)

A princípio, os alunos indígenas da escola Bepkurwyti, da aldeia Tepdjàti deram sinais de timidez e insegurança, mostrando certa resistência a se expressar. Na visão de sua professora, Marinei Alves Pereira, "a autoestima, muitas vezes fragilizada por fatores históricos e sociais, refletia-se na maneira como se colocavam e se percebiam em relação ao mundo exterior" (Pereira, 2025, p. 101). Mas, à medida que as interações se multiplicavam, a confiança aumentou e os estudantes indígenas foram se soltando.

> Assim, a ponte criada entre as duas escolas não apenas promoveu a troca de saberes, mas também foi fundamental para o desenvolvimento emocional e pessoal dos alunos, que hoje se mostram mais abertos, orgulhosos e conscientes da importância de sua identidade cultural (Pereira, 2025, p. 101).

Em 23 de março de 2023, os bolsistas FAPERJ abordaram com os alunos do sexto e do nono ano de Magé características do município de São Félix do Xingu / PA. Em 20 de abril de 2023, aconteceu a primeira gravação de mensagens para os estudantes Mẽbêngôkre pelos alunos do oitavo e sétimo ano da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira.

Em 2023, a ação foi realizada em todas as turmas de Ensino Fundamental I da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira: uma de sexto ano, uma de sétimo ano, uma de oitavo e uma de nono ano. No ano de 2024, a ação foi limitada ao sétimo, oitavo e nono anos. Coube ao

bolsista Carlos Eduardo Franklin organizar e contabilizar as mensagens trocadas nos primeiros 7 meses de implementação da Ponte Digital. Nesse período, foram trocadas ao todo 133 mensagens entre as comunidades escolares, sendo 79 endereçadas pelos alunos do Rio de Janeiro aos do Pará e 54 enviadas pelos estudantes indígenas de São Félix do Xingu aos *kubẽ* de Magé.

Em cada turma, os bolsistas apresentaram a ação, inicialmente, apresentando também o povo Mẽbêngôkre e a cidade de São Félix do Xingu. Nas visitas seguintes à escola, organizaram discussões entre os estudantes para selecionar os temas que seriam abordados nas mensagens. Antes da gravação de cada mensagem, era feito um planejamento do tema, seguida da escolha dos aspectos a abordar e do estudante que enviaria a mensagem. Cada mensagem era gravada após um planejamento coletivo, incluindo o tema, o conteúdo, os destaques e o representante da turma que se responsabilizaria pela gravação. Os estudantes fluminenses quiseram saber de aspectos da vida indígena, como técnicas de pesca, caça, construção das moradias, higiene bucal, comidas típicas e atividades escolares. Os estudantes indígenas responderam com segurança e orgulho, detalhando suas práticas cotidianas, seus saberes tradicionais e seus gostos pessoais, reforçando sua identidade e pertencimento à cultura originária.

Ao longo do tempo, notou-se um amadurecimento das perguntas feitas pelos alunos *kubẽ*, que passaram a demonstrar mais respeito e empatia. Paralelamente, os estudantes indígenas se sentiram mais empoderados, mais cientes da importância de sua língua e de sua cultura. Percebendo-se recebidos com interesse e respeito, os estudantes Mẽbêngôkre passaram a se sentir orgulhosos de sua identidade.

As mensagens trocadas com os colegas da outra escola proporcionaram um espaço de escuta, pertencimento e valorização mútua. O conteúdo das mensagens trocadas evidencia a riqueza da diversidade cultural e linguística entre os dois grupos.

A Ponte Digital está sendo continuada em 2025 pelas bolsistas PROFAEX do Projeto de Extensão “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”. A vice coordenadora da extensão e as bolsistas PROFAEX do projeto realizam visitas presenciais à Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira para apresentar os vídeos e áudios produzidos pelos estudantes de São Félix do Xingu e também gravar novos materiais.

Imagem 4: Fachada da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira



Fonte: acervo do projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”.
Registro por Carlos Eduardo Franklin (2023)

Esse intercâmbio proporciona aos estudantes não indígenas uma aproximação real e afetiva com a diversidade cultural brasileira, desconstruindo estereótipos e promovendo reflexões sobre identidade, alteridade e respeito às diferenças. Aos estudantes Mẽbêngôkre, a Ponte Digital se configura como um espaço para falar de sua vivência e se fortalecerem como agentes no combate à criação de preconceitos em relação aos povos indígenas.

Nesse sentido, duas visitas de Camille Damásio e Eduarda Santos, as extensionistas bolsistas do "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", em companhia da Prof.ª Beatriz Protti Christino, à Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, feitas à turma de 6° ano, em 2025, são particularmente ilustrativas do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2023. É importante ressaltar que os estudantes de 6° ano de 2025 estão vivendo a experiência da Ponte pela primeira vez.

A primeira visita aconteceu em 12 de maio de 2025. A interação com os estudantes de Magé foi estruturada em torno de um jogo de perguntas e respostas pensado para apresentar e comparar as realidades de Magé, de São Félix do Xingu e da cultura do povo Mẽbêngôkre. A dinâmica foi desenhada para ser visual e participativa, utilizando mapas, bandeiras e imagens impressas.

Imagem 5: Elaboração de dinâmica com mapa do Brasil



Fonte: acervo do Projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico".
Registro por Eduarda Santos Castro Lima (2025)

Dessa maneira, o jogo foi organizado com um sistema de cartas coloridas que tinham como objetivo desconstruir estereótipos em relação aos estudantes Mẽbêngôkre. Questões como “Todos os povos indígenas falam a mesma língua?” (Falso) ou “No Brasil, existem mais de cem línguas diferentes faladas por povos indígenas?” (Verdadeiro) foram elaboradas para que os estudantes de Magé pudessem conhecer mais sobre a atual situação das línguas indígenas e que cada estudantes pudesse contribuir com seus conhecimentos e visões de mundo.

Além disso, a dinâmica também visava introduzir informações sobre geografia, cultura e meio ambiente. Os alunos foram informados, por exemplo, que o povo Mẽbêngôkre também é conhecido como Kayapó e que a usina de Belo Monte impactou fortemente a região de São Félix do Xingu.

Assim, as perguntas elaboradas na atividade estabeleciam uma conexão direta entre as duas realidades. Questões como “Qual dos dois municípios possui maior população indígena?”, ou “Qual é mais urbanizado e populoso?” ou ainda “Qual município é maior em extensão territorial?” incentivavam os alunos a refletir sobre as diferenças e semelhanças entre seus contextos.

Imagem 6: Exemplo de perguntas elaboradas para a dinâmica.

1. ***No Brasil, existem mais de cem línguas diferentes faladas por povos indígenas.***
   - ☐ Verdadeiro
   - ☐ Falso

2. ***Em termos de extensão territorial, São Félix do Xingu é mais de 200 vezes maior do que Magé.***
   - ☐ Verdadeiro
   - ☐ Falso

3. ***Qual é a capital do Estado onde está localizado São Félix do Xingu?***
   a) Belém
   b) Manaus
   c) Palmas
   d) Porto Velho

Fonte: elaboração dos autores

Após a dinâmica de apresentação, foram exibidos os vídeos enviados pelos estudantes Mẽbêngôkre aos estudantes de Magé. Nesses vídeos, os jovens compartilham aspectos de seu cotidiano, cultura e território, abordando temas como esportes e gastronomia. Em uma das gravações,

por exemplo, um dos estudantes Mẽbêngôkre se apresenta, conta que mora na aldeia Kôkraxmôrô, e relata seu gosto por nadar no rio Xingu "porque o rio tá muito limpo, não tem poluição" e por jogar futebol, perguntando diretamente aos colegas de Magé qual o esporte preferido deles. Em outra mensagem, um estudante Mẽbêngôkre pergunta sobre a comida favorita dos alunos de Magé, após compartilhar a sua: o prato tradicional berarubu com peixe.

O segundo momento de visita à turma do 6° Ano de Magé foi realizado em 25 de agosto do mesmo ano. A dinâmica principal foi a aplicação do jogo "Conhecendo as línguas indígenas do Brasil", associado a um mapa do país. Para o jogo, cada aluno recebeu uma carta, dentre mais de 100 opções, com informações sobre o número de falantes, a família linguística e o local onde a língua indígena registrada na carta é falada e, um por um, lia os dados em voz alta, localizando no mapa os estados e países, quando era o caso, onde aquela língua está em uso. O resultado mais significativo dessa visita foi a demonstração do engajamento dos alunos com a Ponte Digital.

Ao final da atividade, eles cobraram ativamente por uma resposta dos estudantes Mẽbêngôkre à mensagem em vídeo que haviam gravado na visita anterior, em maio. Essa reação espontânea evidenciou que a "ponte" estabelecida é relevante para eles e que aguardam com expectativa a continuidade do diálogo, confirmando o sucesso da ação em criar um vínculo afetivo e genuíno entre as duas comunidades escolares[9].

Imagem 7: Registro da exibição dos vídeos dos estudantes Mẽbêngôkre para os alunos da E.M. Manoel Francisco da Silveira



Fonte: arquivo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico". Registro por Beatriz Protti Christino (2025)

[9] Vale notar que o retorno por parte dos estudantes Mẽbêngôkre não aconteceu a tempo da interação com os alunos mageenses, nessa ocasião, devido, em parte, às dificuldades para a gravação e envio das mensagens. A professora Marinei Pereira relatou que, muitas vezes, o sinal de internet não era suficiente para que os estudantes vissem as perguntas da comunidade de Magé e pudessem gravar suas respostas, gerando o atraso do envio de novos vídeos. Além dessa dificuldade técnica, é preciso levar em conta que os semestres letivos das escolas indígenas não coincidem inteiramente com os semestres letivos das não indígenas, um terminando antes do outro. Em soma aos fatores, um outro, decisivo para a descontinuidade das trocas entre esses dois grupos específicos, foi o fato de a professora Marinei Pereira ter sido transferida para outra turma.

A iniciativa pode ser vista como uma forma de ampliar a "árvore de probabilidades" desses estudantes, ajudando-os a enxergar novas projeções de futuro para além de seu contexto social imediato. Para os estudantes e colaboradores Mẽbêngôkre, a ação se configura como um espaço de protagonismo, onde podem compartilhar suas vivências e se afirmar como agentes no combate ao preconceito.

Para fechar esta seção, vamos avaliar o impacto das duas ações desenvolvidas pelo "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico" na comunidade externa. São visíveis tanto o fortalecimento interno das comunidades indígenas quanto a transformação das percepções dos estudantes das escolas urbanas. Essa força aparece no conteúdo dos comentários feitos pelos participantes indígenas, que mostram surpresa positiva por não falantes de Mẽbêngôkre demonstrarem interesse por sua língua e cultura, uma indicação de que ambas são também consideradas importantes pelos *kubẽ*.

A valorização da autoestima linguística dos povos Mẽbêngôkre é um dos principais resultados, uma vez que a presença da língua em espaços digitais, educacionais e institucionais reforça sua importância simbólica e social. Por exemplo, ao encontrarem placas de sinalização em sua língua materna na biblioteca municipal, a reação dos Mẽbêngôkre foi a de se sentirem bem-vindos naquele espaço; eles externaram que sentiam agora que o lugar também pertencia a eles, e que percebiam agora que estavam convidados a frequentá-lo. Nas entrevistas para a Voz Mẽbêngôkre, os professores indígenas manifestaram em diversas falas suas visões sobre a importância de garantir mais espaço para a sua língua e a cultura tradicional dentro da escola, delineando práticas que incorporadas à sua atuação no cotidiano escolar, quando dependem apenas de iniciativas deles; e demandando materiais e mudanças.

Uma das demandas dizia respeito à composição da merenda escolar, que incluía itens como peixe enlatado, não apreciado nas aldeias. Apesar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Brasil, 2009), que exigia ao menos 30% da compra da agricultura familiar, boa parte da merenda entregue nas escolas indígenas de São Félix do Xingu era composta de produtos industrializados, não condizentes com a cultura tradicional. A Lei Municipal nº 520/2016 regulava o percentual de aquisição de produtos tradicionais; já a recente Lei Federal de nº 15.226/2025, que aumenta para 45% o mínimo de participação da gêneros alimentícios com origem na agricultura familiar e no empreendedor familiar rural, a partir de 2026, veio ao encontro dos anseios dos Mẽbêngôkre aldeados. Nas aldeias de São Félix do Xingu/ PA, o fornecimento às escolas de produtos locais, como frutas, está sendo negociado pelo governo local para serem provenientes da agricultura indígena, fomentando a valorização de saberes e costumes tradicionais na escola e abrindo uma janela de renda para as famílias Mẽbêngôkre.

Outro fato digno de nota é o recente aumento no acesso de estudantes Mẽbêngôkre em cursos superiores. Só a UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, campus de São Félix do Xingu, PA) ultrapassou, em 2025, a marca de 30 indígenas universitários, o que demonstra um significativo aumento no interesse em obter formação maior, bem como a confiança em que os estudantes indígenas poderiam ser institucionalmente aceitos, mostrando que enxergam na graduação

um lugar de direito seu, com potencial de inclusão para os indígenas. Um grupo de meia dúzia de Mẽbêngôkre se inscreveu no Profllind (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas, Museu Nacional, UFRJ) em 2025, em busca de formação.

Além disso, o Projeto de Extensão contribui para uma efetivação da lei de cooficialização da língua Mẽbêngôkre, apoiando a elaboração de materiais, a formação de professores, a sensibilização da sociedade local quanto à importância das línguas indígenas, e fiscalizando e cobrando pela implementação da política linguística adotada no município de São Félix do Xingu. Foi ministrado um workshop de 40h, com dois módulos, chamado "Curso de Formação de Agente Glotopolítico", em dezembro de 2024, no âmbito da extensão, na aldeia Kôkraxmôro, a 29 pessoas, entre elas representantes (indígenas e professores não indígenas atuantes nas escolas indígenas) de 14 aldeias indígenas: Akrôtidjãm, Kakôre, Kamoktidjãm Kamure, Kôkôtkrere, Kôkraxmôro, Kremajti, Krinhõ'êrê, Kruwanhõngô, Madjyre, Pokrô, Pykarãrãkre, Rikaro e Tepdjàti. O evento despertou o interesse na busca por políticas linguísticas efetivas que valorizem a língua, o povo e a cultura Mẽbêngôkre, como também fomentou a reflexão do grupo sobre as demandas da educação escolar indígena no município.

O encontro proporcionou ainda uma troca de conhecimento entre os professores Mẽbêngôkre mais velhos e os mais novos (docentes recém-contratados), além do compartilhamento de saberes entre os Mẽbêngôkre e os não indígenas que atuam nas escolas da TI Kayapó. Os participantes tornaram-se multiplicadores das mensagens e temas abordados nesse rico período de convivência e interação. Em 2025, por demanda dos indígenas, foram produzidas cartilhas para ensino de Mẽbêngôkre nas escolas aldeadas e para professores *kubẽ* da UNIFESSPA, bem como houve cursos de introdução à língua ministrados para profissionais da saúde e educação que interagem com os Mẽbêngôkre.

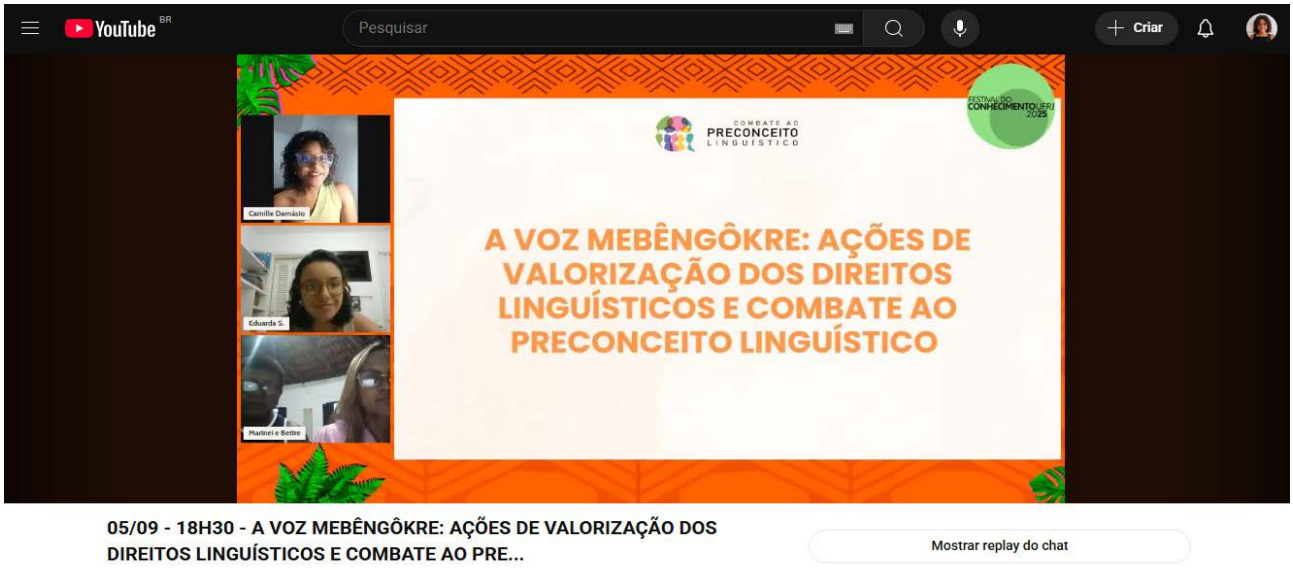
O retorno do conhecimento e das experiências de campo para o meio acadêmico é um pilar da extensão universitária. Assim, as iniciativas "*Mẽ kun*ĩ *umari* – A Voz Mẽbêngôkre" e "Ponte Digital" exemplificam de forma notável essa dinâmica, pois suas ações reverberam no ambiente acadêmico e alimentam o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Representantes do "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico" e suas frentes de atuação se apresentaram em espaços acadêmicos, como o X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, realizado na UFRJ em maio de 2025. O presente artigo é um desdobramento da apresentação realizada por Camille Damásio e Eduarda Santos no evento ocorrido no Rio de Janeiro.

Dessa forma, a iniciativa se converte em um estudo de caso prático sobre o monitoramento comunitário de políticas linguísticas, cuja metodologia e resultados podem ser debatidos com outros pesquisadores e povos. Fundamentalmente, esse retorno se qualifica pelo protagonismo indígena, com apresentações conjuntas entre professores Mẽbêngôkre e os pesquisadores da UFRJ, garantindo que a voz do projeto ecoe diretamente no debate acadêmico.

Outro evento que contou com a participação das frentes do projeto foi o Festival do Conhecimento da UFRJ 2025 "ReAmazonar", onde houve duas apresentações sincrônicas, que

ficaram gravadas no Youtube, contando com a participação dos professores parceiros de São Félix do Xingu e lideranças Mẽbêngôkre: o professor Baykajyr Kayapó, Pytykre Kayapó e Betire Kayapó, da aldeia Kôkraxmôro. Nessas frentes é assumido um caráter de divulgação científica e de diálogo interdisciplinar. Por exemplo, a apresentação da mesa "A Voz Mẽbêngôkre: ações de valorização dos direitos linguísticos e combate ao preconceito linguístico"[10], inserida no eixo "Cultura Ambiental, Artes e Saberes" do evento, transcende a linguística para dialogar com a urgência ambiental. O argumento central conectou a luta pelos direitos linguísticos Mẽbêngôkre à sua identidade como povo guardião da Floresta Amazônica, defendendo que a proteção da língua também é correlacionada com a defesa da pauta ambiental.

Figura 8 - Registro da apresentação da ação "*Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mẽbêngôkre" no Festival do Conhecimento da UFRJ em 2025



Fonte: elaboração dos autores

Nesse espaço, a roda de conversa que se deu via Youtube, no canal "Extensão UFRJ" buscou sensibilizar a sociedade sobre o papel social da universidade, ao mesmo tempo que destacou o impacto da extensão universitária na formação cidadã e humana dos próprios estudantes da UFRJ. Neste evento, dois colaboradores da Ponte Digital, além das extensionistas bolsistas Camille Damásio e Eduarda Santos, fizeram parte da mesa-redonda – a professora Marinei Pereira, que atua no município de São Félix do Xingu, e Betire Kayapó, liderança indígena Mẽbêngôkre.

Betire e Marinei compartilharam sua experiência como participantes das iniciativas de incentivo às línguas indígenas e o que elas significam na vivência Mẽbêngôkre. Betire, em um momento da conversa, relata que fazer parte da ação "*Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mẽbêngôkre":

[10] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=kDwUQP3CDVk.

> […] foi uma grande responsabilidade e, também, uma grande alegria. Eu senti que não estava falando apenas por mim, mas por todo o meu povo. A Voz Mẽbêngôkre mostrou que nós também podemos ser protagonistas na defesa da nossa língua e cultura. Foi uma experiência que me fortaleceu e me fez perceber o quanto é importante continuar esse caminho para que a nossa voz seja sempre ouvida.

Dessa forma, esse movimento de integração assegura que a colaboração seja uma via de mão dupla, na qual o conhecimento é construído, compartilhado e transformado em conjunto, em uma verdadeira troca de saberes, beneficiando tanto a comunidade Mẽbêngôkre e os alunos de uma escola pública fluminense quanto a própria academia.

4. Conclusão

As ações extensionistas tematizadas neste artigo pautam-se pela troca dialógica om uma comunidade externa parceira, o Departamento de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de São Félix do Xingu / PA, que atende às mais de 30 aldeias Mẽbêngôkre daquela região. Entre os extensionistas participantes estão alunos da pós-graduação da UFRJ, tanto do Profllind (Museu Nacional, UFRJ) quanto do PPG em Linguística, que residem nesse município do Pará e atuam como educadores em escolas municipais indígenas de lá, dentro das aldeias. Alguns dos pós-graduandos do Profllind pertencem à etnia Mẽbêngôkre e são falantes nativos da língua. Outros são *kubẽ* (não indígenas) professores das escolas indígenas. Esse núcleo de extensionistas que está em São Félix do Xingu / PA, mais especificamente em aldeias, faz contato presencial com as lideranças indígenas, entre elas os professores Mẽbêngôkre, registrando e recolhendo seus depoimentos sobre demandas de política linguística e educacional. Outra parte dos extensionistas, sediada no Rio de Janeiro, recebe o material, trata-o do ponto de vista editorial e o publica nas redes sociais do Projeto, além de pautar entrevistas com os indígenas. O objetivo é sempre respeitar o lugar de fala dos protagonistas indígenas, reverberando sua voz, em respeito ao mote "Nada para nós sem nós". No caso da Ponte Digital, há ainda outro núcleo de extensionistas, que visitavam uma turma de uma escola de Magé / RJ (vinculada ao nosso outro parceiro, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé), dialogando com eles a riqueza da variedade linguística brasileira, e, especialmente, coletando e registrando suas curiosidades sobre o cotidiano, a cultura e a língua das crianças Mẽbêngôkre, bem como elaborando, registrando e enviando mensagens para a troca entre os dois grupos de alunos, os do Pará, indígenas, e os dessa turma do Rio de Janeiro.

Quando se fala em pesquisa com os indígenas, questões éticas como licença da FUNAI e licença da Plataforma Brasil afloram. Nós, no entanto, não conduzimos uma pesquisa sobre os indígenas, mas sim conduzimos uma ação extensionista com ampla participação dos indígenas, alguns dos quais são nossos extensionistas. Contamos com a autorização do Departamento de Educação Escolar Indígena, das lideranças e da própria comunidade indígena. Todas as atividades foram aprovadas e executadas em parceria dialógica, sempre observando que cabe aos Mẽbêngôkre pautar sua agenda

e formular suas reivindicações, e aos não indígenas apenas contribuir com tecnologia social e com mais braços multiplicadores da mensagem para que as metas desenhadas pelos Mẽbêngôkre sejam atingidas eficiente e rapidamente. Seguimos as orientações dos documentos gerados pelo Grupo de Trabalho Nacional (GT Nacional DILI - Década Internacional da Línguas Indígenas da UNESCO – de 2022 a 2032), que propõe a realizar um diagnóstico da situação da cooficialização das línguas indígenas no Brasil, por povo e por município e fortalecer o ensino das línguas indígenas nas escolas, com práticas que integrem a cultura indígena, além de exigir que as universidades brasileiras criem políticas linguísticas que promovam as línguas indígenas no ambiente acadêmico, entre outras pautas.

O princípio ético que pauta nossas ações é o de garantir o lugar de fala e o protagonismo indígena. A agenda de lutas e os objetivos prioritários são definidos pela comunidade Mẽbêngôkre. Os não indígenas são apoiadores e instrumentalizadores, empenhados em catalisar resultados. Em acordo com o "nada para nós, sem nós" e alinhado com o documento do II encontro do GT nacional, que foi em 2025, na aldeia Buriti / MS.

Os Mẽbêngôkre não apenas conservam os biomas mais diversificados (as florestas continuam saudáveis nas suas terras, enquanto as áreas dos não indígenas são pastos ou monoculturas), mas também conservam a diversidade linguística. Melo (2022), mostra que Marcus Vinícius Garcia, antropólogo atuante na Divisão Técnica de Diversidade Linguística do Departamento do Patrimônio Imaterial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), aponta que o Brasil está entre os 10 países mais multilíngues; ao mesmo tempo, é um dos que tem a maior população monolíngue do planeta. Os não indígenas são monolíngues, estando da diversidade linguística nas mãos dos indígenas. O multilinguismo e o multiculturalismo brasileiro recebem grande contribuição deles.

A luta pela sobrevivência das línguas originárias no Brasil é, em sua essência, a luta pela defesa de territórios, de cosmologias ancestrais e da própria vida. Este artigo busca demonstrar que a vitalidade de um idioma não se mede apenas pelo número de falantes, mas pela garantia das condições materiais e espirituais de sua existência. A situação do povo Mẽbêngôkre em São Félix do Xingu é um microcosmo dessa realidade nacional: uma comunidade linguisticamente forte, com transmissão intergeracional ativa, que se vê encurralada por ameaças externas, como o garimpo ilegal e as queimadas, e por barreiras institucionais que transformam direitos conquistados em meras formalidades. A cooficialização da língua Mẽbêngôkre, um marco legal de imenso valor simbólico, permanece como uma promessa não cumprida, ilustrando a distância que frequentemente separa a lei da prática no Brasil.

É nesse cenário de urgência que a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), proclamada pela UNESCO, oferece um arcabouço global e um chamado à ação. O seu princípio norteador, "Nada para nós sem nós", ecoa diretamente no trabalho colaborativo entre o Projeto de Extensão "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico" (UFRJ) e a comunidade Mẽbêngôkre. As iniciativas "*Mẽ kun*ĩ *umari* – A Voz Mẽbêngôkre" e "Ponte Digital" não são apenas projetos de extensão; são a materialização desse princípio, respondendo ativamente aos objetivos da DILI

ao fortalecer o uso do idioma, promover sua inserção em novos domínios como o digital e o educacional intercultural e empoderar seus falantes para que sejam os protagonistas de sua própria política linguística.

A ação "*Mẽ kunĩ umari* – A Voz Mẽbêngôkre" se revela uma ferramenta estratégica de ativismo e vigilância cívica. Ao ocupar as redes sociais com relatos, entrevistas e reivindicações na própria língua, ela transforma a visibilidade digital em capital político. Mais do que divulgar a cultura, a iniciativa traduz a letra fria da Lei nº 571/2019 em uma cobrança pública e contínua, expondo a inércia do poder público e mobilizando a opinião pública. Essa iniciativa converte o direito linguístico de um conceito abstrato para uma pauta concreta, audível e visível, pressionando pela sua efetivação em placas de rua, no atendimento em repartições públicas e no respeito cotidiano, afirmando que a voz Mẽbêngôkre não será silenciada nem no território brasileiro, nem na esfera digital.

Por sua vez, a Ponte Digital opera em uma frente igualmente crucial: a desconstrução do preconceito em sua origem. Ela compreende que o respeito não pode ser legislado; ele precisa ser cultivado por meio do encontro e do reconhecimento do outro. Ao conectar estudantes Mẽbêngôkre e não indígenas de Magé / RJ, a ação promove uma humanização recíproca que dinamita estereótipos. Para os jovens fluminenses, o "indígena" genérico e folclorizado dá lugar ao rosto e à voz de um colega que gosta de futebol e se banha no rio limpo, gerando uma conexão afetiva que é a base para uma verdadeira experiência intercultural. Para os estudantes Mẽbêngôkre, a plataforma oferece um espaço de autoafirmação e de exercício de sua identidade, posicionando-os como educadores e embaixadores de sua cultura.

Em suma, as ações analisadas demonstram o potencial transformador da extensão universitária quando ela atua como uma verdadeira ponte, facilitando o diálogo e fornecendo ferramentas para que as próprias comunidades lutem por seus direitos. O trabalho em São Félix do Xingu reforça que a justiça linguística é multifacetada, exigindo tanto a luta política por políticas públicas quanto a ação pedagógica de combate à ignorância. A continuidade e a replicação de iniciativas como estas são fundamentais para que o Brasil possa, enfim, encarar sua diversidade não como um problema a ser superado, mas como sua maior riqueza, construindo uma nação onde todas as vozes, em todas as suas línguas, não apenas existam, mas floresçam com dignidade e respeito.

Referências

ANDRELLO, Geraldo; LOLLI, Pedro, MEIRA; Márcio. *Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico*: apresentação ao dossiê. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Ciênc. hum. [*online*], v. 19, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gCtxYVbzFG7txTprLMtfWFN/. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL ganha Centro de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas. *Museu da Língua Portuguesa*, São Paulo, 20 maio 2025. Disponível em: https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/brasil-ganha-centro-de-documentacao-de-linguas-e-culturas-indigenas/. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica* [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025. *Ementa da lei*... Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: Câmara dos Deputados. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.226-de-30-de-setembro-de-2025-659618378. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. *Censo 2022 identifica 391 povos e 295 línguas indígenas e reforça necessidade de atuação integrada entre os entes federados*. Brasília: MPI, 24 out. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/censo-2022-identifica-391-povos-e-295-linguas-indigenas-e-reforca-necessidade-de-atuacao-integrada-entre-os-entes-federados. Acesso em: 31 mar. 2026.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020. Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. Brasília, DF: FUNAI, 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-9-de-16-de-abril-de-2020-253343033. Acesso em: 21 set. 2025.

CARDOSO, Núbia Vieira. *O Paraíso do gado*: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade. 2023. 143 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/21481. Acesso em: 24 set. 2025.

CHRISTINO, Beatriz Protti. Registro da exibição dos vídeos dos estudantes Mẽbêngôkre para os alunos da E.M. Manoel Francisco da Silveira. 2025. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

DA SILVA, Diego Barbosa. Políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil: entre resistência (s) e retomada (s) no pós-redemocratização. *Revista Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 33, n. 3, pp. 76-113, 2025. DOI: 10.17851/2237-2083.33.3.29-54. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/61404. Acesso em: 26 set. 2025.

FRANKLIN, Carlos Eduardo. Fachada da Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira. 2023. 1 fotografia. Acervo do projeto “Ações de Combate ao Preconceito Linguístico”, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GALUCIO, Ana Vilacy; MOORE, Denny; VOORT, Hein van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 38, pp. 194-219, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL DILI. Carta da década internacional das línguas indígenas no brasil no ATL 2025. In: Facebook: Década das Línguas Indígenas (DILI) - Brasil 2022-2032. [S. l.], 11 abr. 2025. 1 vídeo (9 min). Disponível em: https://www.facebook.com/100078374881721/ videos/532790789590691/. Acesso em: 15 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-felix-do-xingu.html. Acesso em: 26 set. 2025.

LIMA, Eduarda Santos Castro. Elaboração de dinâmica com mapa do Brasil. 2025. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, v. 26/62-1, 2017, pp. 295-310. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/repub/v26n62/2238-2097-repub-26-62-00295.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

MARIANO, Michelle Carlesso. Kukràdjà: os modos de ser, estar e agir Mebêngôkre (Kayapó). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL *ONLINE* DE ESTUDOS SOBRE CULTURAS, 2., 2020, Foz do Iguaçu. *Anais* [...]. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2020. v. 2, p. 1-18.

MELO, Liana. Indígena não fala só Tupi. *Agência #Colabora*. 22 fev. 2022. Disponível em: https://projetocolabora.com.br/ods16/indigena-nao-fala-so-tupi/. Acesso em: 3 abr. 2026.

MENDONÇA JUNIOR, Cledson. Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Bepkurwyti, localizada na aldeia Tepdjàti. 2023. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MENDONÇA JUNIOR, Cledson; GOMES, Ana Paula Quadros; KAYAPÓ, Betire; MENEZES, Dilcilene da Silva. Me Kuni Umari: em rede pelos direitos linguísticos dos Mebêngôkré (Kayapó) em São Félix do Xingu – PA. *Cadernos de Linguística*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. e687, 2023. DOI: https://doi.org/10.25189/2675-4916.2023.v4.n2.id687. Disponível em: https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/687. Acesso em: 25 jun. 2025.

MENDONÇA JUNIOR, Cledson; GOMES, Ana Paula Quadros. *Identificando (in)definitude em Mebêngôkre (Kayapó)*. Em preparação.

MENEZES, Dilcilene da Silva. *As classes lexicais da língua Mebêngôkre*. 143 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/11422/23408. Acesso em: 25 set. 2025.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê*: um estudo reconstrutivo. 595 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/38893. Acesso em: 27 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ONU lança plano de 10 anos para apoiar línguas indígenas ameaçadas*. ONU News, 19 dez. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/12/1806922. Acesso em: 31 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Los Pinos Declaration [Chapoltepek]:* Making a Decade of Action for Indigenous. México: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374030. Acesso em: 22 set. 2025.

PAIVA, Walterlins da Silva. *Mapeamento de dificuldades relatadas por docentes da zona urbana de São Félix do Xingu no atendimento intercultural a alunos Mebêngôkre*. 2025. 109 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: http://hdl.handle.net/11422/26758. Acesso em: 22 set. 2025.

PEREIRA, Marinei Alves. *Notas sobre agenciamento glotopolítico*: relatos de ação pela autoestima e pelos direitos linguísticos dos mebêngôkre por eles mesmos. 2025. 121 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em http://hdl.handle.net/11422/27634. Acesso em: 22 set. 2025.

PETERS, Jana; LOCHI, Marília. *Censo 2022*: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Agência de Notícias - IBGE. 24 out. 2025. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas. Acesso em: 31 mar. 2025.

REIS SILVA, Maria Amélia. *Pronomes, ordem e ergatividade em Mebêngôkre (Kayapó)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, Nádia Fernanda. *Escolarização e inclusão de alunos indígenas com deficiências nas escolas indígenas de São Félix do Xingu-PA*. 2023. 150 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em http://hdl.handle.net/11422/23402. Acesso em: 22 set. 2025.

RODRIGUES, Ayrton. Macro-Jê**.** *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.). *The Amazonian languages*, Cambridge University Press, 1999, pp. 165-206.

ROMAN, Clara. *Garimpo continua a assolar Xingu, e estrago deve perdurar por anos*. Instituto Socioambiental (ISA). 10 nov. 2023. Disponível em https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/garimpo-continua-assolar-xingu-e-estrago-deve-perdurar-por-anos. Acesso em: 23 set. 2025.

SALANOVA, Andrés Pablo. *The structure of Mẽbêngôkre NPs*. MIT ms. 2003.

SANTOS, Eduarda Castro Lima. Elaboração de dinâmica com mapa do Brasil. 2025. 1 fotografia. Acervo do projeto "Ações de Combate ao Preconceito Linguístico", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei Municipal nº 520, de 05 de maio de 2016. Estabelece o percentual mínimo para a aquisição de alimentação escolar no âmbito do município. São Félix do Xingu: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/leis/61. Acesso em: 30 mar. 2026.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei n.º 571/2019, de 13 de novembro de 2019. *Dispõe sobre a cooficialização da língua Mebêngôkre (Kayapó) no Município de São Félix do Xingu - PA*. São Félix do Xingu: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS_571_2019_0000002.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. *Nota metodológica do Sistema de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil* (1990-2023): Mudanças de Uso da Terra e Florestas (MUT). [recurso eletrônico]. Relatório do SEEG, 2024. Disponível em: https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2025/04/SEEG12-NM-MUT-BR.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 24, n. 48, pp. 132-150, 2021. DOI: https://doi.org/10.20396/lil.v24i48.8666487. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666487. Acesso em: 23 set. 2025.

STOUT, Mickey; THOMSON, Ruth. Elementos proposicionais em orações Kayapó. *Série Lingüística*, n. 3, pp. 35-68. Brasília, Summer Institute of Linguistics, 1974.

TICKS, Jade Assunção. Queimadas em São Félix do Xingu, município mais afetado pelo fogo, ocorreram dentro de imóveis rurais em 2024. *InfoAmazonia*. 6 mar. 2025. Disponível em: https://infoamazonia.org/2025/03/06/queimadas-em-sao-felix-do-xingu-municipio-mais-afetado-pelo-fogo-ocorreram-dentro-de-imoveis-rurais-em-2024/. Acesso em: 23 set. 2025.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69309

Diálogo, em Botocudo: preâmbulo de um massacre

Dialogue, in Botocudo: preamble to a massacre

Wilmar da Rocha D'Angelis[1]

RESUMO

Entre a primeira metade do século XIX e o final do século XX, publicaram-se dezenas de vocabulários da língua dos Botocudos, do tronco Macro-Jê (Seki, 1990, p. 119-120), ou mais precisamente, de várias línguas de povos indígenas, reunidas sob a família que se convencionou chamar Botocudo e, depois, Krenak (Rodrigues, 1986, p. 56, 1999, p. 167). Na esmagadora maioria, aquelas publicações não passam mesmo de vocabulários (alguns, bastante limitados), e nenhuma delas reuniu tanto texto – isto é, fraseados completos – de qualquer das línguas da família, como o *Wörterbuch der Botokudensprache*, de Bruno Rudolph (1909). Nas quinze páginas finais de sua obra ele registrou mais de três centenas de frases na língua indígena. O presente texto trata da última parte daquele conjunto, que reproduz – de modo surpreendente – um diálogo entre um mestiço (guia ou líder de um grupo fortemente armado) e o cacique de um grupo Pojitxá que termina sendo massacrado no local. Defendemos a hipótese de ser, esta, a primeira publicação de registro de uma língua indígena no Brasil, baseada em uma gravação. E buscamos, ao lado disso, interpretar o fato também inusitado de ele ser um dos primeiros registros já publicados, por uma testemunha direta, de um massacre contra uma população indígena no Brasil.[2]

PALAVRAS-CHAVE: Língua indígena. Botocudo. Pojitxá. Macro-Jê. Bruno Rudolph.

ABSTRACT

Between the first half of the 19th century and the end of the 20th century, dozens of vocabularies of the Botocudo language were published (Seki, 1990, p. 119-120), or more precisely, from various indigenous languages, grouped under the family conventionally called Botocudo and, later, Krenak, of the Macro-Jê branch (Rodrigues, 1986, p. 56, 1999, p. 167). The overwhelming majority of these publications were nothing more than vocabularies (some quite limited), and none of them brought together as much text—that is, complete clauses —from any of the languages in the family as Bruno Rudolph's Wörterbuch der Botokudensprache (1909). In the final fifteen pages of his work, he recorded more than three hundred clauses and sentences in the indigenous language. This text addresses the final part of that collection, which surprisingly reproduces a dialogue between a mestizo (a guide or leader of a heavily armed group) and the chief of a Pojitxá group who ends up being massacred on the spot. We argue that this is the first published record of an Indigenous language in Brazil based on a recording. We also seek to interpret the equally unusual fact that it is one of the first records ever published, by a direct witness, of a massacre against an Indigenous population in Brazil.

KEYWORDS: Indigenous language. Botocudo. Pojitxá. Macro-Ge. Bruno Rudolph.

[1] Doutor em Linguística. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), wilmar.unicamp@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-7158-0482.

[2] O presente texto corresponde à conferência pronunciada no X Encontro Macro-Jê (Rio de Janeiro, maio/2025) que, por sua vez, constitui uma síntese de pesquisa mais alentada, a ser publicada integralmente, em breve.

Recebido em 12/08/2025 - Aceito em 15/04/2026

1. Introdução

Em 1909 publicou-se, na Alemanha, uma obra valiosíssima para o conhecimento das línguas dos grupos da chamada família Botocudo, um ramo Leste do tronco Macro-Jê: *Wörterbuch der Botokudensprache*.[3] O autor foi o farmacêutico Friedrich Albert Gustav Bruno Rudolph (1844-1930), ou simplesmente Bruno Rudolph, como ele assina a obra. Apesar de dominar várias línguas (alemão, francês, latim e português), Rudolph não tinha preparo específico para investigação linguística (*cf.* Nitsch, 2013).

Nascido na Alemanha, estudou farmácia na Universidade de Leipzig. Já casado, emigrou para o Brasil em fevereiro de 1885. No final do mesmo mês já se integrava aos esforços de colonização do Vale do Mucuri, atuando na área de sua formação, trabalhando para a Companhia Estrada de Ferro Bahia-Minas, empresa que construía a ferrovia Caravelas-Teófilo Otoni-Araçuaí. Trabalhando nela, Bruno Rudolph conheceu os indígenas das matas do Mucuri, os quais "forneceu com alimentos e tratou contra os sintomas da malária". Quando a ferrovia atingiu Teófilo Otoni, centro da área de colonização do vale do Mucuri, Rudolph decidiu se estabelecer ali, com sua família. Foi lá, em setembro de 1903, que ele concluiu seu *Dicionário*.

Bruno Rudolph participou de três Congressos Internacionais de Americanistas. Muito provavelmente terá sido por ocasião da ida ao 14º Congresso, em Stuttgart (1904), que levou os originais de seu *Wörterbuch* e os entregou a Eduard Seler (1849-1922), então já um renomado professor universitário de línguas americanas, etnologia e arqueologia em Berlim. Foi Seler quem editou e cuidou da publicação da obra de Rudolph[4].

2. A obra, pelo autor

Na introdução do *Wörterbuch*, Rudolph esclarece:

> A presente compilação, que constitui parte não desprezível do vocabulário dos Botocudos, foi por mim coletada de membros das diversas tribos que habitam as florestas primitivas do Mucury, do Rio de Todos os Santos, do São Mateus e do Rio Preto. Convenci-me de que, nos territórios mencionados, não há diferenças linguísticas significativas e que, também, não existem ali índios que pertençam a outra família linguística. Somente no caso dos Pojitschás – foi o que os próprios Botocudos me contaram –, além da língua Botocuda, eles usavam outro idioma para comunicações secretas, que era incompreensível para os outros Botocudos. (Rudolph, 1909, p. vi).

Duas coisas ficam bem claras, do texto: (i) o *Wörterbuch* não representa um dialeto específico de uma etnia da família Botocudo, mas compõe-se de elementos comuns às várias parcialidades; (ii) os Pojitxá possuíam um dialeto (ou idioma?) próprio, razoavelmente diferenciado, o que lhes permitia

---

[3] Por iniciativa de uma artista brasileira (Maria Thereza Alves), atendendo a um interesse dos Krenak e com a colaboração deles, em 2010 publicou-se, em Lisboa, uma versão em Português (Alves, 2010).

[4] O autor agradece as contribuições dos pareceristas anônimos, por seus alertas e sugestões.

empregá-lo como linguagem secreta, ao mesmo tempo em que falavam também o "Botocudo", compreensível para todos os outros grupos.

A obra de Bruno Rudolph está composta de duas partes: a primeira, dos vocabulários, com 3.290 entradas em Botocudo e tradução ao alemão, e 1.500 entradas alemão-botocudo. A segunda parte contém mais de 300 frases em Botocudo, traduzidas ao alemão, distinguindo-se três subseções: uma, de frases aparentemente aleatórias; a segunda, que constitui uma narrativa de um mestiço; e a terceira, que constitui um diálogo, e que é o objeto central dessa conferência.

Rudolph reconhece suas limitações para acessar os significados, *"dado o conhecimento muito limitado da língua"*, e às dificuldades que ele atribui a características que seriam próprias do idioma: mudanças completamente arbitrárias nas vogais (segundo ele), e variações de sons (algumas, bastante plausíveis, como entre "r" e "l"; outras, implausíveis ou completamente improváveis). Além desses problemas, segundo ele, o Botocudo, *"assim como o chinês ... possui palavras que expressam significados múltiplos e muito diferentes"*. O fato é que Rudolph teve muitas dificuldades na atribuição de sentidos ao léxico Botocudo, chegando mesmo a não identificar itens muito recorrentes e pouco complexos, segundo Benedita Araújo (1992), quem primeiro, no Brasil, dedicou-se a analisar o *Wörterbuch*.[5]

3. O diálogo e seus interlocutores

Concentramo-nos, aqui, no diálogo que ocupa pouco mais de duas páginas finais da obra. Segundo Bruno Rudolph, a seção de frases (onde está o diálogo) compõe-se de *"exemplos de fala"*, os quais ele buscou reproduzir *"da forma mais literal possível"*.

O diálogo, inicia-se pela nomeação dos interlocutores:

M – Mawon – Mischling (*mestiço*)

K – Kan jirun – Häuptling der Pojitscha (*cacique dos Pojitxá*)

Mawon, traduzido por "mestiço". Curiosamente, a palavra ***mawóng*** era empregada pelos Botocudos do Jequitinhonha para referirem-se aos Maxakali, segundo Wied-Neuwied (1821). O mesmo termo, aliás, pelo qual os Botocudos do Rio Doce referiam-se aos Puri, segundo Marlière (1825). Ao que parece, Puris e Maxakalis seriam reputados, pelos Botocudos como *mestiços* e, provavelmente, como tais, desprezados ou discriminados.

Kan jirun é o nome do cacique Pojitxá, cuja aldeia é o cenário onde se dá o *diálogo*.

Krahi – personagens presentes, mas que não interagem no diálogo. O intérprete, ***mawon***, é seu porta-voz. A palavra ***krahi*** é empréstimo da língua geral: *"**CARAHY** ou **CARYBA***, em LG Paulista. As versões em alemão, e ao português na edição de Lisboa, traduzem ***krahi*** por *"brasileiro"*.[6]

[5] Além de Araújo, outro pesquisador que se dedicou ao trabalho de Rudolph foi Matthias de Oliveira Wright Nitsch, cujo contato com o assunto se deu em um intercâmbio na UFMG, em 2011 (M. Nitsch – comunicação pessoal), e que resultou em um Mestrado na Universidade de Colônia (*cf.* Nitsch, 2013)..

[6] Em minha versão do diálogo, traduzo *krahi* por *branco*(*s*), inclusive porque o termo não abarca o mestiço que dialoga com o cacique, como intérprete daqueles.

Um ponto de controvérsia com relação aos interlocutores diz respeito ao termo *"primo"*. Na versão do *diálogo* em alemão, "Vetter" é palavra recorrente (mais de 20 vezes, entre as falas do "mestiço" e do cacique). Rudolph emprega essa palavra para traduzir o termo indígena ***antschuk*** = [ãn'tʃuk] (18 vezes). Entretanto, exceto a própria obra de Rudolph, não há outro vocabulário em que *antschuk* seja traduzida por *"primo"* ou *"irmão"*. Ao contrário, encontram-se diversos registros dessa palavra traduzida por *"você*(*s*)*"* ou *"vós"* (2ª pessoa do plural). O fato é que não se trata de uma relação de parentesco real. Trata-se apenas de uma fórmula de cortesia, como outras empregadas por não-índios nas relações com indígenas, ao buscarem uma "aproximação": *compadre, parente* (se quem fala é, pelo menos, mestiço), *primo, cunhado*. Mas enquanto o termo *"cunhado"* expressa tanto um aliado, como um inimigo potencial, o termo *"primo"* coloca o interlocutor como um afim, na mesma proporção que o termo *"parente"*.

4. O diálogo e seu contexto

Percebe-se, já à primeira leitura, que não se trata de um diálogo artificial, criado para exemplificar o funcionamento de uma língua. A autenticidade do diálogo publicado por Rudolph é indiscutível; nada justificaria uma tal criação "literária", ainda mais por parte de alguém cujo conhecimento e domínio da língua indígena ia pouco além do precário.

A tensão entre os participantes se mostra desde a primeira fala do interlocutor "Mestiço". Após pedir a atenção dos moradores da aldeia, passa a questionar o cacique anfitrião: *Akonipre antschuk waischik pen?* [7] – ou seja, *"Por que vocês pegam em flechas?"*. A sequência do diálogo deixará claro que não se trata de uma conversa sobre fatos do passado, ou sobre situações hipotéticas, no futuro; o questionamento dirige-se à atitude do cacique e seus comandados no exato momento da recepção de um intérprete *mestiço*, acompanhado de uma tropa de ***krahi*** (*homens brancos*) armados. Apesar do tratamento por "primo", o *mestiço* é recebido com desconfiança, e de flechas em punho.

Apesar das alegações do *mestiço* de que os *brasileiros são bons* ("krahi rehé"), de que os *brasileiros não matam os "primos"* ("Krahi antschuk numpok nuk") e de que vieram para ver o "primo" na sua aldeia, o chefe Pojitxá não responde com mesuras, mas com uma declaração de guerra: *"Estou muito zangado; vou pegar flechas"* ("Ati injak kischam uruhu, ati waischik pen"), ao que, o intérprete mestiço responde com uma ameaça direta: *"Trarei muitas lágrimas a vocês, se vocês pegarem as flechas. Os brancos vão atirar grande balas, muito terríveis"*. Mas o chefe indígena recusa a ameaça: *"Tenho muitas flechas* (isto é, muitos guerreiros armados em flecha); *se eu conversar bem com vocês, eu não atirarei flechas".* E questiona o cerco evidente em que foram colocados: *"Por que o primo trouxe muitos brancos?"*

A réplica do "mestiço" é curiosa: *"Eu não estou zangado, (mas) eu trouxe espingardas"*. Como toda pressão é para que os Pojitxá não lancem mão de suas flechas, é evidente que as espingardas não

[7] Nesta seção transcrevo as frases em Botocudo na forma como aparecem no original da obra; as traduções ao português são minhas.

foram levadas para ser presenteadas aos indígenas. E, de fato, o visitante eleva o tom das exigências: *"Entreguem as flechas; vocês larguem as flechas"*.

O cacique sugere um entendimento, antes que um conflito armado: *"Eu, se nos entendermos bem, não vou atirar flechas"*. Já a resposta do *"mestiço"* parece apenas tentar iludir o chefe indígena. Diz não querer matar ninguém, não querer fazer ninguém chorar, ao que o cacique responde que, se é assim, ele igualmente não será hostil, mas dará a mão ao outro, porque não deseja ferir o "primo". E conclui: *"Só vou atirar flechas para aves"*.

Pode-se entender que o cacique tenha dito que só vai usar flechas para acertar pássaros (caçar aves), e não vai usar flechas contra os visitantes. No entanto, inclino-me a outra interpretação: Não vamos atirar em vocês, flechas que matam, que perfuram o corpo, que ferem gravemente; vamos apenas atirar em vocês flechas destinadas a pássaros. Essas são flechas com pontas grossas, que não penetram nas aves, apenas lhes causam um impacto que, para pássaros, é mortal; em pessoas, teriam mais ou menos o efeito das balas de borracha, da polícia.

A resposta mostra que o "mestiço" entendeu dessa forma, e apela ao cacique: *"Não atire flechas"* (Waischik angrim nuk), passando, em seguida, a defender os homens brancos, e o seu "grande capitão", e a falar da generosidade dos ***krahi***: *"Os brancos não são maus. O grande capitão é bom. O capitão vai dar aguardente para vocês beberem. Quando vocês tiverem fome, os brancos vão trazer feijão, eu (trarei) carne, eu trarei farinha e (trarei) arroz"*. E arremata: *"Os brancos gostam de vocês; querem ver uma aldeia bonita, de vocês"*.

O cacique Pojitxá parece perceber o tom do engodo, e opta por ser firme:

> Eu não gosto dos brancos, estou zangado O branco é mau para Borun, então trazer os brancos foi uma traição para nós. Os brancos que vieram, eu vou matar.... mato os brancos e estripo. Farei arder o fogo, (e) vou comer a carne dos brancos. A carne dos brancos, eu asso com banana verde. Branco ruim matou meu pai; estou muito bravo.

A troca de palavras é interrompida por um comentário informativo do anotador:

> Entretanto, noutro ponto da aldeia, com mais de 40 cabanas de folhas, outros botocudos aperceberam-se de que estavam cercados e pegaram nos arcos e flechas. Também o cacique se apercebeu disso, e grita para o traidor:
> "(De) você, primo dos Borun, eu não gosto. Você (é) falso; falou muito mal para nós. Tem muitos brancos aqui, para matar Borun.

O anotador, como um narrador, retoma a palavra para uma informação final:

> O resto da fala foi abafado pelo estrondo das espingardas. 55 botocudos, homens, mulheres e crianças, rolaram no seu próprio sangue. Apenas cerca de 5 pessoas escaparam, algumas gravemente feridas.

Conclui-se, assim, de maneira inesperada, o precioso registro de Bruno Rudolph. Não surpreende, nem é inesperado, o fato de que, no início do século XX, um grupo armado tenha cercado uma aldeia Pojitxá, e diante da resistência indígena em cooperar, uma aldeia inteira tenha sido

massacrada. Cooperar seria entregar armas e se deixar conduzir presos, possivelmente indo suas mulheres e crianças alimentar um tráfico ilegal de pessoas, que já vinha de um século. O inesperado é encontrar um episódio como esse, narrado e registrado em um material de documentação linguística; certamente um caso raríssimo, senão único.

5. O registro do diálogo

Qualquer um que já tenha realizado trabalho de campo, envolvido com língua indígena, ao ler um documento como o desse diálogo, em Rudolph, se pergunta sobre como teria sido feito tal registro. Considerando tratar-se de um pesquisador leigo, sem preparo específico, cujo conhecimento da língua indígena registrada não era dos melhores, e considerando o contexto conflitivo em que se deu o diálogo em questão, duas hipóteses devem ser descartadas de pronto:

1. a de que Rudolph, presenciando o diálogo, tinha à mão um caderno de notas, no qual foi registrando, *pari passu*, as falas de um e de outro dos interlocutores.

2. a de que Rudolph, tendo presenciado o diálogo, o reteve em sua memória, e ocupou-se de registrá-lo tão logo lhe foi possível, após os acontecimentos.

Também descarto uma terceira hipótese – essa, assumida por Izabel Missagia de Mattos –, segundo a qual, o diálogo, seguido do massacre, teria sido *"reconstituído por Rudolph a partir da informação de 'membros de diversas tribos que habitam as selvas do Mucuri, do Rio de Todos os Santos, São Mateus e do Rio Preto'..."* (Mattos, 2004, p.183). Mattos extrapolou o escopo da afirmação de Rudolph, na *Introdução* da obra, segundo a qual, a compilação do material linguístico do livro fora reunida por ele *"entre membros das diversas tribos que habitam as matas virgens do Mucuri* etc.". Mattos sugere – sem aduzir argumentos – que o massacre reconstituído no *diálogo* seria um fato histórico registrado em 1862 (portanto, pelo menos mais de um quarto de século antes do seu registro).

Com base na desqualificação das hipóteses (1) e (2) acima, e sabendo que os Pojitxá continuaram a ser a "pedra no sapato" da colonização do Vale do Mucuri até as primeiras décadas do século XX, nada impede que o massacre associado àquele diálogo tenha se dado nos primeiros anos do século passado, e ter sido presenciado por Rudolph.

6. Uma língua indígena brasileira gravada, por primeira vez

Há, segundo entendo, um elemento crucial, no texto do diálogo, que nos permite decidir sobre as duas coisas: a presença de Rudolph no teatro dos acontecimentos, e o fato de que isso só teria se dado entre fins do XIX e, mais provavelmente, no início do século XX. Esse elemento é a evidência de que o registro do *diálogo* se deu por meio de gravação em um fonógrafo.

Retomemos o parágrafo final do registro de Rudolph, aquele em que a conclusão é do narrador: *"O resto da fala foi abafado pelo estrondo das espingardas"*. Essa frase obriga-nos a algumas conclusões: (1) ela torna insustentável a hipótese de um diálogo "reconstituído", décadas depois, com base em depoimentos alheios; (2) o transcritor teria que estar presente, ou teria que estar registrando

o diálogo a partir de uma gravação. Só isso explica a ideia de que (o restante de) uma determinada fala tenha se tornado "inaudível".

Se assumirmos que Rudolph trabalhou sobre uma gravação realizada por terceiros, precisaremos inserir mais um elemento na "cadeia", alguém com algum conhecimento técnico capaz de manusear um fonógrafo. A hipótese de que tenha sido o próprio Rudolph é, obviamente, a mais econômica.

Tendo Rudolph estado presente, ou não, na cena do massacre, há mais elementos que reforçam a tese de que seu extenso registro se baseou em gravações. Uma dessas evidências são as muitíssimas variantes anotadas para uma mesma palavra. Há dezenas de variações encontradas na obra, algumas da quais não são sequer razoáveis (para não dizer impossíveis), como variação fonética, mas que seriam possíveis de ocorrer naquele tipo de registro: ou por erro de transposição de originais manuscritos; ou pela percepção equivocada do som gravado.

O fonógrafo, gravador de voz humana, foi desenvolvido por Thomas Edison no final da década de 1880. Ao que tudo indica, foi o aparelho patenteado por Edison que primeiramente se popularizou no Brasil. A pedido do próprio inventor, um amigo dele apresentou o fonógrafo a D. Pedro II, em uma audiência, em novembro de 1889. Dois anos depois, chegava ao Brasil um representante comercial do invento de Edison: Frederico Figner. Segundo José Ramos Tinhorão, Figner desembarcou em Belém do Pará, de onde seguiu a Manaus e, em seguida, *"viajou de navio, exibindo o fonógrafo em várias capitais"*. Há registros que confirmam apresentações públicas do fonógrafo em Salvador (Bahia) em 1889, 1892 e 1895, pelo menos.

Considerando que, duas décadas depois de instalado no Vale do Mucuri, como boticário bem estabelecido, e empregado da Estrada de Ferro Bahia-Minas, sendo um europeu de formação acadêmica e de razoáveis posses, não há qualquer estranhamento na ideia de que Bruno Rudolph pudesse ter adquirido um fonógrafo, entre os anos finais do século XIX e os primeiros do XX.

7. Os Pojitxá, flagelo do Mucuri

Já sabemos quem era Bruno Rudolph. É preciso, agora, saber um pouco mais dos interlocutores do *diálogo,* a começar pelos Pojitxá.

O nome que passou a designar uma parcialidade dos Botocudos, originou-se de um importante chefe ou líder. Quando a empresa de navegação, comércio e colonização do Vale do Mucuri, dirigida por Teófilo Otoni, avançou nos trabalhos de delimitação da área da colônia, deparou-se, em setembro de 1853, com uma grande aldeia no Vale do Rio Todos os Santos. Os moradores da aldeia refugiaram-se no mato. Quando um homem da expedição gritou por eles, recebeu a seguinte resposta: *"Português, quando vem à minha casa, é para me matar"*. Teófilo Otoni escreveu: *"Este valente, e generoso cacique era Pojichá"*. (Otoni, 2002 [1858], p. 79).

Insubmissos aos invasores de suas terras desde o primeiro momento, os Pojitxá foram caçados ininterruptamente por mais de meio século. O Barão von Tschudi, que visitou o Mucuri na década de 1860, escreveu: *"Ainda hoje, vivem lá indivíduos que têm grande prazer em caçar índios e que ainda mantêm cuidadosamente cães farejadores e rastreadores para esse fim.* (Tschudi, 1866, p. 263).

Pojichá, o chefe, morreu na década de 1880, mas os Pojitxá seguiram resistindo como podiam e dividiam-se em grupos menores, como estratégia para ter mais mobilidade e mais facilmente ludibriar seus perseguidores. Pela população regional, foram considerados *"os mais 'ferozes' e 'vingativos' dentre os demais Botocudos"*, e alguns atribuíam isso ao fato de não se mestiçarem, constituindo um *"tipo racial mais puro"* (*cf.* Mattos, 2004).

Pode-se aquilatar o "sentimento" regional com respeito a eles e aos demais indígenas da região, por um detalhe expresso na carta de renúncia do Diretor de Índios do Mucuri, em 1870. Ao comunicar sua renúncia ao seu superior, omitiu-se completamente de indicar alguém para substituí-lo na função, uma vez que – diz a carta – *"a maioria dos homens, não só do Distrito, como mesmo do Município"* considerava *"que os índios [deviam] ser exterminados para tranquilidade das famílias"* (Mattos, 2002, p. 140).

Por todo o último quartel do século XIX, em razão das dezenas de *"registros sobre "cometimentos" e "rebeldias" dos Pojichá e Urucu nas propriedades dos colonos do Mucuri"*, os Pojitxá eram considerados *"irredutíveis"*, e ditos ser o *"terror e o assombro"* daquela zona. Expedições punitivas, contra eles, recebiam o beneplácito de autoridades civis, militares e religiosas. Em uma dessas *vendetas* organizadas pelos colonos, já no começo do século XX, em que alguns Pojitxá foram mortos, o superior capuchinho da missão de Itambacuri reagiu afirmando que *"os colonos lhes deram tremenda lição"*.

Há registro, por exemplo, de expedição armada em 1905, em represália a um ataque dos Pojitxá contra trabalhadores da Estrada de Ferro. Em 1909 um grupo Pojitxá matou uma família nas cabeceiras do Córrego do Ouro, afluente do Todos os Santos. Eram, então, considerados o "flagelo do Mucuri", a ponto de Frei Ângelo de Sassoferrato escrever que aquele fato era *"uma cruel e triste demonstração de sua nociva existência"* (Mattos, 2004, p. 127). E ainda, em 1910, em um relatório, o engenheiro Inspetor de Terras e Colonização, Carlos Prates, *"observou sobre os Pojichá que esta tribo se conserva ainda muito rebelde à civilização"*.

No contexto regional mencionado, entre o final do século XIX e o começo do século XX, as expedições armadas contra grupos Pojitxá arredios não eram, necessariamente, divulgadas e, muito menos, registradas oficialmente como ações policiais ou militares. Com frequência eram simples vendetas, entendidas pelos executores apenas como adequada e justa punição. Para muitos dos participantes – talvez, a maioria – uma expedição desse tipo era uma atividade tão lúdica e "profilática" quanto uma caçada a porcos-do-mato. O próprio Teófilo Otoni registrou isso, ao relatar as razias promovidas sobre aldeias Botocudo, descrevendo uma delas exatamente com essas palavras: *"a expedição marchou [...] como quem ia a uma caçada de antas ou de porcos do mato"* (Otoni, 2002 [1858], p. 46).

8. Outro registro inusitado de Rudolph

Convencidos que estamos, de que o massacre de um grupo Pojitxá testemunhado por Bruno Rudolph foi um acontecimento do início do século XX, cabe nos perguntarmos sobre o próprio envolvimento do boticário alemão naqueles fatos. Afinal, em que condição ele teria participado: uma testemunha planejada ou uma testemunha meramente casual? Uma testemunha indignada com o que lhe coube registrar? Ou uma testemunha que comungava a visão dos algozes a respeito do destino dado aos Pojitxá, como um "mal necessário"?

Para pensar sobre isso, vale a pena observar outros materiais que constam na sua obra. Na já mencionada seção de frases, que compõem a segunda parte do livro, entre um primeiro conjunto de enunciados mais ou menos aleatórios, e o *diálogo* que fecha a obra, existe uma sequência de 50 enunciados que formam, claramente, uma narrativa, com começo, meio e fim: um episódio, narrado por um mestiço, no qual ele mata algumas pessoas em uma aldeia. Após breve introdução, o narrador descreve o assassinato da esposa de um outro mestiço, uma mulher negra, por indígenas Aranã – que, adiante, no mesmo texto, vão ser identificados como Pojitxás. Reúnem-se, então, homens brancos armados de espingardas, e se manifesta o desejo de ir à floresta para uma vingança. Por motivo que não se esclarece, o narrador mestiço, carregando sua espingarda, embrenha-se no rasto dos assassinos. Posa uma noite na floresta, e no dia seguinte dá com os ditos Aranã. Inicia-se uma discussão, e o *mestiço* fica cada vez mais temeroso de ser preso por eles. Finalmente, vendo os Aranã pegarem em flechas, e imaginando que se voltariam contra ele, o *mestiço* atropela os fatos e atira nas pessoas da aldeia. Sua síntese do ataque é precisa: *Deixei a arma falar, e matei muitos índios.*[8] Estabelecido o pavor, o narrador revela que correu rapidamente até os arcos dos donos da aldeia, que agora estavam com muito medo. Ora, esse é um típico conhecimento e prática usual dos bugreiros, registrado em várias latitudes. Na sequência, teria fugido em desabalada carreira, indo parar apenas após cruzar plantações dos brancos e chegar a uma grande casa de colonos, onde uma linda mulher (estrangeira) o recebe e oferece alimentos. Nas conclusões do relato, o *mestiço* faz uma avaliação desses estrangeiros e dos índios com quem estivera antes:

- *Os brancos* [krahi] *são bons, muito bons, essas pessoas com os olhos grandes* [krahi inkitom uruhu] *que me trouxeram tanta comida que fiquei satisfeito.*

- *Eu não gosto dos índios malvados, gosto apenas dos estrangeiros* [krahi].

Concluo esta digressão destacando três coisas:

1. trata-se de um relato articulado, que se ocupa de detalhes (como ter atravessado um pântano, na ida; ter acordado com o canto do macuco, na floresta; na volta, ter avistado plantações, ou os grandes olhos da mulher que o recebeu), e preserva elementos típicos da oralidade, como as repetições (*os Aranã vieram, os índios vieram; mataram a mulher,* por 3 vezes; *não gosto dos Aranã, não gosto deles*; etc.).

[8] Neste ponto do original, ao final da tradução ao alemão consta a seguinte nota de rodapé: *"A bala perfurou quatro botocudos que estavam um atrás do outro"*.

2. não há um propósito linguístico específico para esse registro, a não ser o propósito de colher uma fala espontânea; nem o boticário pesquisador nem o narrador estão ocupados em produzir um texto ficcional; é um relato autêntico.

3. contemporâneo ao diálogo de que tratamos neste estudo, essa narrativa confirma a imagem negativa que – naquele lugar, naquela época – gozavam os *Pojitxá*, assim como a animosidade contra eles.

O relato em questão só reforça a hipótese de que Rudolph possuía um instrumento de gravação, que lhe permitia produzir registros como poucos, à época, conseguiriam. Além disso, sugere fortemente duas outras coisas:

— que Rudolph, sendo homem branco e parte do *establishment* da Colônia Mucuri, tinha boas relações com elementos que atuavam como *línguas*, isto é, intérpretes. É possível, inclusive, que nada do seu vocabulário tenha sido colhido em aldeia, mas sempre através de um *língua*, e teriam sido *línguas* que o ajudaram a transcrever e traduzir a narrativa e o diálogo que integram a segunda parte da sua obra.

— que Rudolph adotava um espírito "naturalista" (no sentido literário) diante dos fatos sociais vivenciados, sob seus olhos, envolvendo as populações indígenas. O relato de uma vendeta contra uma aldeia, ou um diálogo em aldeia, seguido de uma matança, foram ambos, para ele, registros de fenômenos tão "naturais" quanto os de uma caçada na floresta.

A propósito, sabemos que o tema dos *"línguas"* não se separa do tema da *"mestiçagem"*, e tampouco do tema da repressão às comunidades autônomas e resistentes à colonização:

> *Os mestiços, "indispensáveis" na situação de fronteira, também na missão prestaram seus serviços especializados. Os "línguas" – conhecedores dos costumes dos nativos –, eram designados e regionalmente reconhecidos como atores responsáveis pelo "serviço" de "caça" aos indígenas das matas.* (Mattos, 2004, p. 347).

9. O registro linguístico

Tenho assumido que Rudolph se serviu de uma gravação do diálogo conflitivo na aldeia, contando com a colaboração de *"línguas"* na tarefa de transcrevê-lo e traduzi-lo. Isso que, à primeira vista, pode parecer garantia suficiente de um bom resultado (e, portanto, da boa qualidade do material que Rudolph nos legou) depende, porém, de alguns fatores:

1. que o intérprete e os falantes registrados na gravação efetivamente dominassem a mesma língua;

2. que o intérprete e o próprio Rudolph fossem bastante proficientes em língua portuguesa.

3. que o intérprete tivesse qualidades de bom tradutor.

Isso tudo sem falar, ainda, da qualidade de gravação e de reprodução do equipamento, coisas que podemos imaginar um tanto precárias.

Portanto, o primeiro problema que efetivamente se coloca, para avaliarmos a qualidade do registro captado no diálogo que vimos comentando, é se o intérprete auxiliar de transcrição, assim como o *mestiço* e o *cacique* participantes do diálogo, eram falantes da mesma língua. Temos elementos para acreditar que não, ao menos no que se refere ao chefe Kanjirun, dos Pojitxá. O próprio Bruno Rudolph informou a existência de um falar próprio dos Pojitxá, ao destacar que eles – segundo lhe disseram os próprios Botocudos – *"além da língua botocuda, usavam uma outra, para comunicações secretas, que era incompreensível para os outros Botocudos"*. Cerca de 20 anos antes, quando já mantinham a missão de Itambacuri há mais de uma década, o principal dos freis capuchinhos no local relatou, como uma das dificuldades para "apaziguar" os Pojitxás, o fato de não contarem *"com a boa vontade dos intérpretes, que não compreendiam bem toda a língua dos Pojichá"* (Frei Ângelo, 1915 – *apud* Mattos, 2004, p. 353). A única coisa que explicaria a dificuldade de compreensão da língua dos Pojitxás pelos intérpretes de Botocudo, doze anos depois da instalação da missão, é que os Potitxá não falavam, de fato, a língua dos Botocudos; ou que falavam uma variante muito distanciada daquela dos Naknenuks, a parcialidade de Botocudos que mais rapidamente aceitou manter relações amistosas com os brancos, no Vale do Mucuri.

Uma das possibilidades, portanto, de explorar a documentação presente no *Wörterbuch* é buscar, no *diálogo*, evidências linguísticas que possam confirmar a hipótese de que, estando a falar Botocudo com seu interlocutor *mestiço*, o cacique dos Pojitxá talvez não dominasse completamente essa língua, por não ser sua língua materna; o que talvez também se aplicasse ao *mestiço*. Se tal hipótese for correta, o registro das falas do chefe Kanjirun, ou das falas do *mestiço*, ou ambos, não podem ser tomados com exemplos autênticos da língua dos Botocudos não-Pojitxá. Podemos, no entanto, chegar a uma conclusão diversa, como por exemplo, que o *"língua"* participante do *diálogo* em questão, dominava a variante Pojitxá do Botocudo, e esse registro tem o valor de documentação de um dialeto particular do Botocudo.

10. Algo sobre a fonologia do Botocudo-Pojitxá

Antes de tratarmos dos elementos lexicais e sintáticos do registro daquele *diálogo* por Bruno Rudolph, e principalmente, antes de discutirmos a tradução de alguns trechos do documento, dedico esta seção à interpretação do sistema fonológico da língua indígena, valorizando assim o caráter único, singular mesmo, do trabalho de Rudolph, mesmo com sua falta de formação específica para tal.

Emmerich & Monserrat (1975), em um precioso artigo que está completando 50 anos, com base na análise de 28 vocabulários (datados entre 1816 e 1874) depreenderam o seguinte sistema vocálico, de duas alturas:

Quadro 1: Sistema Vocálico do Botocudo

	+ anterior	- anterior	
		– arredondado	+ arredondado
+ alto	i	ë	u
– alto	e	a	o

Fonte: Emmerich & Monserrat, 1975, p. 30

O sistema fonológico consonantal que as autoras propuseram para o Botocudo, a partir da mesma análise, é o seguinte:

Quadro 2: Sistema Consonantal do Botocudo

	labial	dental	palatal	velar	gloto-farg
Oclusivas	p	t	tʃ	k	ʔ h
Oclusivas pré-nas.	^{m}p	^{n}t	^{n}tʃ	^{ŋ}k	
Nasais	m	n	ɲ	ŋ	
Aproximantes	w	ɾ			

Fonte: Emmerich & Monserrat, 1975, p. 32-39[9].

Emmerich & Monserrat (1975) não postularam um fonema /j/ na série das soantes, e atribuíram ao fonema /č/ uma gama de realizações fonéticas, incluídos os segmentos [j], [ʒ] e [dʒ] (p. 32). Diferentemente daquela análise, assumo uma série de soantes não-nasais do Botocudo com três fonemas – /w, ɾ, j/ –, podendo o fonema palatal variar, em sua realização fonética, entre aproximante [j], fricativa [ʒ] e africada [dʒ]. Há palavras em que diferentes registros variam, grafando uns com "tsch" ou "ch" e outros com "j", como *kischém – kijém*, *schakishem – jacjem* etc. No entanto, há um grande número de itens lexicais que são grafados, consistentemente, tanto em Rudolph como entre diferentes anotadores, com as letras "i", "j", "g" e "d'j", e com valores que variam entre [j], [ʒ] e [dʒ]. Vejam-se alguns exemplos:[10]

PORT.	RUDOLPH, 1909	OUTROS
milho	**javati**	Marlière, **jawatí**; Monteiro do Amaral, **jauatý**
quente	**jitscha**	Renault, **iitchá**, **gitchá**; Silveira, **jitxá**; Monteiro do Amaral, **gitchá**
beber	**jop**	Marlière, **d'jop**; Monteiro do Amaral, **jop**; Wied-Neuwied, **joóp**, **jióp**
banana	**jipocan**	Renault, **iipokane**; Ehrenreich, **žipokan**; Monteiro do Amaral, **gipocâne**
grande	jipakischu	Renault, **iipakiiú**; Wied-Neuwied, **gipakjú;** Monteiro do Amaral, **gipakejú**

[9] O quadro 2 é formulação minha a partir do quadro apresentado pelas autoras à p. 39, com os muitos esclarecimentos que ocupam as páginas 32 a 39.

[10] Fontes dos exemplos ("outros"): Marlière, [1825] 2018; Amaral, 1948; Renault, [1837] 1903; Wied-Neuwied, 1821; Ehrenreich, 1887.

Acrescento, pois, o fonema /j/ ao quadro consonantal.

Para Emmerich & Monserrat, dois traços sonoros constituiriam os elementos mais característicos da fonologia da língua: a pré-nasalização de oclusivas, e o travamento oral de consoantes nasais. No caso da oposição entre uma série obstruinte surda e uma série pré-nasalizada, esclarecem que o sistema, assim configurado, não seria comum a todas as parcialidades ou dialetos, mas sobreviveria, ao menos parcialmente, em alguns, e estaria bastante transformado, em outros. Mas é apresentado nas conclusões das autoras, por asseverarem que *"em algum momento da língua, provavelmente houve uma série de oclusivas pré-nasalizadas* (...) *em contraste fonêmico com a série correspondente de oclusivas simples surdas"* (Emmerich; Monserrat, 1975, p. 34). E, embora co-ocorrendo com formas alternativas, na maioria das fontes *"prevalecem as formas com pré-nasalização"* (*Idem, ibidem*).

O desenvolvimento histórico, em distintos dialetos, teria tomado rumos diferentes: em algum(s), teria havido *"manutenção da oposição primitiva das duas séries"*; em outro(s), a manutenção da oposição *"entre duas séries de oclusivas"* se fez *"não mais com base no traço de pré-nasalização, tendo esta se perdido, mas no de sonoridade"*; e, finalmente, em outro(s) dialeto(s), coaleceram as duas séries em uma única, de oclusivas surdas simples (Emmerich; Monserrat, 1975, p. 35).

Àquela análise das linguistas do Museu Nacional, quero acrescentar um fato da fonologia da língua, que me foi dado reconhecer ao buscar uma síntese do léxico: trata-se de um processo morfofonológico no âmbito da coda de sílaba travada final de palavra. Vejam-se os seguintes dados das ocorrências do verbo "gostar", na forma publicada em Rudolph (1909):

12. ... antschuk prap. Akoni ...	> *gosto de vocês.*
16. ... antschuk prap, ati ...	> *gosto de vocês,*
18. ... antschak pram uruhu, ... (19, *idem*)	> *gosto muito de vocês,*
23. ... antschuk präp, we ...	> *gosto de vocês,*
24. ... krahi pram nuk, ijakischep.	> *não gosto dos brasileiros,*
32. ... antschuk pram nuk.	> *não gosto de vocês.*

As diferentes formas do verbo carregam a mesma informação semântica e gramatical. Nas quatro ocorrências da forma *"pram"* – coda nasal – há um elemento à direita, que se articula com o verbo, ou que o afeta: o intensificador (18 e 19) e a negação (24 e 32). Já nos dados em que ocorre uma forma do verbo terminada em oclusiva surda, não há relação do verbo com o elemento seguinte. Ao contrário, ele é seguido de "silêncio", que demarca o fim de um constituinte da oração.

Entendo ser um processo morfofonológico de *dessoantização* de coda final diante de silêncio: pram > prap / ____#

A nasalidade da vogal no núcleo da sílaba é fonética, e tem origem na realização nasal da consoante final (***pram*** > [pɾãm] ~ [pɾm̃]). Se a consoante não se realiza de forma nasal, em razão do processo, ela não tem como espalhar nasalidade na sua sílaba, e a vogal permanece oral. Confirmam

a ocorrência desse processo, as variantes da palavra que Rudolph traduz por *"hostil"*, *"inimigo"*, *"mau"*, *"perigoso"* e *"zangado"*:[11]

04. ... schakischem nuk, ...	> *não sou inimigo,*
08. ... injak kischam uruhu,	> *estou muito zangado,*
10. ... injakischak.	> *muito cruel.*
13. ... inschakkischem nuk,	> *não sou inimigo,*
17. ... injakischam nuk,	> *não quero ser hostil,*
24. ... injakischep.	> *estou muito zangado.*

Outros exemplos no *Wörterbuch*: **hunk** ~ **huk** = *qual*; **kren** ~ **kret** = *fruta*; **tschan** ~ **tschak** = *mal*; **taru ampim** ~ **taru ampip** = *crepúsculo*. No entanto, é possível que muitas palavras tenham, na coda final, efetivamente uma consoante oclusiva surda, de maneira que o processo aqui sugerido constituiria também um processo de neutralização de oposição entre obstruintes surdas e soantes nasais em coda seguida de silêncio.

Há um detalhe, ainda, que precisa ser mencionado, com referência aos dados que acabo de usar como exemplos: observa-se uma alternância entre as vogais "a" e "e". Interpreto como um caso de variação, porém não de variação dialetal (não é uma distinção entre o falar do cacique e o falar o *mestiço*: ambos mostram essa variação). Mais alguns exemplos do Botocudo, no *Wörterbuch* (mas encontráveis em qualquer vocabulário da língua): **anjak** ~ **anjek** = *fechar*; **oran** ~ **orem** ~ **orak** = *jovem*; **kmuma** ~ **kmumé**; **kran** ~ **kren** = *cabeça*; **krak** ~ **krek** = *verde*; **muntja** ~ **muntjep** = *muito tempo*; **nok nam** ~ **nok nem** = *outro, parecido*; **taru teran** ~ **teru teran** = *hoje*; **nukanen** ~ **nukenen** = *nunca*.

Será levando em conta essas informações da fonologia que analisarei, na seção seguinte, o vocabulário do *diálogo* derradeiro entre o cacique Pojitxá e o *mestiço "língua"*.

11. Analisando o diálogo: o vocabulário[12]

Nossa atenção, nessa parte, será para os principais itens lexicais que ocorrem no *diálogo*, justificando a forma adotada em minha versão daquele documento.

***Mawon* > Mawon**: palavra traduzida por *mestiço*. Rudolph os identifica como pessoas *"mistas de negros e botocudos"*.

***Kanjirun* > Kan-jiruŋ**: no vocabulário, Rudolph informa que se trata de um cacique dos *Porumton* = Porũn + tõn, *"índios maus"*.

---

[11] Associo esse processo ao que também denominei de processo de *dessoantização* de soantes nasais no Kaingang do Sul (D'Angelis, 1998), e com características particulares em coda final de palavra, como encontrei no Kaingang Paulista (D'Angelis, 2002a).

[12] Nesta seção estão as palavras mais recorrentes e mais importantes do *diálogo*. No entanto, avaliei a forma gráfica de todos os termos empregados nele, preparando a publicação de sua versão completa, como anexo ao trabalho (a sair) que está resumido neste artigo.

Porum > **Mporuŋ**: segundo Rudolph, no Dicionário: *"**porum** = nome que os Botocudos dão a si mesmos"* (1909, p. 38). Teria sido o primeiro a registrar isso. É curioso, no entanto, que nem Wied-Neuwied, nem Marlière, tenham registrado esse termo. Registros variantes no *Wörterbuch* (***emporum*** e ***himporum*** = *Botocudo*) sugerem uma consoante inicial pré-nasalizada, **m͡p** (se não, uma dificuldade de percepção de uma consoante nasal surda, **m̥**).

Formas diferentes para essa denominação aparecem nas fontes: **mporúm**, **porúm**, **mborúm** e **borúm (**Emmerich; Monserrat, 1975); **boruŋ** [**bo**ˈɾu̥gŋ] (Nimuendajú, 1946); **borung** (Ehrenreich, 1887); [**mburũŋ**] (Silva, 1986; Seki, 2004). Na minha versão do *diálogo* adoto a forma **Mporuŋ**.

Antschuk **> antxuk** = **[ãnt͡ʃuk]**: a correta tradução para essa palavra é *"vocês"*.

Ao longo de todo o diálogo Rudolph traduziu ***antschuk***, ao alemão, por "Vetter" ("primo"), embora a palavra ***antschuk*** nem conste no corpo do seu vocabulário. Minha explicação para a adoção, por ele, da tradução *"primo"* ao termo indígena ***antschuk*** (isto é, **antʃuk**) está na intermediação do seu auxiliar de transcrição, um *"língua"*.[13]

Krahi **> krahi**: não-índio, estrangeiro. Empréstimo da Língua Geral, como vemos em Machado de Oliveira (1936, p. 137), para a LG Paulista: *"**CARAHY ou CARYBA** – homem branco; feiticeiro"*. Na versão alemã do *diálogo,* e na edição portuguesa, emprega-se *"brasileiro"* como tradução de ***krahi***. Em minha linha de glosa adoto a expressão "não-índio", mas ela não seria adequada na tradução, onde uso *"brancos"*.

12. Analisando o diálogo: a morfossintaxe

Em linhas gerais, cabem as seguintes observações:

1. Só foi possível identificar uma conjunção: **te**.
2. São muito raras as posposições encontradas no *diálogo*: **-we**, **te**.
3. É pouco variado o conjunto de advérbios nas frases: **nuk**, **rɛhɛ**, **uruhu**, **potxik**.
4. Os elementos mais frequentes são 2 pronomes livres: **ati** (1ªp.sg.) e **antxuk** (2ªp.pl.)
5. Identificamos, em uso, as formas prefixais de 1ª, 2ª e 3ª pessoa.
6. Ocorrem apenas 2 adjetivos em todo o *diálogo*: **jipakitxu** (*grande*), **kuji** (*pequeno*).
7. Ao todo contam-se 12 elementos gramaticais, entre palavras funcionais, partículas e formas presas (morfemas).
8. Ao todo são pouco mais de 20 verbos diferentes no *diálogo.*

Destaco alguns exemplos de frases do *diálogo*.[14]

[13] Exemplifico com uma frase do *diálogo*: *Akonipre antschuk waischik pen?* Um colaborador indígena, acostumado ao trabalho com um linguista, poderia usar o recurso do discurso direto, respondendo: *"Ele perguntou: Por que vocês pegam as flechas?"*. Mas o mais provável – especialmente por um interlocutor não treinado para isso – é o recurso ao discurso indireto: *"Ele perguntou por que o primo pega flechas"*. E é esse "tratamento", usual dos *línguas* para com os Botocudos, que o auxiliar de Rudolph emprega reiteradamente no uso do discurso indireto, e que Rudolph assume como boa tradução.

[14] A partir desta seção, emprego as formas em Botocudo reconstituídas por mim, distintas, portanto, da forma de notação original de Rudolph. Versão integral do *diálogo* será parte de uma publicação mais extensa. A numeração das sequências

Sequência 05	**Krahi antxuk numpok nuk;**
[mestiço]	não-índio 2p.pl. matar Neg.
	Os brancos não vão matar vocês.
Sequência 12	**Ati antxuk prap. A-konĩ prɛ antxak krahi uruhu rani ?**
[chefe]	1ps 2p.pl. gostar 2p. por.que? primo não-índio muito trazer
	Eu gosto de você. Por que o primo trouxe muitos brancos?
Sequência 21	**Kapitõw miŋrɔk ũm antxuk jɔp;**
[mestiço]	capitão cachaça dar 2p.pl. beber;
	O capitão vai dar aguardente para vocês beberem.
Sequência 29	**Krahi txiŋ ati jipokan krak pohok.**
[chefe]	não-índio carne 1ps banana verde "assar"
	A carne dos brancos, eu asso (com) banana verde.

Os exemplos acima mostram 3 orações simples, nas quais a ordem dos constituintes é, basicamente, SOV. Na sequência 29 (uma das falas do chefe Pojitxá), duas coisas merecem atenção: a primeira é a topicalização do núcleo do Objeto Direto; a segunda – que parece relevante observar – é uma possível omissão da posposição {-we} articulando a expressão *"banana verde"* ao verbo *"assar"*, sobre o qual ela opera como *modo*.[15]

Vejamos um exemplo mais, de período composto:

Sequência 11	**... ati antxuk we amiampram ɛrɛhɛ, ati wajik aŋriŋ nuk.**
[chefe]	1ps 2p. -com conversar bem 1ps flecha atirar Neg
	... (*se*) *eu conversar bem com vocês, eu não atirarei flechas.*[16]

O que se destaca acima (sequência 11) é a justaposição das orações. E exceto períodos compostos nos quais identifiquei uma conjunção ***te***, todos os demais casos de período composto se organizam em justaposição das orações: em 6 frases do *mawon* (3 delas com subordinação) e em 10 do *cacique* (6 com subordnadas).

Destaca-se o fato de que a posposição {-we} ocorre em seis orações das falas do cacique, e nenhuma vez nas falas do intérprete. De outra parte, a partícula desiderativa homógrafa {we} ocorre somente uma vez em falas do cacique (seq. 19), e três vezes em falas do intérprete, mas com o detalhe que, segundo meu entendimento, nos três casos ela está inadequadamente colocada no início da oração ou antecedendo o verbo.

Minha conclusão, da análise das falas de cada um, é que o cacique tinha domínio pleno da língua, enquanto o intérprete não, produzindo, este último, algumas frases possivelmente contendo

---

obedece à que adotei na versão interlinear da íntegra do diálogo original.

[15] Não há conhecimento e análise suficiente do Botocudo – ou do Krenak – que nos permita ser categóricos quanto à necessidade daquela posposição neste caso. Resta aqui como hipótese especulativa nossa, como forma de chamar a atenção, inclusive, a possíveis particularidades dialetais.

[16] Na tradução livre de Rudolph: *se o primo conversar amigavelmente conosco, não atirarei flechas.*

agramaticalidades, destacando-se as três sequências com desiderativo we, e também a sequência 22, aqui transcrita:

Sequência 22 **antxuk txĩŋ-koran, krahi jawata arani ati txĩŋ ati mui rani jawati-kuji**[17]

[mestiço] 2p. fome não-índio feijão trazer 1ps carne 1ps farinha trazer arroz

(carne-querer) (milho pequeno)

Se o primo estiver com fome, as pessoas lhe trarão feijão, carne, farinha e arroz.

A tradução acima é a que consta em Rudolph,[18] vertida ao português. Minha tradução, em atenção à construção na língua Botocudo e ao sentido geral do texto, é distinta, e busca revelar o que seriam os problemas na formulação pelo mestiço intérprete:

(qdo) vocês com fome, brancos (vão) trazer feijão, eu carne, eu trarei farinha (e) arroz.

13. Analisando o diálogo: as traduções. O que aconteceu ali, afinal?

Há vários elementos textuais, na citada narrativa de um *mestiço*, que revelam a existência de uma gravação, como subsídio de documentação empregado pelo boticário alemão de Teófilo Otoni. No *diálogo derradeiro* – como passei a chamá-lo – esses elementos também estão lá. Fosse ele uma recuperação *a posteriori*, com base na memória, não incluiria recursos estilísticos, contentando-se em registrar o núcleo do conteúdo das falas principais de cada interlocutor. Ao contrário disso, no *diálogo* efetivamente registrado, encontramos coisas que seriam omitidas, por supérfluas, repetitivas ou, ao menos, pouco relevantes.[19] Por exemplo:

a) as frases iniciais: *Gente, venha cá!* e *Eu quero falar com vocês*.
b) as reiteradas declarações (nitidamente insinceras) de afeto mútuo: *Eu gosto do primo*; *Eu gosto muito do primo*.
c) a insistência de que os brancos querem ver a (linda) aldeia dos Borun.
d) uma ameaça repetida com palavras quase idênticas, três vezes, em um único turno de fala: *As pessoas que você trouxe, vou matar. As pessoas que você trouxe, vou matar como nossos inimigos.* [...] *Vou matar as pessoas*.
e) a insistência do cacique nas perguntas retóricas ou na afirmação sobre o grande número de "pessoas" (de fato, de *krahi*) trazidas pelo *mestiço*: *Por que o primo trouxe tanta gente?*; *Você trouxe pessoas más para nós*; *Tu trouxeste tantas pessoas para nos matar*.

O estudo do *diálogo*, à luz do conhecimento das circunstâncias históricas de sua ocorrência, sugere cautela em assumi-lo como o retrato "naturalista" de um evento histórico capturado em uma gravação. A gravação existiu, disso não tenho dúvida. No entanto, dado o envolvimento pessoal dos próprios transcritores – ao menos, dos auxiliares de transcrição e tradução – não podemos estar seguros sobre a integridade do registro (ou seja, pode haver frases ou palavras que foram

[17] A sequência 22 é transcrita na forma ortograficamente ajustada por mim.

[18] *"wenn der Vetter Hunger hat, werden die Leute Bohnen herbringen, Fleisch, Farinha und Reis"*.

[19] Aqui refiro as passagens pela tradução portuguesa dos enunciados em alemão. Considerando que aquela tradução é, no geral, bastante boa, nos dá ideia do material com que trabalhava Rudolph.

propositalmente omitidas na transcrição) e não podemos estar seguros da fidelidade da tradução em algumas passagens. Apesar disso tudo, é possível avançar mais algumas conclusões a respeito do episódio que esse material linguístico "fotografou".

É preciso manter em mente que, no começo do século XX, ainda se tinha por proverbial a irredutibilidade dos Pojitxá. Ou seja, naquele contexto regional do nordeste de Minas Gerais, fronteira com o norte do Espírito Santo, os Pojitxá compunham – ainda na primeira década e meia do século passado – núcleos indígenas insubordinados. O episódio registrado no *diálogo* não foi o de uma típica ação de *"matar uma aldeia"* – expressão registrada por Teófilo Otoni na década de 1850, e que correspondia a uma prática comum, contratada aos bugreiros (*cf.* Otoni, 2002 [1858], p. 47).[20] Fosse isso, não se realizaria à luz do dia, a não ser à luz do alvorecer, como sabemos, pelas muitas descrições já conhecidas sobre isso.

> Cerca-se a aldeia de noite – dá-se o assalto de madrugada. É de regra que o primeiro bote seja apoderarem-se os assaltantes dos arcos e flechas dos sitiados que estão amontoadas no fogo que faz cada família. As mais das vezes neste primeiro lanço [...] desarmam completamente os sitiados.
> Procede-se à matança. (Otoni, 2002 [1858], p. 47).

Veja-se também a importância – no protocolo dos bugreiros – do desarme dos indígenas, garantindo uma ação rápida e a inexistência de baixas entre os atacantes. Isso também confirma que o episódio retratado no *diálogo* não era uma ação primordialmente dirigida ao extermínio da aldeia. Por outro lado, o teor do *diálogo*, ou seja, o conteúdo das falas que a tradução mostra, nada contém que justifique uma decisão inopinada, dos "visitantes" (que, segundo a versão de Rudolph, teriam ido para ver os *Borun* em sua aldeia), de disparar suas armas de fogo contra a população da aldeia, de modo que *"apenas uns 5 escaparam, alguns gravemente feridos"*.

Como interpretar esses fatos, então?

O que me ocorre como mais provável é que o *mestiço língua* levou, à aldeia, um grande grupo de gente (branca) armada, com uma exigência de que a aldeia se submetesse à redução, isto é, ao deslocamento para um aldeamento. Em outras palavras, uma proposta de submissão ao poder dos brancos (ao "capitão jipakitxu"), encerrando seu modo de viver livres, em sua aldeia autônoma. Algo muito semelhante ao que se praticou na Amazônia colonial, nos famosos *"descimentos"*: uma escolta armada cercava uma aldeia, e por meio de intérpretes, se fazia uma proposta de descimento, isto é, de redução para um aldeamento missionário na beira do Amazonas. O aceite era entendido como bom sinal de submissão, mas a recusa, uma clara insubmissão, que se punia com o aprisionamento.[21]

No *diálogo*, entendo que a proposta trazida pelo *mestiço* está condensada em dois de seus turnos de fala: o primeiro e o quinto. Vejamos cada um deles (aqui, adotando minha tradução, exceto onde indico a alemão ou a portuguesa). Começo pelo segundo deles:

[20] Ao registrar a expressão, Otoni faz questão de esclarecer: *"Não passe a linguagem desapercebida. Por mais horrorosa que pareça, nada tem de hiperbólica. É uma frase técnica na gíria da caçada dos selvagens"* (Otoni, 2002, p. 47).

[21] *Sobre a conversão e descimentos dos índios selvagens*, pelo Padre João Daniel (Daniel, 2004, vol. 2, p. 377ss).

Turno 5 (sequências 19 a 22):[22]

Não atire flechas. Os brancos não são maus. O grande Capitão é bom.
O Capitão vai dar aguardente para vocês beberem.
Quando vocês tiverem fome, os brancos vão trazer feijão; vou trazer carne, farinha e arroz.
{ *As pessoas gostam do primo, e querem ver a bela vila do primo.* (trad. do alemão)
{ *Queremos que as pessoas gostem do primo, e querem ver a linda aldeia dele.* (edição de Portugal)

Tais promessas não fariam sentido, isto é, teriam pouco efeito, se entendermos que se trata de uma conversa apaziguadora, prometendo trazer para a aldeia, no futuro, aqueles agrados em forma de bebida alcoólica e alimentos. Nesse caso, seria mais razoável que já viessem com os presentes, no mínimo com a aguardente, um recurso que era comum ser empregado como forma de obter aceitação dos indígenas.

Defendo que o único entendimento possível, para tais ofertas e promessas, diz respeito a outro local, caso o cacique aceite mudar-se com sua aldeia. E um local próximo de onde vivem os brancos, pelo que sugerem algumas frases: os brancos os socorrerão (estarão próximos, para fazer isso) quando os indígenas tenham fome. Se essa interpretação está correta, fica-se com a expectativa de que, em algum turno anterior, essa proposta de mudança tenha ficado mais clara.

Passemos, então, a analisar o 1º turno de fala do *mestiço*. Nessa transcrição, mantenho uma frase na forma como ela aparece na tradução da edição portuguesa (assinalada com asterisco), o que será esclarecido adiante.

Turno 1 (sequências 01 a 07):

Indiada, venha cá! Eu (quero) falar com vocês.
Por que vocês pegam em flechas?
Vocês não sejam hostis. Os brancos são bons.
Os brancos não vão matar vocês.
*Os primos brasileiros vieram para ver sua aldeia como parentes próximos.**
Cacique Borun! Vocês não embrabeçam.

Observe-se que, nesse primeiro turno, já fica claro que o *mestiço* estava a serviço dos brancos, mas não se colocava como um deles. Estava defendo aqueles para quem trabalhava. Quanto à frase destacada com asterisco, vejamos com detalhe, retomando-a agora na tradução da versão alemã:

Os primos brasileiros vieram inspecionar sua aldeia como seus parentes mais próximos.

Em Botocudo:

antxuk krahi kijem te antuk te porum pip kantschak uruhu.

2p.pl. não-índio aldeia Loc ? ? mporuŋ ver parente muito

[22] A chave, no final da citação, indica a alternativa entre duas traduções para a frase final: a alemã e a portuguesa.

Tenho realmente sérias dificuldades para entender ou aceitar que essa frase receba, por tradução ao português, aquilo que vimos formulado acima. Reconheçamos alguns constituintes:

> krahi kijem: *casa ou aldeia dos brancos* (e o **te,** posposição locativa: *em*)
> porum pip: *ver os Borun*
> kantschak uruhu: *muitos parentes* (aceitando a tradução de Rudolph para kantschak), ou *parentes próximos* (aceitando a tradução dele para essa combinação com o intensificador uruhu).
> Juntando o que já conhecemos:
> [*Vocês*] [*na aldeia dos brancos*] **antuk te** [*ver os Borun*] [*muitos parentes*]
> Evidencia-se a necessidade de um verbo. No vocabulário, Rudolph traduz a palavra ***antuk*** por *"coberto"* (forma participial verbal). Buscando outros vocabulários, em Monteiro do Amaral encontrei o verbo *"morar"* = ***inthún***.

Traduzo, tentativamente, a oração principal, nas duas alternativas:

> *Vocês (vão)* ***abrigar-se*** *na aldeia dos brancos, ...*
> *Vocês (vão)* ***morar*** *na aldeia dos brancos, ...*

No entanto, a oração subordinada soa pouco clara: *... para ver sua aldeia como parentes próximos*. Por que os Pojitxá iriam se interessar por estarem mais acessíveis – digamos, às visitas – de outros "parentes", ou seja, outros Botocudos?

Perguntei-me, de onde Rudolph tirou a expressão *"parentes próximos"*, que ele registrou, em Botocudo, como ***kantschak uruhu***. Avaliei a possibilidade de que a palavra indígena para dizer *"próximo"* ou *"perto"* estivesse no contexto, favorecendo seu surgimento na tradução do intérprete. Encontrei, no vocabulário de Rudolph, a palavra *"**njare**"* que a edição portuguesa traduz por *"ao pé, próximo, perto"*. Essa informação me alertou para um possível problema de segmentação (uma falha bastante comum nas transcrições de frases por Rudolph), e considerei uma construção alternativa:[23]

antxuk krahi kijem te antuk te porum pip kan njare uruhu.

2p.pl. não-índio aldeia Loc abrigar Conj. mporuŋ ver visão próximo muito

Isso permite sugerir uma outra tradução para a frase, por conta da subordinada:
Vocês (vão) abrigar-se na aldeia dos brancos, muito perto à vista de enxergar os Borun.

Esse aclaramento, na fala do intérprete, podia ter duas funções: a primeira, a de garantir aos Pojitxá que, mudando-se para o aldeamento, eles teriam seu agrupamento respeitado, à parte dos Botocudos já aldeados; a segunda, garantir-lhes que teriam os outros Botocudos à vista, sob vigilância. Esse segundo ponto diria respeito à desconfiança mútua entre os grupos, e a uma experiência anterior, de um grupo que fora convencido a recolher-se ao aldeamento missionário, e que no dia posterior à sua chegada foi atacado e exterminado pelos "índios mansos" aldeados.

[23] A forma ***njare*** para *"próximo"* teria grande possibilidade se receber, de Rudolph, o registro surdo: ***tschare***, resultando em: *kan tschare uruhu*, que acabou segmentada (erroneamente): *kantschare uruhu*, interpretada como *kantschak uruhu*.

Com a revisão da tradução daquela sequência, finalmente encontramos, não apenas uma frase que faz sentido, mas uma frase que dá sentido a todo o episódio, confirmando a hipótese levantada a respeito do caráter desse evento. Não era, propriamente, um convite para irem morar com os brancos, mas uma intimação. A propósito, ainda que pareça óbvio, vale esclarecer: não se tratava, de forma alguma, de um chamado para irem morar na vila dos *brancos*, integrando-se à comunidade local dos colonizadores. É bom lembrar que, para a maioria daqueles colonos, o melhor era exterminar os indígenas; jamais pensariam em conviver com eles. O que se deve entender, então, por *krahi kijem*, naquele contexto, é uma aldeia dirigida pelos *brancos*, que corresponde a um aldeamento. O *aldeamento* não é uma aldeia indígena, mas uma aldeia dos não-índios para "abrigar" indígenas, seja ele um aldeamento missionário, dirigido por um Frei (o padrão, no 2º Império), ou um aldeamento leigo, sob o controle de um Diretor de Índios.

Em uma das traduções possíveis, empreguei o verbo *abrigar-se* (mas poderia ser, também, *acobertar-se*), solução que pode evidenciar o sentido pretendido pelo intérprete dos "brancos": o de que, abandonando sua aldeia livre para mudar-se a um aldeamento, passariam a estar abrigados, isto é, protegidos.

É necessário, ainda, retomar o quinto turno de fala do mestiço, no qual a proposta de vida na nova aldeia se completa, para resolver a tradução da última frase. Na versão da tradução alemã de Rudolph:

As pessoas gostam do primo, e querem ver a bela vila do primo.

Em Botocudo:

Krahi antxuk prap, we antxuk ki-jem ɛrɛhɛ pip.

não-índio 2p.pl. gostar querer 2p.pl. aldeia bom/bonito ver

A primeira oração não apresenta dificuldades: *Os brancos gostam de vocês.* Para a segunda, a tradução ao alemão não parece errônea, mas o contexto até aqui analisado, sugere um ligeiro ajuste, que proponho assim (dando a tradução da sequência toda):

Os brancos gostam de vocês, e querem ver uma aldeia bonita de vocês.

A versão de Rudolph (*os brancos querem ver a bela vila do primo*) leva a crer que aquela fala do intérprete dizia respeito à própria visita dos *brancos*, naquele momento. É como se todo o conflito entre o cacique e seu interlocutor, se desse em razão de o segundo ter levado os *brancos* – que supostamente, "gostam" dos Pojitxá – para visitar a "bela aldeia". Fosse isso, ainda se flagraria, na frase, uma enorme hipocrisia, no elogio a uma aldeia comum, como se ela satisfizesse o gosto estético daqueles "civilizados".

Minha versão, coerente com o entendimento construído sobre os fatos, aponta para a proposta levada ao cacique: os *brancos* querem o bem dos Pojitxá, se dispõem a fornecer-lhes cachaça e alimentos, e os querem em uma situação melhor, em uma "aldeia bonita", nos padrões do aldeamento, possivelmente em casas de madeira, com algum tipo de telhado, que não as palhas ou as folhas de palmeiras. Com isso, podemos concluir, resumindo o desenrolar dos acontecimentos registrados naquele *diálogo*:

Ao longo da conversa, vemos a insistência do *mestiço* para que o cacique e sua gente não fiquem nervosos, não façam mal aos brancos. Diante da primeira reação negativa do cacique, o intérprete passa ao tom de ameaças, seguida da exigência de que os indígenas entreguem suas armas (flechas). Promete-lhes – se forem morar perto dos brancos – uma boa vida sob a tutela do "grande capitão", com bebida e comida fornecidas pelos "civilizados", numa bonita aldeia. O cacique Pojitxá, por sua vez, faz questão de distinguir o seu interlocutor, o *língua*, dos "krahi", os muitos brancos armados que vieram com ele. Desses últimos, diz que não gosta, que vai matá-los e comer sua carne. E, finalmente, deixando de lado as insinceras declarações de amizade e simpatia (como: *gosto muito do primo*, e *sinto saudades*), percebendo o cerco nada amistoso sobre a aldeia, o cacique eleva o tom (*zurrief* = gritou), acusando o *mestiço* de "falso", de enganar os Pojitxá, e de ter trazido os brancos para matá-los.

Então, chega-se ao *turning point*, quando os brancos já terão concluído que a conversa não terá o resultado esperado de convencimento dos indígenas. E não dispostos a dar aos Pojitxá a chance de serem os primeiros a usar suas armas, começam um tiroteio, que só se encerra com todos mortos, à exceção dos poucos que fugiram. Não descartemos a hipótese de que tudo o que veio antes não passou de encenação, para simular uma ação de "legítima defesa".

Pelas frases cuja tradução ao alemão se viu claramente mal-sucedidas[24], somos levados a concluir que Bruno Rudolph sequer entendeu exatamente o episódio que registrou. Muito embora, ao menos a carnificina com que o episódio se encerra não lhe terá escapado ao entendimento. O que ele terá concluído de tudo aquilo? Sua iniciativa de incluir, na publicação europeia, seus registros "naturalistas" respondiam apenas a um certo "espírito científico" de época, ou tencionava ele fazer disso uma forma de denúncia, que chegasse a lugares onde houvesse alguma chance de ser levada em consideração?

14. Para concluir

É importante registrar, ao concluir, que – estando correta minha hipótese de que a documentação linguística publicada como *Wörterbuch der Botokudensprache* foi baseada, em grande parte, em gravações – Bruno Rudolph terá sido o pioneiro, no Brasil, nesse tipo de pesquisa (ou, pelo menos, de documentação). É verdade que, cronologicamente, ele foi precedido pelo registro feito por uma expedição da Academia de Ciências da Áustria, que gravou listas de palavras em Guarani, com dois indígenas do litoral paulista, em 1901. Entretanto, as gravações com os Guarani permaneceram desconhecidas dos pesquisadores até o final do século XX, quando foram recuperadas e incluídas em um CD da Academia austríaca, enquanto a documentação da língua Botocudo, por Rudolph, tornou-se acessível a qualquer um, já na primeira década do século passado.

Se alguma conclusão pode ou deve ser tirada do exercício aqui realizado – além daquelas conclusões históricas e linguísticas (estas, provisórias) trazidas ao longo do texto – é que, para o ofício tradutório, o conhecimento contextual (ou seja, histórico, conjuntural e cultural) é indispensável e decisivo. Aparentemente, essa não é uma conclusão que traga qualquer novidade, mas sempre é

[24] Grafia preferida pelo autor, que recusa as incoerências e soluções ruins do último Acordo Ortográfico.

bom fazer o alerta aos que confiam cegamente nas palavras de vocabulários e dicionários, numa perspectiva essencialista da linguagem.

E, se por um lado, a compreensão antropológica e sócio-histórica são fatores cruciais para o restabelecimento do sentido de uma palavra, de uma oração e de um texto; por outro lado, a análise sistêmica e estrutural da língua é igualmente indispensável para justificar diversas decisões tradutórias. Tomar essas abordagens como mutuamente excludentes, ou superdimensionar uma delas, negligenciando a outra, sempre levará a resultados duvidosos (e algumas vezes, a erros grosseiros).

Quanto ao conteúdo do *diálogo* documentado por Rudolph, penso que este estudo o coloca em posição de funcionar como ponto de partida para uma investigação melhor e mais fecunda dos registros disponíveis de línguas da família Botocudo.

Quanto ao envolvimento de Bruno Rudolph, somente uma pesquisa biográfica sobre sua vida[25], que venha a acessar documentos pessoais dele – se os houver – como cartas (a parentes e amigos) ou relatórios (a seus empregadores, da Estrada de Ferro), poderá favorecer o delineamento de um perfil desse personagem da história do norte mineiro, que permita entender o sentido da sua participação no massacre de um grupo Pojitxá no começo do século XX.

Quanto aos fatos históricos, caberá a historiadores levantar informações que permitam precisar o ano em que ocorreu o massacre relacionado ao diálogo aqui analisado, e igualmente – e mais importante –, qual foi a autoridade, civil ou militar, responsável pela suposta ordem de remoção daquele grupo Pojitxá a um aldeamento, com as consequências que já sabemos.

Referências

ALVES, Maria Thereza. *Dicionário Krenak-Português Português-Krenak.* A partir da obra "Wörterbuch der Botokudensprache", de Bruno Rudolph. Lisboa: Maumaus – Escola de Artes Visuais, 2010.

AMARAL, Claro Monteiro do. *Vocabulário Português-Botocudo*. Organização, prefácio e notas: M. de L. de Paula Martins. São Paulo: Museu Paulista, 1948. (Boletim II – Documentação Linguística, 2).

ARAÚJO, Benedita A. Chavedar. *Análise do Wörterbuch der Botokudensprache*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas: IEL-Unicamp, 1992.

D'ANGELIS, Wilmar R. *Traços de modo e modos de traçar Geometrias:* línguas Macro-Jê & teoria fonológica. Tese de doutorado. Campinas: IEL-Unicamp, 1998.

D'ANGELIS, Wilmar R. Nasalidade e soanticidade em línguas Jê: o Kaingang paulista e o Mẽbengokre. *In* CABRAL, Ana Suelly A.C.; RODRIGUES, Aryon D. (org.), *Línguas indígenas brasileiras. Etnologia, Gramática e História*. Tomo I. Belém: EDUFPA, 2002a, pp. 86-95.

DANIEL, João, (Pe.). *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v.

EHRENREICH, Paul. Ueber die Botocudos der brasilianischen Provinzen Espiritu santo und Minas Geraes. *Zeitschrift für Ethnologie*, v. 19, pp. 39-61. Berlin, 1887.

[25] Por comunicação pessoal, sei que Matthias Nitsch está empenhado nesse projeto, atualmente.

EMMERICH, Charlote; MONSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas linguísticas. *Boletim do Museu do Índio* – Antropologia, n. 3, pp. 1-45. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 1975.

MARLIÈRE, Guido Thomaz. *Sobre os botocudos e pequeno dicionário de botocudo*. [1825]. Organização de Alex L. Amaral. São João del-Rei: Editora Heráclito, 2018.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta*. Povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta. Os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: EDUSC, 2004.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Organização social e crenças dos Botocudos do Leste do Brasil.* Tradução de Pedro T. Frassetto. Brasília: FUNAI, 2018 [1946].

NITSCH, Matthias. *Grundlagen für die Restitution von Swadesh's* basic vocabulary *im* Wörterbuch der Botokudensprache. Colônia, Alemanha: Universität zu Köln, 2013.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Vocabulario elementar da Língua Geral Brasílica*. Revista do Arquivo Municipal, vol. XXV, p. 129-171. São Paulo: Departamento de Cultura e Recreação, 1936.

OTONI, Teófilo. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Benedito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo. *In:* OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Org. Regina H. Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [1858], p. 39-94.

RENAULT, Pedro Victor. Vocabulário da língua dos botocudos, nac-nanuks e giporocas, habitantes dos rios mucury e todos os santos, também idêntico ao dos kraik-mús, habitantes das margens do rio Gequitinhonha. [1837]. *Revista do Archivo Público Mineiro,* Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Gerais, v. 08, fasc. iii e iv, pp. 1093-1115, 1903.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras.* Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon D. Macro-Jê. *In:* DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (org.), *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 164-206.

RUDOLPH, Bruno. *Wörterbuch der Botokudensprache*. Hamburg: Fr. W. Thaden, 1909.

SEKI, Lucy. Apontamentos para a bibliografia da língua Botocudo/Borum. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 18, pp. 115-142. Campinas: DL-IEL-Unicamp, 1990.

SEKI, Lucy. Aspectos da morfossintaxe Krenak. *LIAMES*, v. 4, pp. 131-148. Campinas: IEL-Unicamp, 2004.

SILVA, Thais Cristófaro A. *Descrição fonética e análise de alguns processos fonológicos da língua Krenak.* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 1986.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. Vol. 2. Leipzig: F. A. Brokhaus, 1866.

WIED-NEUWIED, Maximilian. *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817*. Frankfurt: Heinrich Ludwig Brönner, 1821. v. 2.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69583

Estranho no ninho: uma etnóloga imagina um futuro instigante para as pesquisas sobre as línguas Macro-Jê

Stranger in the nest: an ethnologist imagines an exciting future for research on Macro-Jê languages

Vanessa Rosemary Lea[1]

RESUMO

Este artigo apresenta uma perspectiva antropológica de como aprofundar um diálogo transdisciplinar, não só entre a etnologia e a linguística, com destaque para a semântica e a tradução, mas também com contribuições da arqueologia, da genética, e da inteligência artificial (IA), para avançar os conhecimentos acerca das línguas Macro-Jê. São destacadas questões referentes à família linguística Jê Setentrional e, mais particularmente, aos Mẽbêngôkre, de acordo com os conhecimentos da autora. No Brasil Central, as pesquisas arqueológicas ainda não iniciaram esse diálogo, e a genética ainda não contribuiu para desvendar a história das migrações Jê. Os impedimentos não se restringem ao desenvolvimento tecnológico; envolvem também questões éticas que ainda merecem muita discussão. A IA é uma ferramenta cujo alcance está em um estágio preliminar. A parceria mais frutífera, por enquanto, envolve linguistas e etnólogos, além de uma aproximação da literatura para aprimorar a arte da tradução. Os indígenas estão cada vez mais interessados em transitar do papel de interlocutores e colaboradores ao de empreendedores de suas próprias pesquisas, substituindo os não indígenas nas universidades, nas áreas acadêmicas que dizem respeito a eles e aos seus interesses, um processo ainda incipiente.

PALAVRAS-CHAVE: Etnologia. Linguística histórica. Tradução. Arqueologia. Genética.

ABSTRACT

The present article constitutes an anthropological perspective on how to further a transdisciplinary dialogue, not only between anthropology and linguistics, with an emphasis on semantics and on translation, but also with contributions from archaeology, genetics, and artificial intelligence (AI), to advance knowledge about Macro-Jê languages. There is an emphasis on questions relating to the Northern Jê linguistic family and especially the Mẽbêngôkre, in accordance with the author's competence. In Central Brazil, archaeological research has not yet begun this dialogue, and genetics has not yet contributed to unravelling the history of the Jê migrations. The impediments are not restricted to technological developments; they also involve ethical questions that still merit much discussion. AI is a tool the potential of which is at an initial stage. The most fruitful partnership, so far, involves linguists and social anthropologists, besides an approximation to literature to improve the art of translation. Indigenous peoples are increasingly interested in moving forward from the role of interlocutors and collaborators to take research into their own hands, substituting non-indigenous academics in those areas of universities that deal with indigenous affairs and the specific interests that this involves, the process of which is still at a preliminary stage.

KEYWORDS: Social anthropology. Historical linguistics. Translation. Arqueology. Genetics.

[1] Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), vanessa.r.lea@icloud.com, https://orcid.org/0000-0002-7239-717X.

Recebido em 12/09/2025 - Aceito em 13/05/2026

1. Introdução

Este texto enfoca o que mudou desde os últimos dois encontros Macro-Jê (o VIII, em 2016, e o IX em 2018), antes da pandemia de covid-19, em termos da perspectiva futura, não só no que se refere a um diálogo entre a linguística e a etnologia[2], mas também ao que se dê com outros interlocutores que possuam ferramentas para aumentar os conhecimentos das línguas Macro-Jê, notadamente a arqueologia e a genética, além de recursos da inteligência artificial. O que se segue trata apenas da família linguística Jê, porque ainda falta consenso na literatura a respeito da totalidade dos povos que integram a categoria Macro-Jê, algo que foge da minha competência que se limita à aprendizagem da língua Mẽbêngôkre.[3]

Quem estudou etnologia na década de 1970 aprendeu sobre a futilidade da história conjectural, exemplificada pela invenção do matriarcado, uma hipótese de Bachofen, de 1861, que se mostrou sem fundamentos (*cf.* Bamberger, 1974, p. 263). Na década de 1980, o interesse pela história indígena foi renovado no Brasil. Porém, no que diz respeito aos Mẽbêngôkre, por exemplo, a profundidade temporal vai se minguando ao longo do século XVIII, e no que precede a colonização europeia a história oral indígena e a mitologia se convergem. Um novo alento foi dado à história indígena com a tese de Andrey Nikulin (2020), aliado aos cálculos temporais de Salanova e Nikulin (2020), que me impactaram com o vácuo de milênios de conhecimentos históricos acerca da família Jê Setentrional, inspirando-me a indagar em que novas direções tais pesquisas podem seguir.

2. Linguística histórica

Ao disponibilizar listas de cognatos de diversas línguas da família Jê, e do tronco Macro-Jê, em apêndices, Nikulin (2020) torna palpável para um etnólogo, de forma inédita, o que se entende por essa família linguística e por esse tronco linguístico. Em um artigo de Lea e Salanova (2023, p. 10, nota 2), é feita uma analogia aproximada entre a diversidade das línguas dos Jê Setentrionais e aquela das línguas derivadas do latim. Em um artigo anterior, Salanova e Nikulin (2020) afirmam que:

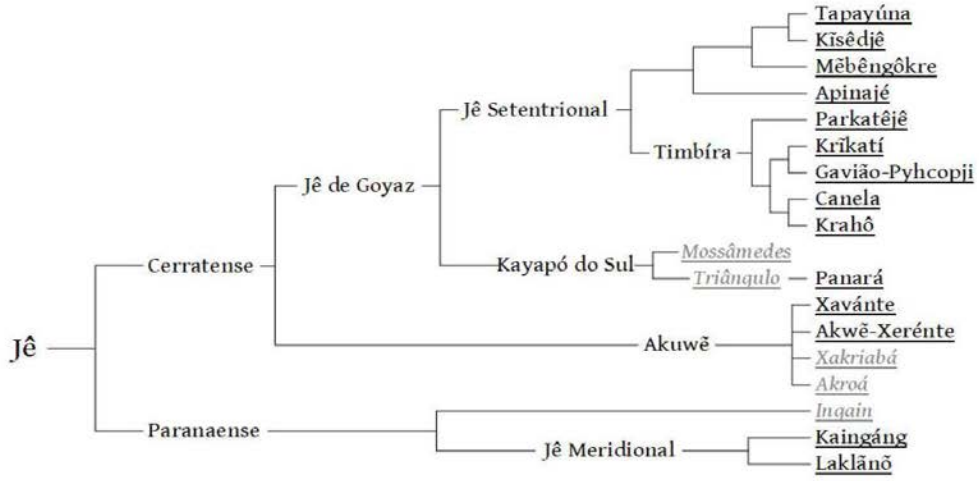
> Aplicando a fórmula elaborada por Vasilyev e Saenko (2017) às porcentagens de cognatos na lista de 110 palavras de Swadesh citadas no início deste artigo, temos que os ancestrais dos Mẽbêngôkre se separaram daqueles dos Kĩsêdjê e dos Tapayúna entre os séculos VIII e X, os Apinajé teriam se separado do grupo ancestral desses três povos entre os séculos V e IX; já a cisão dos falantes do Proto-Jê Setentrional em Timbíra e Trans-Tocantins teria acontecido entre os séculos II e VII. (Salanova; Nikulin, 2020, p. 54, nota 5) [4]

[2] *Cf.* Lea, 2020, sobre a falta de diálogo entre a linguística e a etnologia.

[3] Ao realizar pesquisa com os Mẽbêngôkre, além de participar de vários cursos para a formação de professores indígenas, convivi com pessoas Panará e Tapayuna (Goronã). Passei tempos curtos em aldeias Apinajé e Kĩsêdjê (Suyá); orientei dissertações e teses sobre os Kaingang, Laklãnõ (Xocleng), Apinajé e Panará. Ministrei um curso com Luci Seki, falecida em 2017, e iniciei um projeto para um léxico Mẽbêngôkre.

[4] Nikulin (2020) designa como Trans-Tocantins os Tapayúna, Kĩsêdjê, Xicrin, os demais Kayapó e Apinajé, em contraste com os Timbira (Orientais). Em uma nota, ele explica que os destaques em negrito correspondem às línguas com falantes atualmente. O nome Goyaz foi inspirado pela capitania que tinha esse nome (Nikulin, 2020, p. 6).

Figura 1: Cladograma da família Jê (adaptado ao de Nikulin, 2020).



Fonte: Salanova e Nikulin, 2020, p. 54.

Na apresentação da primeira versão deste artigo, no X encontro Macro-Jê, mencionei as datações sugeridas por Salanova e Nikulin (2019) – ausentes na tese deste último – com base na glotocronologia aliada à cladística. Isto suscitou protestos, notadamente de Wilmar da Rocha d'Ángelis, afirmando que a glotocronologia já está desacreditada, e de Ana Suely Cabral (*on-line*), que criticou os novos esquemas classificatórios dos Jê. Tais reações acaloradas me levaram a pesquisar os cálculos apresentados por outros autores.

Ao mencionar os antecessores, na linguística histórica referentes aos Jê, Nikulin (2020) remete ao linguista Greg Urban (1978), o que sugere a falta de avanço nessa área nas últimas décadas. Em um texto posterior de Urban (1992, p. 90), esse autor sugere que os Macro-Jê, concentrados na parte oriental e central do planalto brasileiro, provavelmente teriam uma profundidade temporal de, pelo menos, 5-6 mil anos. Afirma que a família Jê:

> se separou há uns 3 mil anos ou mais, a julgar pelas semelhanças internas entre as línguas Jê atualmente encontradas. As línguas Jê parecem mais diversificadas internamente do que as da família românica do indo-europeu. Mas foi demonstrado que todas as línguas Jê estão ligadas (Davis, 1966, 1968), (Urban, 1992, p. 90).

Urban (1992, p. 90) calcula que os Jê meridionais – os Kaingang e os Xocleng (Laklãnõ) – teriam iniciado sua migração para o sul uns 3 mil anos atrás. Uma segunda fissão ocorreu entre os Jê Centrais e Setentrionais 1-2 mil anos atrás. Ainda segundo Urban (1992, p. 90), a diferenciação entre os dialetos dos Timbira e dos Kayapó, esses últimos rotulados "Kubenkranken, Kubenkrañoti [sic], Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotire, Xikrin e Txukahamãe teriam provavelmente ocorrido nos últimos 500 anos" (colchetes meus).

Urban (1992) apresenta a mesma lista Kayapó que Rodrigues (1986, p. 47), apenas substituindo a designação de "línguas" por "dialetos". Esses autores opõem dois termos: *Men-* e *Kuben-* que, na realidade, se referem a um único grupo, os Mẽkrãgnõti. Isto evidencia a suma importância da contribuição da pesquisa antropológica de Gustaaf Verswijver (1978a, 1978b, 1982, 1985, 1992, 2023), que documenta de forma convincente que as separações entre os Kubẽkrãkêjn, Mẽkrãgnõti, Kôkrajmôrô, Gorotire e Mẽtyktire (Txukahamãe) ocorreram somente a partir do início de século XX, e a separação do Xicrin ocorreu antes, possivelmente no início do século XIX (Verswijver 1992, p. 99). No mesmo livro que contém o artigo supracitado de Urban (1992), Turner (1992) analisa e resume a pesquisa do doutorado de Verswijver (1985), mas Urban parece não ter conhecido o texto de Turner antes da publicação da obra com seu capítulo e aquele de Turner. Mais recentemente, D'Angelis (2022, p. 30), escrevendo a respeito do tronco Macro-Jê, nota que as comunidades descendentes de uma língua Proto-Macro-Jê "em boa parte já vivem afastadas há mais de milênio (em alguns casos, milênios)." Urban (1992), que não discutiu a metodologia que usou, chegou a conclusões algo discrepantes daquelas de Nikulin e Salanova, enquanto D'Angelis (2022) não entrou em detalhes. Os nomes dos cladogramas de Nikulin e Salanova podem ser revisados se for necessário, mas a pesquisa desses autores é um grande avanço em relação ao que existia antes. Enfim, cabe aos linguistas refinarem e entrarem em acordo sobre as datações das diversas ramificações dos Jê Setentrionais, da família Jê e dos Macro-Jê.

Da perspectiva da etnologia, e da família linguística Jê Setentrional, o que impressiona em termos da história é o total desconhecimento do que aconteceu durante milhares de anos. Isto não é trivial, entre outros motivos, porque essa lacuna nas histórias dos povos ágrafos foi um dos motivos que levou Lévi-Strauss (1962) a formular a noção de sociedades frias, caracterizadas por não passarem por grandes modificações ao longo de séculos. Atualmente, depois de pesquisas que aprofundaram melhor a história indígena, acabou caindo em desuso o hipotético contraste entre sociedades frias e quentes. Isto é relevante porque, por exemplo, o cenário de extrema violência, nas narrativas indígenas apresentadas no último livro de Verswijver (2023), pode corresponder predominantemente à corrida armamentista experimentada pelos Mẽbêngôkre no século XIX, e na primeira metade do século XX. Em outras palavras, é necessário ter cautela e não deduzir da violência que caracterizou aquele período, e até onde vai a documentação histórica, que os Mẽbêngôkre são violentos por definição. Embora não tenha sido essa a intenção de Verswijver, um leitor despreparado poderia ficar com essa impressão.

3. Arqueologia

Uma candidata evidente para preencher o vácuo de informações sobre o passado é a arqueologia. Consultei a arqueóloga Fabíola Silva, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP), a respeito de pesquisas nas áreas das aldeias habitadas pelos Mẽbêngôkre no século XIX, época em que existe a documentação de aldeias deles (a de Coudreau, 1897, e a Hemming, 2009). Os mapas desses

autores são reproduzidos em Lea (2012, p. 68-69). Silva desmentiu a impressão de que não está havendo pesquisa arqueológica na área do território histórico mẽbêngôkre, notando que "ainda não se estabeleceu um diálogo profícuo entre esta arqueologia, a etnologia e a linguística. Poderíamos ter uma conversa muito interessante sobre a história de longa duração desses povos Jê se conseguíssemos estabelecer este diálogo."[5]

Os Mẽbêngôkre são conhecidos pela complexidade de sua vida cerimonial e, apesar da ausência de cerâmica, redes e canoas (elementos associados a escavações arqueológicas), no passado praticavam enterros secundários e talvez um dia alguns restos mortais possam ser encontrados, fornecendo amostras para pesquisa genética. Essa tarefa evidentemente implica questões éticas, mas não necessariamente intransponíveis. Os adornos Mẽbêngôkre incluíam batoques de cristal, exemplares dos quais poderiam ser encontrados futuramente em alguma escavação.[6] Nas aldeias circulares que caracterizam povos de diversas famílias linguísticas no Brasil Central, os fornos de pedra (*ki*) seriam outra marca distintiva dos Jê. Perante a falta de maiores informações provenientes da arqueologia, o próximo passo foi entrar em contato com alguns geneticistas devido a questões éticas.

4. A genética

Na conclusão de seu artigo de 2020, Salanova e Nikulin sugerem que mais conhecimentos sobre a flora e a fauna da bacia do Tapajós talvez pudessem contribuir para aprofundar o entendimento sobre as migrações antigas, e os contatos com outros povos de quem empréstimos foram incorporados à língua mẽbêngôkre. Agora, seis anos após a publicação daquele artigo, me parece que o estudo da genética pode ser uma alternativa para oferecer pistas sobre antigas migrações e relações interétnicas, uma opinião relativizada após conversas com alguns geneticistas.

Na virada do século XXI, houve um escândalo referente a testes de sangue dos Yanomami feitos pelo geneticista James Neel e o antropólogo Napoleon Chagnon; o material foi mantido congelado em cinco centros de pesquisa nos EUA até ser, finalmente, devolvido aos Yanomami em 2010.[7] Esse povo crema seus mortos e as cinzas que resultam desse processo são ingeridas para aniquilar qualquer traço dos restos mortais de seus parentes. Em seguida, parecia que o estudo da genética indígena havia se tornado um assunto tabu, mesmo sendo difícil excluir as populações indígenas de pesquisas genéticas, perante a importância da contribuição das mulheres indígenas para o componente mitocondrial da população brasileira (ou seja, a linhagem materna transmitida entre gerações através do genoma mitocondrial). O campo da genética fez grandes avanços no último quarto de século, exemplificado pelo Programa Genomas Brasil, com os resultados iniciais publicados recentemente (Guimarães, 2025), com grande alarde sobre seu potencial de contribuir para o SUS, embora tenha

[5] Comunicação pessoal via WhatsApp em 13/08/2025. Vale notar que existe maior diálogo entre a arqueologia, a linguística e a etnologia dos Jê Meridionais.

[6] Os exemplares do Museu Nacional foram perdidos no incêndio de 2018.

[7] A ONG Survival International noticiou em seu site essa "Controvérsia sobre o sangue Yanomami".

sido feito o sequenciamento do material genético de apenas 2.723 pessoas, e não foi explicitado se a pesquisa abrangeu populações das Terras Indígenas (TIs).

Uma breve pesquisa na Internet sobre pesquisa genética com populações de língua Jê revelou que o geneticista Neel, pivô do escândalo Yanomami, é citado em artigos que descrevem a obtenção de amostras genéticas dos Kayapó, Xavante, Krahô e Kaingang (Jacques e Salzano, 1979; Hünemeier 2011, entre outros). Não foi revelado o paradeiro das amostras de sangue e de saliva em questão, algo que poderia suscitar uma demanda por repatriação, um assunto que não se restringe às coleções de cultura material em museus. Os artigos citados não almejam contribuir para o conhecimento sobre migrações; correspondem mais à antropologia física, e a leitura de seus pormenores está fora da minha competência.

Depois de colhidas amostras de DNA, atualmente através da saliva em vez de sangue, fica difícil controlar os usos possíveis desse material. Já soube da desconfiança de alguns grupos indígenas em relação a pesquisas arqueológicas, interpretadas como pesquisas sobre minerais ou outro produto comerciável. Os indígenas (e quilombolas) têm bons motivos para questionar os usos que podem ser feitos de amostras genéticas. Portanto, os impedimentos do uso do DNA dos povos atuais, para investigar rotas migratórias, não se devem a motivos tecnológicos, mas éticos, e estão sendo desenvolvidas alternativas, tanto no campo da arqueologia quanto no da genética (o DNA de solo) para rastrear populações antigas. Em suma, as questões éticas pertinentes ao genoma indígena, no que diz respeito aos direitos indígenas, mereceria um estudo aprofundado, que ultrapassa os limites deste artigo. De qualquer maneira, a publicação em 2026 do artigo de Hünemeier et al sobre a história evolucionária e diversidade genética da América Indígena demonstra que, em diante, será impossível dissociar a pesquisa linguística da genética.

5. Inteligência artificial (IA)

Um dos assuntos contemporâneos dos quais é impossível escapar diz respeito aos avanços da inteligência artificial (IA), impondo-nos a necessidade de imaginar como isso pode impactar nossas respectivas disciplinas. Ao longo da minha carreira, diante da produção crescente de dissertações, teses, artigos, livros (além de filmes e exposições) sobre os povos da família linguística Jê, ficava frustrada com o escopo restrito das leituras dos estudantes. A tendência deles era ler somente a bibliografia referente ao povo específico que pesquisavam, ignorando publicações sobre outros povos Jê que podiam ser igualmente relevantes. Além disso, com os prazos cada vez mais curtos para desenvolver pesquisas de graduação e de pós-graduação, fica impossível, para qualquer um, ler toda a produção existente.

Os linguistas enfrentam o mesmo dilema ao entrarem na arena da antropologia. As generalizações extraídas da tese de Urban (1978) por Nikulin (2020) são especulativas e sem comprovação. Por exemplo, "a sociedade dos falantes do Proto-Jê organizava-se em metades patrilineares exogâmicas" (Nikulin, 2020, p. 5 *apud* Urban 1978, p. 277), embora Urban apresente isso apenas como uma probabilidade. Questões socioculturais não são imprescindíveis à tese de Nikulin e poderiam ser

omitidas. Caso contrário, não se justifica ignorar discussões mais recentes, como as organizadas por Maybury-Lewis (1979),[8] com capítulos dele e de seus orientandos, e a controvérsia sobre aspectos matrilineares de alguns povos Jê Setentrionais como os Timbira Orientais, os Canela (Nimuendajú, 1946; Crocker, 1979), e os Mẽbêngôkre (Verswijver, 1984; Lea 1992; 2012 *et passim*). Tampouco se sustenta a dicotomia seguinte de Nikulin, parafraseando Urban: "[N]a sociedade dos falantes do Proto-Cerratense a nomeação dos imaturos se realizava pelos adultos vivos, enquanto naquela dos falantes do Proto-Jê Meridional eram os mortos que transmitiam nomes [sic] para os imaturos" (colchetes meus)[9]. A única generalização possível é a importância da perpetuação dos nomes dos ancestrais. Existe uma vasta literatura sobre a onomástica Jê, incluindo Lea (1992) e Veiga (2006), mas o tema extrapola este artigo.

Fica evidente que, atualmente, a literatura ultrapassa os limites da capacidade de leitura e de memória de qualquer pessoa. Em vista desse dilema, os recursos da IA possibilitam buscas cada vez mais refinadas na vasta literatura existente. Sou da última geração que ainda conheceu textos mimeografados e que dependia de cópias xerox para acessar, no Brasil, a literatura antropológica e linguística relevante. O crescimento da tecnologia digital facilitou enormemente o acesso a esses materiais, sem percorrer as estantes das bibliotecas. A Biblioteca Digital Curt Nimuendajú (http://www.etnolinguistica.org), e a Academia.com ajudam a disseminar muitas publicações relevantes. O próximo passo seria produzir um aglomerado digital de publicações e teses que possa permitir a busca de determinados assuntos e termos-chave, tais como casamento e terminologias de parentesco. Digitalizar tudo o que existe em antropologia e linguística sobre os povos indígenas vai levar algum tempo ainda. Mas almejar tal possibilidade é um primeiro passo para tornar isso uma realidade.

A IA poderia avançar na comparação das mitologias americanas. Um ano antes de Lévi-Strauss iniciar a publicação de seus quatro volumes sobre mitologia, Dreyfus (1963, p. 140), que fez pesquisa de campo com os Kayapó depois da Segunda Guerra e publicou a primeira monografia sobre esse povo, já chamou atenção para numerosas aproximações possíveis da mitologia Kayapó com aquela de diversos povos indígenas na América do Norte. É uma tarefa árdua tentar fazer isso ao olho nu, lendo mito por mito, e avançaria de forma significativa se forem utilizados recursos computorizados. Os dois volumes de mitos Jê, publicados em inglês, por Wilbert e Simoneau (1978, 1984), ainda não foram sequer traduzidos para a língua portuguesa, embora vários dos mitos incluídos nessa coletânea já tenham sido publicados em português em outras obras.

Um dos pareceristas tem razão ao apontar que:

> [...] cabe ressaltar que problemas éticos não se colocam somente em relação aos estudos genéticos, mas também em relação ao uso de IA, que coloca um sem-número de questões por

[8] Para um texto em português, apresentando um panorama geral, ver Melatti (2020), um dos autores na coletânea de 1979 organizada por Maybury-Lewis.

[9] Nas palavras de Urban (1978, p. 39), entre os Jê Setentrionais e Centrais: "children are given names belonging to living adults, among Southern Gê names come from dead kinsmen only". Tal contraste é sem fundamentos.

exemplo sobre apropriação de bancos de dados e de conhecimentos por empresas privadas, de modo que tal ferramenta não deveria ser concebida somente como algo positivo, e sim também discutida criticamente.

6. Semântica e tradução

Atualmente, há pesquisadores como Ian Packer (2020) e João Lucas Moraes Passos (2025), abrindo uma nova frente nos estudos Jê, fazendo traduções de cantos e de narrativas. Sem dúvida, é uma contribuição importante, embora dialoguem pouco com áreas linguísticas tais como morfossintaxe, afiliando-se mais à tradição literária.

A vontade de entender melhor as analogias, entre as línguas derivadas de latim e a diversidade das línguas Jê (Urban, 1992), ou apenas os Jê Setentrionais (Salanova; Nikulin, 2020), me conduziu aos dois volumes de Émile Benveniste (2017a, b) sobre o vocabulário das instituições indo-europeias. Trata-se de um trabalho inspirador para pesquisas sobre línguas indígenas irem além das abordagens já consolidadas na linguística brasileira como fonética, fonologia, morfologia e sintaxe, passando a enfocar conceitos indígenas. Porém, devo ressaltar que, na sua obra sobre o método da linguística gerativa, Gennaro Chierchia (2008) demonstra que é impossível separar a semântica da morfologia e da sintaxe, a primeira não se esgotando apenas no léxico.

Algumas noções indígenas são descritas *en passant* em trabalhos antropológicos, mas sem maior aprofundamento. No contexto deste artigo, é possível esboçar apenas alguns exemplos de palavras que merecem uma discussão mais detalhada. A seguir darei alguns exemplos a partir de palavras Mẽbêngôkre. Lea (2026) questiona as alusões frequentes na etnologia Jê ao termo "corpo" *nhĩ*. Nikulin (2020) inclui este mesmo termo, glosado como "carne", entre os cognatos para a reconstrução da língua proto-Jê, tanto no ramo que denomina Cerratense (PCerr) quanto Paranaense (*cf.* quadro 1 acima e as comparações de cognatos abaixo).

Quadro 1: Cognatos glosados como carne em diversas línguas e proto-línguas Jê.

Proto-Jê	glosa	PCerr	ING	PJM	KGG	LKL
**ñĩ*^{T}	carne	**ñĩ*	*#nẽ*^{239}	**nĩ*	*nĩ*	*nẽ*

PCerr	glosa	PJS	Panará	PA	Xavánte	Akwẽ-Xerénte
**ñĩ*	carne	**ñĩ*	*ñĩ*	**ñĩ*	*ñĩ*	*nĩ*

Fonte: Nikulin 2020, p. 439, 467.

Chave das abreviações de Nikulin

ING: Ingain	KGG: Kaingáng
LKL: Laklãnõ	PCerr: Proto-Cerratense
PJM: Proto-Jê Meridional	PJS: Proto-Jê de Goyaz
PA: Proto-Akuwẽ	

Fonte: Nikulin (2020, p. XX, *et passim)*.

Gerardi *et al.* (2025, p. 6) classificam "MEAT" como um de cinco conceitos do vocabulário Swadesh com cognatos nas 14 línguas da família Jê que ele e seus colegas pesquisaram, mas tal constatação omite nuances relevantes. Os Krahô se autodenominam *mẽhĩ*, e uma hipótese minha é que se trata da ideia de pessoas da mesma carne. Aliás, em inglês há duas palavras que se traduzem em português como carne: *meat* e *flesh*. O termo *flesh* transmite melhor a ideia desse componente da pessoa do que *meat* (carne), que suscita de imediato a noção de algo comestível. Na língua mẽbêngôkre, como em português, se usa o mesmo termo *nhĩ* (carne), tanto para animais quanto para pessoas, mas "carne" e "corpo" não são sinônimos e, quando *nhĩ* é traduzido como "corpo", é fácil universalizar a díade cristã de corpo e alma, algo que merece ser discutido melhor. Fisher (2001, p. 118) discorre sobre *ĩ* [10] entre os Xicrin como sendo uma fonte de vitalidade, e os inúmeros exemplos apresentados deixam evidente que esse autor pensou que fosse uma espécie de princípio vital, sem perceber que se trata de carne.

Em contrapartida, houve muita discussão na etnologia sobre a tradução de termos indígenas tais como "alma". Alternativas sugeridas incluem "duplo", algo que não resolve a questão, na medida em que, para povos como os Yanomami, cada pessoa possui um duplo animal. O termo "espírito" tampouco é uma solução adequada, enquanto antônimo do corpo, porque os seres atualmente chamados "mais que humanos" tendem a ser traduzidos como espíritos (seres espíritos), além dos espíritos dos mortos. É também notável que a tradução de mente em francês é *esprit*, da mesma raiz. Lea (2020) problematiza o conceito de humanidade como fazendo parte do léxico indígena, seja como espécie, seja como condição humana. A palavra (ou prefixo) *mẽ*, muito comum na língua mẽbêngôkre, evoca a noção de "pessoa", não a da palavra "humano". Trata-se do conceito de "personitude" (*personhood*), o que não equivale a "humanidade".

Voltando ao corpo, uma mulher me descreveu, em mẽbêngôkre, como transportou o esqueleto da sua filha de uma aldeia velha para uma aldeia nova. Usou o termo *kukràdjà*, que traduzo como as partes que constituem um todo. É o termo que se usa em mẽbêngôkre para falar de cultura, por exemplo, para lamentar que os jovens só se interessam pela cultura dos brancos: "Kubẽ kukràdjà bit mari prãm" (frase reproduzida de acordo com a minha memória). Clarice Cohn (2008) escreveu sobre essa noção de cultura; o mesmo termo faz parte do título da tese de Demarchi (2014). Em outras palavras, manter o termo *kukràdjà* na língua mẽbêngôkre dá a impressão de encapsular algo especificamente Mẽbêngôkre, e traduzi-lo como "cultura" dá a impressão de ser sinônimo desse termo em português.

A noção de cultura constituiu a pedra angular da antropologia social, definida em 1871 por Tylor[11], portanto, tem pouco mais de um século e meio de história, na sua acepção moderna, e seria

[10] Para a discussão sobre a raiz ser *nhĩ* e não *ĩ*, *cf.* Salanova (2009).

[11] Tylor (1871) define cultura como "aquela totalidade complexa que inclui conhecimentos, crenças, arte, morais, leis, costumes, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade." Tradução minha, do original: "that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society". *apud* Seymour-Smith, 1986, p. 65.

de estranhar que encontrasse uma correspondência exata na língua mẽbêngôkre. Os Mẽbêngôkre dizem, por exemplo, que há mais *kukràdjà* na cerimônia masculina de *mẽmy biôk* (homens pintados) do que seu equivalente feminino, *mẽni biôk* (mulheres pintadas), no sentido que a versão masculina é mais complexa porque é composta de mais elementos (cantos, danças, papéis cerimoniais e adornos). Enfim, é mais interessante entender de onde veio a noção Mẽbêngôkre de cultura do que a reduzir a uma mera analogia de um termo euro-americano ou tratá-la como algo *sui generis* e, portanto, exótico.

No que diz respeito à semântica e à tradução, uma abordagem interdisciplinar entre a linguística e a etnologia seria profícua, encerrando este artigo com um exemplo do estudo de parentesco, uma subdisciplina clássica da antropologia social. Desde o fim do século XX, o estudo de parentesco foi eclipsado pelo conceito de *relatedness*, que traduzo como aparentamento, um termo tão elástico que serve para inúmeros fins. Entre os não indígenas, a questão dos termos triádicos mẽbêngôkre (Lea, 2004; Lea; Salanova, 2023) não suscitou maior interesse. É uma preciosidade linguística que une a perspectiva do locutor e do interlocutor ao se referir a uma terceira pessoa, possibilitando ainda deduzir a relação entre os dois primeiros. Tais termos triádicos foram encontrados inicialmente na Austrália, e há seguramente cognatos em algumas, senão em todas as línguas dos Jê Setentrionais. Já foram encontrados na língua suyá (Coelho de Souza, 2020). Há pelo menos um trabalho de conclusão de curso (TCC) de um Mẽbêngôkre sobre a terminologia de parentesco, dando continuidade ao trabalho do saudoso Karupi Mẽtyktire (um dos meus principais interlocutores no campo).

A comparação entre as terminologias de parentesco Jê, sem falar de Macro-Jê, é ainda incipiente e merece ser empreendida. Por exemplo, Nikulin (2020) lista cognatos de um termo Proto-Jê, **mbre*, glosado como "cunhada, cunhado" na língua Proto-Jê Cerratense. Porém, pelo menos em mẽbêngôkre, não há um equivalente a cunhado:

djumre WB ♂, HZ♀…[12]
djudjwỳ ZH, DH ♂♀, HB ♀…

Este exemplo é suficiente para demonstrar a necessidade de conectar conhecimentos linguísticos e antropológicos. Os indígenas brasileiros estão querendo evitar a entrega do poder, metaforicamente falando, e para isso estão empreendendo suas próprias pesquisas a respeito de suas línguas, de suas culturas e de seus conhecimentos tradicionais de modo geral. Para os pesquisadores indígenas será mais fácil furar as bolhas que separam os antropólogos dos linguistas, produzindo reflexões que superam a dicotomia entre essas duas disciplinas.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos Mẽbêngôkre por uma relação que dura quase meio século. Agradeço também diversos colegas que se dispuseram a dialogar comigo e a me fornecer materiais e

[12] Na notação antropológica WB = irmão da esposa (*wife's brother*); HZ = irmã do marido (*husband's sister*); ZH = marido da irmã (*sister's husband*), DH = marido da filha (*daughter's husband*); HB = irmão do marido (*husband's brother*). Reticências indicam que o mesmo termo se aplica a outras categorias de parentes também.

contatos que contribuíram para este texto: André Menezes Strauss, Andrés Pablo Salanova, Andrey Nikulin, Diogo Meyer, Fabíola Silva, Jonas Gregório de Souza, Tiago Ferraz, Wilmar da Rocha d'Angelis e Wanda Caldeira Brant A responsabilidade pelo texto final é inteiramente minha.

Referências

BAMBERGER, Joan. The myth of matriarchy: why men rule in primitive society. *In:* ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (org.). *Women, Culture and Society* Stanford: University Press, pp. 263-280, 1974.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-europeennes*. Paris: Editions de Minuit. 2 volumes. Volume 1. Économie, parenté, société. Volume 2. Pouvoir, droit, religion. 2017 [1969].

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp. 2008 [1997].

COELHO DE SOUZA, Marcela. Por que o parentesco é sempre triádico. *In:* MIRANDA, Maxwell e BORGES, Águeda da Cruz; SANTANA, Áurea C.; SOUSA, Suseile (org.). *Línguas e culturas macro-Jê*: saberes entrecruzados. Barra dos Garças: GEDELLI/UFMT, pp. 193-219, 2020.

COHN, Clarice. A tradução de cultura: os Mebengokré-Xikrin. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Anais* [...]. Brasília, DF: ABA, 2008. p. 1-15

CROCKER, William. Canela kinship and the question of matrilineality. *In:* MARGOLIS, M. L. e CARTER, W.E (org.) *Brazil: anthropological perspectives*. New York: Columbia Univ. Press, 1979.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Tronco Macro-Jê, suas famílias e línguas. *In*: Paulo Henrique de Felipe; Angel Humberto Corbera Mori; Jackeline do Carmo Ferreira (org.). *Introdução às línguas indígenas brasileiras: agrupamentos e famílias linguísticas maiores, política e educação escolar indígena*. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, v. 1, pp. 23-62, 2022.

DEMARCHI, André Luis Campanha. *Kukràdjà Nhipêjx:* fazendo cultura – beleza, ritual e políticas da visualidade entre os Mebêngôkre Kayapó. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

DREYFUS, Simone. *Les Kayapo du Nord: Contribution à l'étude des Indiens Ge*. Paris & The Hague: Mouton & Co. 1963.

FISHER, William H. Age-Based Genders among the Kayapo. *In:* GREGOR, Thomas; TUZIN, Donald (org.). *Gender in Amazonia and Melanesia: an exploration of the Comparative Method*. Berkeley: University of California Press, pp. 115-140, 2001.

GERARDI, Fabricio Ferraz *et al*. A phylogenetic classification of the Je language family. *Open Research Europe*, [s. l.], v. 5, n. 29, 26 jun. 2025. Disponível em: https://open-research-europe.ec.europa.eu/articles/5-29/v3. Acesso em: 21 ago. 2025.

GUIMARÃES, Maria. O brasileiro é ainda mais miscigenado do que você pensa. *Revista Pesquisa Fapesp*, [s. l.], ed. 352, jun. 2025. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/o-brasileiro-e-ainda-mais-miscigenado-do-que-voce-pensa/. Acesso em: 28 ago. 2025.

HÜNEMEIER, Tábita *et al*. Cultural diversification promotes rapid phenotypic evolution in Xavánte Indians. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. *PNAS*, v. 109, n. 1, pp. 73-77, 2011. DOI: https://doi.org/10.1073/pnas.1118967109. Acesso em: 04 set. 2025.

HÜNEMEIER, Tábita *et al*. The evolutionary history and unique genetic diversity of Indigenous America. *Nature*, pp. 1-32. DOI: https://doi.org/10.1038/s41586-026-10406-w. 2026. Acesso em: 28 abr. 2026.

JACQUES, Sidia M. Callegari e SALZANO, Francisco M. Demography and Genetics of the Krahó and Gorotire Indians of Brazil. *Journal of Human Evolution*, v. 8, pp. 513-522, 1979.

LEA, Vanessa. Mẽbêngôkre (Kayapó) onomastics: a facet of Houses as total social facts in Central Brazil. *Man* v. 27 NS, n. 1, pp. 129-153, 1992.

LEA, Vanessa. Aguçando o entendimento dos termos triádicos Mẽbêngôkre via os aborígenes australianos: dialogando com Merlan e outros. *Liames* IEL, Unicamp, Campinas, v. 4, pp. 29-42, 2004.

LEA, Vanessa. *Riquezas intangíveis de pessoas partíveis:* os Mẽbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2012.

LEA, Vanessa. Antropologia e Linguística perdem com a falta de diálogo entre as duas disciplinas. *In*: SILVEIRA, Marcelo; GUERRA, Maria José; DOS SANTOS, Ludoviko (org.) *MACRO-JÊ: língua, cultura e reflexões*. Centro de Letras e Ciências Humanas, na Universidade Estadual de Londrina. Eduel - Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2020, pp. 395-432.

LEA, Vanessa R. Substantiating the ancestors of an Amazonian Indigenous people in Central Brazil through their personal names. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, Chicago, v. 16, n. 1, p. 76-89, 2026. DOI: https://doi.org/10.1086/740599. Disponível em: uchicago.edu. Acesso em: 1 maio 2026.

LEA, Vanessa: SALANOVA, Andrés Pablo. Triadic kinship terms in Mẽbêngôkre: A linguistic and anthropological analysis. *Kinship* v. 3 n. 1. UCLA. 2023. DOI: https://doi.org/10.5070/K73160001. Acesso em: 03 fev. 2023.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage*. Paris: Plon, 1962.

MAYBURY-LEWIS, David. (org.) *Dialectical Societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge MA.: Harvard Univ. Press, 1979.

MELATTI, Julio Cezar. Aspectos culturais (não linguísticos) dos povos falantes de línguas do tronco Macro-Jê. *In:* MIRANDA, Maxwell *et al.* (org.) *Línguas e Culturas Macro-Jê:* Saberes entrecruzados. Barra do Garças, MT: GEDELLI/UFMT, 2020, pp. 37-94.

MORAES PASSOS, João Lucas. *A árvore caída: festa e parentesco Mẽbêngôkre*. 2025, 274 f. Tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Depto. de Antropologia, UnB. 2025.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jeˆ*: um estudo reconstrutivo. xxiv+571f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2020.

NIMUENDAJÚ, Curt. *The Eastern Timbira*. Berkeley: Univ. of California Press (Kraus Reprint Co., New York). 1971 [1946].

PACKER, Ian. *Sobre a lenha, labaredas:* poética da memória e do esquecimento nas artes verbais krahô (timbira/brasile central). 2020. 296 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

RODRIGUES, Aryon Dall´Igna. *Línguas Brasileiras:* Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola. 1986.

SALANOVA, Andrés; NIKULIN, Andrey. A história que conta o léxico Mẽbêngôkre. *Revista de Letras Norte@mentos*, Sinop, v. 13, n. 33, pp. 52-106, 2020. Dossiê Temático: Para a década das línguas indígenas.

SEYMOUR-SMITH, Charlotte. *Macmillan Dictionary of Anthropology*. London: Macmillan. 1986.

SURVIVAL INTERNATIONAL. Yanomami blood controversy. Disponível em: https://www.survivalinternational.org/about/yanomami-blood-controversy? Acesso em: 04 set. 2025.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapo: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras, 1992, pp. 311-338.

TYLOR, E. B. Primitive Culture. New York: [s. n.], 1871. *Apud* SEYMOUR-SMITH, Charlotte. *Macmillan Dictionary of Anthropology*. London: Macmillan, 1986.

URBAN, Greg. *A Model of Shokleng Social Reality*. 398 f. Tese (Doutorado), Chicago: University. 1978.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Companhia das Letras, 1992. pp. 87-102.

VEIGA, Juracilda. *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

VERSWIJVER, Gustaaf. *Enquête ethnographique chez les Kayapo-Mekrãnoti*. 138 f. Mémoire De l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 1978a.

VERSWIJVER, Gustaaf. Séparations et migrations de Mekrãgnoti, groupe Kayapo du Brésil Central. *Société suisse des Américanistes*, v. 42, pp. 47-59. 1978b.

VERSWIJVER, Gustaaf. The intertribal relations between the Juruna and the Kayapo Indians (1850-1920). *Jahrbuch des Museums für Volkerkunde zu Leipzig*, v. XXXIV, Berlin, 1982.

VERSWIJVER, Gustaaf. Ciclos e práticas de nominação Kaiapo. *Revista do Museu Paulista* NS XXIX. pp. 97-124. 1984.

VERSWIJVER, Gustaaf. *Considerations on Mẽkrãgnotí warfare*. 417 f. Tese de doutorado, Faculteit van Rechtsgeleerdheid, Bélgica, 1985.

VERSWIJVER, Gustaaf. *The club-fighters of the Amazon: warfare among the Kaiapo Indians of Central Brazil*. Gent: Rijksuniversiteit. Reprinted 2018. *The club-fighters of the Amazon: Warfare among the Kayapo Indians of Central Brazil*. Almeria: Turuti books. 1992.

VERSWIJVER, Gustaaf. *The way of warriors: Annotated Narratives of the Mebengokre (Kayapo) in Brazil*. Almeria: Turuti books. 2023.

WILBERT, Johannes; SIMONEAU Karin (org.). *Folk Literature of the Gê Indians*, vol.1. Los Angeles: UCLA. 1978.

WILBERT, Johannes; SIMONEAU Karin (org.). *Folk Literature of the Gê Indians*, vol. 2. Los Angeles: UCLA. 1984.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69607

As adposições nas línguas Macro-Jê

Adpositions in Macro-Jê

Andrey Nikulin[1]

RESUMO
Este estudo apresenta um panorama das propriedades morfológicas e morfossintáticas das adposições nas línguas Macro-Jê. São propostos parâmetros úteis para a caracterização tipológica das adposições encontradas nas línguas desse agrupamento linguístico. São discutidas algumas inovações que atingiram a classe das adposições em línguas Macro-Jê específicas. Por fim, é proposta uma reconstrução das adposições do Proto-Macro-Jê.
PALAVRAS-CHAVE: Adposições. Línguas Macro-Jê. Morfossintaxe. Linguística histórica.

ABSTRACT
The present study provides an overview of the morphological and morphosyntactic properties of adpositions in the Macro-Jê language family. It proposes a set of parameters useful for the typological characterization of adpositions across these languages. The discussion also highlights certain innovations affecting the class of adpositions in specific Macro-Jê languages. Finally, a reconstruction of Proto-Macro-Jê adpositions is presented.
KEYWORDS: Adpositions. Macro-Jê languages. Morphosyntax. Historical linguistics.

1. Introdução

As línguas Macro-Jê constituem um dos maiores agrupamentos linguísticos das terras baixas sul-americanas. O objetivo deste estudo é examinar as propriedades morfológicas e morfossintáticas das adposições nas línguas Macro-Jê, propondo parâmetros que permitam sua caracterização tipológica e discutindo inovações que afetaram essa classe em diferentes subgrupos. O trabalho organiza-se da seguinte maneira. Na seção **2**, apresenta-se um panorama geral das línguas Macro-Jê. A seção **3** trata das principais características das adposições e propõe uma série de critérios de classificação tipológica. A seção **4** discute inovações específicas, tais como a origem das preposições em Chiquitano, o fenômeno de incorporação adposicional em Panãra, bem como usos especiais de adposições nas línguas Jê Setentrionais. Por fim, a seção **5** propõe uma reconstrução das adposições do Proto-Macro-Jê, incluindo algumas etimologias inéditas ausentes do trabalho de Nikulin (2020).

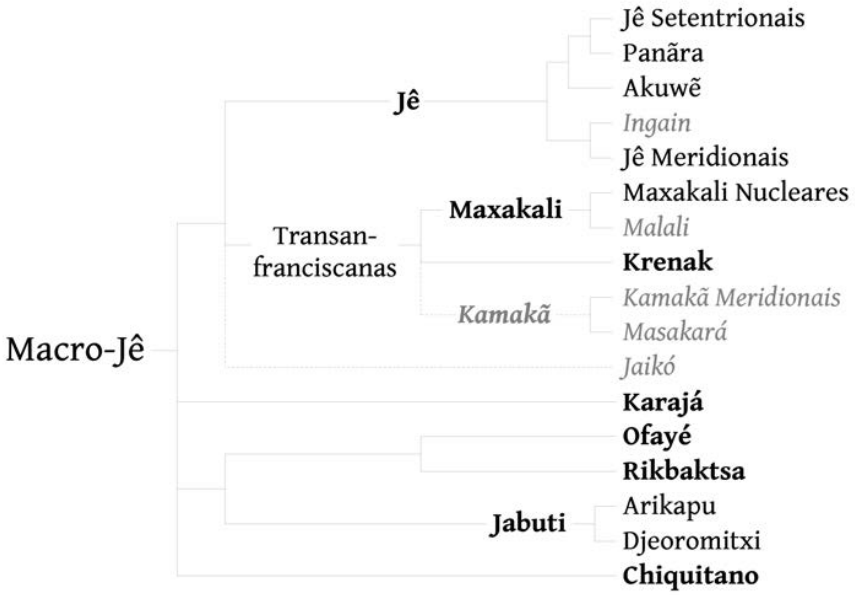
2. Línguas Macro-Jê e seu perfil tipológico

As línguas Macro-Jê, distribuídas em cerca de dez famílias linguísticas (Jê, Maxakali, Krenak, Kamakã, Jaikó, Karajá, Ofayé, Rikbaktsa, Jabuti, Chiquitano; ver figura 1), são faladas em um extenso território localizado ao sul do rio Amazonas, como se mostra na figura 2. A figura 3 mostra o subagrupamento da família Jê, a mais diversificada entre as famílias Macro-Jê.

[1] Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Instituto de Formação Superior Indígena Takinahakỹ, Universidade Federal de Goiás (IFSIT/UFG) / Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT). nikulin@ufg.br, https://orcid.org/0000-0003-2237-564X.

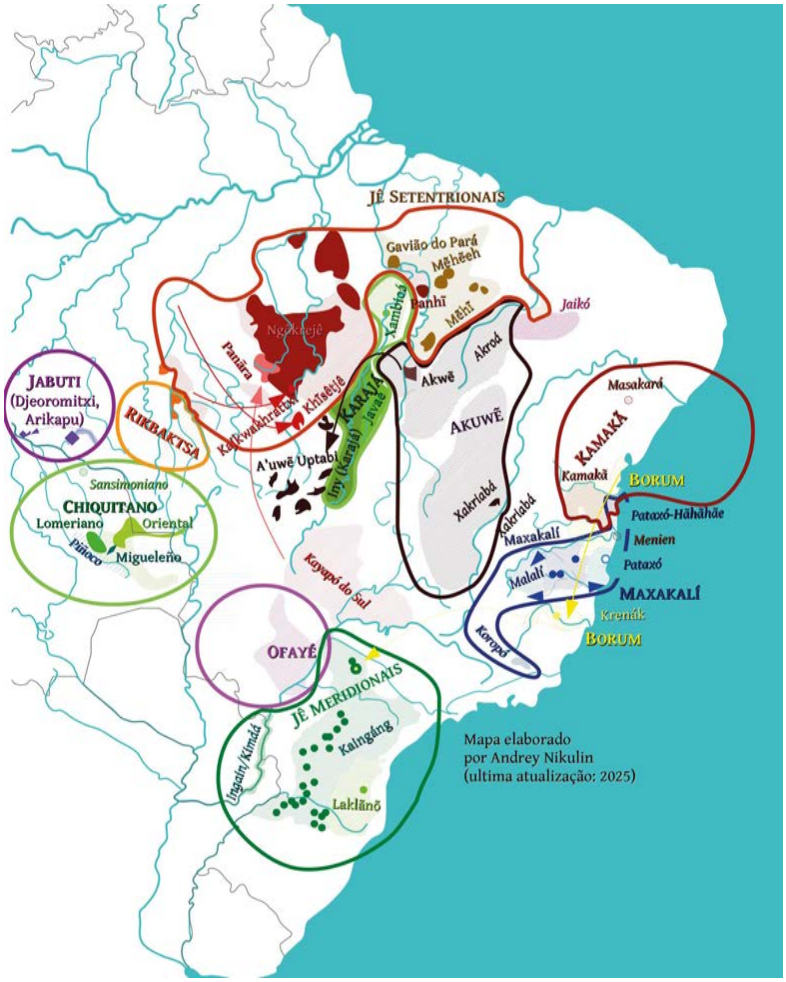
Recebido em 15/09/2025 - Aceito em 13/04/2026

Figura 1: Cladograma das línguas Macro-Jê



Fonte: adaptado de Nikulin (2020, p. 178).

Figura 2: Localização dos povos falantes de línguas Macro-Jê



Fonte: adaptado de Nikulin (2020, p. 4).

Figura 3: Cladograma das línguas Jê



Fonte: adaptado de Nikulin (2020, p. 83).[2]

Há duas propriedades morfossintáticas das línguas Macro-Jê que merecem destaque para os fins deste artigo. A primeira é que a maioria das línguas desse agrupamento linguístico são de núcleo final: o verbo ocorre em posição final, o possuidor precede ao possuído, as adposições seguem ao complemento (Rodrigues, 1999, p. 187-191), conforme ilustrado no exemplo 1. Observe-se que o verbo *sambâ* ocupa a posição final dentro da primeira oração; o nome possuído *hwa* segue ao possuidor *khupẽ*; as adposições nominativa (*ra*) e instrumental (*ro*) seguem aos seus respectivos complementos (*Khĩsêtjê* e *khupẽ hwa*, respectivamente). A única exceção é o Chiquitano, que é de núcleo inicial (ver seção **4.1**).

(1) Khĩsêtjê (< Jê Setentrional < Jê; adaptado de Nonato *et al.*, 2012, p. 3)

Khĩsêtjê	*ra*	*mã*	*khupẽ*	*hwa*	*ro*	*s-ambâ=n*	*khu-hwa.*
Khĩsêtjê	NOM	HAB	indígena	braço	INSTR	3-agarrar.PL=e	3ACC-matar.PL

'Os Khĩsêtjê seguravam os indígenas de outro povo pelo braço e os matavam.'

[2] Na literatura, é possível encontrar os seguintes nomes alternativos que se referem às línguas Macro-Jê mencionadas neste artigo: Tapayuna (Kajkwakhrattxi); Suyá, Kĩsêdjê (Khĩsêtjê); Mẽbêngôkre, Kayapó, Xikrin (Ngôkrejê); Apinajé, Apinayé (Panhĩ); Parkatêjê (Gavião do Pará); Panará (Panãra); Xavante (A'uwẽ Uptabi); Xerente (Akwẽ-Xerente); Kaingang (Kanhgág); Xokleng (Laklãnõ); Maxakali (Tikmũũn); Karajá (Iny); Jabuti (Djeoromitxi). Neste trabalho, chamo de "Mẽhẽeh" a língua falada pelos povos Pyhcopcatiji (= Gavião, Pykobjê), Crẽhcatehcatiji (= Põocatiji) e Creepymcatiji, com algumas diferenças dialetais, ao passo que o rótulo "Mẽhĩ" se refere à língua falada pelos povos Mẽmõrtũmre (= Canela-Ramkokamekrá), Apànjêhkra (= Canela-Apaniekrá) e Krahô, também com diferenças dialetais.

A segunda característica relevante é que muitas línguas Macro-Jê apresentam um alto grau de rigidez em relação à obrigatoriedade de um argumento interno explícito. Nos termos de Salanova e Nikulin (2025), as línguas Macro-Jê tendem a apresentar uma distinção clara entre temas relacionais e absolutos. Tal distinção aplica-se aos temas nominais, verbais e adverbiais, conforme resumido no quadro 1 (as designações "possuidor", "p", "s" e "n", com minúscula inicial, referem-se a índices de pessoa).

Quadro 1: Temas absolutos e relacionais.

	absolutos	**relacionais**	
nomes	nome absoluto *(o possuidor pode ser expresso por meio de um sintagma adposicional ou nome relacional aposto)*	nome relacional *(possuidor obrigatório)*	[Possuidor Possuído] ou [possuidor-Possuído]
verbos	verbo absoluto *(geralmente uma subclasse de verbos intransitivos em sua forma finita)*	verbo relacional	[P V] ou [p-V] [S V] ou [s-V]
adverbiais	advérbio	adposição	[N Adp] ou [n-Adp]

Fonte: elaboração do autor.

Os temas relacionais, incluindo nomes (2), verbos (3) e adposições (4), exigem a expressão de um complemento à sua esquerda por meio de um sintagma nominal ou um índice de pessoa. Os temas absolutos, incluindo nomes (5), verbos (6) e advérbios (7), pelo contrário, não admitem a expressão de um complemento na mesma posição.

(2) Tikmũũn (< Maxakali Nuclear < Maxakali; Silva, 2020, p. 124, 212)

a.	*ũn*	*pata*	b.	*ũ-pata*	c.	**pata*
	mulher	pé		3-pé		pé
	'pé da mulher'			'pé dele'		*agramatical*

(3) Tikmũũn (< Maxakali Nuclear < Maxakali; Silva, 2020, p. 245)

a.	*tik*	*yõkmĩy*	b.	*ũ-yõkmĩy*	c.	**yõkmĩy*
	homem	vomitar		3-vomitar		vomitar
	'o homem vomita'			'ele vomita'		*agramatical*

(4) Tikmũũn (< Maxakali Nuclear < Maxakali; Silva, 2020, p. 229, 288)

a.	*takox*	*tu*	b.	*ã=tu*	c.	**tuhu*
	fundo	LOC		1DAT=LOC		LOC
	'no fundo'			'em mim'		*agramatical*

(5) Tikmũũn (< Maxakali Nuclear < Maxakali; Silva, 2020, p. 123)

a.	*kokex*	b.	**ũ-kokex*	c.	**ũn*	*kokex*
	cachorro		3-cachorro		mulher	cachorro
	'cachorro'		*agramatical*		*agramatical*	

(6) Tikmũũn (< Maxakali Nuclear < Maxakali; Silva, 2020, p. 209)

a.	b.	c.	
kupi	**ã-kupi*	**xapa*	*kupi*
caçar.irr	2-caçar.irr	paca	caçar.irr
'caça!'	*agramatical*	*agramatical*	

(7) Tikmũũn (< Maxakali Nuclear < Maxakali; Silva, 2020, p. 101)

a.	b.	c.	
hõnhã	**ũ-hõnhã*	**hãm*	*hõnhã*
agora	3-agora	coisa	agora
'hoje, agora'	*agramatical*	*agramatical*	

3. Características das adposições nas línguas Macro-Jê

Para os fins deste estudo, as adposições são definidas como elementos capazes de receber um sintagma nominal como complemento, expressando a relação gramatical ou semântica entre o sintagma nominal em questão e algum outro elemento da oração (Herce, 2023, p. 420). Nesta seção apresento as principais características morfológicas e morfossintáticas das adposições nas línguas Macro-Jê: as particularidades de flexão de pessoa (**3.1**), as funções gramaticais das adposições, sua estrutura e relação com outras classes gramaticiais (**3.2**). A subseção **3.3** propõe uma série de parâmetros úteis para a descrição e caracterização tipológica das adposições de línguas Macro-Jê específicas.

3.1. Flexão de pessoa

Tipicamente as adposições nas línguas Macro-Jê são flexionadas para pessoa por meio de índices prefixais. Via de regra, são utilizados os mesmos índices que aqueles encontrados nos nomes relacionais e nos verbos relacionais, com o mesmo comportamento morfofonológico. Vejam-se os paradigmas das adposições (8a, d, g), nomes relacionais (8b, e, h) e verbos relacionais (8c, f, i) na língua Khĩsêtjê, que apresentam três séries de índices conforme a classe morfofonológica do tema (classe I em 8a-c, classe IIa em 8d-f, classe IIb em 8g-i).

(8) Khĩsêtjê (< Jê Setentrional < Jê; Suyá; Nikulin, 2025)

	a. *-khôt* 'com'	b. *-susê* 'casa'	c. *-pôrô* 'desatar'
1	*i-khôt*	*i-susê*	*i-pôrô*
2	*a-khôt*	*a-susê*	*a-pôrô*
1+2	*wa-khôt*	*wa-susê*	*wa-pôrô*
3	*ø-khôt*	*ø-susê*	*ø-pôrô*

	d. *-jawê* 'à procura de'	e. *-jambaky* 'orelha'	f. *-jatá* 'inserir'
1	*i-jawê*	*i-jambaky*	*i-jatá*
2	*ng-awê*	*ng-ambaky*	*ng-atá*
1+2	*wa-jawê*	*wa-jambaky*	*wa-jatá*
3	*s-awê*	*s-ambaky*	*s-atá*

	g.	*-tát* ‘perto de’	h.	*-twa* ‘dente’	i.	*-tá* ‘estar doente’
1		*i-tát*		*i-twa*		*i-tá*
2		*a-tát*		*a-twa*		*a-tá*
1+2		*wa-tát*		*wa-twa*		*wa-tá*
3		*s-át*		*s-wa*		*s-á*

Entretanto, algumas adposições apresentam um comportamento divergente em línguas Macro-Jê específicas. Por exemplo, em diversas línguas Jê, incluindo o A’uwẽ Uptabi (ramo Akuwẽ) e todas as línguas do ramo Setentrional, uma subclasse de adposições monossilábicas apresenta um prefixo de terceira pessoa não encontrado em nomes, embora um prefixo idêntico ou semelhante possa codificar o paciente de alguns verbos transitivos, também monossilábicos. Uma vez que as funções deste índice se limitam à codificação de complementos de adposições e pacientes de verbos transitivos, considero que ele faz parte de uma série separada de índices de pessoa, que rotulo de série acusativa. O exemplo 9 ilustra o prefixo *tV-/ti-* na língua A’uwẽ Uptabi em adposições e em um verbo transitivo. O exemplo 10 ilustra o prefixo *cu-* na língua Mẽhĩ, sendo as formas em 10 cognatas com aquelas em 9.

(9) A’uwẽ Uptabi (< Akuwẽ < Jê; Estevam, 2011, p. 101, 179, 476)

a.	b.	c.
tã-ma	*ti-wi*	*ti-wĩ*
3ACC-DAT	3ACC-DETR	3ACC-matar.SG
‘a ele’	‘em detrimento dele’	‘matá-lo’

(10) Mẽhĩ (< Jê Setentrionais < Jê; Castro Alves, 2004, p. 123; Nikulin; Canela, 2024, p. 3)

a.	b.	c.
cu-mã	*cu-pê*	*cu-pĩ*
3^{ACC}-DAT	3^{ACC}-MALEF	3^{ACC}-matar.SG
‘a ele’	‘em detrimento dele’	‘apagá-lo, sufocá-lo, matá-lo indiretamente’

Na língua Tikmũũn, certas adposições recebem índices de uma série incompatível com nomes (Silva, 2020, p. 215), mas utilizada para a codificação de recipientes de verbos como *-hõm* ‘dar’ ou *xuktux / -ãgtux* ‘contar’. Uma vez que as funções destes índices se limitam à codificação de complementos de adposições (11a-b) e recipientes de verbos ditransitivos (11c-d), considero que eles fazem parte de uma série separada de índices de pessoa, que rotulo de série dativa.

(11) Tikmũũn (< Maxakali Nucleares < Maxakali; Silva, 2020, p. 215, 288; Campos, 2009, p. 223)

a. *ã=te*
1^{DAT}=ERG
‘eu’ (sujeito de verbo transitivo)

b. *ã=hã*
1^{DAT}=INSTR
‘me’ (objeto de verbo não nativo)

c. *ã=tu*
1^{DAT}=LOC
‘em mim’

d. *Kaxiãn te ã xu-ktux.*
Cassiano ERG 1^{DAT} ABZR-contar
‘O Cassiano me contou.’

Em algumas línguas, determinadas adposições apresentam paradigmas flexionais irregulares. Em 12, a raiz *-re* é mantida em todo o paradigma, mas os prefixos encontrados em 12c e 12e carecem de análogos na língua. Em 13, pelo contrário, os prefixos de pessoa são regulares (exceto pela presença da consoante *h* diante de prefixos que normalmente começam com vogais), porém a raiz apresenta alomorfes que não podem ser atribuídos a nenhuma alternância morfofonológica conhecida: *-mo* (*-ño* com palatalização) em 13a-b; *-emo* em 13c-d, f-g; *-ɨmo* em 13e; *-me* (*-ñe* com palatalização) em 13h-i.

(12) Khĩsêtjê (< Jê Setentrional < Jê; Suyá; Nikulin, 2025)

a.	*-re / -nde / -te*	‘erg’
b.	*i-re*	‘eu’ (sujeito de verbo transitivo não finito)
c.	*ka-re*	‘tu’ (sujeito de verbo transitivo não finito)
d.	*wa-re*	‘nós (inclusivo)’ (sujeito de verbo transitivo não finito)
e.	*kô-re*	‘ele/ela’ (sujeito de verbo transitivo não finito)

(13) Chiquitano Miguelenho (< Chiquitano; dados próprios)

a.	*mo*	‘para’
b.	*hi-ño*	‘para mim’ (♀)
c.	*hiñ-emo*	‘para mim’ (♂)
d.	*ha-emo*	‘para ti’
e.	*h-ɨmo*	‘para ela’
f.	*ho-emo*	‘para nós (inclusivo)’
g.	*zoiñ-emo*	‘para nós (exclusivo)’
h.	*hau-me*	‘para vocês’
i.	*ñoi-ñe*	‘para elas’

Nas línguas das famílias Maxakali e Karajá foi documentado o fenômeno de supleção na flexão de terceira pessoa (14-15).

(14) Tikmũũn (< Maxakali Nucleares < Maxakali; Silva, 2020, p. 215-216)

a.	*-hã*	‘com’ (adposição instrumental)
b.	*nõ*	‘com ele/ela’ (adposição instrumental)
c.	*-pu*	‘para’ (adposição dativa)
d.	*tu*	‘para ele/ela’ (adposição dativa)

(15) Iny (< Karajá; Ribeiro, 2012, p. 61-62)

a.	*-ki*	‘em, sobre’ (adposição inessiva/adessiva)
b.	*t-ai*	‘nele, sobre ele’ (adposição inessiva/adessiva)
c.	*-my*	‘em’ (adposição locativa)
d.	*t-ù*	‘nele’ (adposição locativa)
e.	♀ *-dkè*, ♂ *-dèè*	‘para’ (adposição dativa/apudlativa)
f.	♀ *-kò*, ♂ *-ò*	‘para’ (adposição alativa)
g.	*t-amy*	‘para ele/ela’ (adposições dativa/apudlativa e alativa)

As formas supletivas, no entanto, não podem ser reconstruídas para o Proto-Macro-Jê. Embora as adposições 14c e 15c sejam cognatas (Nikulin, 2020, p. 377) e as respectivas formas flexionadas em 14d e 15d apresentem alguma semelhança formal, as vogais destes itens não correspondem uma à outra de forma regular (ver correspondências em Nikulin, 2020, p. 135).

3.2. Aspectos morfossintáticos

O complemento das adposições, via de regra, é codificado como o complemento de qualquer outro tema relacional (Salanova; Nikulin, 2025) nas línguas Macro-Jê. Em determinadas línguas, há adposições que exigem séries específicas de índices de pessoa, ou seja, regem um determinado "caso" estrutural (**3.3**), porém tal fenômeno é restrito aos índices de pessoa e não afeta os sintagmas nominais nas línguas Macro-Jê. A única língua em que parece haver uma distinção entre adposições e casos morfológicos é o Chiquitano, como será discutido na subseção **4.1**; nas demais línguas a categoria de caso morfológico não existe: as adposições não se fundem fonologicamente com o sintagma nominal, tampouco há concordância de caso nos modificadores do sintagma nominal.

Nas línguas Macro-Jê, as adposições são utilizadas para expressar os mais variados tipos de relações espaciais, temporais, funcionais (ver Nikulin, no prelo para uma análise detalhada dos significados expressos pelas adposições nas línguas do ramo Jê Setentrional). Uma vez que as línguas Macro-Jê não possuem, via de regra, a categoria de caso morfológico, como discutido no parágrafo anterior, as adposições podem, ainda, sinalizar determinadas relações gramaticais nucleares (quadro 2).

Quadro 2: Adposições que expressam relações gramaticais em línguas Macro-Jê.

rótulo	**função**	
ergativa	agente de verbo transitivo	Proto-Jê Setentrional **-de* (orações não finitas) Panãra *-hẽ* Proto-Akuwẽ **-tê* (orações não finitas) Proto-Jê Meridional **-tə̃* Tikmũũn *-te* (orações no modo *realis* encabeçadas por verbo nativo) Proto-Chiquitano **-c-óβi* (PL **ˊ-c-oʔi*)
acusativa	paciente de verbo transitivo	Rikbaktsa *-ty* (construções perifrásticas) Tikmũũn *-hã* (orações encabeçadas por verbo não nativo)
nominativa	agente de verbo transitivo, único argumento de verbo intransitivo	Kajkwakhrattxi *-ra*, Khĩsêtjê *-ra / -ta / -nda* Laklãnõ *-vĩ*[3] Tikmũũn *-te* (orações encabeçadas por verbo não nativo)
dativa	recipiente/beneficiário, experienciador	Proto-Macro-Jê **-mə̃*

[3] A língua Kanhgág, estreitamente relacionada ao Laklãnõ, apresenta uma série de morfemas com distribuição aparentemente nominativa, tais como *-tóg* e *-vỹ*, além de *-jé* (em orações desiderativas e jussivas), *-mỹ* (em orações interrogativas polares), *-nỹ* (em orações interrogativas não polares). Para uma descrição e análise, ver Ferro (2021).

possessiva	sujeito de orações possessivas (posse predicativa)	Mẽhĩ/Gavião do Pará *-mã*, Mẽhẽeh *-my* Mẽhĩ *-pê* (orações interrogativas e negadas)
essiva	sujeito de orações equativas	Proto-Jê Setentrional **-bê*
associativa	participante causado em causação sociativa	Proto-Jê Setentrional **-do* Panãra *-ho*
propositiva	recipiente/beneficiário que é agente de oração subordinada	Djeoromitxi *-be*

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis em Castro Alves (2004), Ribeiro (2008), Silva (2011), Bardagil-Mas (2018), Nikulin (2020, no prelo), Silva (2020).

Nem todas as relações gramaticais possuem uma adposição correspondente: por exemplo, a adposição nominativa é encontrada em apenas algumas línguas Jê, onde se trata de uma inovação recente (Miranda, 2022), e em Tikmũũn, sendo que nesta última língua a análise da respectiva adposição como nominativa é debatida (ver Silva *et al.*, 2023 para uma proposta alternativa). O estatuto da adposição ergativa em Chiquitano (Nikulin, 2026) também não é consensual, pois a respectiva adposição tem sido analisada como instrumental (*cf.* Sans, s/d).

Em muitas línguas Macro-Jê, as adposições podem receber complementos clausais e são, portanto, a principal maneira de codificar relações entre orações, como a adposição locativa no exemplo 16a. Em casos de gramaticalização de verbos como auxiliares ou em predicados não verbais, adposições podem ocorrer em construções que expressam diversos valores aspectuais e temporais, como o progressivo em 16b e o futuro em 16c (ver Miranda, 2019 para uma discussão comparativa de tais construções nas línguas Jê).

(16) Iny (< Karajá; Ribeiro, 2012, p. 246)

a. *B-ø-exi-èlèhy-ny=kè=ki,* *b-ø-exi-èlèhy-ny=kè.*
2irr-ctfg-refl-descanso-vbz=pot=loc 2-ctfg-refl-descanso-vbz=pot
‘Se for para tu descansares, descansa.’

Tikmũũn (< Maxakali Nucleares < Maxakali; Silva, 2020, p. 274)

b. *Ũg=kute-x* *hã* *xip.*
1=cantar-rls instr ficar_em_pé.sg
‘Eu estava cantando (em pé).’

Khĩsêtjê (< Jê Setentrional < Jê; Wetajtxi Suyá, comunicação pessoal)

c. *I-re* *tho* *thep* *thõj* *pĩ-rĩ* *mã.*
1-erg 3.instr peixe um_de matar.sg-nf dat
‘Eu vou matar peixe com ela (= com essa flecha).’

Sintaticamente, na maioria das línguas Macro-Jê as adposições são claramente distintas dos nomes: sintagmas encabeçados por adposições, à diferença dos sintagmas nominais, não podem ocorrer como sujeitos de verbos ou como pacientes de verbos transitivos. Apenas algumas línguas

apresentam itens relacionais que podem encabeçar tanto sintagmas adposicionais como sintagmas nominais (17-18); em nenhuma língua a conversão entre nomes e adposições é produtiva.

(17) A'uwẽ Uptabi (< Akuwẽ < Jê; Estevam, 2011, p. 93)

a.	*-nhowa*	b.	*-nhowa*
	-abdômen		-em_frente_a
	'abdômen de'		'em frente a'

(18) Chiquitano Miguelenho (< Chiquitano; dados próprios)

a.	*-chaku'*	b.	*-chaku'*
	-costas		-nas_costas_de
	'costas de'		'nas costas de'

Adposições complexas são frequentemente criadas a partir de sintagmas adposicionais do tipo "nome relacional / verbo não finito + adposição" (19-20), preservando, assim, a valência de seus elementos constituintes.

(19) Proto-Jê Setentrional (< Jê; Nikulin, no prelo)

a.	*-ʔkêt*	*mbwârbê*	b.	*-ñĩpôk-ri*	c.	*-ʔprə̃m-de*
	-inexistir	por_cima_de		-centro-LOC		-vontade-movido_por
	'depois da morte de'			'no meio de'		'por causa de'

(20) Rikbaktsa (Silva, 2011, p. 192)

-hara-ze
-cabeça-LOC
'na frente de'

Adposições complexas do tipo "adposição + adposição" são raras nas línguas Macro-Jê, mas existem em algumas línguas (21).

(21) Rikbaktsa (Silva, 2011, p. 201-202)

a.	*-wa-eze*	b.	*-hapik-bo*
	-igual_a-dentro_de		-atrás_de-LAT
	'como nos tempos de'		'para trás de'

3.3. Parâmetros de variação

Em relação à diversidade tipológica das adposições dentro do tronco Macro-Jê, foram identificadas as variáveis listadas nos quadros 3 e 4.

Quadro 3: Parâmetros morfológicos de classificação das adposições nas línguas Macro-Jê

parâmetro	**exemplos**		
grau de autonomia prosódica	Iny	Ribeiro, 2006, p. 27	**átonas**: *-rbi* ‘ablativa’, *-di* ‘instrumental’;[4] **tônicas**: *-dkè / -dèè* ‘dativa’, *-laku / -lau* ‘evitativa’
	Ngôkrejê	Nikulin; Salanova, 2022, p. 130	**átonas**: *-je* ‘causal’; **tônicas**: *-te* ‘ergativo’
restrições de flexão de pessoa	Bésiro	Galeote Tormo, 1993, p. 244	**compatível com flexão de terceira pessoa apenas**: *-au* ‘locativo’, *-apɨ* ‘superessivo’
	Iny	Ribeiro, 2006, p. 27	**incompatível com flexão**: *-kò / -ò* ‘alativo’
série dos índices usada na flexão de pessoa (“caso” regido)	Tikmũũn	Silva, 2020, p. 181, 215	**série absolutiva**: *-yõg* ‘genitivo’; **série dativa**: *-hã* ‘instrumental’, *-te* ‘ergativo’, *-tu* ‘locativo’
	Mẽhĩ	dados próprios	**série absolutiva**: *-to* ‘instrumental’; **série acusativa**: *-mã* ‘dativa’
formas irregulares	Iny	Ribeiro, 2006, p. 27	*-my* ‘locativo difuso’ → 2ª pessoa *ù-my*
	Panhĩ	Oliveira, 2005, p. 99	*-pê* ‘malefactivo’ → 3ª pessoa *k-êp*
formas supletivas	Tikmũũn	Silva, 2020, p. 215-216	*-hã* ‘instrumental’ → terceira pessoa *nõ*, *-pu* ‘dativo’ → terceira pessoa *tu*

Fonte: elaboração do autor.

Quadro 4: Parâmetros sintáticos de classificação das adposições nas línguas Macro-Jê

parâmetro	**exemplos**		
uso adverbial e adnominal	Khĩsêtjê	dados próprios	**adverbial ou adnominal**: *-me* ‘comitativa’, *-ro* ‘instrumental/associativa’, *-wê* ‘essiva–translativa’; **apenas adverbial**: *-re* ‘ergativa’, *-ra* ‘nominativa’; **apenas adnominal**: *-nhõ* ‘genitiva’
compatibilidade com complementos oracionais	Mẽhĩ	Castro Alves, 2004, p. 86, 139	**compatível com complementos oracionais**: *-nã* ‘temática’; **incompatível com complementos oracionais**: *-te* ‘ergativa’, *-pĩn* ‘ablativa’
compatibilidade com complementos adposicionais	Iny	Ribeiro, 2012, p. 228	**pode receber um sintagma adposicional como complemento, ocorre após o clítico restritivo *le***: *-my* ‘locativo difuso’; **não pode receber um sintagma adposicional como complemento, ocorre antes do clítico restritivo *le***: *-ki* ‘locativo’
grau de autonomia sintática			

Fonte: elaboração do autor.

[4] Na língua Iny, as adposições podem ser átonas apenas após sintagmas nominais com mais de uma sílaba. Após nomes monossilábicos, todas as adposições são tônicas: *hè di* [hɛˈdɪ] ‘com a lenha’ (Ribeiro, 2006, p. 23, nota 6).

Sugere-se, então, que as descrições de adposições em línguas Macro-Jê específicas contenham informações sobre cada um destes parâmetros para cada adposição descrita.

4. Inovações morfossintáticas

Nesta seção descrevo algumas inovações que afetaram a classe das adposições em línguas Macro-Jê específicas, incluindo a mudança da ordem de constituintes em Chiquitano (subseção **4.1**), a incorporação das adposições em Panãra (**4.2**) e usos especiais de adposições nas línguas Jê Setentrionais com verbos (**4.3**) e sem verbos (**4.4**).

4.1. Origem das preposições em Chiquitano

Em Chiquitano, as posposições tornaram-se preposições como parte da mudança geral da ordem de constituintes. Enquanto em outras línguas Macro-Jê o núcleo ocorre em posição final, como foi ilustrado no exemplo 1 acima, em Chiquitano o núcleo deslocou-se para a posição inicial, conforme esquematizado em 22 e exemplificado para os sintagmas nominais (23a), verbais (23b) e adposicionais (23c). A ordem original foi preservada no caso dos índices de pessoa, que continuam sendo prefixais em Chiquitano; nos termos de Haspelmath (2013), o padrão de *pro*-indexação do Proto-Macro-Jê, em que os complementos nominais e os índices de pessoa são mutualmente excludentes, evoluiu em Chiquitano para um padrão de *cross*-indexação, em que os índices de pessoa são obrigatórios e os complementos nominais opcionais.

(22) Proto-Macro-Jê → Chiquitano

a. *[Complemento$_i$ Núcleo] → [índice$_i$-Núcleo Complemento$_i$]

b. *[índice$_i$-Núcleo] → [índice$_i$-Núcleo]

(23) Chiquitano Migueleño (< Chiquitano; dados próprios)

a. *ø-Tyɨsɨn-an-ø-iño* *i$_i$-kya* [*matorɨ-j*]$_i$.
INV-cortar_se-CAUS-F.3-3PL^{ACC} 3SG-braço/asa maritaca-X
'Ele cortou as asas da maritaca.'

b. *Bu$_i$-páki-'o* [*oñó-kaa*]$_i$.
3PL-cair_de_cima-F.3 pedra_de_granizo-PL
'Está granizando.' (= 'Estão caindo as pedras de granizo de cima.')

c. *Batɨrabákar-a* *yu$_i$-taku'u* [*n-anaiñá* *kɨxtiyanú-kaa*]$_i$.
trabalhar-F.3 3PL-em_favor_de L-todos pessoa-PL
'Trabalha em favor de todas as pessoas.'

Em caráter excepcional, algumas adposições permaneceram na posição original nas variedades do Chiquitano: a locativa *-u*, atestada no século XVIII (24a), mas não nas variedades contemporâneas, e a essiva–translativa *-bo* (e alomorfes), que ainda ocorre nas variedades contemporâneas (24b, com paalatalização progressiva de seu segmento inicial). Uma vez que pelo menos a adposição essiva–translativa faz parte da mesma palavra fonológica que o nome, é possível, ainda, analisar os elementos *-u* e *-bo* como marcadores de caso morfológico e não como adposições.

(24) Chiquitano Colonial (< Chiquitano; Adam; Henry, 1880, p. 30)

a. *i-po-u*
1sg-casa-loc
'na minha casa'

Chiquitano Migueleño (< Chiquitano; dados próprios)

b. *Xh-a-pe'ema-ka* *peema-ka-j* *i-chapiki-yo.*
1sg.♀-antp-cozinhar-f.n3 cozinhar-nmlz-x 1sg-provisões_de_viagem-transl
'Estou fazendo comida para levar.'

A classe das preposições em Chiquitano é notavelmente extensa e inclui uma ampla gama de adposições locativas associadas a partes do corpo (por exemplo, 'na boca de', 'na cabeça de', 'na mão de', 'na barriga de') e outras entidades (por exemplo, 'na porta de', 'submerso em (líquido)', 'na superfície de (líquido)'), como descrito para o Chiquitano Colonial (Adam; Henry, 1880, p. 26-27) e para a variedade Bésiro (Galeote Tormo, 1993, p. 242-244). Algumas dessas preposições são idênticas aos respectivos nomes, como no exemplo 18 (note-se, porém, que os nomes e as preposições recebem séries distintas de índices de pessoa em Chiquitano). Outras preposições, como aquelas em 25a e 25c, são distintas dos respectivos nomes (25b, d); observe-se a semelhança da preposição em 25a com o classificador *-ta-* para cabeças e objetos esféricos (Adam; Henry, 1880, p. 119; Ciucci, 2020).

(25) Chiquitano Migueleño (< Chiquitano; dados próprios)

a. *-ta*
-em_cima_da_cabeça_de
'em cima da cabeça de'

b. *-tá'anɨ*
-cabeça/cabelo
'cabeça de, cabelo de'

c. *-kɨbobi*
-na_barriga_de
'na barriga de'

d. *-kík̃yoru*
-barriga
'barriga de'

4.2. Incorporação em Panãra

A língua Panãra, próxima às Jê Setentrionais, inovou algumas características de línguas polissintéticas: os constituintes não verbais deslocaram-se de suas posições canônicas (26), deixando clíticos em seu lugar. A adposição, então, acaba sendo incorporada ao complexo verbal. Comparem-se as estruturas em 27 com a estrutura reconstruída para o Proto-Jê Setentrional em 26e, mais conservadora.

(26) Proto-Jê Setentrional (< Jê; reconstrução minha)

a. agente (adjuntos) paciente verbo transitivo
b. sujeito (adjuntos) verbo intransitivo
c. **Kukôj* *rə̂* *ij-* *bê* *ty.*
macaco já 1- malef morrer
'O macaco já morreu em meu detrimento.'

(27) PANÃRA (< Jê; Bardagil-Mas, 2018, p. 149-150)

a.	*Kwakriti*	[*jy*=			*ty*]	*inkjẽ*	*pêê.*
b.	*Kwakriti*	[*jy*=	*ra*=		*ty*]	*inkjẽ*	*pêê.*
c.	*Kwakriti*	[*jy*=	*ra*=	*pêê*=	*ty*]	*inkjẽ*	*pêê.*
d.	*Kwakriti*	[*jy*=	*ra*=	*pêê*=	*ty*]	*inkjẽ.*	
	coatá	INTR.RLS=	1=	MALEF=	morrer	eu	MALEF

'Meu coatá morreu.' (= 'O coatá morreu em meu detrimento.')

Este fenômeno tem sido descrito como aplicativização (Dourado, 2002, 2004), porém Bardagil-Mas (2018) demonstra que apenas a adposição instrumental/associativa *-ho* transitiviza o verbo ao ser incorporada. As adposições *-mã* 'dativa/benefactiva', *-pêê* 'malefactiva', *-kõõ* 'comitativa/perlativa', *-tân* 'comitativa/locativa', *-suu* 'obtentiva', *-ho* 'instrumental/associativa' podem ser incorporadas na língua; já as adposições *-pêê* 'ablativa', *-rahã* 'adessiva', *-tã* 'alativa', *-amã* 'inessiva', *-rĩ* 'locativa' não são sujeitas a incorporação (Bardagil-Mas, 2018, p. 158).

4.3. Verbos frasais em línguas Jê Setentrionais

Em línguas Jê Setentrionais, as adposições podem formar unidades coesas com verbos, que podemos rotular de verbos frasais. O caso mais conhecido é o da adposição instrumental/associativa **-do*, muitas vezes analisada como um marcador causativo, aplicativo ou preverbo (Castro Alves, 2014; Salanova, 2014, 2024). Os verbos frasais se caracterizam pela não composicionalidade semântica, bem como pelas restrições concernentes à possibilidade de separar a adposição do verbo. Por exemplo, na construção de foco da língua Ngôkrejê, em que participantes são deslocados à periferia esquerda da oração, as adposições regulares podem se deslocar junto com o nome, separando-se dos respectivos verbos (28a); em contraste, os verbos frasais não podem ser separados (28b-c).

(28) NGÔKREJÊ (< Jê Setentrionais < Jê; Salanova, 2014, p. 169, 175)

a.	[*Ixe*	*kam*]	*nẽ*	*Maira*	*ku-te*	*ami=pumũ-j.*
	espelho	LOC	NFUT	Maíra	3^{ACC}-ERG	REFL=ver-NF

'É no espelho que a Maíra se vê.'

b.	[*Mry-nhĩ*]	*nẽ*	*ba*	*ku-m*	*ø-o=tẽ.*
	bicho-carne	NFUT	1^{NOM}	3^{ACC}-DAT	3-INSTR=ir.SG

'Foi carne que eu levei para ele.'

c.	*[*Mry-nhĩ*	*o*]	*nẽ*	*ba*	*ku-m*	*tẽ.*
	bicho-carne	INSTR	NFUT	1^{NOM}	3^{ACC}-DAT	ir.SG

agramatical

Desenvolvimentos diacrônicos idiossincráticos afetaram o verbo frasal **-ʔkãm amba* 'pensar' do Proto-Jê Setentrional (29a) em algumas línguas–filhas (Nikulin, no prelo). Este verbo contém a adposição locativa **-ʔkãm.* Sua forma não finita é reconstruída como **-ʔkãm …-jambak* (29a), sendo

que o sujeito do verbo é obrigatoriamente indexado por meio de um índice prefixal em sua forma não finita: primeira pessoa *-ʔ*kãm ø-jambak*, segunda pessoa *-ʔ*kãm g-ambak*, pessoa inclusiva *-ʔ*kãm ba-jambak*, terceira pessoa *-ʔ*kãm c-ambak*. As línguas Mẽhĩ e Mẽhẽeh apresentam uma queda irregular da vogal **a* na forma finita (29c-d). Já a língua Ngôkrejê inovou ao eliminar a posição que permite a indexação do sujeito na forma não finita (29e-f).

(29) Proto-Jê Setentrional (< Jê; Nikulin, no prelo)

a. *-ʔ*kãm amba*
LOC-pensar
'pensar em' (finito)

b. *-ʔ*kãm …-j-amba-k*
LOC …-NF-pensar-NF
'pensar em' (não finito)

Mẽhĩ

c. *-hkãm-pa*
LOC-escutar
'escutar' (finito)

d. *-hkãm …-ja-pa-c*
LOC …-NF-escutar-NF
'escutar' (não finito)

Ngôkrejê

e. *-kamama*
esperar
'esperar' (finito)

f. *-kamama-k*
esperar-NF
'esperar' (não finito)

Os dados em 29 mostram que os verbos frasais apresentam a tendência de aumentar a coesão entre o verbo e a adposição, fazendo com que a adposição seja reanalisada como um clítico ou prefixo derivacional. Sintetizo o cenário proposto em 30.

(30)
a. *[sintagma nominal adposição] verbo intransitivo
b. *[sintagma nominal] [aplicativizador verbo intransitivo]
c. *[sintagma nominal] [prefixo- verbo transitivo]

É provável que os chamados "prefixos de transitividade" (Nikulin; Salanova, 2019, p. 539-540), encontrados em todos os verbos transitivos canônicos não monossilábicos das línguas Jê Setentrionais (e outras línguas Jê), também provenham de antigas adposições, seguindo o cenário em 30. Comparem-se os pares de verbos em 31.

(31) Proto-Jê Setentrional (< Jê)

a.	*aːkô	'soprar' (intransitivo)	a′.	*-ʔkaːkô	'soprar em' (transitivo)
b.	*ijkuᵊ	'defecar' (intransitivo)	b′.	*-ʔkakuᵊ	'defecar em' (transitivo)
c.	*amñĩ	'estar desconfiado'	c′.	*-ʔkãmñĩ	'suspeitar' (transitivo)

Os verbos em 31a-c são intransitivos, já aqueles em 31a′-c′ são transitivos. Caso a origem dos verbos em 31a′-c′ realmente tenha seguido o cenário exposto em 30, seria possível afirmar que o elemento *-ʔ*ka-* provém de uma antiga adposição, que passou a ter uma função aplicativizadora, embora não seja transparentemente segmentável nas línguas Jê Setentrionais contemporâneas.

4.4. Adposições "soltas" em línguas Jê Setentrionais

Normalmente as adposições dependem de um verbo ou de um nome nas línguas Macro-Jê. Entretanto, nas línguas Jê Setentrionais os verbos principais podem ser omitidos em algumas situações. Neste caso, é possível recuperar o verbo omitido a partir do sintagma adposicional: a adposição dativa sugere que foi omitido um verbo de elocução (*verbum dicendi*, como 'dizer' ou 'perguntar', 32a) ou de transferência (como 'dar', 32b); a adposição obtentiva revela que foi omitido um verbo de movimento (32c); a adposição preterlativa revela que foi omitido um verbo de movimento ou de movimento causado (32d).

(32) Gavião do Pará (< Jê Setentrionais < Jê; Ferreira, 2003, p. 140, 263)

a. *Pia* *k-ãm:* *"Jê,* *mũ* *ø-nõ* *kupà".*
DUB 3^{ACC}-DAT sumano CTFG 3-um_de roer
'E [o Sol disse] pra ele: "Sumano, podes roer mais um [fruto de inajá]".'

b. *Jê,* *i-mã* *ø-twỳm-ti* *kwỳ!*
sumano 1-DAT 3-gordura-AUM um_pouco
'Sumano, [dá] um pouco de carne gorda pra mim!'

Panhĩ (< Jê Setentrionais < Jê; Oliveira, 2005, p. 161, 315)

c. *Paj* *a-mã* *a-gô* *japêa.*
1^{NOM}.IRR 2-DAT 2-piolho OBT
'Vou catar piolho para ti.' (lit. 'Eu [irei] procurando piolho para ti.')

d. *…nẽ* *nhũm* *xep* *we* *ø-hkuhpaw.*
…e e.SD REP REP 3-PRT
'…e diz que [o Lua] deixou ele cair.' (lit. '…e diz que [jogou] errando.')

Para alguns autores, como Oliveira (2005), as adposições em 32c-d seriam verbos ('procurar' e 'errar', respectivamente). Nas línguas do ramo Timbira, os cognatos dessas adposições apresentam morfossintaxe verbal, como, por exemplo, uma distinção formal de finitude (**-japê*, não finito **-japê-n* 'procurar'; **-ʔku:pa*, não finito **-ʔku:pa-n* 'errar, não acertar'). Por ora, não está claro quais línguas são mais conservadoras neste sentido: por um lado, é possível que as línguas Timbira inovaram verbos a partir de antigas adposições; por outro lado, é possível que as línguas do rano Trans-Tocantins (Panhĩ, Ngôkrejê, Khĩsêtjê, Kajkwakhrattxi) inovaram adposições a partir de verbos serializados.

Finalmente, algumas adposições das línguas do ramo Trans-Tocantins, incluindo os reflexos das adposições de finalidade **-kaĵyᵊ*, dativa/lativa **-mə̃*, apudlativa **-ʔcwâr* e instrumental/associativa **-do*, ocorrem em posição final das orações e apresentam leituras temporais, aspectuais e modais associadas com a prospectividade (futuro, iminência, obrigação fraca, dentre outras). Um exemplo, em que a adposição dativa expressa o tempo futuro na língua Khĩsêtjê, foi dado em 18. Outro exemplo da língua Ngôkrejê é dado em 33.

(33) Ngôkrejê (< Jê Setentrionais < Jê; Andrés Pablo Salanova, comunicação pessoal)

a.	*Mỳj*	*dja*	*ba*	*[ku-m*	*ø-arẽ-j]*	*o?*
	o_quê	FUT	1^{NOM}	3^{ACC}-DAT	3-contar-NF	INSTR
	'Como será que lhe conto?'					

A origem diacrônica de construções como aquelas em 18 e 33 deve ter envolvido a omissão de um verbo auxiliar, à semelhança do que foi observado nos exemplos em 32.

5. Reconstruindo as adposições do Proto-Macro-Jê

Para o Proto-Macro-Jê, é possível reconstruir dez adposições. Seis são reconstruídas por Nikulin (2020): a dativa **-mə̃* 'dativo' (Nikulin, 2020, p. 377); a locativa **-re* (Nikulin, 2020, p. 392); a comitativa **-mẽk ~ *-mẽŋ* (Nikulin, 2020, p. 378); a locativa **-ke(C)* (Nikulin, 2020, p. 413); a genitiva **-ñũk* (Nikulin, 2020, p. 404); a genitiva/ergativa **-tê* (Nikulin, 2020, p. 387).[5] A reconstrução de uma sétima adposição, com semântica lativa, é sugerida por Ribeiro (2012, p. 271) com base em reflexos nas línguas Karajá (Iny ♀ *-kò*, ♂ *-ò*), Akwẽ-Xerente (*-ku*) e A'uwẽ Uptabi (*-u*); aqui a reconstruo como **-ky(C)*. Proponho, ainda, a reconstrução de outras quatro adposições: a locativa **-kuñ°* (**5.1**), a locativa **-tâ* (**5.2**) e a ablativa **-wi₁* (**5.3**). As correspondências fonológicas utilizadas para a reconstrução são aquelas identificadas por Nikulin (2020, 2025).

5.1. Adposição locativa **-kuñ°*

A adposição locativa **-kuñ°* (34) é, sem dúvida, relacionada ao nome relacional **-kuñ°* 'buraco' (Nikulin, 2020, p. 411), instanciando, desta forma, um raro caso de conversão transcategorial. O nome **-kuñ°* comumente ocorre em compostos que designam 'boca', 'céu', 'casa', entre outros conceitos (35).[6] A adposição **-kuñ°*, por sua vez, é fossilizada como parte de algumas adposições historicamente complexas.

(34) Proto-Macro-Jê **-kuñ°* 'locativa'

a. Proto-Jê **-kôñ°*

I. Proto-Cerratense **-kwañ°* > Proto-Akuwẽ **-wa* 'locativa' > Akwẽ-Xerente *-wa* (Xerente, 2019, p. 126-127), A'uwẽ Uptabi *-wa* (Estevam, 2011, p. 97)

[5] Foram encontrados reflexos dessas adposições não considerados por Nikulin (2020). A adposição dativa **-mə̃* tem um possível reflexo em Chiquitano: **-ẽ́mõ / *ỹ́mõ / *'-mẽ* (ver exemplo 13 para o paradigma). A adposição locativa **-ke(C)* tem um possível reflexo em Chiquitano **-ki* 'locativa (usa-se apenas na combinação 'no mato'), expectativa', cuja forma de terceira pessoa foi lexicalizada como **=iki* 'ainda' ('esperando-o'). A adposição locativa **-re* possui reflexos nas línguas Jabuti: **-ri* 'dativa, benefactiva', fossilizada em **-reri* 'apudessiva', Djeoromitxi *-beri* 'perto de' (Ribeiro, 2008). Também foram encontrados reflexos de **-re* nas adposições complexas das línguas Tikmũũn (*-kote* 'no meio de', ver próxima nota de rodapé) e Krenak (*-jore* 'atrás de', *-hure* 'fora de'; Seki, s/d).

[6] Em Tikmũũn, algumas adposições contêm um elemento que poderia ser oriundo do nome **-kuñ°* 'buraco' fossilizado, com queda de coda regular: *-kopa* 'dentro de' (Silva, 2020, p. 117), *-kote* 'no meio de' (Popovich; Popovich, 2005, p. 29). Os elementos *-pa* e *-te* viriam das adposições locativas **-wa* e **-re* do Proto-Transanfranciscano (Nikulin; Silva, 2020, p. 45-47). Uma possibilidade alternativa é que essas adposições estejam relacionadas ao elemento *ku-* em Krenak *-kupâ*, *-kupang* 'no meio de' (Seki, s/d).

II. Proto-Jê Meridional *-*ka* ‘inessiva’ > Kanhgág -*kã* (Wiesemann, 2011, p. 158), Laklãnõ -*ka* (Gakran, 2015, p. 144)

b. Proto-Karajá *-*k²³û* > Iny ♀ -*ku*, ♂ -*u* ‘locativa temporal’ (Ribeiro, 2006, p. 27)

c. (?) Ofayé [-heʔ] ‘locativa, dativa, benefactiva, comitativa’ (Ribeiro, 2004; Oliveira, 2006, p. 233-235)

d. Proto-Chiquitano 3SG *-*i-kúʔu* ‘adessiva’ > Bésiro *iku* (Galeote Tormo, 1993, p. 245), Migueleño *kyu’* (dados próprios)

(35) PROTO-MACRO-JÊ *-*kuñ*° ‘buraco’ em compostos

a. Khĩsêtjê -*khwa* / -*khwã* em -*jajkhwa* ‘boca’, *khajkhwa* ‘céu’, -*nhũrũkhwã* ‘casa’ (Nonato *et al.*, 2012)

b. A’uwẽ Uptabi -*wa* em -*dzadawa* ‘boca’, *höiwa* ‘céu’, -*nhorõwa* ‘casa’ (Estevam, 2011)

c. Tikmũũn -*kox* em -*yĩkox* ‘boca’, -*xatakox* ‘céu da boca’, -*takox* ‘ânus’, *pexkox* ‘céu’, *mĩmkox* ‘canoa’ (Silva, 2020; Popovich; Popovich, 2005)

d. Iny ♀ -*ku*, ♂ -*u* em ♀ *biku*, ♂ *biu* ‘céu, chuva’ (Ribeiro, 2012)

e. Djeoromitxi -*kü* em *bekükü* ‘céu’, -*borekü* ‘garganta’, -*rakü* ‘boca’, -*rakükäkü* ‘sovaco’, -*bekü* ‘outro lado’, -*käkü* ‘fundo’ (Ribeiro, 2008)

(36) PROTO-MACRO-JÊ *-*kuñ*° ‘locativa’ em compostos

a. Iny ♀ -*ku*, ♂ -*u* em ♀ -*laku*, ♂ -*lau* ‘evitativa’ (‘?-LOC’) (Ribeiro, 2006)

b. Djeoromitxi -*kü* em -*kükü* ‘inessiva’ (‘buraco-LOC’) (Ribeiro, 2008)

c. Chiquitano *-*kuʔu* em *-*tákuʔu* ‘benefactivo’ (‘cabeça-LOC’), *-*kutákuʔu* ‘no topo de’ (‘testa-LOC’), *-*čákuʔu* ‘nas costas de’ (‘?-LOC’), *-*ẽmɛ́́kuʔu* ‘nas mãos de’ (‘?-LOC’), *-*peʔetákuʔu* ‘na ilharga de’ (‘?-LOC’) (reconstruído com base em dados próprios; Adam, Henry, 1880; Galeote Tormo, 1993).

A reconstrução fonológica é baseada no fato de os reflexos de *-*kuñ*° rimarem com os de *-*juñ*° ‘dente’, **cuñ*° ‘sol’ em diversas línguas–filhas: Mẽhẽeh -*cwaa* (em compostos) / -*xwaa* / —; Kanhgág -*kã* / -*jã* / —; Tikmũũn -*kox* / -*xox* / —; Iny ♀ -*ku* / *juu* (-*ju*) / *txuu*. Permanece sem explicação a discrepância nas rimas nas línguas Akuwẽ (*-*wa* ‘locativa; buraco’, mas *-*kwaj* // *-*kwa* ‘dente’, com uma coda palatal subjacente), Ofayé ([-heʔ] ‘locativa, dativa, benefactiva, comitativa’, mas [-ʃɛːʔ] ‘dente’), Chiquitano (*-*kuʔu* ‘adessiva’, *-*suʔu*- ‘sol’, mas *-*c-oʔo* ‘dente’).

5.2. Adposição locativa *-*tə̂*

A adposição locativa *-*tə̂* é reconstruída com base nos reflexos listados em 37.

(37) PROTO-MACRO-JÊ *-*tə̂* ‘locativa’

a. Proto-Jê *-*tə* > Proto-Jê Meridional *-*tə̂* ‘locativa difusa’ > Kanhgág -*tá* (Wiesemann, 2011, p. 158), Laklãnõ -*tá* (Gakran, 2015, p. 147)

b. Proto-Transanfranciscano *-*ty* ‘locativa’ > Tikmũũn -*tu*, Krenak -*tâ* (Nikulin, Silva, 2020, p. 44)

c. Rikbaktsa -*ty* ‘acusativa’ (Silva, 2011, p. 112, 199)

d. (?) Proto-Jabuti *-*də* ‘locativa, instrumental’ > Arikapu -*dä*, Djeoromitxi -*ä* (Nikulin, 2020, p. 101)

A correspondências fonológicas são razoavelmente regulares. O desenvolvimento da vogal **ə̂* do Proto-Macro-Jê nas línguas Jê Meridionais ainda não foi completamente elucidado: em alguns étimos é observado o reflexo **ə* (ou **a* em contextos de abaixamento vocálico), em outros — como **-jə̂c* 'urina' — ocorre o reflexo **ə̂*. O reflexo da consoante inicial nas línguas Jabuti é inesperado; a origem da consoante **d* do Proto-Jabuti é desconhecida.

Nikulin (2020, p. 384, 453, 491) apresenta uma comparação entre a adposição locativa do Proto-Transanfranciscano **-ty* e outros étimos: Ngôkrejê *-'ã* 'locativa', Panhĩ *-hã / -tã* 'locativa', Panãra *-tã* 'alativa', *-rahã* 'adessiva', Proto-Akuwẽ **-nə̃* 'instrumental', Proto-Jê Meridional **-tə̃* 'ergativa, instrumental' e, com um ponto de interrogação, Rikbaktsa *-tuk*. Segundo Nikulin (2020), todas essas adposições seriam reflexos da adposição instrumental **-tə̃*. A etimologia em questão, entretanto, deve ser abandonada à luz das etimologias em 38-39.

(38) Proto-Jê de Goyaz **-n̥ə̃* 'adessiva'

a. Panãra *-rahã / -(a)hã* (Bardagil-Mas, 2018, p. 44-45)

b. Proto-Jê Setentrional **-ʔn̥ə̃* 'adessiva, temática' > Kajkwakhrattxi/Khĩsêtjê *-thã* 'pós-essiva, apudessiva; adversativa', Ngôkrejê *-'ã*, Panhĩ *-hã / -tã*, Gavião do Pará *-nã*, Mẽhẽeh *-'ny*, Mẽhĩ *-hnã* (Nikulin, no prelo)

(39) Proto-Jê **-tə̃* 'instrumental'

a. Proto-Cerratense **-tə̃*

I. (?) Proto-Jê de Goyaz **-tə̃* > Panãra *-tã* 'alativa' (Bardagil-Mas, 2018, p. 45)

II. Proto-Akuwẽ **-nə̃* 'instrumental, temática'[7] > Akwẽ-Xerente *-nã* (Xerente, 2019, p. 122-124), A'uwẽ Uptabi *-na* (Estevam, 2011, p. 104)

c. Proto-Jê Meridional **-tə̃* 'instrumental, ergativa' > Kanhgág *-tỹ* (Wiesemann, 2011, p. 158), Laklãnõ *-tõ* (Gakran, 2015, p. 143, 195)

Do ponto de vista fonológico, a adposição locativa **-ty* do Proto-Transanfranciscano pode ser comparada tanto com os dados em 37, como com as formas em 38 ou 39. Entretanto, a comparação em 37 é melhor do ponto de vista semântico.[8] Já a adposição instrumental *-tuk* do Rikbaktsa não é comparável com os dados expostos em 37-39; seria mais promissor compará-la com a adposição instrumental/associativa **-do* do Proto-Jê de Goyaz.

5.3. Adposição ablativa **-wi₁*

A adposição ablativa **-wi₁* é reconstruída com base nos reflexos listados em 40.

---

[7] Alternativamente, poderíamos considerar que Proto-Akuwẽ **-nə̃* reflete duas adposições distintas do Proto-Cerratense, a instrumental **-tə̃* e a adessiva/temática **-n̥ə̃* (ver 38).

[8] Existe, ainda, uma quarta possibilidade: uma vez que a adposição *-tu* do Tikmũũn possui, ainda, uma leitura lativa (documentada, por exemplo, em Silva, 2020, p. 318), ela poderia ser comparada com a adposição lativa **-rə* do Proto-Jê Meridional, refletida como Kanhgág *-ra* (Wiesemann, 2011, p. 158), Laklãnõ *-ló* (Gakran, 2015, p. 139-140). Desta forma, Tikmũũn *-tu* poderia refletir uma adposição lativa hipotética **-ry* do Proto-Macro-Jê. Entretanto, a forma do Krenak *-tâ* não é compatível com a reconstrução **-ry*.

(40) Proto-Macro-Jê *-*wi*$_1$ ‘ablativa’

a. Proto-Jê *-*wê*$_1$ > Proto-Cerratense *-*wê* ‘ablativa, malefactiva’

I. Proto-Jê de Goyaz *-*bê* ‘ablativa, malefactiva, essiva–translativa’

1. Panãra -*pêê* (Bardagil-Mas, 2018, p. 43-44, 50)
2. Proto-Jê Setentrional *-*bê* > Kajkwakhrattxi/Khĩsêtjê -*wê*, Ngôkrejê -*bê*, Panhĩ/Gavião do Pará/Mẽhĩ -*pê*, Mẽhẽeh -*pi* (Nikulin, no prelo)

II. Proto-Akuwẽ *-*wi* ‘malefactiva, ablativa’ > A’uwẽ Uptabi -*wi* (Estevam, 2011, p. 99, 245); *-*hawi* ‘ablativa’ > Akwẽ-Xerente/A’uwẽ Uptabi -*hawi* (Xerente, 2019, p. 124; Estevam, 2011, p. 97)

b. Proto-Transanfranciscano *-*wi* > Tikmũũn -*pi* em -*pupi* ‘substitutiva’, -*mi* em -*homi* ‘extraessiva’ (possível empréstimo da Língua dos Cantos Rituais) (Popovich; Popovich, 2005, p. 11, 37), Krenak -*ui* em -*mbakui* ‘superessiva’ (Seki, s/d)

c. (?) Ofayé [-wĩna] ‘ablativa’ (Oliveira, 2006, p. 235)

d. (?) Proto-Chiquitano *-*(i)βi* ‘petitiva’, *-*kuβi* ‘expectativa’, *-*c-óβi* (pl *-*c-oʔi*) ‘instrumental, causal, ergativa’ (reconstruído com base em dados próprios; Adam; Henry, 1880; Galeote Tormo, 1993)

A correspondências fonológicas são regulares, exceto pelo alongamento vocálico inesperado em Panãra. Diversos possíveis reflexos apresentam material morfológico adicional que não é mais sincronicamente segmentável.

5.4. Nomes espaciais

Como é comum nas línguas do mundo, muitas línguas Macro-Jê, senão todas, fazem uso de adposições complexas formadas a partir de nomes seguidos por uma adposição simples. Alguns desses nomes não ocorrem fora de sintagmas adposicionais: por exemplo, as adposições -*khrak ri* ‘embaixo de’ ou -*nhirô wê* ‘por cima de’ da língua Khĩsêtjê foram formadas a partir dos nomes *-*khrak* e *-*nhirô*, os quais não existem mais na língua. Desta forma, é possível reconstruir, a partir de uma análise etimológica de adposições complexas, alguns nomes hipotéticos que não foram preservados em seu uso nominal (41-42).

(41) Proto-Macro-Jê *-*krô*- ‘fundo’

a. Proto-Jê *-*kro*-

I. Proto-Cerratense *-*kro*- > Proto-Akuwẽ *-*kro-wi* ‘subessiva’ > Akwẽ-Xerente -*krowi* (Xerente, 2019, p. 120), A’uwẽ Uptabi -*’rowi* (Estevam, 2011, p. 96)

II. (?) Proto-Jê Meridional *-*krãm* ‘subessiva/infraessiva’ > Kanhgág -*krẽm* (Wiesemann, 2011, p. 158), Laklãnõ -*klãm* (Gakran, 2015, p. 137-138); *-*jəkrãm* ‘sublativa/infralativa’ > Kanhgág -*jakrẽm* (Wiesemann, 2011, p. 158), Laklãnõ -*jógklãm* (Gakran, 2015, p. 273)

b. Proto-Transanfranciscano *-*krô*- > Krenak -*kro-pâ* ‘subessiva’ (Seki, s/d)

(42) Proto-Transanfranciscano *-*hu*- ‘espaço externo’

a. Tikmũũn -*homi* ‘extraessiva’ (possível empréstimo da Língua dos Cantos Rituais) (Popovich; Popovich, 2005, p. 11)
b. Krenak -*hure* ‘extraessiva’ (Seki, s/d)

Em 41a.I, o elemento *-*wi* é uma adposição malefactiva/ablativa (ver 40a.II). Em 41a.II, o elemento *-*m* poderia ter se originado como a adposição dativa/lativa *-*mə̂*, embora a queda da vogal seja irregular. Em 41b, o elemento -*pâ* é um reflexo da adposição dativa *-*py* do Proto-Transanfranciscano (< Proto-Macro-Jê *-*mə̂*). Em 42a, o elemento -*mi* é o reflexo esperado da adposição ablativa *-*wi* na Língua dos Cantos Rituais (na língua Tikmũũn o reflexo esperado seria *-*pi*; ver Nikulin, Silva, 2020, p. 9 sobre os empréstimos da Língua dos Cantos Rituais na língua Tikmũũn). Em 42b, o elemento -*re* é um reflexo da adposição locativa *-*re* do Proto-Transanfranciscano e do Proto-Macro-Jê.

6. Considerações finais

Esta contribuição apresentou as principais características das adposições nas línguas Macro-Jê, incluindo aquelas sujeitas a variação. Além disso, foram propostas algumas etimologias inéditas que permitem ampliar o sistema adposicional reconstruído por Nikulin (2020), elevando o número das adposições reconstruídas a dez (43).

(43) Proto-Macro-Jê

a.	*-*mə̂*	‘dativa’	f.	*-*re*	‘locativa’
b.	*-*mẽk* ~ *-*mẽŋ*	‘comitativa’	g.	*-*ke(C)*	‘locativa’
c.	*-*ñũk*	‘genitiva’	h.	*-*kuñ*°	‘locativa’
d.	*-*tê*	‘genitiva/ergativa’	i.	*-*tə̂*	‘locativa’
e.	*-*wi*$_1$	‘ablativa’	j.	*-*ky(C)*	‘lativa’

Por um lado, a reconstrução de quatro adposições locativas poderia suscitar questionamentos quanto a sua plausibilidade tipológica. Entretanto, observe-se que três delas são preservadas nas línguas Jê Meridionais. Por exemplo, em Kanhgág coexistem as adposições -*ki* ‘locativa’, -*kã* ‘inessiva’, -*tá* ‘locativa difusa’ (Wiesemann, 2011).

No geral, o comportamento das adposições nas línguas Macro-Jê confirma os achados da tipologia linguística. Por exemplo, a ordem relativa das adposições e seus complementos é aquela observada em diversas outras línguas (Greenberg, 1963; Tsunoda *et al.*, 1995): posposições nas línguas de núcleo final (todas as línguas Macro-Jê exceto Chiquitano), preposições nas línguas de núcleo inicial (Chiquitano). O surgimento dos verbos frasais nas línguas Jê Setentrionais (**4.3**) segue o percurso diacrônico discutido por Givón (2021).

Espera-se que este breve estudo tipológico e histórico-comparativo sirva de inspiração para linguistas dedicados à descrição dessas línguas, incentivando-os a documentar as adposições com significados mais específicos (como foi feito em Nikulin, no prelo para as línguas Jê Setentrionais)

e desenvolver análises mais abrangentes de seus sistemas adposicionais, com atenção especial a parâmetros de variação que, por vezes, não são discutidos nos trabalhos descritivos.

Agradecimentos

Agradeço aos organizadores e participantes do X Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê (Universidade Federal do Rio de Janeiro), onde este trabalho foi originalmente apresentado em maio de 2025, e em particular a Gean Damulakis. Sou grato, ainda, a dois pareceristas anônimos, cujos comentários permitiram aprimorar o manuscrito. Dedico este artigo à memória de Durkwa Krẽka, um grande amigo e referência na retomada da língua Xakriabá, cuja vida foi ceifada tão cedo.

Abreviações

1/2/3/N3	=	primeira/segunda/terceira/ não-terceira pessoa	LOC	=	locativo
ABZR	=	absolutizador	MALEF	=	malefactivo
ACC	=	acusativo	NOM	=	nominativo
ANTP	=	antipassivo	NMLZ	=	nominalizador
AUM	=	aumentativo	OBT	=	obtentivo
CAUS	=	causativo	PL	=	plural
CTFG	=	centrífugo	POT	=	potencial
DAT	=	dativo,	PRT	=	preterlativo
DUB	=	dubitativo	PST	=	passado
ERG	=	ergativo	REFL	=	reflexivo
F	=	finito	REP	=	reportativo
HAB	=	habitual	RLS	=	*realis*
INSTR	=	instrumental	SD	=	sujeito diferente
INTR	=	intransitivo	SG	=	singular
INV	=	voz inversa	TRANSL	=	essivo-translativo
IRR	=	*irrealis*	VBZ	=	verbalizador
L	=	consoante de ligação	X	=	singular não diminutivo sem possuidor referencial
LAT	=	lativo	♀/♂	=	generoleto feminino/masculino

Adp = adposição, N = nome, P = paciente, S = sujeito de verbo intransitivo, V = verbo

Referências

ADAM, Lucien; HENRY, Victor. *Arte y vocabulario de la lengua chiquita.* Paris: Maisonneuve y Cia, 1880. Disponível em: https://archive.org/details/rosettaproject_cax_vocab-1. Acesso em: 15 set. 2025.

BARDAGIL-MAS, Bernat. *Case and agreement in Panará (Naamval en congruentie in het Panará).* 2018. 382 f. Tese (Doutorado em Linguística) – CLCG, Faculteit der Letteren, Rijksuniversiteit Groningen. 2018. Disponível em: https://www.lotpublications.nl/case-and-agreement-in-panar%C3%A1. Acesso em: 15 set. 2025.

CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira. *Morfofonêmica e morfossintaxe do Maxakalí.* 2009. 328 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/LETR-8T2QCY. Acesso em: 15 set. 2025.

CASTRO ALVES, Flávia de. *O Timbira falado pelos Canela Apãniekrá:* uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê. 2004. 177 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. 2004. DOI: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2004.325573. Acesso em: 15 set. 2025.

CASTRO ALVES, Flávia de. Aumento de valência em Canela. *In*: BRUNO, Ana Carla; QUEIXALÓS, Francesc, TELLES, Stella (eds.). *Incremento de valencia en las lenguas amazónicas*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2014. pp. 191-210.

CIUCCI, Luca. *Los clasificadores del chiquitano (bésiro).* Comunicação apresentada no evento Bobikíxh – I Encuentro de Lenguas Originarias de la Región Chiquitana / Kusiribo Oberabakáx ñomé Mumanityakatoe aukí na Niki Mamonkoka / I Encontro de Línguas Indígenas da Região Chiquitana. Cairns: James Cook University, 2020. DOI: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.30849.68963. Acesso em: 15 set. 2025.

DOURADO, Luciana. Construções aplicativas em Panará. *D.E.L.T.A.: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, pp. 203-231, 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/38778/26323. Acesso em: 15 set. 2025.

DOURADO, Luciana. O avanço de oblíquos em Panará. *LIAMES*, Campinas, v. 4, pp. 43-50, 2004. DOI: https://doi.org/10.20396/liames.v4i1.1422. Acesso em 15 set. 2025.

ESTEVAM, Adriana Machado. *Morphosyntaxe du xavante :* langue jê du Mato Grosso (Brésil). 2011. 508 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Unité de formation et de recherche de linguistique, Université Dénis Diderot – Paris 7. 2011. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/tese:estevam-2011. Acesso em: 15 set. 2025.

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. *Estudo morfossintático da língua Parkatêjê.* 2003. 275 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2003. DOI: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.294340. Acesso em: 15 set. 2025.

FERRO, Isabella Medeiros. *Indicadores de sujeito na língua Kaingang (Macro-Jê):* análises e considerações. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: https://repositorio.uel.br/handle/123456789/10109. Acesso em: 11 set. 2025.

GAKRAN, Namblá. *Elementos fundamentais da gramática Laklãnõ.* 2015. 283 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2015. DOI: https://doi.org/10.26512/2015.5.T.19096. Acesso em: 15 set. 2025.

GALEOTE TORMO, Jesús. *Manitana auki besüro:* gramática moderna de la lengua chiquitana y vocabulario básico. Santa Cruz de la Sierra: Los Huérfanos, 1993..

GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. *In*: Greenberg, Joseph G. (ed.). *Universals of language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1963. pp. 58-90.

GIVÓN, T. *The life cycle of adpositions*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2021. DOI: https://doi.org/10.1075/z.236. Acesso em: 09 abr. 2026.

HASPELMATH, Martin. Argument indexing: A conceptual framework for the syntactic status of bound person forms. *In*: BAKKER, Dik; HASPELMATH, Martin (eds.). *Languages across boundaries*: Studies in memory of Anna Siewierska. Berlim: Mouton de Gruyter, 2013. pp. 197-226. DOI: https://doi.org/10.1515/9783110331127. Acesso em: 28 de maio de 2026.

HERCE, Borja. Adpositions. *In*: van LIER, Eva (ed.). *The Oxford handbook of word classes*. Oxford: Oxford University Press, 2023. pp. 420-442. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198852889.001.0001.Acesso em: 09 abr. 2026

MIRANDA, Maxwell. A morfossintaxe do aspecto em línguas Jê: uma abordagem diacrônica. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 11, n. 2, pp. 73-96, 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v11i02.27670. Acesso em: 9 abr. 2026.

MIRANDA, Maxwell. 'Marca de sujeito' em algumas línguas Jê (Macro-Jê): fontes diacrônicas e gramaticalização. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 25, n. 3, pp. 78-92, dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.5433/2237-4876.2022v25n3p78. Acesso em: 9 abr. 2026.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê:* um estudo reconstrutivo. 2020. xxiv + 571 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/38893. Acesso em: 1° set. 2025.

NIKULIN, Andrey; SILVA, Mário André Coelho da. As línguas Maxakalí e Krenák dentro do tronco Macro-Jê. *Cadernos de Etnolinguística*, Goiânia, v. 8, n. 1, abr. 2020. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/article:vol8n1-1. Acesso em: 15 set. 2025.

NIKULIN, Andrey. Consoantes preglotalizadas em línguas Jê Setentrionais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 20, n. 1, e20230084, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2023-0084. Acesso em: 9 abr. 2026.

NIKULIN, Andrey. A for antipassive, I for inverse: rethinking transitivity and voice in Chiquitano. *Studies in Language*, Amsterdã/Filadélfia, v. 50, n. 2, pp. 294-351, mar. 2026. DOI: https://doi.org/10.1075/sl.24001.nik. Acesso em: 09 abr. 2026.

NIKULIN, Andrey. Proto-Northern Jê postpositions. *In*: KOZHANOV, Kirill; AUTHIER, Gilles (eds.). *Diachrony of flagging*. Berlim: Language Science Press, no prelo. (Research on Comparative Grammar.) Disponível em: https://www.academia.edu/129525205/Proto_Northern_J%C3%AA_postpositions_DRAFT_UNDER_REVIEW_. Acesso em: 15 set. 2025.

NIKULIN, Andrey Prejaka; CANELA, Ricardo Capêrkô. Tu vai ... ele: uma observação sobre os verbos *cu-* na fala dos Mẽmõrtũmre. *LIAMES*, Campinas, v. 24, e024009, 2024. DOI: https://doi.org/10.20396/liames.v24i00.8675080. Acesso em 15 set. 2025.

NIKULIN, Andrey; SALANOVA, Andrés Pablo. Northern Jê verb morphology and the reconstruction of finiteness alternations. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 85, n. 4, pp. 533-567, out. 2019. DOI: https://doi.org/10.1086/704565. Acesso em: 15 set. 2025.

NIKULIN, Andrey; SALANOVA, Andrés Pablo. O enfraquecimento diacrônico de consoantes em Mẽbêngôkre. *In*: OLIVEIRA, Edna dos Santos; VASCONCELOS, Eduardo Alves; SANCHES, Romário Duarte (org.). *Estudos linguísticos na Amazônia*, v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2022. pp. 121-143.

NONATO, Rafael; SUYÁ, Jamtô; SUYÁ, Kawiri. *Dicionário Kĩsêdjê–português.* Rio de Janeiro: Museu do Índio / PRODOCLIN, 2012. Disponível em: http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/kisedje/produtos-e-pesquisa. Acesso em: 15 set. 2025.

OLIVEIRA, Christiane Cunha de. 2005. *The language of the Apinajé people of Central Brazil*. 2005. 430 f. Tese (Doutorado em linguística) – Department of Linguistics, University of Oregon, 2005. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/tese:oliveira-2005. Acesso em: 15 set. 2025.

OLIVEIRA, Maria das Dores de (Maria Pankararu). *Ofayé, a língua do povo do mel:* fonologia e gramática. 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, 2006. Disponível em: https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504833/. Acesso em: 15 set. 2025.

POPOVICH, A. Harold; POPOVICH, Frances B. *Maxakalí–English dictionary / English–Maxakalí glossary.* Cuiabá: Sociedade Internacional de Lingüística, 2005. Disponível em: https://www.sil.org/resources/archives/17090. Acesso em: 15 set. 2025.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. *A língua Ofayé:* documentando uma língua ameaçada. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Subordinate clauses in Karajá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 1, pp. 17-47, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000100003. Acesso em: 9 abr. 2026.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. *A grammar of Karajá*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Department of Linguistics, The University of Chicago. 2012.

RIBEIRO, Michela Araújo. *Dicionário Djeoromitxi–português:* registro da diversidade lingüística do povo Jabuti. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras e Pedagogia, Universidade Federal de Rondônia (*campus* de Guajará-Mirim). 2008. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/tese:ribeiro-2008a. Acesso em: 15 set. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. *In*: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (eds.). *The Amazonian languages.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999. pp. 165-206. (Cambridge Language Surveys.) Disponível em: https://ribeiro.wdfiles.com/local--files/temp%3A1/The_Amazonian_Languages__Cambridge_Language_Surveys.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

SALANOVA, Andrés Pablo. Semántica causativa, sintaxis aplicativa. *In*: BRUNO, Ana Carla; QUEIXALÓS, Francesc, TELLES, Stella (eds.). *Incremento de valencia en las lenguas amazónicas*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2014. pp. 155-189.

SALANOVA, Andrés Pablo. Constituency in Mẽbêngôkre independent clauses. *In*: TALLMAN, Adam J. R.; AUDERSET, Sandra; UCHIHARA, Hiroto (eds.). *Constituency and convergence in the Americas*. Berlim: Language Science Press, 2024. pp. 513-544. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.13208562. Acesso em: 15 set. 2025.

SALANOVA, Andrés Pablo; NIKULIN, Andrey. A typology of relationalizing and absolutizing morphology in lowland South American languages. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 91, n. 1, pp. 43-96, jan. 2025. DOI: https://doi.org/10.1086/732880. Acesso em: 15 set. 2025.

SANS, Pierric. *Une grammaire du chiquitano :* documentation [sic] et morphosyntaxe de la langue des Chiquitanos de Bolivie. Manuscrito. Lyon: Université Lyon 2, sem data. Disponível em: http://www.ddl.cnrs.fr/fulltext/Rose/Sans_thesis_ms.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

SEKI, Lucy. *Vocabulário português–Botocudo.* Manuscrito. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, sem data.

SILVA, Léia de Jesus. *Morphosyntaxe du rikbaktsa (Amazonie brésilienne).* 2011. 389 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Unité de formation et de recherche de linguistique, Université Dénis Diderot – Paris 7. 2011. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/tese:silva-2011b. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, Mário André Coelho da. *Tikmũũn yĩy ax tinã xohi xi xahĩnãg. Sons e pedaços da língua Maxakalí:* descrição da fonologia e morfologia de uma língua Macro-Jê. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/33613. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, Mário Coelho da; CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira; NEVINS, Andrey. Speech reports and ideophones in Maxakalí. *Language Documentation and Description*, Charlottesville, v. 23, n. 2, 8, 2023. DOI: https://doi.org/10.25894/ldd.359. Acesso em 9 abr. 2025.

SUYÁ, Jamtô; NIKULIN, Andrey. Flexão de nomes, verbos e posposições na língua Khĩsêtjê. *Revista "Articulando e Construindo Saberes"*, Goiânia, v. 9, e84749, 2025.

TSUNODA, Tasaku; UEDA, Sumie; ITOH, Yoshiaki Itoh. Adpositions in word-order typology. *Linguistics*, v. 33, p. 4, pp. 741-762, 1995. DOI: https://doi.org/10.1515/ling.1995.33.4.741. Acesso em 9 abr. 2026.

WIESEMANN, Ursula Gojtéj. *Dicionário Kaingang–português, português–Kaingang.* Curitiba: Esperança, 2011. Disponível em: https://www.sil.org/resources/archives/42876. Acesso em: 15 set. 2025.

XERENTE, Armando Sõpré. *Particularidades dos sons, nomes, verbos, advérbios e posposições em Akwẽ (Xerente), família Jê Central, tronco Macro-Jê.* 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/37406. Acesso em: 15 set. 2025.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69727

Identificando (in)definitude em Mebêngôkre (Kayapó)

Identifying (un)definiteness in Mebêngôkre (Kayapó)

Ana Paula Quadros Gomes[1]

Clédson Mendonça Junior[2]

Guilherme Augusto Duarte Borges[3]

Thais Gabriela Ramos Figueredo[4]

RESUMO

A pesquisa formal em semântica de línguas indígenas necessita de elicitações muito bem desenhadas, em que os contextos estejam bem definidos, para que se possa saber qual é a divisão de trabalho entre os itens lexicais e onde eles podem ou não ser adequadamente empregados. Saber mais sobre a gramática de línguas minorizadas põe à prova teorias e universais linguísticos e pode contribuir para empoderar os falantes da língua. Este artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa inédita sobre o sistema nominal em Mebêngôkre (Macro-Jê). Os dados elicitados seguiram os critérios propostos por Dayal (2026) para investigação de (in)definitude nas línguas naturais, com o objetivo de verificar os parâmetros semânticos de Chierchia (1998, 2021). Os resultados preliminares apontam que a língua Mebêngôkre (Kayapó) não possui marcadores de definitude, mas apresenta uma série especializada em indefinitude. Entretanto, resta compreender a distribuição desses marcadores e se a natureza é evidencial ou epistêmica, como alguns dados sugerem. Espera-se contribuir para os estudos sobre línguas indígenas como protagonistas na reformulação de modelos em semântica e para a valorização da língua. Além da documentação, destaca-se a produção de materiais didáticos voltados às escolas Mebêngôkre presentes no município de São Félix do Xingu, no Pará.

PALAVRAS-CHAVE: (In)definidos. Nominais nus. Parâmetros semânticos. Mebêngôkre (Kayapó). Línguas indígenas.

ABSTRACT

Semantic formal research of indigenous languages needs a very well-designed elicitation, with well-defined contexts, so that one can come to know what the division of labor is between the lexical items, and where they can or cannot be properly used. More knowledge about the grammar of minorized languages puts linguistic theories and universals to test and can contribute to empowering language speakers. This article presents the first results of unprecedented research on the nominal system in Mebêngôkre (Macro-Jê). The elicited data

[1] Doutora em linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Professora na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEV/FL/UFRJ). Rio de Janeiro-RJ. anaquadrosgomes@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0000-0002-3476-0193.

[2] Doutor em Linguística. Professor na Faculdade de Letras e Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). São Félix do Xingu-PA. cmxingu@unifesspa.edu.br, https://orcid.org/0000-0002-2477-5025.

[3] Doutorando em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro-RJ. guilhermeborges@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0000-0001-6418-2841.

[4] Graduanda em Letras. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro-RJ. thaisgabriela.figueredo@letras.ufrj.br, https://orcid.org/0009-0006-2354-693X.

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 20/04/2026

followed the criteria proposed by Dayal (2026) for investigating (in)definiteness in natural languages, with the aim of verifying the semantic parameters of Chierchia (1998, 2021). Preliminary results indicate that the Mebêngôkre (Kayapó) language does not have definiteness markers but presents a series of specialized indefiniteness markers. However, it remains to understand the distribution of these markers and whether their nature is evidential or epistemic, as some data suggest. We hope to contribute for studies on indigenous languages as the protagonists in the revision of models in semantics and for the recognition of the great value of people and their language. In addition to the documentation, the production of teaching materials to be used in Mebêngôkre schools inside the municipality of São Félix do Xingu, Pará, is also included.
KEYWORDS: (In)definites. Bare nominals. Semantic parameters. Mebêngôkre (Kayapó). Indigenous languages.

1. Introdução

Esta pesquisa[5] está inserida num projeto maior, chamado "A (In)Definitude da perspectiva das línguas sub-representadas", aprovado em edital Pró-Humanidades do CNPq, chamada 40/2022, número 420314/2022-9; é também parte do trabalho do Grupo de Pesquisa "(In)definitude através das línguas/*(In)definiteness across languages*", certificado pelo CNPq (http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6649298354394592), que estuda a sintaxe-semântica do sintagma nominal em 8 línguas subrepresentadas (6 minoritárias, em vitalização, na linha da semântica formal). A língua Mebêngrôke (Kayapó)[6] é uma dessas seis. O projeto, liderado por Roberta Pires de Oliveira (UFSC) e supervisionado por Veneta Dayal (Universidade de Yale) e Gennaro Chierchia (Universidade de Harvard), propõe-se a verificar os parâmetros semânticos de Chierchia (1998, 2021) em relação com a (in)definitude, no conceito de escrutínio desenvolvido por Dayal (2004, 2026). Sabendo como se comportam diversas línguas naturais com relação à (in)definitude, será possível verificar se a postulação de parâmetros semânticos captura os fatos e alinhava um modelo teórico para explicar a variação. Assim, espera-se contribuir para o desenvolvimento científico, ao ampliar a cobertura empírica e propor modelos em semântica; além de contribuir para a documentação e vitalização das línguas minoritárias, por meio da elaboração de material didático para ensino dessas línguas; e, por meio da divulgação científica, inspirar a valorização da diversidade linguística.

Em línguas com determinantes, como o Português Brasileiro (PB), a literatura divide o conjunto de determinantes em definidos (*o(s), a(s)*) e indefinidos (*um, algum, muitos*). Essa divisão de trabalho representa uma diferença na função semântica dos vários determinantes de dada língua. Mesmo os determinantes denominados "quantificadores" são tradicionalmente divididos pelo critério da (in) definitude: *todo* e *cada* são definidos, *qualquer* é indefinido. Os sintagmas nominais definidos são tradicionalmente vistos como fazendo referência a um indivíduo ou grupo de indivíduos particular. Nomes próprios, por exemplo, também chamados de "designadores rígidos", em geral remetem a

[5] Agradecemos aos pareceristas pelas revisões solicitadas e recomendações ao texto; todas foram fundamentais para a finalização do artigo.

[6] Adotaremos o etnônimo Mebêngôkre sem o diacrítico [~] na sílaba inicial para marcar a vogal nasal, visto que, na escrita usual pelo povo em São Félix do Xingu, ele não é utilizado; não havendo, na língua, essa mesma sílaba com vogal oral no início de palavras, a marcação é, portanto, previsível. Quando [mẽ] marca o sentido de uma conjunção aditiva, usa-se o diacrítico para marcar a diferença.

um ser em particular: *Brasil, Claudia Cardinale, Betinho* têm referencias únicas e fixas, bem como descrições definidas como *o país em que nasci, minha atriz italiana favorita* e *o meu primeiro amor.* Já os nominais indefinidos podem remeter a mais de uma referência: *um país* pode ser o Brasil ou a Itália, *uma atriz de cinema* pode ser Claudia Cardinale ou Fernanda Montenegro, e *algum amor de infância* pode ser o *crush* daquele ano ou do outro. Uma expressão definida típica tem traços como unicidade e familiaridade, geralmente ausentes de expressões indefinidas. Por exemplo, se alguém chegar à porta de uma sala de aula com 25 alunos, e, sem destacar nenhum com gestos ou olhares, disser ao professor '*quero falar com o aluno*', provavelmente o professor não vai saber a quem chamar: há alguém único com quem se deseja falar, mas não está claro quem seja. Já se o comando for alterado para '*quero falar com um aluno'*, qualquer um serve, e basta um aluno sair da sala para o pedido ser atendido. Isso é efeito da unicidade, presente em *o aluno,* mas não em *um aluno*. Quanto à familiaridade, no discurso temos uma marca gramatical para indicar que estamos introduzindo um elemento novo, e outra marca gramatical para indicar que retomamos um elemento já mencionado, ou seja, familiar. Ao começar uma história, seja ela um relato ou ficcional, apresentamos os personagens e objetos com expressões indefinidas: *era uma vez uma menina que usava um capuz vermelho*. Quando falamos novamente dos mesmos seres, usamos expressões definidas, que trazem a ideia de familiaridade: *a menina vestiu o capuz vermelho e saiu*. Outro traço semântico diferenciador de determinantes é a especificidade. Para *um professor trabalha muito*, duas interpretações são viáveis, e o contexto vai indicar qual é a adequada: (i) na interpretação específica, estou falando de uma pessoa particular, e posso nomeá-la assim: *um professor trabalha muito, o Pedro;* (ii) na interpretação não específica, estou dizendo uma coisa que vale para todos os profissionais do ensino, sejam quem forem: *aquele que é professor, esse trabalha muito.* Enquanto o indefinido pode ter essas duas leituras, a leitura do definido é sempre específica: a sentença *o professor dos meus filhos trabalha muito* só reconhece o esforço de uma pessoa em particular.

A literatura semântica examina uma série de distinções no comportamento e na interpretação dos sintagmas de determinante para classificá-los como definidos ou indefinidos. Os contrastes mais buscados nesses testes são unicidade versus não-unicidade, familiaridade vs. novidade, especificidade vs. não-especificidade. Mas como caracterizar esses contrastes numa língua de nomes nus, sem determinantes?

A língua Mebêngokrê (Macro-Jê) é uma das línguas que não contam com determinantes[7]. Em posição argumental, os sintagmas nominais são nomes nus. A referência plural ou singular, definida ou indefinida é possível a partir do mesmo nome nu, e o contexto é que resolve qual é a interpretação apropriada. Neste artigo, relataremos os resultados iniciais da busca por estratégias gramaticais que contrastem os traços de familiaridade, unicidade e especificidade nessa língua. Defenderemos que ela marca a indefinitude marcando a posição epistêmica do falante, pela escolha de uma entre várias partículas "adverbiais" de indefinitude.

[7] Veja o trabalho pioneiro de Vieira (1995) sobre o Assurini do Trocará e sua pesquisa mais recente, em Vieira (2022). Sobre línguas indígenas e universais semânticos, veja Gomes (2015).

2. O povo e a língua Mebêngôkre (Kayapó)

A população Mebêngôkre (Kayapó) está estimada em 11.516 pessoas (IBGE, 2022), distribuídas em Terras Indígenas (TIs) localizadas nos estados do Mato Grosso e Pará. Em São Félix do Xingu (PA) há cerca de dois mil[8] Kayapó, residentes em mais de 30 aldeias.

A língua falada pelo povo Kayapó, autodenominado Mebêngôkre, é cooficial[9] no município desde 2019 e pertence à família linguística Jê, tronco Macro-Jê. A ordem canônica dos constituintes na sentença é Sujeito-Objeto-Verbo (SOV). Para alguns linguistas, trata-se de uma língua de alinhamento Nominativo-acusativo e Ergativo-absolutivo (Silva, 2001; Salanova, 2007); entretanto, há quem a classifique como de sistema Nominativo-absolutivo (Costa, 2015). Quanto ao tempo, apenas o futuro recebe marcação morfológica; o não-futuro (presente e passado, indistintos) é a categoria não marcada.

> "Na língua Mebêngôkre (Kayapó), uma mesma sentença pode ter a leitura de passado ou presente, é o contexto que determina a referência. Além dessa característica, não há determinantes" (Mendonça Jr, 2021, p. 40).

Essa língua não marca gênero nem número no sintagma nominal, e os sintagmas nominais argumentais não precisam de determinantes; embora a língua tenha demonstrativos, não apresenta artigo definido. Como dissemos, em Mebêngokrê nomes nus ocupam posições argumentais, com várias interpretações possíveis para uma mesma sentença, e o valor correto é resolvido pelo contexto de fala. Veja o seguinte exemplo[10]:

1. Dja ba ngônhkrã by
   F 1 copo v.pegar

   'Eu vou pegar o copo.'
   'Eu vou pegar os copos.'
   'Eu vou pegar um copo.'
   'Eu vou pegar uns copos.'

Em (1) temos uma sentença transitiva, em que o argumento nominal *ngônhkrã* pode ser interpretado no singular ou plural, definido ou indefinido. É o contexto que define o número, a definitude e a especificidade do nome. A sentença (1) foi aceita em quatro contextos:

(i) há um copo no balcão e o falante deseja pegá-lo para beber um refrigerante que foi oferecido no momento;

(ii) há vários copos no balcão (em uma bandeja, por exemplo) e o falante deseja pegar apenas um para beber;

[8] Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT, 2021). Ver Menezes (2021)

[9] Lei Municipal n. 571/2019. Link: https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS_571_2019_0000001.pdf

[10] Glosas: 1 – Primeira pessoa singular, 3 – Terceira pessoa singular, CNT – Continuativo, CONJ1 – Conjunção (mesmo sujeito), CONJ2 (sujeitos diferentes), DEM – Demonstrativo, DIR – Diretivo, F – Futuro, QU - Quantificador, IN – Indefinido, INS – Instante, LOC – Locativo, NEG – Negação, NF – Não-futuro, num. – numeral, POSS – Posse, REC – Recente, ref. – Referencial, REF – Reflexivo, RES – Restrito, v. – Verbo, nf – não-finito, Pos - Posicional.

(iii) há dois copos no balcão e o falante deseja pegar ambos para ele e mais um amigo beberem;

(iv) há vários copos no balcão e alguém oferece um refrigerante; o falante diz a sentença na intenção de pegar um número de copos suficiente para todos, que estão por ali no momento, beberem.

Entretanto, para uma situação em que não há nenhum copo presente no contexto, (1) **não serve, podendo então ser usada** (2):

2. Dja ba ngônhkrã õ by
F 1 copo IN v.pegar
'Eu vou pegar um (algum) copo.'
'Eu vou pegar alguns copos.'

A sentença (2) também é apropriada na situação em que o falante oferece um refrigerante a um amigo ou aos amigos, e percebe que não há copo disponível. Ele tem intenção de buscar *um copo* ou *alguns copos* no supermercado próximo e então pronuncia a sentença. Quem está por perto no momento não sabe onde há copos e então pergunta: *Nhym?* (onde?), ao que o falante responde:

3. Supermercado kam
Supermercado LOC
'No supermercado'

A partícula *õ*, em (2), gera um sentido indefinido na sentença. Um conhecimento que ainda não foi compartilhado[11] pelo falante. Nossa hipótese é a de que não há marcadores de definitude na língua Mebêngôkre (Kayapó),[12] uma língua em que os argumentos não requerem determinantes; entretanto, para a indefinitude, há uma série de elementos presentes nas sentenças, que marcam informações diferentes sobre o sintagma nominal[13].

---

[11] Em uma das línguas pesquisadas pelo Grupo de Pesquisa "(In)definitude através das línguas/*(In)definiteness across languages*", o Terena (família Aruák), Quadros Gomes, Julio e Borella (2021) identificaram uma divisão de trabalho entre marcadores de definitude na língua; *ne* e *ra* são distribuídos de acordo com a sua familiaridade, diferentemente das pesquisas tradicionais na literatura. No Mebêngôkre (Kayapó) há evidências sobre uma distribuição de partículas, mas no campo da indefinitude.

[12] Os demonstrativos não estão considerados nessa afirmação por dois motivos. Primeiramente, é um universal tipológico que toda língua natural tenha demonstrativos. Em segundo lugar, os demonstrativos tipicamente são dêiticos, apresentam empregos exofóricos, marcam proximidade (física ou temporal) do falante ou do *addressee* e podem recortar (com ajuda de ostensividade, ou seja, mediante apontamento) uma parte do objeto máximo presente na situação de fala. Os demonstrativos do Mebêngôkre são típicos, apresentando todas essas características. Por isso, ao afirmarmos que não há marcadores de definitude nessa língua, queremos dizer que não há outros, além dos demonstrativos, ou seja, que não há determinantes definidos. Dada a ausência absoluta de línguas naturais que atestadamente não apresentem demonstrativos, até o momento (ver Dixon, 2003), o diferencial está nos demais determinantes. Terena, por exemplo, uma língua de argumentos nus, conta com um marcador de definitude, *ne*, para além dos demonstrativos. Mas em Mebêngôkre não há quaisquer determinantes especializados em definitude, uma vez desconsiderados os demonstrativos.

[13] Abbott (2008) explica que em línguas sem artigos "ou alguma outra forma de marcação explícita para definitude ou indefinitude, a ordem de palavras pode afetar a interpretação. Essa variação na ordem também interage com a distribuição de informações novas e antigas e pode afetar a interpretação de um SN" (tradução livre).

3. Dados coletados[14]

A coleta de dados em semântica requer um controle rígido do contexto de fala, para que o cenário na situação de uso da sentença seja compatível com a forma empregada, ou, inversamente, para que se verifique em que condições de emprego uma forma não é adequada. Sabemos que diversos sintagmas nominais são equivalentes em quantidade, mas nem por isso sua semântica é idêntica. Por exemplo, podemos descrever um ser humano do sexo masculino com 12 anos de várias formas: "um menino", "aquele menino ali", "meu filho mais novo", "qualquer um desses meninos aí fora", "o menino que está conversando com sua filha" etc. Obviamente, apesar de todos os sintagmas nominais compartilharem um fator, a saber, que a quantidade de indivíduos a que se faz referência ser sempre unitária, há outros significados que não são compartilhados. "Um menino" pode ser aquele ou algum outro, é indiferente; mas "o menino" tem de ser o único saliente na situação de fala, ou num recorte proeminente dela; "aquele menino ali" tem de ser o menino para o qual estou apontando, com o dedo, o olhar e/ou com algum gesto; etc.

Uma das características que distingue o demonstrativo do artigo definido é a possibilidade de destacar um elemento num conjunto de indivíduos com as mesmas propriedades descritas pelo nome. Por exemplo, num contexto em que há uma planta toda florida, "pegar as flores" significaria apanhar todas elas, deixando o arbusto sem flor; "pegar a flor" seria um comando difícil de atender, visto que a pressuposição de unicidade do artigo definido singular não é satisfeita num contexto que há diversas flores; já "pegar aquela flor", acompanhada de ostensão (apontando para uma flor específica, ou tornando alguma das flores saliente no contexto de fala), funciona, retornando, no atendimento ao pedido, a entrega de uma única flor entre todas as do arbusto. Há também a possibilidade de pedir uma flor não específica, como diríamos em português com "me traga uma flor", "me traga alguma flor" ou "me traga qualquer flor (daquelas ali)".

Pires de Oliveira (2021) destaca que o sistema nominal do PB entrou para o circuito internacional ao desafiar o parâmetro do nome em Chierchia (1998) e do número em Chierchia (2010, 2014). Para além do PB, ela afirma que os estudos sobre as línguas indígenas brasileiras são cruciais para compreensão dos sintagmas nominais e que descobertas, como o caso do Yudja[15], chamaram a atenção no exterior. Entretanto, no campo da semântica, os estudos ainda são recentes e, diferentemente de outras áreas da linguística, trazem um desafio metodológico distinto no trabalho de campo:

> O pesquisador de campo tenta estabelecer fatos semânticos que muitas vezes são bastante sutis e altamente dependentes do contexto. As propriedades semânticas sob investigação, muitas vezes, não são conscientemente acessíveis aos falantes e não são necessariamente refletidas nas traduções para outro idioma. Ao contrário de outras áreas da linguística, os dados linguísticos coletados geralmente não contêm informações diretas sobre semântica. Por exemplo, a maioria dos enunciados de falantes nativos fornece algumas informações

[14] Esta pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 10 de agosto de 2022, sob o parecer n. 5.567.563. CAAE. 53320 021.4.0000.5286.

[15] O Yudja conta massa diretamente. Veja Lima (2014).

> positivas sobre fonética, fonologia, morfologia e sintaxe, simplesmente apresentando exemplares de construções gramaticais bem formadas. Mas o mesmo não se aplica à semântica. Um enunciado semanticamente bem formado, mesmo que acompanhado de uma tradução ou um contexto de discurso, fornece ao pesquisador pistas muito incompletas sobre o que a expressão realmente significa. (tradução livre) (Bochnak; Matthewson, 2015, p. 2)

Nessa pesquisa, utilizamos como método "a elicitação controlada, a partir de critérios propostos por Dayal (2026[16]) e aplicados nos estudos com línguas indígenas por Matthewson (2004) e Sanchez-Mendes (2014)" (Mendonça Junior e Gomes, 2022, p. 1).

A língua Mebêngôkre (Kayapó) apresenta características que constituem um desafio para a coleta de dados. Não há flexão de número nos nomes; um SN pode ser interpretado como singular ou plural e não requer, em posição argumental, a presença de um determinante. Veja, por exemplo:

4. Dja ba on pidjôrã o tẽ
   F 1 INS flor CNT v.ir
   'Eu vou levar a flor agora.'
   'Eu vou levar as flores agora.'

A sentença (4) não é marcada para número nominal e, assim, pode ser utilizada em dois contextos diferentes: (i) há apenas uma flor em cima da mesa; o falante olha para ela e decide levá-la; (ii) há várias flores, da mesma cor e forma, sobre a mesa; o falante olha para elas e decide levá-las. O nome *pidjôrã* faz referência a uma flor saliente no contexto ou a várias flores presentes na situação no momento da fala. No entanto, se o falante observa um conjunto de flores e decide escolher uma entre as várias disponíveis, ele utiliza a partícula *õ*.

5. Dja ba pidjôrã wã mã **õ** by
   F 1 flor DEM DIR IN v.pegar
   'Eu vou pegar uma flor qualquer entre aquelas.'

No exemplo (5), a combinação das informações semânticas dadas pelo demonstrativo *wã* 'aquela' com as fornecidas pela partícula individuadora ***õ*** cria um significado que lembra um partitivo como "uma delas" em português; porém, ***õ*** traz ainda a informação de que a escolha de uma flor entre as várias disponíveis é aleatória, ou sujeita à livre escolha, operação que em português é realizada por 'qualquer'. Optamos pela tradução "uma flor qualquer entre aquelas", mas poderíamos ter escolhido "qualquer uma dessas flores" ou "qualquer dessas flores aí". A nosso ver, em termos semânticos, temos um conjunto de flores referido, no todo ou em parte, pelo demonstrativo (e isso, que possa ser no todo em parte, tal indeterminação ou não-maximalidade, **é importante, pois o artigo definido, por exemplo, não pode apontar para** apenas uma parte do conjunto de flores presente na situação; "as flores" apontaria necessariamente para o total das flores à vista), mas a combinação com a partícula individuadora diz que apenas um elemento entre os outros será apanhado. Qual elemento? Não se sabe.

[16] Essa obra já saiu publicada. Está como Dayal (2026) nas referências.

A identidade do elemento não está estabelecida nem para o falante nem para o ouvinte, no momento do proferimento de (5), embora o número esteja (o anúncio é de que exatamente uma flor entre as demais será pega). O resultado dessa combinatória de operações **é uma expressão indefinida, como seria o partitivo "qualquer um deles" em PB.** Observa-se, porém, uma grande diferença categorial: "qualquer um deles" é um sintagma nominal no PB, mas, embora seja defensável que *wã* 'aquela' em isolamento seja uma expressão nominal, não se pode analisar a partícula individuadora ***õ*** como da categoria nominal; tudo indica que ela seja um A-quantificador (adverbial e/ou aspectual), formando um constituinte com o verbo *by* 'pegar' (ver Mendonça Junior 2021). Logo, em nossa análise, não temos em (5) um constituinte (nominal) formado como *wã* '***õ***, e sim a soma de duas operações, uma deflagrada por uma categoria nominal (*wã*) e outra deflagrada por uma categoria adverbial ou aspectual (***õ***). E o resultado semântico **é uma referência indefinida, a qualquer elemento unitário (qualquer flor) componente de determinado conjunto (todas** as flores ou parte da soma total de flores presentes na situação relevante).

A língua Mebêngôkre oferece recursos (os indefinidos) para o falante também destacar um elemento desejado dentro de um conjunto (6) ou indicar que quer a totalidade dos disponíveis no contexto (7):

6. Dja ba pidjôkangô **pydji** **bit** by
F 1 refrigerante 1 num. único v.pegar
'Eu vou pegar um refrigerante só.'

7. Dja ba pidjôkangô **kunĩ** by
F 1 refrigerante todos v.pegar
'Eu vou pegar todos os refrigerantes'

Mesmo línguas que aceitam nominais nus em posição argumental contam com demonstrativos, e o Mebêngôkre não é diferente. A função de um demonstrativo é destacar um elemento desejado dentro de um conjunto (5) ou indicar que quer a totalidade dos disponíveis no contexto (7), mas não se espera que um demonstrativo seja empregado para se referir a elementos únicos numa situação, como "o sol no céu", ou "o presidente eleito no país". De fato, a distribuição de *wã* pelos cenários da nossa elicitação mostra que ele é um demonstrativo bem-comportado:

8. Jakam ne aringro tỳx:::[17]
hoje NF Sol (dia de calor) forte
'O Sol está forte hoje'

9. *Jakam ne aringro **wã** tỳx:::
hoje NF Sol (dia de calor) DEM forte
*'Aquele sol está forte hoje'

[17] ::: alongamento na pronúncia para enfatizar intensidade.

10. Pyka kunĩ nhõ bẽnjadjwỳr ne jakam reunião nh-ipêx
Terra todos POSS presidente NF hoje reunião 3-v.fazer
'O presidente da nação Kayapó fez uma reunião hoje.'

11. *Pyka kunĩ nhõ bẽnjadjwỳr **wã** ne jakam reunião nh-ipêx
Terra todos POSS presidente DEM NF hoje reunião 3-v.fazer
*'Aquele presidente da nação Kayapó fez uma reunião hoje.'

Verifica-se em (8) e (10) que o nome nu, em Mebêngôkre, pode fazer referência a um objeto único no mundo ou domínio, como o sol ou o presidente, diferentemente do que se observa em línguas como o PB (*'Sol está forte hoje'), mas que os demonstrativos do Mebêngôkre não podem fazer isso, tal como se observa em demonstrativos de outras línguas, inclusive no PB.

Uma diferença apontada na literatura para a interpretação de expressões nominais definidas e indefinidas é a capacidade de fazer referência a indivíduos distintos, quando empregada mais de uma vez numa mesma sentença. Os definidos retomam necessariamente o mesmo indivíduo, gerando contradição em contextos com propriedades contrárias, como "a cidade fica no Brasil e a cidade fica fora do Brasil", mas os indefinidos não, por permitirem a cada emprego a referência a um indivíduo distinto, como em "Uma cidade (Uberaba) fica no Brasil e uma cidade (Montevidéu) fica fora do Brasil". Demonstrativos também podem apontar para indivíduos diferentes, desde que a segunda vez em que aparecem na sentença seja acompanhada de uma sinalização ostensiva ou de uma pronúncia mais acentuada, para distinguir os referentes. Também em Mebêngôkre verificamos, usando nomes próprios, que sentenças coordenadas com informações contraditórias são boas com referentes distintos (12), mas não com o mesmo referente participando de ambas as ações (13). O demonstrativo, com ênfase na pronúncia da segunda aparição e a adição do termo *'õdjwỳ* (outro), foi feliz nesse contexto (14).

12. **Junior** ne õt o nõ nhym **Pawi** arỳm prõt
Junior NF v.dormir nf Ins. Pos. deitado CONJ2 Pawi REC v.correr
'Junior estava dormindo enquanto Pawi já estava correndo.'

13. ***Junior** ne õt o nõ ne **Junior** arỳm prõt
Junior NF v.dormir nf Ins. Pos. deitado CONJ1 Junior REC v.correr
*'Junior estava dormindo enquanto Junior já estava correndo.'

14. Ropre **wã** ne õt o nõ nhym kam ropre wã 'õdjwỳ prõt
Cachorro DEM NF v.dormir nf Ins. Pos. deitado CONJ2 LOC cachorro DEM outro v.correr
'Aquele cachorro estava dormindo enquanto aquele cachorro estava correndo.'

Se *'õdjwỳ* 'outro' for retirado de (14), a sentença com o demonstrativo, na ausência de ostensão ou entonação marcada (foco?) se tornará contraditória, tal como (13), pois ambas as expressões estarão remetendo ao mesmo cachorro. Vale observar ainda que, embora estejamos traduzindo *'õdjwỳ* por 'outro', não estamos certos de que *'õdjwỳ* seja de categoria nominal.

Uma outra questão investigada na elicitação foi o tipo de expressão nominal que pode fazer referência à espécie em sentenças genéricas. O nome nu, nas sentenças de (15) a (19), fala das espécies *ropkrori* (onça), *Ngɨ̃jadjy* (veado), *angrô* (porcão) e *kukryt* (anta), e não de indivíduos específicos:

15. **Ropkrori** ne kute tu mry õ krẽ
Onça NF 3ref qualquer carne IN v.comer
'Onça come qualquer carne'

16. **Ropkrori** ne àkrê
Onça NF feroz
'Veado é manso.'

17. **Ngɨ̃jadjy** ne uwabô
Veado NF manso
'Veado é manso.'

18. **Angrô** ne ku-bê mry dj-àkrê
Porcão NF 3-essivo animal 3-feroz
'O porcão é um animal feroz.'

19. **Kukryt** ne kwỳ kam àkrê
Anta NF QU LOC feroz
'Anta é raramente perigosa.'

O nome nu do exemplo (20) fala de representantes (em número indefinido), de instanciações da espécie *krwỳt* (traíra); assim como o nome nu em (21) fala de instanciações da espécie *kajre* (coelho); para falar de um indivíduo em particular, é preciso usar o demonstrativo, como em (22), ou um nome próprio, como em (23), ou um quantificador universal, como em (24):

20. **Krwỳt** ne 'ã ngô-ngrà kam ty
Traíra NF durante rio-seco LOC v. morrer
'Morreu traíra durante a seca do rio.'

21. **Kajre** ne na kunĩ kôt ty
Coelho NF chuva todo CNT v.morrer
'Morreu coelho o inverno inteiro.'

22. Ropkrori **jã** ne àkrê
Onça DEM NF feroz
'Essa onça é feroz.'

23. Pi'ôk ne ba mesa 'ã kudji nhym kam **Irekuniti** kute omũnh kêt
Livro NF 1 mesa em cima CONJ2 LOC Irekuniti 3ref. v. ver NEG
'A Irekuniti não viu um livro que eu deixei na mesa.'

24. Pi'ôk jarẽnh djwỳnh **kunĩ** pi'ôk matemática **kunĩ** jarẽnh
Aluno todo livro matemática todo v.ler
'Todo aluno leu todo livro sobre matemática.'

Esses dados são muito interessantes, visto que em português é consenso que a referência a espécie pode ser feita com uma descrição definida singular ('O pau-brasil produz uma tinta vermelha') mas não com a descrição indefinida (#'Um pau-brasil produz uma tinta vermelha'); e é controverso se o nome nu pode ou não fazer referência a espécie ('Dinossauro está em extinção' é dado como adequado por alguns linguistas, e como inadequado por outros).

Em Mebêngôkre, a genericidade da sentença pode ser confirmada pelo não licenciamento do numeral *pydji* (um), na descrição do predicado *uwabô* (manso), quando aplicado a todos os indivíduos da espécie (25). Em outro teste, a partícula *õ* é aceita em Mebêngôkre para referência a qualquer um da espécie (26).

25. *Ngĩjadjy **pydji** ne uwabô
Veado um num. NF manso
*'Um veado é manso.'

26. Ngĩjadjy **õ** ne uwabô
Veado IN NF manso
'Qualquer veado é manso.'

Já o quantificador universal como *kunĩ* (todos) pode ser utilizado para descrever todos os indivíduos da espécie (27).

27. Ngĩjadjy **kunĩ** ne uwabô
Veado todo NF manso
'Todo veado é manso.'

Os dados são resultados de elicitações iniciais na língua. Essa é uma pesquisa em andamento e as análises preliminares demonstram que não há marcadores de definitude na língua-alvo; porém, alguns marcadores de indefinitude foram identificados; resta compreender a sua distribuição e se a natureza é evidencial ou epistêmica, como alguns dados apontam.

4. Conclusão

Mesmo línguas sem determinantes apresentam estratégias para marcar alguns contrastes entre interpretações nominais. No caso do Mebêngokrê, língua que não tem marcação morfológica de número nominal (não tem um morfema de plural ou de singular) e que não conta com artigos ou determinantes definidos, verificamos a existência de demonstrativos, de um quantificador universal (como 'todo' em português) e de marcadores de indefinitude diversificados. Há pelo menos uma

partícula indefinida especializada em indicar a escolha de um indivíduo destacado dentre outros semelhantes num conjunto, e uma que indica unicidade, mas com indiferença pela escolha de um indivíduo específico dentre um grupo de objetos semelhantes. Vale também lembrar a contradição observada em Mebêngokrê quando o referente de um mesmo nome próprio é descrito como em ações simultaneamente conflitantes (João está acordado agora e João está dormindo agora); mas, quando a referência é feita com o demonstrativo, diferenciando a entonação ou com ostensão, não há contradição, assim como também é eliminada a contradição em presença da partícula *'õdjwỳ* 'outro'. O demonstrativo não pode ser empregado para objetos únicos na situação, como o sol no céu ou o presidente da nação. Concluímos, pois, que a língua Mebêngokrê não conta com expressões nominais definidas (como artigos definidos), mas conta com quantificadores universais, demonstrativos bem comportados e diversos indefinidos especializados. Esta pesquisa está em andamento, e esperamos encontrar novos indefinidos, bem como entender melhor a especialização de cada um deles em breve.

Referências

ABBOTT, Barbara. Definitess and indefinitess. *In*: *The Handbook of Pragmatics*. pp. 122-149. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229627824_Definiteness_and_Indefiniteness. Acesso em: 05 mar. 2023.

BOCHNAK, M. Ryan; MATTHEWSON, Lisa. (eds). *Methodologies in Semantic Fieldwork* (New York, 2015; online edn, Oxford Academic, 22 jan. 2015). DOI: https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190212339.001.0001. Acesso em: 18 mar. 2023.

CHIERCHIA, G. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language and Semantics*, v. 6, pp. 339-405. 1998.

CHIERCHIA, G. Mass nouns, vagueness and semantic variation. *Synthese*, v. 174, pp. 99-149, 2010.

CHIERCHIA, G. Mass vs. Count: Where do we stand? Outline of a theory of semantic variation. *In*: KISS, T; PELLETIER, J; HUSIC, H (eds.) *Things and Stuff: The Semantics of the Count-Mass Distinction*. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2021. pp. 21-54.

COSTA, Lucivaldo Silva da. *Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê).* (Doctoral dissertation, Universidade de Brasília; 359pp.), 2015.

DAYAL, V. Number marking and (in)definiteness in kind terms. *Linguistics and Philosophy*, v. 27, pp. 393-450. 2004.

DAYAL, Veneeta (ed.). *The Open Handbook of (In)definiteness*: a hitchhiker's guide to interpreting bare arguments. Cambridge, MA: MIT Press, 2026.

DIXON, Robert MW. Demonstratives: A cross-linguistic typology. Studies in Language. International Journal sponsored by the Foundation. *Foundations of Language*, v. 27, n. 1, pp. 61-112, 2003.

GOMES, A. Q. Línguas Indígenas Brasileiras: O novo campo de provas dos universais linguísticos. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, SP, v. 15, n. 1, pp. 149-165, 2015. DOI: https://doi.org/10.20396/liames.v15i1.8641500. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8641500. Acesso em: 19 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Povos Indígenas no Brasil*: quem são? Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/brasil-indigena/. Acesso em: 31 mar. 2026.

LIMA, Suzi. *The grammar of individuation and counting*. Tese de Doutoramento, Universidade de Massachusetts, Amherst. 2014.

MATTHEWSON, Lisa. On the methodology of semantic fieldwork. *International journal of American linguistics*, v. 70, n. 4, pp. 369-415, 2004.

MENEZES, Claudiane da Silva. Censo das aldeias 2021. *In*: *São Félix do Xingu-PA.* Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT), 2021.

MENDONÇA JUNIOR, Clédson. *Aspecto Lexical na Língua Mebêngôkre (Kayapó*): estudo com indígenas em trânsito pela cidade de São Félix do Xingu - *PA.* 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDONÇA JUNIOR, Clédson; QUADROS GOMES, Ana Paula. *(In)Definitude:* um estudo com falantes de Mebêngôkre (Kayapó) sob a perspectiva da Semântica Formal. Seminário de Pesquisas Linguísticas em Andamento (SEPLA), 2022, no prelo.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Uma história dos nominais nus: o português brasileiro e as línguas indígenas brasileiras. *Revista Letras*, [S.l.], v. 104, n. 1, dez. 2021. ISSN 2236-0999. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/84134. Acesso em: 20 fev. 2023. DOI: https://doi.org/10.5380/rel.v104i1.84134.

QUADROS GOMES, A. P.; JULIO, A.; BORELLA, C. de C. Terena: uma língua de nomes nus que conta com dois artigos definidos. *Cadernos do IL*, [S. l.], n. 63, pp. 146-157, 2021. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/128512. Acesso em: 15 mar. 2023.

SALANOVA, Andrés Pablo. *Nominalizations and aspect*. 2007. Dissertation (Doctorate in Linguistics) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 2007.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. *Trabalho de campo para análise linguística em semântica formal*. Revista Letras, v. 90, n. 2, 2014.

SILVA, Maria Amélia Reis. *Pronomes, Ordem e Ergatividade em Mebengokre (Kayapó)*. 2001. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VIEIRA, Marcia Damaso. The expression of quantificational notions in Asurini do Trocará: Evidence against the universality of determiner quantification. *In*: BACH, Emmon *et al*. (eds.). *Quantification in natural languages*. Studies in Linguistics and Philosophy, v. 54. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 1995. pp. 701-720

VIEIRA, Marcia Damaso. Quantificadores adverbiais em Asurini do Trocará, Tupinambá e Guarani Mbyá (família Tupi-Guarani). *Revista Linguíftica,* v. 17, n. 1, pp. 78-114, 2022. DOI: https://doi.org/10.31513/linguistica.2021.v17n1a54084.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69726

Construções locativas em Kajkwakhrattxi-Tapayuna

Locative constructions in Kajkwakhrattxi-Tapayuna

Diogo Issaburo Evangelista Koga[1]

RESUMO

Este artigo descreve as estratégias empregadas pelos falantes de Kajkwakhrattxi-Tapayuna (família Jê, ramo Jê Setentrional) na codificação de construções locativas, argumentando que traços semânticos de animacidade desempenham papel central na escolha da estratégia de localização. A pesquisa, conduzida com falantes da aldeia Kawêrêtxikô (T.I. Capoto/Jarina), identificou quatro tipos de construções locativas: (i) postural, que expressa a localização associada à postura de participantes animados (de forma assertiva) e à orientação de participantes inanimados (de forma assertiva ou pressuposta), podendo ainda codificar noções aspectuais durativa e frequentativa; (ii) perceptual, formada pelo complexo *anhĩ rit* (REFL olhar), que indica a localização de participantes cuja presença ou ausência seja inesperada ou que estejam distantes; (iii) de movimento, baseada nos verbos *mwra/mwraj* 'ir.SG' e *wa* 'ir.PL', restrita a participantes humanos e empregada quando a postura não é relevante ou não pode ser determinada; e (iv) de justaposição, utilizada para especificar localizações exatas. Os resultados sugerem que o sistema locativo do Kajkwakhrattxi demanda o refinamento do conceito de Construção Locativa Básica (CLB), conforme proposto por Ameka e Levinson (2007), de modo a abarcar línguas em que a codificação da função locativa depende fortemente de traços semânticos do participante localizado.

PALAVRAS-CHAVE: Predicação não-verbal. Predicado locativo. Animacidade. Tipologia linguística. Línguas Jê.

ABSTRACT

This article examines the strategies utilized by speakers of Kajkwakhrattxi-Tapayuna (Jê family, Northern Jê branch) in encoding locative constructions, emphasizing the pivotal role of semantic features of animacy in determining the choice of localization strategy. The research, conducted with speakers from the Kawêrêtxikô village (Capoto/Jarina Indigenous Land), identified four distinct types of locative constructions: (i) postural, which conveys the location associated with the posture of animate participants (assertively) and the orientation of inanimate participants (assertively or presupposed), and can also encode durative and frequentative aspectual notions; (ii) perceptual, formed by the complex *anhĩ rit* (REFL look), which indicates the location of participants whose presence or absence is unexpected or who are distant; (iii) motion-based, constructed with the verbs *mwra*/*mwraj* 'go.SG' and *wa* 'go.PL', restricted to human participants and used when posture is not relevant or cannot be determined; and (iv) juxtaposition, employed to specify exact locations. The findings indicate that the locative system of Kajkwakhrattxi calls for a refinement of the concept of the Basic Locative Construction (BLC), as proposed by Ameka and Levinson (2007), to adequately account for languages in which the expression of locative functions is substantially conditioned by the semantic properties of the entity being located.

KEYWORDS: Non-verbal predication. Locative predicate. Animacy. Linguistic typology. Jê languages.

[1] Mestre e Doutorando em Linguística. Universidade de Brasília (UnB), diogo.kogadk@gmail.com, https://orcid.org/0000-0003-0053-7732.

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 21/04/2026

1. Introdução

Este trabalho[2] trata dos predicados locativos, ou construções locativas, em Kajkwakhrattxi-Tapayuna. Se, por um lado, a expressão da localização de participantes em um espaço físico constitui uma função amplamente atestada nas línguas do mundo; por outro, as estratégias empregadas para expressá-la variam consideravelmente. O estudo dessa diversidade resultou no surgimento de propostas tipológicas voltadas às chamadas construções locativas (Stassen, 1997; Ameka; Levinson, 2007).

Apesar dessas propostas, a descrição de predicados locativos em Kajkwakhrattxi-Tapayuna (Jê Setentrional) ainda é bastante incipiente, tendo sido explorada apenas de forma superficial em trabalhos mais gerais sobre essa língua. Um desses estudos é a descrição de Camargo (2015), que examina construções locativas cuja estrutura se baseia na justaposição entre o sujeito e um sintagma locativo posposicionado, conforme ilustrado em (1). Outros trabalhos que abordam essas construções incluem investigações preliminares sobre predicação não verbal em Kajkwakhrattxi (Koga, 2023, 2025), nas quais se discutem brevemente construções locativas introduzidas por verbos de postura, como exemplificado[3] em (2)[4].

(1) *hwĩ* *kãmw* *na* *tô* *nrãnrãtxi*
árvore LOC TOP folha verde
'A folha verde está na árvore.' (Camargo, 2015, p. 174)

(2) *ga-t* *ga* *associação* *nh-õ* *tikhre* *kãmw* ***nhỹ***
2-TOP 2 associação TH-GEN casa LOC sentar
'Você está na casa da associação [sentado].'

---

[2] Agradeço aos revisores anônimos da Revista Linguística pelas valiosas críticas e comentários construtivos, que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste artigo. Registro, igualmente, meus mais sinceros agradecimentos à comunidade Kajkwakhrattxi, da aldeia Kawêrêtxikô, pela generosa acolhida e por compartilhar comigo sua língua e cultura. De modo especial, expresso minha gratidão ao *ikhrãthũmw* Horengô Tapayuna, aos *ingêthũmw̃* Nokêrê Tapayuna, Hwĩkhà Tapayuna e Rowthyktxi Tapayuna, bem como às *ithwatxi* Ngejkâ Tapayuna e Rikô Tapayuna. Eventuais imprecisões ou equívocos são de inteira responsabilidade do autor.

[3] Glosas utilizadas: 1 primeira pessoa; 2 segunda pessoa; 3 terceira pessoa; AUX auxiliar ERG ergativo INFE inferencial F forma finita FACT factivo GEN genitivo LOC locativo NEG negação NF forma não finita NOM nominativo NMLZ nominalizador PL plural REFL reflexivo SD sujeito diferente SG singular TH consoante temática TOP tópico. Outras abreviaturas utilizadas: OBL oblíquo SP sintagma posposicionado SUJ sujeito.

[4] Neste artigo, os dados referentes à língua Kajkwakhrattxi são apresentados em sua forma ortográfica, a qual, embora ainda não esteja completamente padronizada, vem sendo amplamente discutida entre seus falantes. Para leitores com menor familiaridade com essa ortografia, apresentam-se a seguir as correspondências adotadas neste trabalho, nas quais a forma ortográfica precede o símbolo no alfabeto fonético internacional: a [a]; à [ə]; â [ə̂]; ã [ə̃]; e [ɛ]; ê [e]; ẽ [ẽ]; o [ɔ]; ô [o]; õ [õ]; i [i]; ĩ [ĩ]; y [ɨ]; ỹ [ɨ̃]; u [u]; ũ [ũ]; g [g]; h [h]; j [j]; k [k]; kh [kʰ]; mw [w̃]; n [n]; ng [ŋg]; nr [ŋɾ]; nh [ɲ]; r ɾ; t [t]; tʰ; tx [tʃ]; w [w]; w [p] (em posição de coda).

Essa lacuna identificada no estudo das construções locativas motivou o desenvolvimento de novas investigações em colaboração com o povo Kajkwakhrattxi da aldeia Kawêrêtxikô (T.I. Capoto/Jarina). Essas pesquisas possibilitaram não apenas uma compreensão mais aprofundada das construções previamente descritas, mas também revelaram a presença de outras estratégias empregadas na codificação da função locativa nessa língua. A partir dos resultados obtidos, em conjunto com as descrições anteriores, este artigo apresenta uma primeira tentativa de análise detalhada dos aspectos morfossintáticos e funcionais das construções locativas em Kajkwakhrattxi, bem como a identificação de seus contextos de uso. Essa descrição resultou na identificação de um verdadeiro sistema de construções locativas organizado com base em traços semânticos de animacidade do participante localizado e de condições pragmáticas envolvendo o contexto de fala. Sendo assim, viu-se pertinente concluir este artigo com uma discussão envolvendo a compatibilidade do conceito de Construção Locativa Básica (CLB) com um sistema como esse.

Este artigo está organizado em outras sete seções, além desta introdução. Na seção 2, encontra-se uma breve apresentação do povo Kajkwakhrattxi-Tapayuna. Na seção 3, são apresentados alguns aspectos tipológicos da língua Kajkwakhrattxi relevantes para o tema deste artigo. Na seção 4, são discutidas a definição e a tipologia das construções locativas. A seção 5 é dedicada à descrição da metodologia utilizada na coleta e análise dos dados. Na seção 6, são descritos os aspectos morfossintáticos e funcionais das diferentes estratégias de construções locativas encontradas em Kajkwakhrattxi. Na seção 7, discute-se a validez do conceito de construção locativa básica para essa língua. Por fim, na seção 8, são apresentadas as considerações finais.

2. Sobre os Kajkwakhrattxi-Tapayuna

O povo Kajkwakhrattxi-Tapayuna (doravante, apenas Kajkwakhrattxi[5]) totaliza 432 pessoas[6], que vivem atualmente em seis aldeias, distribuídas em duas Terras Indígenas: T.I. Capoto/Jarina, localizada no nordeste do estado do Mato Grosso, e T.I. Wawi, localizada no oeste do estado do Mato Grosso. O etnômio Kajkwakhratti (*kajkwa* ‘céu’ e *khrat* ‘tronco, início’) significa literalmente ‘início do céu’. Sua terra ancestral está localizada às margens do Rio Arinos (*ngôtxire*), mais precisamente em um extenso território situado entre o Rio Arinos e o Rio Sangue.

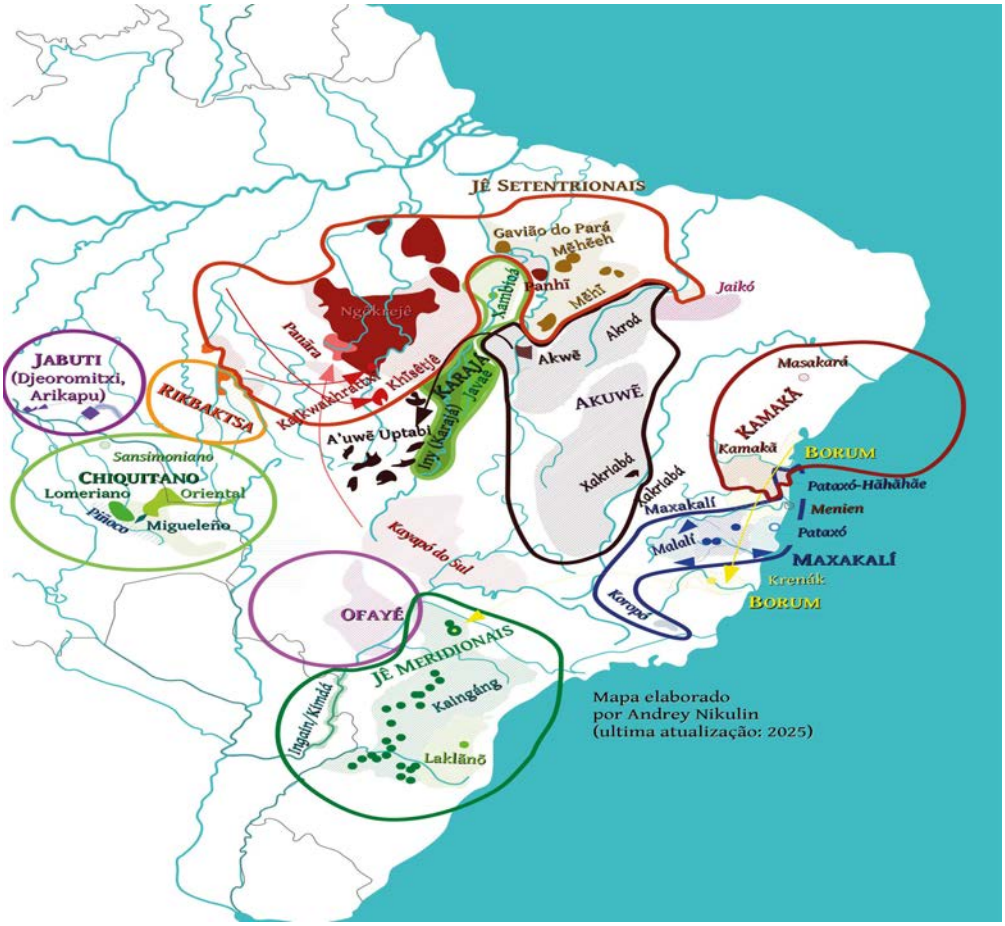
Por um lado, a história recente do povo Kajkwakhrattxi é marcada por desterramento, genocícidio e conflitos com não-indígenas e indígenas. Expulsos de seu território devido a inúmeros embates com fazendeiros e seringueiros, os Kajkwakhrattxi passaram por dois episódios

[5] O uso do etnômio Kajkwakhrattxi-Tapayuna em trabalhos acadêmicos partiu de uma decisão conjunta a professores, anciãs, anciãos e jovens da comunidade Kajkwakhrattxi como forma de dar continuidade, pelo menos temporariamente, ao etnômio Tapayuna, convencionado na literatura das áreas de Linguística e Antropologia. No entanto, por se autodenominarem Kajkwakhrattxi, dou preferência ao uso desse etnômio ao longo do artigo.

[6] Segundo um censo de 2024 promovido pela Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, disponível em: https://amigosdaterra.org.br/biblioteca/censo-tapayuna. Em comunicação pessoal, a Amigos da Terra apresentou os seguintes dados populacionais de cada aldeia: Kawêrêtxikô: 189 habitantes; Thyrykô: 20 habitantes; Ngôtxire: 32 habitantes; Kikatxi: 115 habitantes; Wakatxi: 6 habirantes; Hriktxikô: 10 habitantes.

de envenenamento (*cf.* Brandão, 2021, p. 13). Esses casos, somados a uma epidemia de gripe, quase dizimaram toda sua população, que chegou ao número de 41 pessoas em 1969 (*cf.* Brandão, 2021, p. 26). Realocados pelos irmãos Villas-Boas em 1969, passaram a viver junto ao povo Khĩsêtjê na Terra Indígena Wawi. O mapa abaixo (figura 1), retirado de Nikulin (2020), ilustra a distribuição geográfica dos povos Macro-Jê, no qual pode-se identificar os povos Jê Setentrionais em vermelho:

Figura 1: distribuição dos povos Macro-Jê



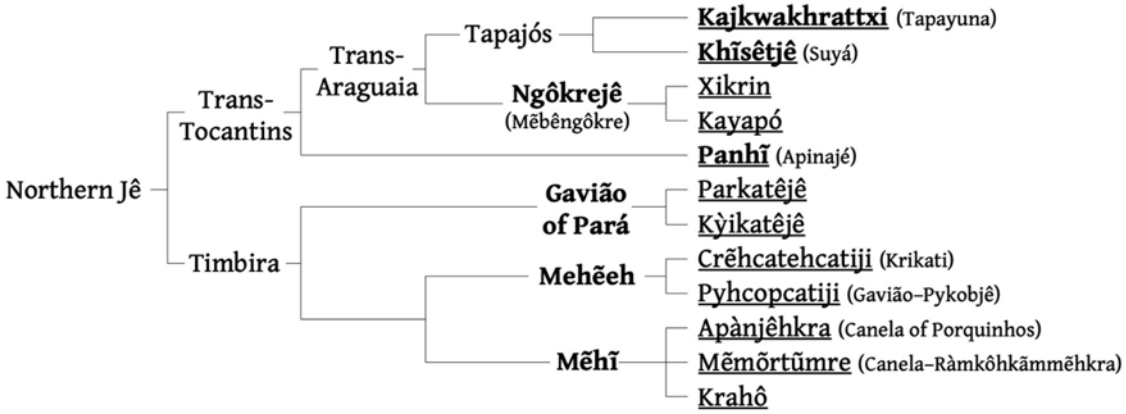
Fonte: Nikulin (2020, p. 4)

Por outro lado, o povo Kajkwakhrattxi vem se articulando e lutando por seu direito à terra e pelo fortalecimento de sua *kamwẽrẽ* (língua) e *kukhràtà* ("cultura", modo de ser). Essa luta resultou na recente publicação da Portaria nº 95/PRES de 06/02/2025, que oficializou a abertura do GT responsável pela elaboração do relatório referente à demarcação da Terra Indígena Tapayuna. Adicionalmente, o fortalecimento linguístico e cultural – articulado entre comunidade, ONGs parceiras e pesquisadoras/es – vem movimentando as aldeias Kajkwakhrattxi com projetos voltados para o registro, transcrição e tradução de narrativas históricas e mitológicas.

3. Alguns aspectos tipológicos da língua Kajkwakhrattxi

Esta seção aborda aspectos tipológicos relevantes da língua Kajkwakrhattxi, os quais são fundamentais para uma compreensão mais aprofundada dos dados que serão analisados neste artigo. O Kajkwakrhattxi pertence ao ramo Jê Setentrional da família Jê, que, por sua vez, integra o tronco Macro-Jê. A figura 2, apresentada abaixo, ilustra a classificação interna do ramo Jê Setentrional.

Figura 2: classificação interna do ramo Jê Setentrional



Fonte: Nikulin (no prelo)

O Kajkwakhrattxi é uma língua majoritariamente isolante, e de núcleo final. Em certas construções verbais, o núcleo verbal pode ser modificado por um auxiliar, que ocorre posposto ao verbo. Apesar de apresentar pouca morfologia, os verbos em Kajkwakhrattxi, assim como em todas as línguas Jê Setentrionais, distinguem formas finitas de formas não finitas[7]. As formas finitas são utilizadas em orações independentes no geral (3), enquanto as formas não finitas são usadas em orações dependentes e em construções com auxiliares pós-verbais (4).

(3) *hẽn* *wa* *ngôtxi* *ro* *thẽ*
FACT 1 rio LOC ir.SG
'Eu fui ao rio.'

(4) *atu* *wê* *wa* *ngôtxi* *ro* *i-thẽmw* *mwã*
dia DIR 1 rio LOC 1-ir.SG FUT.MOD
'Eu vou ao rio amanhã.'

[7] Essa distinção pode ser realizada por meio de sufixos, prefixos e supleção. Existem também verbos em que a forma finita é igual à forma não finita, como é o caso dos verbos de postura plurais (*cf.* Nikulin, 2020 para mais detalhes).

As construções com formas verbais finitas seguem um alinhamento ativo-inativo, ou seja, um grupo de verbos intransitivos, chamados aqui de ativos (5), têm seu argumento S[8] (doravante Sa) codificado por pronomes livres ou sintagmas nominais sinalizados pela posposição nominativa *ra*, alinhando-se com o argumento A de orações transitivas (7), enquanto outro grupo de verbos intransitivos, chamados aqui de inativos (6), têm seu argumento S (doravante Sp) codificado por meio de índices de pessoa, alinhando com o P das transitivas. Por sua vez, as construções com verbos não finitos seguem um alinhamento ergativo-absolutivo com argumento S/A pronominais (comparar (8), (9) e (10)), isto é, P=S≠A, e um alinhamento nominativo-absolutivo com argumento A nominal, que não é sinalizado pela posposição ergativa, mas sim pela posposição nominativa (11) (*cf.* Koga; Castro Alves, 2023 para mais detalhes sobre os padrões de alinhamento em Kajkwakhrattxi).

(5) *hẽn* *wa*^{Sa} *nghre*
FACT 1 cantar
'Eu cantei/dancei.'

(6) *a*^{Sp}*-mwet-txi*?
2-ser.bom-INTS
'Você está bem?'

(7) *hẽn* *wa*^{A} *a*^{P}*-kura*
FACT 1 2-bater
'Eu te bati.'

(8) *akamwàt* *kãmw* *i*^{S}*-ngere* *mwã*
noite LOC 1-cantar FUT.MOD
'Eu vou cantar/dançar de noite.'

(9) *a*^{S}*-mwet-txi* *kêrê*
2-ser.bom-INTS NEG
'Você não está bem.'

(10) *atu* *mwã* [*i-re*]^{A} *thew*^{P} *j-arit* *mwã*^{AUX}
dia DIR 1-ERG peixe TH-procurar.NF FUT.MOD
'Eu vou pescar amanhã.'

(11) *atu* *mwã* [*horengô* *ra*]^{A} *thew*^{P} *j-arit* *mwã*^{AUX}
dia DIR orengô NOM peixe TH-procurar.NF FUT.MOD
'Horengô vai pescar amanhã.'

[8] Neste trabalho, os rótulos SAP são usados com base em Dryer (2007): S corresponde ao único argumento de construções intransitivas; A ao argumento mais agentivo das transitivas; P ao argumento mais próximo de um paciente das transitivas. Adicionalmente, seguindo Klimov (1974), em construções que seguem um padrão de alinhamento ativo-inativo, Sa corresponde ao argumento S de verbos intransitivos ativos e Sp ao argumento S de verbos intransitivos inativos.

4. Definição e tipologia das construções locativas

Definir o que é uma construção locativa pode parecer um exercício bastante intuitivo, mas requer atenção aos critérios e termos a serem considerados. Uma dessas considerações consiste em decidir se a definição estará baseada em critérios formais, funcionais ou em ambos. Neste trabalho, opta-se por uma definição funcional de construção locativa, ou seja, uma que prioriza as funções desempenhadas por esse tipo de construção. Mais especificamente, adota-se aqui a definição de predicado locativo proposta por DeLancey (2001) e Stassen (1997), relatada em (12):

(12) Definição funcional de predicado locativo (DeLancey, 2001 *apud* Overall, *et al*., 2018):
O predicado de localização situa o sujeito no espaço físico caracterizado pelo predicado adverbial[9].

A adoção de uma definição centrada na função se adequa de duas formas ao desenvolvimento deste trabalho. A primeira é a de que adotar uma definição funcional facilita o exercício comparativo entre a descrição proposta para o Kajkwakhrattxi e aspectos de predicados locativos identificados pela tipologia de modo geral. Conforme argumenta DeLancey (2001), as funções gramaticais tendem a ser mais amplamente compartilhadas entre as línguas do mundo do que os aspectos estruturais (formais), que costumam apresentar maior grau de variabilidade.

A segunda está em se alinhar à perspectiva construcional — isto é, aos preceitos da Gramática de Construções (Goldberg, 1995; Croft, 2001) — que corresponde a um dos aportes teóricos deste artigo. Especificamente, a abordagem proposta por Croft (2014), de que estudos comparativos podem ser norteados por dois tipos de conceitos: **construções** e **estratégias**. As definições de ambos os conceitos se encontram em (13):

(13) Tipos de conceitos comparativos (Croft, 2014, p. 537):

a. **construção:** uma construção (ou qualquer construção) em uma língua (ou em qualquer língua) utilizada para expressar uma determinada combinação de estrutura semântica e função de empacotamento da informação[10].

b. **estratégia:** uma construção em uma língua (ou em qualquer língua), utilizada para expressar uma determinada combinação de estrutura semântica e função de empacotamento da informação, que se distingue adicionalmente por certas características de forma gramatical que podem ser definidas de maneira consistente em termos translinguísticos[11].

---

[9] Texto original: “the location predicate locates the subject in the space characterized by the predicate adverbial” (Overall, *et al*., 2018, p. 8).

[10] Texto original: “construction: a construction (or any construction) in a language (or any language) used to express a particular combination of semantic structure and information packaging function”.

[11] Texto original: “strategy: a construction in a language (or any language), used to express a particular combination of semantic structure and information packaging function, that is further distinguished by certain characteristics of

Para essa perspectiva, a noção de **construção** assemelha-se ao conceito de **função gramatical**. Por sua vez, o termo **estratégia** corresponde ao modo como determinada construção (função) é codificada em uma língua específica, ou seja, refere-se a seus aspectos morfossintáticos (forma). Em termos de construções locativas, isso significa que, embora as diferentes línguas possuam algum tipo de construção destinada a expressar a localização de um participante em determinado espaço físico, a estratégia empregada para codificar tal função pode variar significativamente de uma língua para outra.

Tal variabilidade levou à identificação de diferentes tipos de línguas com base nas estratégias utilizadas por seus falantes na hora de codificar construções locativas. Segundo Ameka e Levinson (2007), a tipologia dessas construções se define, principalmente, pela variação tanto na quantidade quanto na natureza semântica dos verbos que as encabeçam. Assim, os autores identificam quatro tipos de predicação locativa:

(14) Tipos de predicação locativa (Ameka; Levinson, 2007, p. 852):

- Tipo 0: sem verbo;
- Tipo I: um único verbo;
  - Tipo Ia: cópula;
  - Tipo Ib: verbo locativo (+ existencial);
- Tipo II: um pequeno e contrastivo grupo de verbos locativos (de 3 a 7 verbos);
  - Tipo IIa: verbos posturais;
  - Tipo IIb: verbos indicadores de espaço terrestre;
- Tipo III: verbos posicionais multiverbais (um amplo conjunto de verbos posicionais, de 9 a 100).

Dentre esses tipos, o Kajkwakhrattxi aproxima-se mais do **tipo II**, no qual a construção locativa é codificada por meio de um conjunto limitado de verbos posturais. Verbos posturais são aqueles que expressam a postura de um participante animado e/ou a orientação de um participante inanimado (ver **seção 6.1.1** para mais detalhes). No entanto, outras estratégias locativas, além do uso de verbos posturais, podem ser encontradas nessa língua.

A próxima seção apresenta de forma concisa a metodologia adotada por este estudo para a coleta de dados.

5. Metodologia

Os dados analisados neste estudo foram obtidos em contextos diversos, por meio de distintas metodologias: i) produção linguística a partir de estímulos visuais; ii) transcrição e tradução de narrativas orais; e iii) elicitação. Esta seção tem como objetivo detalhar a aplicação de cada um desses

grammatical form that can be defined in a crosslinguistically consistent fashion".

métodos, evidenciando de que modo contribuíram para a investigação das construções locativas em Kajkwakhrattxi.

Inicialmente, a pesquisa baseou-se em dados provenientes de estímulos visuais semelhantes aos descritos por Ameka e Levinson (2007). No entanto, os materiais de estímulo sugeridos pelos autores não foram utilizados diretamente, optando-se por empregar objetos disponíveis no ambiente de coleta ou inseridos na cultura material do povo Kajkwakhrattxi. Ademais, verificouse que traços semânticos de animacidade exercem papel central nas estratégias de localização dessa língua. Assim, os estímulos visuais passaram a explorar contrastes entre a localização de participantes humanos, não humanos e inanimados, algo que não seria viável com os materiais originalmente propostos.

Paralelamente, as narrativas orais transcritas e traduzidas forneceram dados que permitiram observar construções locativas em um contexto de produção linguística mais natural. Por fim, o método de elicitação foi empregado principalmente para testar propriedades morfossintáticas e para comparar os dados oriundos dos estímulos visuais com situações em que esses estímulos não estavam presentes, como na indicação da localização de participantes afastados do falante.

A seção seguinte apresenta as diferentes estratégias utilizadas pelos falantes de Kajkwakhrattxi na codificação de construções locativas, bem como suas propriedades morfossintáticas e funcionais.

6. As construções locativas em Kajkwakhrattxi

As investigações conduzidas com falantes de Kajkwakhrattxi da aldeia Kawêrêtxikô evidenciaram a existência de quatro estratégias utilizadas na codificação da construção locativa. Essas estratégias foram delimitadas com base em sua estrutura morfossintática. Três dessas estratégias têm como núcleos formas verbais, os quais foram distinguidos a partir de seus traços semânticos. A primeira consiste no uso de um pequeno grupo de verbos posturais (em pé, sentado e deitado), denominada *estratégia de postura*. A segunda consiste no uso dos verbos de movimento *mwra* (F)/*mwraj* (NF) 'ir.SG' e *wa* 'ir.PL', doravante tratada como *estratégia de movimento*. A terceira envolve o uso do verbo *rit* 'olhar, despertar', precedido do marcador reflexivo *anhĩ*, e será denominada *estratégia de percepção*. Por fim, a quarta estratégia não possui nenhum elemento verbal e é estruturada a partir da justaposição entre o participante localizado e um sintagma posposicionado locativo, por esse motivo chamada de *estratégia de justaposição*. As subseções a seguir tratam de cada uma dessas estratégias.

6.1. Estratégia de postura

A *estratégia de postura*, observada no Kajkwakhrattxi, consiste na codificação de uma construção locativa por meio de sentenças encabeçadas por verbos de postura., a saber: *ta*(F)*/tãm*(NF) 'estar em pé.SG', *kutê*(F=NF) 'estar em pé.PL', *nhỹ*(F)*/nhỹrỹ*(NF) 'estar sentado.SG', *khrĩ*(F=NF) 'estar sentado.PL', *nõ*(F)*/nõrõ*(NF) 'estar deitado', *djêt*(F=NF) 'estar pendurado.SG', *tarija*(F=NF) 'estar pedurado.PL'. Essa estratégia caracteriza-se por indicar, além da localização, a postura (sentado, em pé, deitado ou pendurado) de participantes animados, ou a orientação (vertical ou horizontal) de participantes

inanimados. Além disso, essa estratégia também pode ser utilizada para indicar as noções aspectuais durativa e frequentativa, associadas à função locativa. Todas essas funções, seus contextos de uso e propriedades morfossintáticas serão exploradas nas subseções **6.1.2** e **6.1.3**. Contudo, antes disso, a subseção a seguir introduz, brevemente, a gramática dos verbos posturais em Kajkwakhrattxi.

6.1.1. Verbos posturais

As propriedades gramaticais dos verbos posturais e seus usos nunca foram abordadas de forma detalhada em trabalhos publicados sobre a língua Kajkwakhrattxi, tendo sido discutidos brevemente em Koga & Nikulin (2024). Assim, esta subseção dedica-se a suprir essa lacuna e a apresentar os principais aspectos morfossintáticos e funcionais desse conjunto de verbos. No quadro 1 abaixo, encontra-se o paradigma dos verbos posturais do Kajkwakhrattxi. Esse paradigma considera o tipo de postura codificada por cada verbo e a sua quantidade de participantes (singular/dual *vs* plural).

Quadro 1: Verbos posturais em Kajkwakhrattxi

Verbo	**Glosa**	**Verbo**	**Glosa**
ta(F)*/tãmw*(NF)	em pé.SG	*kutê*(F=NF)	em pé.PL
nhỹ(F)*/nhỹrỹ*(NF)	sentado.SG	*khrĩ*(F=NF)	sentado.PL
nõ(F)*/nõrõ*(NF)	deitado.SG	*nõ*(F)*/nõrõ*(NF)	deitado.PL
djêt(F=NF)	pendurado.SG	*tarija*(F=NF)	pendurado.PL

Fonte: elaboração do autor

Quanto aos seus aspectos morfossintáticos, os verbos posturais comportam-se como verbos intransitivos ativos. Isto é, suas raízes e estruturas argumentais variam conforme a finitude, a qual é determinada pelo tipo de construção em que ocorrem. No Kajkwakhrattxi, as formas finitas (15a-18a) são utilizadas em orações independentes. Já as formas não-finitas (15b-17b), ocorrem em orações dependentes ou em construções com auxiliares pós-verbais (negação, futuro, aspecto progressivo/contínuo, entre outros). Em seu uso pleno (isto é, como verbo lexical), os verbos posturais só podem ser empregados com participantes animados, não admitindo participantes inanimados. A codificação do participante, como argumento S, segue os padrões de alinhamento sintático determinados pela finitude da raiz verbal, conforme exposto na **seção 3**. Isto é, na forma finita, os verbos posturais têm seu argumento Sa expresso por pronomes livres ou sintagmas nominais plenos. Na forma não-finita, o argumento S ocorre indexado ao verbo por meio de marcas de pessoa, podendo, opcionalmente, ser duplamente codificado a partir do uso de pronomes livres ou sintagmas nominais plenos.

(15) a. *hẽn* *wa*^{S} *ta*
FACT 1 em.pé.SG
‘Eu estou em pé.’

b. *i*^{S}*-tãmw* *kêrê*
1-em.pé.SG.NF NEG
'Não estou em pé. '

c. *waj* [*ga* *aj*]^{S} *a*^{S}*-kutê*
INFE 2 PL 2-em.pé.PL
'Vocês devem estar em pé.'

(16) a. *hẽn* *wa*^{S} *djêrê*
FACT 1 penduar.SG
'Eu estou pendurado.'

b. *waj* *[ga* *aj]*^{S} *a*^{S}*-j-arija*
INFE 2 PL 2-TH-pendurar.PL
'Vocês devem estar pendurados.'

(17) a. *hẽn* *wa*^{S} *nhỹ*
FACT 1 sentar.SG
'Eu estou sentado.'

b. *i*^{S}*-nhỹrỹ* *kêrê*
1-sentar.SG.NF NEG
'Não estou sentado.'

c. *waj* [*ga* *aj*]^{S} *a*^{S}*-khrĩ*
INFE 2 PL 2-sentar.PL
'Vocês devem estar sentados.'

(18) a. *hẽn* *wa*^{S} *nõ*
FACT 1 deitar.F
'Eu estou deitado.'

b. *i*^{S}*-nõrõ* *kêrê*
1-deitar.NF NEG
'Não estou deitado.'

Por fim, os verbos posturais em Kajkwakhrattxi também passaram (e ainda estão passando) por processos de gramaticalização e sincronicamente desempenham algumas funções gramaticais, como as de postura associada (*sensu* Guillaume, 2024), de noções aspectuais de imperfectividade (*cf.* Koga; Nikulin, 2024) e de construção locativa. A subseção a seguir tratará desse último caso de gramaticalização, ou seja, do uso de verbos posturais como uma das estratégias empregadas pelos falantes de Kajkwakhrattxi para se expressar construções locativas.

6.1.2. Construções locativas com verbos posturais

Esta seção trata dos principais aspectos funcionais e mofossintáticos das construções locativas com verbos posturais. Conforme exposto na parte introdutória desta seção, a *estratégia de postura* se estrutura a partir de sentenças encabeçadas por um verbo de postura e expressam, além da localização, a postura de participantes animados humanos (19a) e não humanos (19b) ou a orientação de participantes inanimados (20a-b). É interessante notar que os verbos que indicam postura sentada não podem ser utilizados com participantes inanimados.

(19) a. [*mwẽdi-jê* *ra*]^{SUJ} [*ngà* *kãmw*]^{OBL} *nhỹ*
mulher-COL NOM casa.central LOC sentar.SG
'A mulherada está na casa central [sentada].'

b. [*row* *katàgà*]^{SUJ} [*tikhre* *kãmw*]^{OBL} *khrĩ*
onça pseudo casa LOC sentar.PL
'Os cachorros estão na casa (sentados).'
(lit. 'As pseudo-onças estão na casa (sentadas).')

(20) a. [*i-nhõ* *tutê*]^{SUJ} [*ngà* *kãmw*]^{OBL} *ta*
1-GEN arco casa.central LOC em.pé.SG.F
'O meu arco está na casa central [posição vertical].'

b. [*a-nhõ* *kajkwa* *j-akhit* *tôk* *tà*]^{SUJ}
2-GEN céu TH-leve escrever NMLZ
[*i-nhõ* *tikhre* *kãmw*]^{OBL} *nõ*
1-GEN casa LOC deitar.SG
'O teu caderno está na minha casa [posição horizontal].'

De acordo com Ameka e Levinson (2007, p. 859), a postura ou orientação codificada em construções locativas pode ser assertiva ou pressuposta. Em Kajkwakhrattxi, a expressão da postura de participantes animados só pode ser assertiva. Então, em (19a e 19b), os falantes estavam diante de evidências visuais, a partir das quais puderam afirmar assertivamente a localização dos participantes a partir da estratégia de postura. Nos casos em que não se sabe a postura do referente localizado, outras estratégias são utilizadas, como as de movimento (**seção 4.3**) ou de percepção (**seção 4.2**). Por sua vez, com participantes inanimados, a expressão da orientação (horizontal ou vertical) pode ser assertiva ou pressuposta. O verbo *ta/tãmw* 'em pé.SG' é utilizado para objetos de orientação vertical, como em (20a), e *nõ/nõro* 'deitado.SG' para objetos horizontalmente orientados (20b). Os verbos que indicam postura sentada são restritos a participantes animados e não ocorrem com sujeitos inanimados.

Quanto aos aspectos morfossintáticos, a ordem de constituintes costuma ser [SUJ OBL V], como pode ser observado nos exemplos (19a-b) e (20a-b). Sobretudo em situações em que as construções foram produzidas a partir de estímulos visuais ou elicitadas. No entanto, o sintagma posposicionado locativo pode ocorrer topicalizado em respostas para perguntas como 'Onde está X?' (21a), onde passa a ocupar a posição inicial da sentença (21b). Qual é a ordem sintática? [S PP V], deixe isso mais explicito ao leitor.

(21) a. *nhĩhaj* *na* *Nokêrê* *kãmw* *mwra*?
onde TOP nokêrê LOC andar.SG
'Onde o Nokêrê está?'
(lit. 'Por onde o Nokêrê anda?')

(21) b. *ngôtxi* *kãmw* *na* *ø* *mwra*.
rio LOC TOP 3 andar.SG
'No rio, ele está.'

Adicionalmente, os verbos de postura, quando usados em construções de localização, preservam a distinção entre forma finita (19a-b; 20a-b) e não-finita (22) encontrada em seus usos como verbo pleno (ver **seção 6.1.1**). O padrão de codificação dos argumentos também se mantém, ou seja, em construções com verbos de postura em sua forma não finita, o sujeito da construção é codificado por meio de índices de pessoa prefixados à raiz verbal.

(22) *wa*^{SUJ} [*tikhre* *kãmw*]^{OBL} *i*^{SUJ}*-tãmw* *kêrê*^{AUX}
1 casa LOC 1-em.pé.SG.NF NEG
'Eu não estou em casa.'

Por fim, torna-se pertinente apresentar uma breve reflexão sobre o *status* dos verbos de postura em construções locativas. A questão central consiste em determinar se tais verbos mantêm seu funcionamento como verbos plenos ou se, gradualmente, passaram a atuar como cópulas locativas. Um indício favorável à interpretação como cópula é a ausência da posposição nominativa na sinalização de participantes animados não humanos e inanimados, quando estes são expressos por sintagmas nominais plenos em construções locativas (*cf.* exemplos (19) e (20)). Tal posposição aparece de forma sistemática quando o verbo de postura desempenha sua função de verbo pleno (ver **seção 6.1.1**).

Nesse sentido, Overall *et al.* (2018, p. 5) observam que a possibilidade de ocorrência com participantes inanimados pode ser interpretada como evidência de que certos verbos de postura estão em processo de gramaticalização, assumindo progressivamente o papel de cópulas. Soma-se a isso o fato de que a posposição *ra* se manifesta em construções locativas com participantes humanos, sugerindo que, nesses casos, o verbo postural ainda atua como verbo pleno e a interpretação da construção se torna ambígua. Em outras palavras, a sentença em (19a), repetida abaixo como (23)

por conveniência, pode ser entendida tanto como “X está em LOC [sentado]” quanto como “X está sentado em LOC”.

(23) [*mwẽdi-jê* *ra*]^{SUJ} [*ngà* *kãmw*]^{OBL} *nhỹ*
mulher-COL NOM casa.central LOC sentar.SG
‘A mulherada está na casa central [sentada].’
‘A mulherada está sentada na casa central.’

Dessa forma, o verbo de postura em construções locativas parece situar-se em um estágio intermediário de gramaticalização, caracterizando-se como uma fase de transição entre um verbo pleno e uma cópula locativa. Em construções que envolvem participantes não humanos e inanimados, os verbos de postura demonstram ter se gramaticalizado como cópulas, inclusive com a ausência da marcação do sujeito por meio da posposição nominativa ra. Em contraste, quando os participantes são humanos, a construção locativa postural mantém características de uma estrutura verbal. Pesquisas futuras são necessárias para aprofundar a compreensão sobre a evolução dos verbos de postura nessas construções locativas.

A próxima seção examina a expressão de noções aspectuais relacionadas à localização por meio da estratégia de postura.

6.1.3. Função aspectual da estratégia de postura

A estratégia de postura em Kajkwakhrattxi revela-se não apenas na codificação da postura física de participantes, mas também na expressão de noções aspectuais associadas à duração e frequência de eventos. Os verbos de postura *ta*/*tãmw* ‘em pé.SG’, *nhỹ*/*nhỹrỹ* ‘sentado.SG’ e *nõ*/*nõrõ* ‘deitado.SG’ identificam diferentes graus de permanência da localização ou da frequência com que o evento ocorre. Isto é, a estrutura temporal interna ao evento é determinada pela escolha do verbo de postura que encabeça o predicado de localização, com: i) *ta*/*tãmw* ‘em pé.SG’ indicando localização temporária ou pontual; ii) *nhỹ*/*nhỹrỹ* ‘sentado.SG’, localização intermediária ou estadia mais prolongada; iii) *nõ*/*nõrõ* ‘deitado.SG’, localização de caráter permanente ou habitual.

Esse comportamento aspectual pode ser ilustrado pelos exemplos abaixo. Os exemplos (24a) e (24b) contrastam diretamente entre si e foram utilizados em uma narrativa[12] para se perguntar se determinada pessoa se encontra em casa. Uma construção encabeçada por *ta* é utilizada quando a pergunta é direcionada a um visitante (24a), uma localização mais temporária, mas por *nõ* (24b), quando o receptor da pergunta é um dos residentes dessa casa (localização mais permanente). Por sua vez, a situação expressa em (25) corresponde à formação de um acampamento e apresenta uma

[12] A narrativa em questão foi contada por Nokêrê Tapayuna, um dos mwẽrowakandê (‘líderes’) da aldeia de Kawêrêtxikô, que compartilhou episódios de sua juventude. Em certo momento da história, uma personagem dirigiu-se à casa de Nokêrê e perguntou a um amigo que estava em frente à residência: *“waj nõ?”*. Intrigado pelo emprego do verbo postural nõ ‘deitado, questionei Nokêrê sobre o motivo de sua utilização e se outros verbos de postura poderiam ser usados em seu lugar. Ele confirmou que sim, embora com alterações de sentido: enquanto *“waj nõ?”* serve para indagar se o morador da casa está presente, *“waj ta?”* seria empregado para se referir a um visitante.

interpretação aspectual intermediária entre (14a) e (14b), ou seja, não é tão temporária quanto uma visita rápida, nem tão duradoura quanto uma moradia.

(24) a. *waj* Ø *ta?*
INFE 3 em.pé.SG
'Ele está aí [de visita]?'

(24) b. *waj* Ø *nõ?*
INFE 3 deitar.SG
'Ele está aí [na própria casa]?' (Narrativa contada por Nokêrê Tapayuna, 2024)

(25) *nhĩ* *mwẽ* *katxi* *ra* *ithaj* *nhỹ*
SD pessoa muito NOM aqui sentar.SG
'O povo todo ficou aqui [montaram um acampamento].' (Narrativa contada por Rowthyktxi, 2024)

A função aspectual da estratégia de postura também pode ser identificada em construções locativas negativas com participantes animados, em que não se é possível determinar assertivamente a postura do participante. Sendo assim, nos exemplos abaixo, a distinção entre *tãmw* 'em pé.SG'e *nhỹrỹ* 'sentado.SG' não se refere à postura do participante, mas à frequência do evento. Em (22), repetido abaixo por conveniência como (26), *tãmw* indica um evento pontual, enquanto em (27), *nhỹrỹ* sinaliza um evento mais frequente.

(26) *wa*^{S} [*tikhre* *kãmw*]^{OBL} *i*^{S}*-tãmw* *kêrê*^{AUX}
1 casa LOC 1-em.pé.SG.NF NEG
'Eu não estou em casa.'

(27) *wa*^{S} [*tikhre* *kãmw*]^{OBL} *i*^{S}*-nhỹrỹ* *kêrê*^{AUX}
1 casa LOC 1-em.pé.SG.NF NEG
'Eu não paro em casa.'

Os usos descritos acima parecem apontar para a existência, em Kajkwakhrattxi, de um *continuum* que correlaciona as posturas indicadas por cada verbo ao grau de permanência ou frequência expressa por eles. Assim, em um extremo desse *continuum*, podemos posicionar o verbo *nõ* 'deitado.SG', indicando uma localização de maior duração/frequência, como em (24); em uma posição intermediária, encontra-se o verbo *nhỹ* 'sentado.SG', como em (25); e, no outro extremo, indicando uma localização mais pontual/temporária, o verbo *ta* 'em pé.SG'[13], como em (23).

[13] Esse contraste entre temporário e permanente associado a verbos de postura também pode ser identificado em português brasileiro, em que o verbo *estar* (> latim *stare* 'estar em pé') indica estado temporário, como em *Eu estou professor,* enquanto o verbo *ser* (> latim *sedere* 'estar sentado') indica estado permanente Eu sou professor. Em termos de construções locativa, estar indica localização temporária *Eu estou em Brasília*, enquanto *ser* indica origem ou pertencimento *Eu sou de Brasília.*

O esquema em (28) ilustra a disposição dos verbos posturais dentro desse *continuum*:

(28) Função aspectual dos verbos posturais: temporário > permanente;



temporário permanente

Em suma, a *estratégia de postura* é empregada pelos falantes de Kajkwakhrattxi para expressar, além da localização, a postura ou orientação de participantes animados e inanimados, respectivamente. No caso dos participantes animados, a postura expressa pode ser apenas assertiva, enquanto para os inanimados, a orientação pode ser tanto assertiva quanto pressuposta. Além disso, em certos contextos, essa estratégia possibilita a expressão de noções aspectuais relacionadas à duração (temporária *vs* permanente) e frequência (pontual *vs* habitual) da localização.

6.2. Estratégia de percepção

Em Kajkwakhrattxi, existe uma construção locativa codificada por meio de sentenças com o verbo intransitivo *rit* (*rit* ~ *riri*)[14] 'olhar, despertar' precedido pelo marcador reflexivo *anhĩ*, a qual denominamos *estratégia de percepção*. Se por um lado, as construções locativas codificadas a partir de verbos posturais são tipologicamente comuns (Ameka; Levinson, 2007, p. 1), a gramaticalização de verbos de percepção não parece constituir uma estratégia locativa frequentemente encontrada nas línguas do mundo [15]. Em Kajkwakhrattxi, essa estratégia é comumente empregada em algumas situações específicas: (i) quando os interlocutores estão distantes do participante localizado (em aldeias ou cidades diferentes) (29a); (ii) quando a presença ou ausência do participante localizado é inesperada (29c). Em ambas as situações, os participantes podem ser animados – humanos (29a) e não humanos (29b) –, ou inanimados (29c).

(29) a. *peixoto* *kãmw* *na* *anhĩ* *riri*
peixoto LOC TOP REFL olhar
'Ele está em Peixoto.'

b. *thôttxi* *ra* *hwyka* *khre* *kãmw* *anhĩ* *rit* *nẽ* *nõ*
tatu NOM terra buraco LOC REFL olhar SS deitar.SG.F
'O tatu está no buraco e (ele) está deitado.'

[14] Em Kajkwakhrattxi, observa-se com frequência a ocorrência de vogais eco em verbos, nomes e posposições situados na posição final da sentença. Um exemplo desse fenômeno ocorre com o verbo *rit*, que, ao aparecer na posição final, é realizado como *riri*.

[15] Essa conclusão pode ser inferida ao se observar a inexistência de um percurso de gramaticalização desse tipo em obras canônicas sobre o tema (Heine; Kuteva, 2002; Bisang; Malchukov, 2020), bem como nos estudos sobre a evolução de predicados locativos (Stassen, 1997; Overall *et al*., 2018).

c. *wekôrô* *ra* *anhĩ* *riri*
wekôrô NOM REFL olhar
'Wekôrô apareceu [inesperadamente].'
(lit.: 'Wekoro olhou para si mesmo.')

É interessante notar que, embora não haja acréscimo de um participante semântico, a presença do marcador reflexivo torna a construção morfossintaticamente transitiva. Isso significa que o participante localizado, como *Wekôrô* em (29c) funciona como argumento A, enquanto o reflexivo ocupa a posição do argumento P. A transitividade da *estratégia de percepção* mostra-se mais explícita em sentenças com padrão ergativo-absolutivo, como em construções negativas, já que o argumento A ocorre sinalizado pela posposição ergativa, como no exemplo (30a) abaixo.

(30) a. [*tikhre* *kãmw*]^{OBL} [*i-re*]^{A} *anhĩ*^{P} *rit* *kêrê*^{AUX}
casa LOC 1-ERG REFL olhar NEG
'Eu não estou em casa.'

b. [*i-nhõ* *tutê* *ra*]^{A} [*tikhre* *kãmw*]^{OBL} *anhĩ*^{P} *rit* *kêrê*^{AUX}
1-GEN arco NOM casa LOC REFL olhar NEG
'Meu arco não está em casa.'

Assim, a estratégia de percepção em Kajkwakhrattxi revela-se um recurso singular para a codificação locativa, especialmente em contextos de distância física ou de presença inesperada do participante localizado. Além disso, apesar de ser semanticamente monovalente, contendo apenas um participante, a construção de percepção demonstra-se morfossintaticamente transitiva, com o marcador reflexivo *anhĩ* ocupando a posição de argumento P. Concluindo essa análise, passamos agora à **seção 6.3**., na qual examinaremos a estratégia de movimento.

6.3. Estratégia de movimento

As construções locativas estruturadas a partir do que se denomina aqui de *estratégia de movimento* são predicados locativos encabeçados por verbos que expressam movimento. Especificamente, os verbos intransitivos *mwra*(F)/*mwraj*(NF) 'andar.SG' e *wa* 'andar.PL'. Em Kajkwakhrattxi, a estratégia de movimento só é utilizada com participantes humanos e parece ser a principal alternativa à estratégia de postura em situações em que não se pode indicar assertivamente a postura do participante localizado. Estruturalmente, a construção segue a ordem [OBL S V] quando é produzida como resposta à pergunta "Fulano está onde?", como em (31a), ou segue a ordem [S OBL V] nos demais contextos, como em (31b). O sintagma posposicionado de localização é sempre encabeçado pela posposição locativa estática *kãmw*.

(31) a. [*peixoto* *kãmw*]^{OBL} *na* *wa*^{S} *mwra*^{V}
peixoto LOC TOP 1 andar.SG
'Eu estou em Peixoto [estou há um tempo].'

b. *hẽn* *wa*^{S} *aj* [*ngà* *kãmw*]^{OBL} *aj* *i*^{S}-*wa*^{V}
FACT 1 PL casa.central LOC PL 1-andar.PL
'Vocês estão em Kawêrêtxikô.'

Por sua vez, a codificação dos argumentos em construções de estratégia de movimento é a mesma de sentenças em que os verbos *mwra/mwraj* e *wa* são lexicalmente plenos. Isto é, mesmo em função locativa, ambos os verbos mantêm todas suas propriedades gramaticais. No caso de *mwra/mwraj* 'andar.SG', verbos intransitivos ativos, o argumento S é codificado por meio de pronomes livres ou por sintagmas nominais plenos em sua forma finita (20a) e por meio de índices de pessoa em sua forma não-finita (20b). No caso de *wa* 'andar.PL', suas propriedades de verbo inativo são preservadas, ou seja, não apresenta distinção entre forma finita/não-finita e tem seu argumento codificado obrigatoriamente por um índice de pessoa prefixado à raiz verbal (32c). Opcionalmente, esse argumento S pode ser duplamente marcado por meio de pronomes livres ou sintagmas nominais plenos.

(32) a. *wa* *kawêrêtxikô* *kãmw* *mwra*
1 kawêrêtxikô LOC andar.SG
'Eu estou em Kawêrêtxikô.'

b. *ga* *kawêrêtxikô* *kãmw* *a-mwraj* *kêrê*
2 kawêrêtxikô LOC 2-andar.SG.NF NEG
'Você não está em Kawêrêtxikô.'

c. [*kawêrêtxikô* *kãmw*] *na* *ga* *aj* *a-wa*
kawêrêtxikô LOC TOP 2 PL 2-andar.PL
'Vocês estão em Kawêrêtxikô.'

Em síntese, a estratégia de movimento em Kajkwakhrattxi evidencia-se como um recurso locativo que mobiliza verbos de deslocamento, mantendo suas propriedades gramaticais mesmo em função locativa. Essa estratégia se apresenta como alternativa à de postura, especialmente quando a postura exata do participante não pode ser afirmada, oferecendo flexibilidade expressiva no domínio da localização. A seguir, examinaremos a estratégia de justaposição, que introduz novas formas de articular as relações espaciais sem recorrer necessariamente a um elemento verbal.

6.4. Estratégia de justaposição

Como apresentado na introdução deste artigo, construções locativas estruturadas a partir da justaposição de um sintagma nominal que codifica o participante localizado e um sintagma

posposicionado locativo foram identificadas em Kajkwakhrattxi por Camargo (2015). Contudo, uma investigação mais apurada revelou que essas construções podem ser interpretadas como predicados existenciais. Ou seja, são sentenças utilizadas para indicar a existência ou disponibilidade de um referente, ou para introduzi-lo em uma narrativa. Dessa forma, o exemplo (1) pode ser reinterpretado como em (33):

(33) *hwĩ* *kãmw* *na* *tô* *nrãnrãtxi*
árvore LOC TOP folha verde
'Existe folha verde na árvore.' (Camargo, 2015, p. 174, grafia e tradução adaptadas)

Vale ressaltar que a correlação entre construções locativas e existências é de fato tipologicamente comum, como apontam Overall *et al*. (2018, p. 8-9). Por conta disso, em uma grande quantidade de línguas, as duas construções são codificadas por uma mesma estratégia, sendo a distinção entre elas, geralmente, a definitude do participante localizado. Construções com participantes definidos tendem a ser interpretadas como predicado locativo, enquanto as com participantes indefinidos, como predicado existencial. Contudo, esse não parece ser o caso da língua Kajkwakhrattxi, pois a localização de participantes definidos é codificada por meio de outras estratégias, que não a de justaposição (ver seções **6.1**, **6.2** e **6.3**).

Em Kajkwakrhattxi, observa-se uma restrição pragmática relacionada ao emprego da estratégia de justaposição com valor locativo. Essa estratégia é utilizada pelos falantes como construção locativa quando há necessidade de indicar, dentro de um conjunto de possibilidades, o local exato em que determinado participante se encontra. Um exemplo desse uso é apresentado no diálogo ilustrado em (34a-34b), no qual um falante pergunta a outro em qual aldeia, especificamente, ele está localizado. Nesse contexto, tanto a pergunta quanto a resposta são estruturadas por meio da justaposição entre o sujeito e um sintagma locativo posposicionado.

(34) a. *nhĩhaj* *wâtâ* *khĩ* *kãmwã?*
onde qual aldeia LOC
'Onde? Em qual aldeia [você está]?'

b. *ithaj* *na* *wa*^{SUJ} [*kawêrêtxikô* *kãmwã*]^{OBL}
aqui TOP 1 kawêrêtxikô LOC
'Eu estou aqui em Kawêrêtxikô.'

Em síntese, a estratégia de justaposição em Kajkwakhrattxi revela um uso multifuncional, permitindo tanto leituras existenciais quanto locativas, ainda que sujeitas a restrições pragmáticas específicas. Ao evidenciar que a localização de participantes definidos costuma recorrer a outras formas estruturais, essa análise abre caminho para a compreensão do funcionamento sistemático das construções locativas na língua. Na seção seguinte, discutisse a delimitação de uma construção locativa básica em Kajkwakhrattxi.

7. A Construção Locativa Básica em Kajkwakhrattxi

Ao investigar a tipologia de predicados locativos, Ameka e Levinson (2007, p. 852) propõem a existência do que denominam **Construção Locativa Básica** (**CLB**). A CLB de determinada língua é representada pela sentença utilizada para se responder perguntas como "Onde está X?", denominadas de **perguntas-onde** (*where-questions*). Estruturalmente, uma Construção Locativa Básica é caracterizada tipologicamente por um conjunto distinto de verbos locativos e por um sintagma nominal oblíquo que indica a localização (Ameka; Levinson, *op. cit*). A diversidade de estratégias locativas encontrada em Kajkwakhrattxi levanta o questionamento de qual dessas estratégias corresponderia à Construção Locativa Básica nessa língua. Esta seção consiste em uma tentativa de responder a essa questão e de identificar a CLB em Kajkwakhrattxi.

Além do critério pragmático exposto acima, Ameka e Levinson (2007) propõem outras estratégias para se identificar uma Construção Locativa Básica. Uma delas, baseada no trabalho de Levinson & Wilkins (2006), corresponde à utilização da chamada Hierarquia de Localizabilidade. Nessa hierarquia, são identificadas situações mais sucetíveis de serem codificadas por uma Construção Locativa Básica – como a localização de objetos móveis –, até situações menos suscetíveis a serem expressas por uma CLB – como a localização de vestimentas ou adornamentos. No entanto, após uma comparação translinguística mais aprofundada, Ameka e Levinson (*op. cit.*) concluem que os parâmetros estipulados pela Hierarquia de Localizabilidade podem ser interpretados como traços independentes, ou seja, sem relação hierárquica entre si. Esses traços estão elencados em (35) abaixo:

(35) Traços de localizabilidade
- i. Perfuração;
- ii. Fixação firme/circundamento;
- iii. Espaço negative;
- iv. Parte/todo;
- v. Vestimenta/adorno;
- vi. Objetos móveis.

Adicionalmente, os autores propõem experimentos de estímulo[16] como ferramentas que auxiliam a identificação de Construções Locativas Básicas, mas que não foram utilizadas para as análises deste artigo, pois, conforme exposto na **seção 5**, durante a investigação das construções locativas em Kajkwakhrattxi, foram priorizados estímulos visuais com objetos já presentes no momento da

[16] Um deles, denominado Topological Relations Picture Series (TRPS), consiste em uma coleção de 71 desenhos tracejados (*line drawnings*) que contém a representação de dois objetos, uma figura (*Figure*) e um fundo (*Ground*). Ao mostrar cada imagem para o(a) colaborador(a), pede-se que a Figura seja localizada no Fundo. Por exemplo, a partir de uma imagem contendo os desenhos de um copo (figura) e de uma mesa (Fundo), isso pode ser alcançado ao se perguntar "Onde está o copo?". Outro experimento, chamado de *Picture Series for Positional Verbs* (PSPV), consiste em um conjunto de 68 fotos, criado com a finalidade de se testar hipóteses sobre o uso de verbos posicionais. Nele, objetos são dispostos em diferentes suportes (mesa, tronco, pedra etc.) em posições variadas. A partir disso, observa-se como os falantes de uma língua descrevem as cenas ilustradas, se por um conjunto restrito ou amplo de verbos posturais.

elicitação ou com objetos que fazem parte da cultura material desse povo. Sendo assim, dentre os testes diagnósticos de CLBs propostos por Ameka e Levinson (2007), os seguintes foram aplicados à língua Kajkwakhrattxi: (i) possibilidade de uso das diferentes estratégias locativas em construções de interrogação (perguntas-onde); (ii) possibilidade de uso das estratégias em construções negativas; (iii) estratégias utilizadas em construções locativas com "objetos móveis" a partir de estímulos visuais.

Em primeiro lugar, com relação ao uso em sentenças interrogativas, os resultados dos testes indicam que todas as estratégias locativas podem ser empregadas com esse tipo de sentença. Contudo, o uso de cada estratégia é delimitado de acordo com a animacidade do participante localizado. Por exemplo, a estratégia de postura só é usada em construções interrogativas com participantes inanimados, justamente porque a orientação desses participantes pode ser pressuposta (ver **seção 4.1.2**). Assim, para questionar a localização de um objeto, como *tutê* 'arco', um falante de Kajkwakhrattxi recorre ao uso de uma construção com verbos de postura, como *ta* 'em pé.SG'.

(36) *nhĩhaj* *na* *a-nhõ* *tutê* *ra* *ta?*
onde TOP 2-GEN arco NOM em.pé.SG
'Onde está o teu arco?'

Por sua vez, a estratégia de percepção pode ser utilizada em sentenças interrogativas com participantes animados e inanimados, porém somente em situações em que o falante e o participante localizado encontram-se distantes um do outro, sendo essa distância comparável àquela entre aldeias ou cidades diferentes.

(37) *nhĩhaj* *na* *wetaktxi* *ra* *anhĩ* *rit?*
onde TOP wetaktxi NOM REFL olhar
'Onde está o Wetaktxi?'

Sentenças interrogativas estruturadas a partir da estratégia de movimento são utilizadas apenas com participantes humanos, especificamente em situações em que, ou não se sabe de forma assertiva sua postura, ou não é necessário indicá-la (38a-b).

(38) a. *nhĩhaj* *na* *ga* *mwra?*
onde TOP 2 andar.SG
'Onde você está?'

(38) b. *nhĩhaj* *na* *aj* *a-wa?*
onde TOP PL 2-andar.PL
'Onde vocês estão?'

Por fim, como visto na **seção 4.4**, a estratégia de justaposição é utilizada em frases interrogativas que têm por objetivo determinar com maior exatidão o local do participante localizado, como em (39).

(39) *nhĩhaj* *wâtâ* *khĩ* *kãmwã?*
onde qual aldeia LOC
'Onde? Em qual aldeia [você está]?'

No que tange aos testes envolvendo construções negativas, a única estratégia que não ocorre com esse tipo de construção é a de justaposição. Essa restrição pode ser explicada em termos pragmáticos, pois não se espera que uma resposta negativa seja utilizada para se responder perguntas como "Em qual X você está?", sendo X um local específico dentre um conjunto de locais de mesma natureza (como uma aldeia ou casa específica).

O uso das demais estratégias em construções negativas foi brevemente discutido nas seções anteriores. Por exemplo, a estratégia de postura, quando usada em sentenças de polaridade negativa com participantes humanos, expressa noção aspectual frequentativa (40a). Isto é, indica que a ausência de determinado participante é frequente. Já com participantes inanimados, o uso da estratégia de postura em construções negativas indica somente a ausência do participante (40b).

(40) a. *wa* [*tikhre* *kãmw*] *i-nhỹrỹ* *kêrê*
1 casa LOC 1-em.pé.SG.NF NEG
'Eu não paro em casa.'

(40) b. *i-nhõ* *kajkwa* *j-akhit* *tôk* *tà* *ithaj* *nõrõ* *kêrê*
1-GEN céu TH-leve pintar NMLZ aqui deitar.SG NEG
'Meu caderno não está aqui.'

Por sua vez, a estratégia de percepção pode ser usada em construções negativas tanto com participantes animados (41a), quanto com inanimados (41b). As situações em que essas sentenças são produzidas parecem corresponder às mesmas que situam as afirmativas, ou seja, quando o participante localizado está distante do falante ou quando sua ausência é inesperada.

(41) a. *wetaktxi* *ra* *ithaj* *anhĩ* *rit* *kêrê*
wetaktxi NOM aqui REFL olhar NEG
'Wetakxi não está aqui [sumiu, desapareceu, não sei onde está].'

(41) b. *tikhre* *kãmw* *na* *i-nhõ* *tutê* *ra* *anhĩ* *rit* *kêrê*
casa LOC TOP 1-GEN arco NOM REFL olhar NEG
'Meu arco não está em casa.'

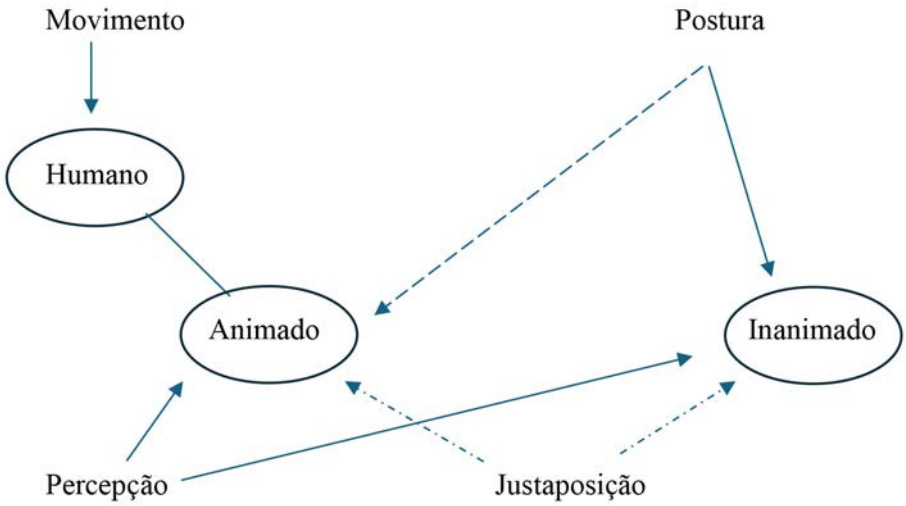
Por fim, a estratégia de movimento pode ser empregada em construções negativas para indicar a ausência de participantes humanos. Em alguns casos, a leitura desse tipo de sentença é a de que o participante se encontra distante e ausente por um período prolongado (por exemplo, durante viagens).

(42) *wetaktxi* *ra* *ithaj* *mwraj* *kêrê*
wetaktxi NOM aqui andar.SG.NF NEG
'Wetaktxi não está aqui [na aldeia] (estava viajando).'

Os resultados dos diagnósticos conduzidos (negação, perguntas-onde e localização de objetos móveis a partir de estímulos visuais) apontam para a existência de múltiplas Construções Locativas Básicas em Kajkwakhrattxi, ou em outra perspectiva, a inexistência de uma CLB nessa língua. Isso pode ser explicado pelo papel essencial que traços semânticos dos participantes e contextos de uso desempenham na escolha da construção de localização por parte do falante. Esses traços semânticos estão principalmente relacionados à animacidade do participante localizado, enquanto os contextos de uso são sensíveis ao tipo de pergunta que gerou a produção da construção ('Onde está X' *vs* 'Em qual local exato está X?'). Assim, a estratégia de postura parece ser a construção mais associada aos casos em que o participante localizado é inanimado. A estratégia de percepção corresponde àquela utilizada quando o participante — animado ou inanimado — está distante dos interlocutores. A estratégia de movimento é preferível em sentenças locativas com participantes humanos. Por sua vez, a estratégia de justaposição é utilizada quando se especifica a localização exata de determinado participante (resposta para perguntas do tipo 'Em que aldeia está X').

A figura 3 abaixo resume e ilustra o sistema de construções locativas encontrado em Kajkwakhrattxi. Devido à centralidade da animacidade para o sistema, esse fator também é representado na figura em posição central e é discriminado entre os traços "Animado", "Inanimado" e "Humano", todos circunscritos por um círculo azul. As diferentes estratégias que estruturam as construções estão dispostas ao redor dos traços semânticos, ligadas a eles por meio de setas. A consistência da seta reflete quão restrito é o uso de uma estratégia com relação ao traço semântico ligado a ela. Isto é, quanto mais consistente a seta, menor o grau de restrição e vice-versa. As setas com linhas contínuas indicam que a CLB não enfrenta qualquer restrição de uso com aquele traço semântico; a seta levemente tracejada, que liga a estratégia de postura a participantes animados, indica restrições quanto ao tipo de sentença (por exemplo, não ocorrem em sentenças interrogativas); já as setas tracejadas em maior grau, que ligam a estratégia de justaposição a ambos os traços de animado e inanimado, indica que há restrição quanto ao tipo de sentença (não ocorrem em sentenças negativas) e quanto ao contexto de uso (só são utilizadas para se especificar determinada localização).

Figura 3: Esquema do sistema de Construções Locativas em Kajkwakhrattxi



Fonte: elaboração do autor

Em síntese, independentemente da perspectiva adotada para a análise do Kajkwakhrattxi — seja enquanto uma língua com múltiplas CLBs ou desprovida de CLB —, torna-se evidente que fatores semânticos e contextuais desempenham papel central na organização das construções de localização pelos falantes. Essa constatação suscita questionamentos acerca da adequação da categoria de Construção Locativa Básica em línguas cuja codificação da localização depende de condições específicas de uso, como ocorre no Kajkwakhrattxi. Ainda assim, os testes diagnósticos propostos por Ameka e Levinson (2007) mantêm seu valor, uma vez que possibilitaram uma compreensão mais aprofundada do sistema de localização empregado por seus falantes.

8. Considerações finais

Este artigo propõe uma descrição das diferentes estratégias utilizadas pelos falantes de Kajkwakhrattxi na codificação de construções locativas. A partir desse esforço, foi possível identificar que a animacidade dos participantes e parâmetros pragmáticos determinam o escopo de uso de cada estratégia. A **estratégia de postura** permite expressar, além da localização, a postura de participantes animados (somente assertiva) e a orientação de participantes inanimados (assertiva ou pressuposta). Adicionalmente, essa estratégia também é capaz de expressar as noções aspectuais durativa e frequentativa quando empregada em sentenças negativas. A **estratégia de percepção,** encabeçada pelo complexo *anhĩ rit*, codifica a localização de participantes animados e inanimados quando a presença ou ausência desse participante é inesperada, ou quando ele se encontra distante dos interlocutores. A **estratégia de movimento** codifica a localização de participantes humanos e está associada a situações em que não é possível afirmar assertivamente a postura do participante, ou nos casos em que essa informação não é relevante para o contexto discursivo. Por sua vez, a **estratégia de justaposição** tem seu uso restrito a situações em que o falante deseja especificar o local exato em que o participante se encontra (por exemplo, uma aldeia ou uma cidade específica).

A descrição das diferentes estratégias locativas encontradas em Kajkwakhrattxi também permitiu a identificação de um sistema de múltiplas Construções Locativas Básicas nessa língua. Esse sistema foi identificado com base na aplicação de alguns dos testes propostos por Ameka e Levinson (2007), tais quais: (i) uso das estratégias em sentenças interrogativas e como resposta a essas sentenças; (ii) uso das estratégias em construções negativas; iii) codificação da localização de "objetos móveis". O resultado dos testes evidenciou que o uso das diferentes CLBs em Kajkwakhrattxi está associado à animacidade do participante localizado. A *estratégia de postura* corresponde à CLB utilizada em predicados locativos com participantes inanimados e parcialmente com animados. A *estratégia de percepção* corresponde à CLB que pode ser utilizada com participantes animados e inanimados, podendo expressar certa quebra de expectativa quanto à informação codificada, ou que os interlocutores estão distantes do participante localizado. A *estratégia de movimento* corresponde à CLB de predicados com participantes humanos. Finalmente, a *estratégia de justaposição* só pode ser utilizada como CLB em situações em que se pretende especificar com maior exatidão o local do participante localizado.

Por fim, este trabalho representa um ponto de partida para melhor se compreender as construções locativas em Kajkwakhrattxi. Não apenas isso, mas corresponde também a uma tentativa mais ampla de investigar a predicação não-verbal de modo geral, tanto no âmbito da língua Kajkwakhrattxi, quanto nas demais línguas do ramo Jê Setentrional. Adicionalmente, considerando que este estudo se concentrou exclusivamente na análise sincrônica dos predicados locativos, torna-se relevante e necessário investigar a evolução das construções locativas em Kajkwakhrattxi. Tal investigação pode apoiar-se na proposta diacrônica apresentada por Overall *et al*. (2018, p. 33) e no método de reconstrução sintática de Gildea *et al*. (2020), com ênfase na formação do atual sistema multiestratégico de predicados locativos da língua.

Referências

AMEKA, Felix K.; LEVINSON, Stephen C. Introduction: The typology and semantics of locative predicates: Posturals, positionals, and other beasts. *Linguistics,* Berlin, v. 45, n. 5-6, pp. 847-871, 2007.

BISANG, Walter; MALCHUKOV, Andrej. *Volume 2 Grammaticalization Scenarios from Africa, the Americas, and the Pacific,* Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2020. DOI: https://doi.org/10.1515/9783110712735.

BRANDÃO, Clara Fortes. *Bifurcação*: parentesco e onomástica kajkwakhratxi. 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

CAMARGO, Nayara. *Tapayuna (Jê)*: Aspectos Morfossintáticos, históricos e Sociolinguísticos. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

CROFT, William. *Radical construction grammar*: Syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, William. Comparing categories and constructions crosslinguistically (again): The diversity of ditransitives. *Linguistic Typology,* Berlin, v. 18, n. 3, pp. 533-551, 2014.

DELANCEY, Scott. *Lectures on functional syntax*: notes for the Summer School of the Linguistic Society of America held at the University of California at Santa Barbara. Santa Barbara: LSA, 2001.

DRYER, Mathhew. Clause Types. *In*: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 1: Clause Structure. Cambridge University Press, 2007. pp. 224-275.

GILDEA, Spike; LUJÁN, Eugenio R; BARÐDAL, Jóhanna. The Curious Case of Reconstruction in Syntax. *In*: BARÐDAL, Jóhanna; GILDEA, Spike; LUJÁN, Eugenio R (org.). *Reconstructing syntax*. Brill, 2020. pp. 1-44.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions:* A construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GUILLAUME, Antoine. Associated motion, associated posture and imperfective aspect in Tacana (Amazonian Bolivia). *Studies in Language*, Amsterdam, v. 48, n. 4, pp. 851-908, 2024.

HEINE, Bernd; KOUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KLIMOV, G. A. On the character of languages of active typology. Linguistics, The Hague, v. 12, n. 131, pp. 11-26, 1974. DOI https://doi.org/10.1515/ling.1974.12.131.11.

KOGA, Diogo. Predicados não-verbais em Kajkwakhrattxi (Jê Setentrional) [Comunicação oral]. IV SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE LETRAS, São Félix do Xingu, Pará, Brasil, 10 nov., 2023.

KOGA, Diogo. Non-verbal predication in Proto-Northern Jê: a preliminary diachronic hypothesis. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON HISTORICAL LINGUISTICS, 27., 2025, Santiago. *Anais* [...]. Santiago: ICHL, 2025. Comunicação oral.

KOGA, Diogo; CASTRO ALVES, Flávia de. Cisão de alinhamento em duas línguas Jê Setentrionais: Canela e Kajkwakhratxi (tapayuna). *In*: FACUNDES, Sidi *et al*. (ed.). *Estudos sobre línguas e culturas amazônicas*. Belém: Grupo de Estudos sobre Línguas e Culturas Indígenas da Amazônia, 2023. v. 1, p. 73-84.

KOGA, Diogo; NIKULIN, Andrey. Construciones imperfectivas con movimiento asociado y postura asociada en dos lenguas yê del norte: khĩsêtjê e kajkwakhrattxi. *In*: WORKSHOP: FROM ASSOCIATED MOTION TO ASSOCIATE POSTURE IN CROSS-LINGUISTIC PERSPECTIVE, 2024, Hermosillo. *[Trabalho apresentado...]*. Hermosillo: Sonora, 20 nov. 2024. Comunicação oral.

LEVINSON, Stephen C.; WILKINS, David P. (ed.). *Grammars of space:* Explorations in cognitive diversity. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Macro-Jê*: um estudo reconstrutivo. 2020. 595 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NIKULIN, Andrey. *Proto-Northern Jê postpositions*. [S. l.: s. n.], no prelo.

OVERALL, Simon E.; VALLEJOS, Rosa; GILDEA, Spike. Nonverbal predication in Amazonia: Typological and diachronic considerations. *In*: OVERALL, Simon E.; VALLEJOS, Rosa; GILDEA, Spike (org.). *Nonverbal predication in Amazonian languages*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. pp. 1-50.

STASSEN, Leon. *Intransitive Predication*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69584

O acionamento do Caso ergativo em Krahô e em Yawanawá: uma abordagem comparativa[1]

The trigger of the ergative Case in Krahô and Yawanawá: a comparative approach

Fábio Bonfim Duarte[2]

Mônica Resende de Souza[3]

Amanda Milza Miranda Silva[4]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar a marcação de Caso ergativo nos sujeitos de verbos eventivos nas línguas Krahô (Jê) e Yawanawá (Pano). No Krahô, a cisão no sistema de Caso está relacionada ao traço aspectual das sentenças transitivas, visto que o sujeito (A[5]) recebe a marca de Caso ergativo somente sob duas circunstâncias, (i) quando o traço aspectual da sentença é o perfectivo e (ii) quando o verbo aparece na forma não finita. Nessa perspectiva, assumimos a teoria de Dixon (1994), conforme a qual a cisão de Caso está condicionada ao traço gramatical de tempo/modo/aspecto da oração. Adotaremos também a teoria de Duarte (2022), conforme a qual o Caso ergativo está diretamente relacionado à atribuição do papel temático *agente/desencadeador* a argumentos externos de verbos transitivos, sendo tal correlação bastante sistemática

---

[1] Este artigo constitui o resultado de uma pesquisa em andamento sobre ergatividade em línguas indígenas e se insere num projeto maior, intitulada *Descrição, documentação, revitalização e análise teórica de línguas indígenas brasileiras e de línguas bantu*. Esse projeto vem ainda obtendo apoio da bolsa de pesquisa, financiada pela FAPEMIG (projeto número APQ-03087-18); contou com a bolsa Capes Print (Processo número 88887.936634/2024-00) e o financiamento pelo edital Universal do CNPq (projeto número 408.709/2023-5). Essa pesquisa tem ainda o apoio da Camara de Pesquisa da Faculdade de Letras e da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG). Parte da produção alcançada por este projeto pode ser acessada nos seguintes portais: https://www.fbonfim.online/; www.letras.ufmg.br/portal_lali; www.letras.ufmg.br/fbonfim; https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Bonfim-Duarte.

[2] Professor Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - Nível 1D, processo número (311175/2021-0). Líder do Laboratório de Línguas Indígenas e Africanas (Laliafro) da Faculdade de Letras da UFMG. Membro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguístico (Poslin) da Faculdade de Letras da UFMG. Desenvolve o projeto de pesquisa Descrição, documentação, revitalização e análise teórica de línguas indígenas brasileiras e de línguas bantu; fbonfim@terra.com.br, https://orcid.org/0000-0002-3009-7654.

[3] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Laboratório de Línguas Indígenas e Africanas (Laliafro), monicasouza.mnr@gmail.com, https://orcid.org/0009-0008-8509-2392.

[4] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Laboratório de Línguas Indígenas e Africanas (Laliafro). Bolsista CAPES (processo número 88887.136419/2025-00). amandamiilza@gmail.com, https://orcid.org/0009-0000-4922-7255.

[5] Utilizamos, ao longo do artigo, a proposta de Dixon (1979, 1994), conforme a qual o argumento que tende a corresponder ao agente de um verbo transitivo de ação será referido como (A). Já o objeto direto que recebe o papel temático de paciente/afetado/tema do verbo transitivo receberá o rótulo (O). Por outro lado, o único argumento do verbo intransitivo será codificado pelo rótulo (S). Em línguas com cisão de S, pode ocorrer uma distinção suplementar em que o sujeito S é subdividido em S_a e S_o, a depender se o sujeito do verbo intransitivo recebe papel temático de agente ou paciente. Dessa forma, sujeitos de verbos intransitivos eventivos (inergativo) equivalem a S_a, enquanto sujeito de verbos inacusativos e estativos corresponde a S_o.

Recebido em 12/09/2025 - Aceito em 18/05/2026

em línguas da família Jê. Já em Yawanawá, o Caso ergativo não está restrito a sujeito de verbos transitivos, mas se estende também a sujeito de verbos intransitivos nos contextos em que esse argumento corresponde a pronomes de primeira e segunda, independentemente se o aspecto da sentença é o perfectivo ou não. Para tal, assumiremos o ranqueamento da Hierarquia Nominal, tal como formulada por Dixon (1994).
PALAVRAS CHAVE: Caso Ergativo. Aspecto perfectivo. Traço de pessoa. Macro-Jê. Pano.

ABSTRACT
This article aims to investigate the ergative Case marking on the subjects of eventive verbs in Krahô (Jê) and Yawanawá (Pano) languages. In Krahô, Case split is related to the aspectual feature of transitive clauses, as the subject (A) receives ergative marking only under two circumstances: (i) when the aspectual feature of the sentence is perfective and (ii) when the verb appears in a non-finite form. From this perspective, we adopt Dixon's (1994) theory, which posits that Case splits are conditioned by the grammatical features of tense, mood, or aspect. We also incorporate Duarte's (2022) framework, which argues that ergative Case is directly linked to the assignment of the agent/instigator thematic role to external arguments of transitive verbs. This is a systematic correlation within the Jê family. In Yawanawá, however, ergative Case is not restricted to transitive subjects, insofar as it extends to the subjects of intransitive verbs in contexts where the argument corresponds to first- or second-person pronouns, regardless of the sentence aspect. To account for this correlation, we will adopt Dixon's (1994) Nominal Hierarchy theory to explain the extended ergative system that Yawanawá exhibits.
KEYWORDS: Ergative Case. Perfective aspect. Person feature. Macro-Jê. Pano.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre o sistema de marcação de Caso da língua Krahô (pertencente ao grupo timbira, família Jê) e o sistema de Caso do Yawanawá, língua afiliada à família Pano. A hipótese que sustentamos neste artigo é a de que a grande diferença existente, no que diz respeito à marcação de Caso, entre as duas línguas reside no tipo de sistema de alinhamento gramatical acionado em cada gramática. Assim sendo, enquanto o Krahô aciona um sistema cindido de marcação de Caso regulado pelo traço aspectual da sentença, o Yawanawá não apresenta tal cisão, de modo que o sujeito (A) de verbos transitivos recebe uniformemente o Caso ergativo independentemente do papel semântico do sujeito. Conforme ficará mais evidente na seção 4, embora o sistema de marcação de Caso nessa língua nos dê a impressão de haver uma cisão condicionada pelo traço [+pessoa, +participante, +/-ouvinte], o que se observa é que, na verdade, a morfologia de Caso ergativo manifestado pelo sufixo {-n} é estendida tanto a sujeitos pronominais na função (A) e (S), quanto a sujeitos não pronominais na função de sujeito (A) de verbo transitivo. Em suma, propomos que o Yawanawá apresenta um sistema, em que o Caso ergativo se estende tanto a DPs pronominais como a DPs não pronominais. Ao contrário do que se observa em línguas como o Dyirbal e o Bidjara, em que, conforme Dixon (1994) e Blake (1979) respectivamente, há um sistema de alinhamento cindido condicionado pelo traço [+/-pessoa], de tal sorte que o morfema de Caso ergativo difere do morfema de Caso nominativo, situação que não se observa no Yawanawá, visto que o sufixo de Caso é o mesmo tanto em sujeitos pronominais como em sujeitos não pronominais. Como observaremos em seções subsequentes, dados do Dyirbal e do Bidjara diferem substancialmente dos do Yawanawá[6]. Para compreendermos o sistema de Caso no Yawanawá, comparemos os dados abaixo:

[6] Remetemos o leitor aos textos de Duarte (2012), Duarte (2016), Duarte (2018) e Duarte (2020), em que se discutem

Sujeito não pronominal

(1) *takara-nɨn* *βatʃì-ø* *βaki-a*
galinha-ERG ovo-ABS nascer- PAS
'A galinha botou ovo.'

[Paula (2004, p.133)]

(2) *Tika-n* *yawa* *rete-a*
Tika-pp(ERG) queixada matar-PRF
'Tika matou a/uma queixada.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 97)]

Sujeito pronominal

(3) *ɨ-n* *yawa* *rete-a*
1S queixada matar-PRF
'Eu matei uma/a queixada'

[Camargo-Tavares (2013, p. 116)]

(4) *ɨ-n* *tʃai* *itʃu-a*
1p-ERG longe correr-PAS
'Eu corri para longe.'

[Paula (2004, p. 132)]

Nota-se que os dados do Yawanawá demonstram que não existe cisão de Caso no sujeito (A), visto que tanto sujeitos pronominais como não pronominais recebem uniformemente o mesmo morfema de Caso {-n}, fazendo emergir um alinhamento ergativo estendido do tipo ((A=S)≠O)).

Já em relação à língua Krahô, observa-se que há um sistema de marcação diferencial de sujeito condicionado pelo traço aspectual da sentença, de modo que, quando a oração estiver no perfectivo, o sistema de Caso engatilhado será o ergativo-absolutivo. Todavia, quando o traço aspectual for o imperfectivo, o sistema que emergirá será o nominativo-acusativo, conforme mostram os exemplos a seguir:

Aspecto perfectivo

(5a) *pɔrho*$_i$ *i-tɛ* *h*$_i$*-apro-r*
fumo$_i$ 1-ERG 3$_i$-comprar.NFIN
'Eu comprei fumo.'
[literalmente: 'Fumo (que) eu comprei.']

[Souza (1989, p. 50)]

os sistemas de Caso ergativo e nominativo em línguas indígenas. A principal hipótese é a de que ergatividade não é um fenômeno homogêneo, mas, ao contrário, constituiu um epifenômeno mais geral com especificidades em cada língua em que é acionado.

(6a) *i* *krɛr*
1 cantar.PST
'Eu cantei'
[Souza (1989, p. 77)]

(7a) i katɔr
1 sair. PST
'Eu saí'
[Souza (1989, p. 19)]

Aspecto imperfectivo

(5b) *pɔrho* *wa-Ø* *apu* *h-apro*
fumo 1-NOM CONT 3-comprar-FIN
'Eu estou comprando fumo.'
[Souza (1989, p. 70)]

(6b) *wa-Ø* *krɛ*
1-NOM cantar
'Eu canto.'
[Souza (1989, p: 19)]

(7b) *wa-Ø* *ma* *mõ*
1-NOM MOV vir
"Eu vou embora."
[Souza (1989, p. 27)]

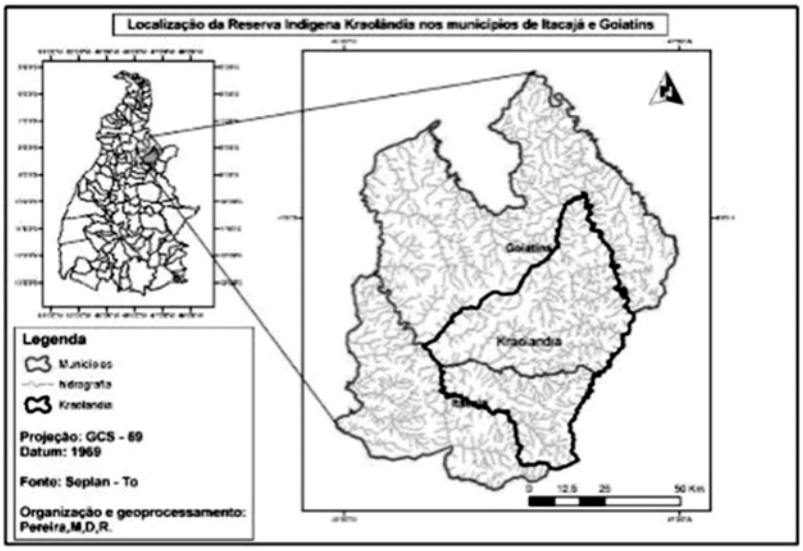
Com base nos dados acima, nota-se que a partícula {-tɛ} codifica o Caso ergativo quando a sentença se encontra no aspecto perfectivo. Por sua vez, essa partícula não figura nos sujeitos de verbo transitivo, quando o traço aspectual da sentença é o imperfectivo, como mostram os exemplos (5b), (6b) e (7b). Tais verbos podem vir precedidos por partículas funcionais, as quais codificam o modo *irrealis*, como é o caso do dado (7b), em que a partícula [*ma*] denota aspecto habitual. Conforme veremos mais adiante, as partículas [*ha/kʰra*] indicam "futuro", enquanto [*apu*] ~ [*apa*] indicam aspecto progressivo. Nesse contexto, o sujeito pronominal vem realizado pela forma livre {*wa*} 'eu', o qual recebe marca de Caso nominativo, realizado pelo morfema default de Caso {-∅}. Os dados, portanto, indicam que o Krahô engatilha um sistema de marcação de Caso cindido, uma vez que o sujeito de verbos transitivos recebe ora Caso ergativo ora Caso nominativo.

O artigo está organizado em cinco seções. A seção (2) apresenta considerações etnográficas. A seção (3) apresenta uma descrição do sistema de marcação de Caso em Krahô. Já a seção (4) discute o sistema de Caso ergativo estendido em Yawanawá. Por último, a seção (5) conclui o artigo.

2. Povo e Língua

O povo Krahô habita a região nordeste do estado do Tocantins. Demarcada na década de 1944, a terra indígena Krahô encontra-se localizada entre os municípios de Goiatins e Itacajá. No mapa abaixo, é possível visualizar a demarcação do território em que a população Krahô vive.

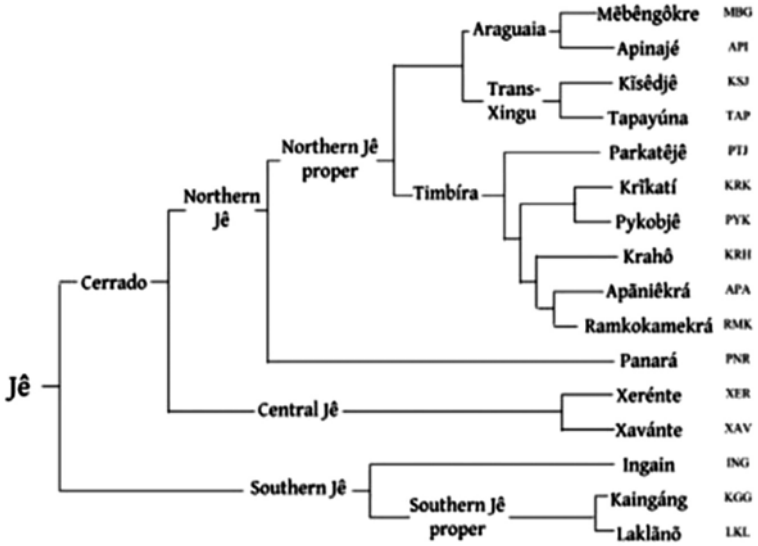
Figura 1: Localização geográfica da Terra Indígena Krahô



Fonte: Alisson A. Santos, 2017.

Conforme indica o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população Krahô conta com 2843 aldeados. Embora essa população seja bem reduzida, ações de promoção, documentação e revitalização da língua se tornam cada vez mais presentes. A língua falada pela comunidade nativa recebe o mesmo nome de povo. O Krahô pertence ao complexo dialetal timbira, o qual se encontra inserido na família linguística Jê, tronco linguístico Macro-Jê[7]. A família Jê é a maior de todo o agrupamento Macro Jê. Atualmente, essa família conta com nove membros principais, divididos geograficamente em quatro ramificações, como é possível verificar por meio do diagrama a seguir.

Figura 2: Árvore genealógica da Família Jê



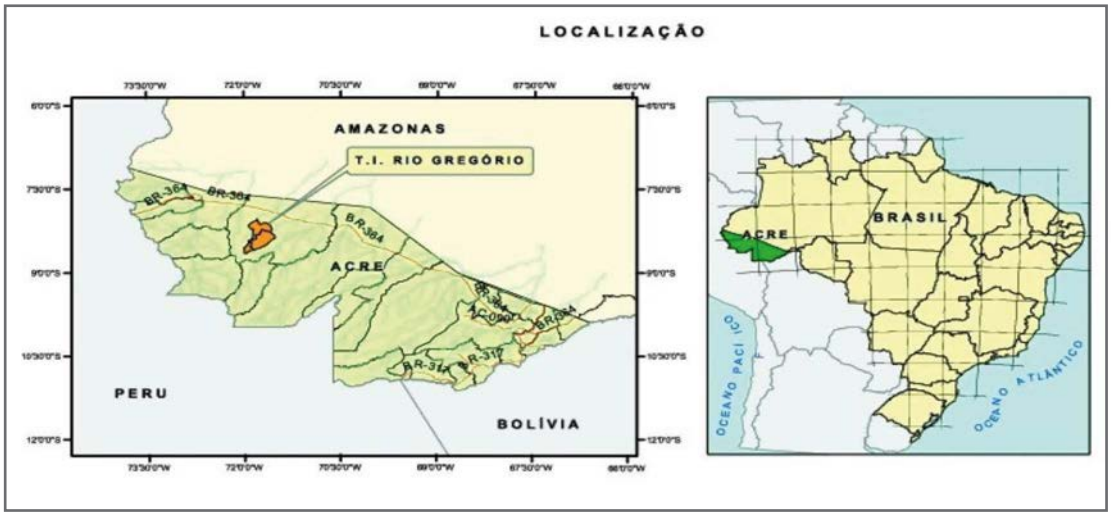
Fonte: retirada de Nikulin e Salanova (2019)

[7] "O constituinte maior do tronco Macro-Jê é a família linguística Jê, que compreende línguas faladas sobretudo nas regiões de campos cerrados que se estendem do sul do Maranhão e do Pará, em direção ao sul, pelos Estados de Goiás e Mato Grosso, até os campos meridionais dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul." (Rodrigues, 1986)

Na figura acima, observa-se que o complexo dialetal timbira compreende a ramificação Norte. O seu ramo é constituído de seis línguas principais, a saber: o Parkatejê, o Krĩkati, o Pykobjê, o Krahô, o Apanyekrá e o Ramkokamekrá. Dentre elas, o Krahô apresenta maior grau de parentesco com o Apanyekrá e com o Ramkokamekrá.

Já o povo indígena Yawanawá habita a região do Rio Gregório, afluente do Juruá, no município de Tarauacá, no estado do Acre. Devido à localização, a população indígena tem mantido contato tanto com a comunidade de língua portuguesa, do lado brasileiro da fronteira, quanto com os falantes de espanhol, por conta da proximidade com o Peru. Com o processo de homologação do território iniciado em 1991, de acordo com Camargo-Tavares (2013), apenas em 2023 a comunidade teve a homologação confirmada pelo Decreto 11690 - 06/09/2023. Ademais, vale ressaltar que o povo Yawanawá divide a terra com os Katukina-Pano. Pode-se observar a localização do território no mapa a seguir

Figura 3: Mapa da Terra Indígena Rio Gregório



Fonte: Ribeiro (2005)

Segundo informações divulgadas pelo IBGE (2022), a Terra Indígena Rio Gregório tem uma população residente de cerca de 960 pessoas. Esse número apresenta um aumento significativo no contingente populacional da região, uma vez que, em conformidade com Camargo-Tavares (2013, p. 38), havia cerca de 560 moradores no território em 2010. Além disso, o povo Yawanawá está distribuído em sete aldeias, sendo elas: Matrinxã, Amparo, Sete Estrelas, Tibúrcio, Escondido, Mutum e Nova Esperança. Nota-se que as aldeias com maior concentração populacional são Mutum e Nova Esperança.

Ademais, existem, de acordo com o ISA (2025), oito organizações indígenas na localidade, sendo que a Cooperativa Yawanawá (COOPYAWA) é a associação indígena que representa a aldeia Nova Esperança e sua aliada política, a aldeia de Amparo. Por outro lado, Mutum e as outras aldeias são representadas pela Associação Sociocultural Yawanawá (ASCY).

A língua falada pela comunidade Yawanawá recebe o mesmo nome de seu povo. Conforme Camargo-Tavares (2013); em 2010, havia cerca de 160 indivíduos que de fato utilizavam a língua para realizar atividades cotidianas. Como visto anteriormente, o censo do IBGE (2022) demonstra que houve um aumento considerável de habitantes autodeclarados na área indígena; entretanto, é de extrema importância salientar que não se sabe se esse crescimento populacional representa também um aumento no número de falantes da língua. Isso porque a língua Yawanawá tende a ser cada vez menos ensinada às gerações mais novas, por conta da pressão política, social e econômica que línguas majoritárias como português e espanhol exercem no território. Esse cenário, portanto, coloca o Yawanawá em uma posição de extrema vulnerabilidade linguística, já que a não transmissão da língua para as gerações mais jovens pode ameaçar a vitalidade da língua.

Já em relação à filiação linguística, considera-se que a língua Yawanawá pertence à família Pano. Embora não se saiba ao certo a quantidade exata de línguas que compõem a família linguística, assumiremos aqui a proposta de Loos (1999), segundo a qual há vinte e oito línguas pertencentes à família em questão. A subdivisão adotada neste trabalho também é baseada na proposta de Loos (1999), conforme a qual existem quatro grandes grupos dentro da família, a saber: o subgrupo Chacobo, o Yaminawa (em que está o Yawanawá), o Capanawa e o grupo que os autores apresentam como "línguas não agrupadas". Essa classificação é amplamente aceita pelos estudiosos da área, pois foi elaborada levando em consideração características linguísticas, fonológicas e morfossintáticas, por exemplo, e não apenas fatores geográficos.

A próxima seção visa apresentar detalhes do sistema de marcação de Caso cindido que prevalece na língua Krahô. Nesse sistema, o traço aspectual da sentença é o fator que regula a marcação diferencial do sujeito.

3. Os Sistemas de Caso em Krahô

Para compreendermos o sistema de Caso na língua Krahô, precisamos ter muito claro antes como se dá a distribuição gramatical das formas verbais finitas e não finitas do verbo. Destarte, postulamos que a distinção entre formas finitas e não finitas está diretamente relacionada com o traço aspectual da sentença. Assim sendo, argumentaremos, doravante, que as formas finitas do verbo estão diretamente associadas ao traço aspectual imperfectivo, enquanto as formas não finitas figuram em sentenças que exibem o traço aspectual perfectivo. A consequência imediata dessa correlação é que o sistema ergativo surge quando a forma do verbo é não finita, portanto, quando o evento é ancorado no aspecto perfectivo. Já o sistema nominativo emerge quando o verbo se reveste da forma finita, situação em que o aspecto é o imperfectivo. Essa distribuição complementar pode ser mais bem observada pelos dados a seguir:

Forma finita = sistema nominativo-acusativo

Verbos intransitivos

(8) *wa-Ø ma katɔ-Ø amkrɔ kuna kʌm*
1 PROG sair-FIN sol todo POS
'Eu saio todos os dias.'
[Souza (1989, p. 43)]

(9) *ka-Ø krɛ-Ø kə pe*
2 cantar-FIN pátio POSP
'Você canta no pátio.'
[Souza (1989, p. 27)]

(10) *ke-Ø kʰra pəm*
3 FUT cair-FIN
'Ela cairá.'
[Souza (1989, p. 17)]

Verbos transitivos

(11) *pɔrho wa-Ø apu h-apro-Ø*
fumo$_i$ 1 CONT 3$_i$-REL-comprar-FIN
'Fumo$_i$, eu estou comprando t$_i$.'
[Souza (1989, p. 70)]

(12) *ka-Ø i mã areti hɔ̃-Ø*
2-NOM 1 DAT rede dar-FIN
'Você dá rede para mim.'
[Souza (1989, p. 26)]

(13) *ke-Ø ha pĩ kahek*
3-NOM FUT lenha cortar-FIN
'Ele cortará lenha.'
[Souza (1989, p. 17)]

Em síntese, os dados acima demonstram que, quando o traço da sentença é o imperfectivo, o sujeito pronominal na função (A) e (S) será realizado por formas livres, as quais apresentam um alinhamento típico do sistema de Caso nominativo-acusativo (A=S≠O).

Não obstante, outro sistema emerge quando o traço aspectual da sentença corresponde ao perfectivo. Nesse contexto, a forma pronominal do sujeito (S) do verbo intransitivo será idêntica à forma do objeto direto, visto que ambos são realizados por meio de formas pronominais dependentes, oposto à forma que o sujeito pronominal do verbo transitivo se reveste. Este último não figura cliticizado ao verbo, mas, ao contrário, recebe a marca de Caso ergativo {-tɛ}. Em suma, essa distribuição complementar das formas pronominais faz emergir, um sistema ergativo-absolutivo

(A≠S=O)[8], conforme mostram os dados abaixo:

Forma não finita = sistema ergativo-absolutivo

Verbos intransitivos

(14) *i-* *kator* *iˀnõ* *kʌm*
1 sair ontem POS-NFIN
'Eu saí ontem.'
[Souza (1989, p. 43)]

(15) *a-* *krɛ-r*
2 cantar-NFIN
'Você cantou.'
[Souza (1989, p. 56)]

(16) *i-* *ˀ-pəm*
3 REL-cair-NFIN
'Ele caiu.'
[Souza (1989, p. 77)]

Verbos transitivos

(17) *pɔrho* *i-tɛ* *h-apro-r*
Fumo-ACC 1.ERG 3-comprar. NFIN
'Eu comprei fumo.'
[Souza (1989, p. 50)]

(18) *a-tɛ* *i-mã* *areti* *hɔ̃-n*
2.ERG 1-DAT rede dar- NFIN
'Você deu rede para mim. '
[Souza (1989, p. 26)]

(19) *ku-tɛ* *pĩ* *kahek*
3.ERG lenha cortar.e.reunir-NFIN
'Ele cortou lenha e reuniu.'
[Souza (1989, p. 25)]

Tendo por base o paradigma acima, chegamos ao quadro geral de formas pronominais abaixo. Observem que, na primeira coluna, arrolamos os pronomes livres nominativos, que figuram em posição de sujeito (A) e (S); na segunda coluna, mostramos os pronomes pessoais presos, que

[8] Além desse padrão, há o surgimento de outro sistema de Caso, no qual o sujeito de verbos transitivos recebe o Caso dativo, expresso morfologicamente pela partícula {mã}. Esse Caso está intimamente relacionado à atribuição de papel temático de experienciador. Desse modo, ao contrário do que acontece com o sujeito (A) dos verbos transitivos eventivos, o Caso dativo pode ocorrer sentenças transitivas estativas independentemente do traço aspectual manifestado pela sentença. Por limitação de espaço e tempo, não desenvolveremos a análise da distribuição dos sujeitos com Caso dativo. Deixaremos o estudo desse tópico gramatical para uma análise futura.

codificam o sujeito (S) de verbo intransitivo e o objeto do verbo transitivo (O). Por fim, na terceira coluna, arrolam-se os prefixos relacionais, cuja função é sinalizar a estrita relação de adjacência entre o verbo e objeto ou entre o sujeito (S) e o verbo intransitivo.

Quadro geral dos pronomes pessoais e prefixos relacionais em Krahô

	Pronomes		**Prefixos relacionais**
	Formas livres	Formas presas	
1	wa	i	y~Ø
2	ka	a~ɪj	y~Ø
3	ke~Ø	i~ku~ta~Ø	n~ʔ~ h~Ø

Fonte: adaptação de Souza, 1989, p. 56.

Após apresentarmos a distribuição das formas finitas e não finitas do verbo e a distribuição dos pronomes nos dois subsistemas de Caso, interessa-nos apresentar os dados de cada um desses subsistemas nas próximas subseções, no intuito de detalhar a marcação do Caso dos argumentos nucleares.

3.1. Sistema de Caso nominativo-acusativo

Conforme já mencionado acima, nesse subsistema, os sujeitos agentivos (A) de verbos transitivos e o sujeito (S) de verbos intransitivos recebem a mesma marca morfológica, a qual corresponde ao morfema {-Ø}. Ademais, as formas dos pronomes na posição de sujeito são as mesmas, de sorte que o pronome de terceira pessoa se realiza como *ke* independentemente se esse argumento corresponde a sujeito de verbo transitivo ou de verbo intransitivo. Comparem-se os exemplos abaixo.

ALINHAMENTO NOMINATIVO-ACUSATIVO

(20) *ke-Ø* *ha* *pĩ-Ø* *kahek-Ø*
3-NOM FUT lenha-ACC cortar
'Ele cortará lenha.'

[Souza (1989, p. 17)]

(21) *ke-Ø* *kʰra* *pəm*
3 FUT cair
'Ele(a) vai cair.'
'Ele cairá.'

[Souza (1989, p. 81)]

Nos dados (20) e (21), notamos que a marcação de Caso do sujeito (A) e (S) é morfologicamente expressa pelo morfema de Caso default {-Ø}. Ademais, as formas do sujeito pronominal de verbos transitivos são idênticas às dos sujeitos de verbos intransitivos, o que deixa evidente o acionamento do alinhamento de Caso nominativo-acusativo. Tal assunção é mais bem confirmada pelos exemplos abaixo em que o sujeito agente (A) de verbo transitivo e o sujeito (S) de verbo intransitivo vêm uniformemente realizados pela mesma forma pronominal *wa* 'eu' e *ka* 'tu'. Nestes contextos, os sujeitos não podem vir marcados com o sufixo de Caso ergativo {-te}.

Verbos transitivos

(22) *wa-Ø* *kra* *kʌm* *i-katõk-Ø*
1-NOM paca POSP 1-atirar-FIN
'Eu atiro na paca.'

[Souza (1989, p. 70)]

(23) *wa-Ø* *ha* *ma-Ø* *kapran* *y-ape* *ne* *ma* *tɔ* *mõ*
1-NOM FUT MOV jabuti-ACC REL-caçar CNJ MOV CAUS ir/vir
'Eu vou caçar um jabuti e trazer.'

[Souza (1989, p. 67)]

(24) *ka-Ø* *h-õpu-Ø*
2-NOM 3-ver-FIN
'Você o vê.[9]

[Souza (1989, p. 53)]

(25) *ka-Ø* *i-mã* *areti-Ø* *hɔ̃-Ø*
2-NOM 1-DAT rede-ACC dar-FIN
'Você dá rede para mim.'

[Souza (1989, p. 26)]

Verbos intransitivos

(26) *wa* *pəm*
1 cair
'Eu caio.'

[Souza (1989, p. 26)]

(27) *wa* *krɛ-Ø*
1 cantar
'Eu canto.'

[Souza (1989, p. 19)]

[9] Neste dado, "ver" é concebido como ação/evento de ser observável. Logo, o sujeito "você" é agente da ação de "ver" (visualizar) o outro.

(28) *ka* *pəm-Ø*
2 cair
'Você cai.'
[Souza (1989, p. 19)]

(29) *ka* *krɛ-Ø*
2 cantar
'Você canta.'
[Souza (1989, p. 26)]

(30) *ke* *kʰra* *pəm-Ø*
3 FUT cair
'Ela cairá.'
[Souza (1989, p. 17)]

(31) *vɛvɛ* *tɔr*
borboleta voar
'A borboleta voa/voou.'
[Souza (1989, p. 27)]

Em resumo, o fato mais importante que se pode apurar a partir do conjunto dos dados examinados até aqui é que (i) o sujeito transitivo (A) não recebe o sufixo de Caso ergativo {-tɛ}; (ii) a sua morfologia é mesma do sujeito de verbo intransitivo; e, por fim, (iii) esse tipo de marcação nominativo-acusativo só é possível se o traço aspectual da sentença for o imperfectivo (ou seja, quando a ação foi concluída/terminada) casos em que a forma do verbo deve ser a não finita. Nesses contextos, o tempo gramatical pode ser o presente ou o futuro, mas nunca o passado/perfectivo, conforme se conclui a partir dos dados analisados até aqui.

Na próxima seção, averiguamos o alinhamento ergativo-absolutivo. Nesse subsistema, o verbo deve estar na sua forma não finita; o traço aspectual da sentença deve ser o perfectivo; o sujeito (A) do verbo transitivo vem marcado com o sufixo de Caso ergativo {te}, diferentemente do sujeito (S) e o objeto (O) que são marcados com morfema de Caso absolutivo {Ø-}.

3.2. Sistema de caso ergativo-absolutivo

Diferentemente do padrão nominativo-acusativo mostrado acima, o sistema ergativo-absolutivo [(A≠(S=O)] é condicionado pelo traço aspectual perfectivo das sentenças. Tal como acontece em outras línguas do complexo dialetal timbira, no Krahô, o sujeito (A) recebe o Caso ergativo, o qual vem morfologicamente expresso pelo sufixo {-tɛ} e o Caso absolutivo vem realizado por meio do sufixo default de Caso absolutivo {-ø} ou por meio de uma série pronominal absolutiva. Comparem-se os dados a seguir:

(32) *i-tɛ* *a-pupu-n*
1.ERG 2-ver-NFIN
'Eu vi você.'

[Souza (1989, p. 41)]

(33) *a-tɛ* *i-mɛ̃-n*
2.ERG 1-derrubar-NFIN
'Você me derrubou.'

[Souza (1989, p. 53)]

(34) *ku-tɛ* *ko-Ø* *tɔ* *h-ɔrhɔ-t*
3.ERG água-ABS CAUS 3-ferver-NFIN
'Ela ferveu a água.'

[Souza (1989, p. 72)]

(35) *ku-tɛ* *i-mã* *kora-ø* *h-ɔ̃--n*
3.ERG 1-DAT colar-ABS 3-dar-NFIN
'Ele deu um colar para mim.'

[Souza (1989, p. 78)]

(36) *Yahɛ-tɛ* *Yahay-ø* *pupu-n*
N.ERG *Yahay*-ABS ver-NFIN
'Yahe viu Yahay.'

[Souza (1989, p. 79)]

Conforme demonstrado pelos exemplos acima, os sujeitos pronominais com Caso ergativo tomam a forma de pronomes dependentes, os quais vêm marcados pelo sufixo de Caso ergativo {-tɛ}: *i-tɛ* 'eu'; *a-tɛ* 'tu' e *ku-tɛ* 'ele'. O mesmo se observa com sintagmas nominais não pronominais, como exemplificado em (36), em que o sujeito (A) recebe o Caso ergativo *Yahɛ-tɛ* e o objeto (O) recebe a marca de Caso absolutivo default {-ø} *Yahay-ø*. Note-se, ainda, que o pronome dependente, quando codifica o objeto, vem prefixado ao verbo. Tal comportamento é observado também quando o sujeito do verbo intransitivo vem realizado por pronomes pessoais dependentes. Nesses casos, os sujeitos de verbos intransitivos apresentam morfologia idêntica à dos pronomes pessoais dependentes que codificam o objeto. Em tais contextos sintáticos, os pronomes figuram cliticizados ao verbo, assim como acontece com o objeto, deixando evidente como opera o subsistema ergativo-absolutivo, uma vez que a forma presa que codifica o sujeito coincide com a forma presa que também codifica o objeto. Para tal, comparem-se os exemplos abaixo com os exemplos acima. Vejam que as formas pronominais presas de primeira, segunda e terceira pessoas {i-}, {a-} e {in- ~ *i-*ʔ-} são as mesmas que codificam o objeto nos dados acima, conforme mostram as sentenças intransitivas a seguir:

(37) *i-katõk* *pɛy*
1-atirar bem-NFIN
'Eu atirei bem.'

[Souza (1989, p. 78)]

(38) *i-kʰrɛ*
1-plantar-NFIN
'Eu plantei.'
[Souza (1989, p. 77)]

(39) *a-katɔ-r*
2-sair-NFIN
'Você saiu.'
[Souza (1989, p. 54)]

(40) *a-krɛ-r*
2-cantar-NFIN
'Você cantou.'
[Souza (1989, p. 77)]

(41) *i-ˀ-pəm*
3-REL-cair-NFIN
'Ela caiu.'
[Souza (1989, p. 54)]

(42) *i-n-krɛ-r*
3-REL-cantar-NFIN
'Ele cantou.'
[Souza (1989, p. 77)]

(43) *Hɔ̃rot* *pəm-Ø*
N.- ABS cair-NFIN
'Hɔ̃rot cai/caiu.'
[Souza (1989, p. 26)]

Em suma, tendo por base os dados apresentados até aqui, chegamos à conclusão de que a língua Krahô opera com dois subsistemas de marcação de Caso: o subsistema nominativo-acusativo, o qual é condicionado pelo traço aspectual imperfectivo, e o subsistema ergativo-absolutivo, que é engatilhado pelo traço aspectual perfectivo da sentença.

Após a apresentação dos dados relevantes do sistema de Caso nessa língua, a próxima seção tem por objetivo apresentar os dados do sistema de Caso do Yawanawá, no intuito de apurarmos como as duas línguas se diferem em relação ao modo como marcam o Caso dos argumentos nucleares de verbos transitivos e intransitivos.

4. Sistema de Caso Ergativo-Absolutivo em Yawanawá

Na literatura linguística, como se observa em Paula (2004); Camargo-Tavares (2013), e Souza (2016), assume-se que a língua Yawanawá apresenta uma cisão no sistema de marcação, regulada pelo traço [+participante], que engloba a primeira e a segunda pessoa pronominais, versus o traço

[- participante], que codifica a terceira pessoa e os DPs plenos. Conforme essa hipótese, o Yawanawá operaria com dois sistemas de alinhamentos na marcação de Caso: o ergativo-absolutivo e o nominativo-acusativo. De acordo com os trabalhos voltados para línguas Pano, o primeiro subsistema emergiria apenas quando sujeito (A) vir realizado por DPs plenos ou pronomes de terceira pessoa, casos em que vêm marcados com o caso ergativo {-n}, enquanto sujeitos de intransitivos vêm marcados pelo morfema {-ø}. Em suma, podemos assumir que, nesse sistema, apenas o sujeito de verbos transitivos, geralmente o agente[10] em função de (A), é marcado com esse morfema de Caso ergativo {-n ~ -nɨn[11]}, conforme demonstram os dados a seguir:

(44) *nukɨβɨnɨ-n* *naui-ø* *pi-a-ki*
homem-ERG cachimbo-ABS fumar-PAS-DECL
'O homem fumou cachimbo.'

[Paula (2004, p. 187)]

(45) *Tika-ne* *yawa* *rete-a*
Tika-PP(ERG) queixada matar-PRF
'Tika matou a/uma queixada.

[Camargo-Tavares (2013, p. 97)]

(46) *Tika-ø* *tupĩk-a*
Tika-ABS nadar-PAS
'Tika nadou.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 129)]

Tendo por base os dados acima, concluímos que os argumentos (A), sujeito de verbos transitivos, (S), sujeito de verbos intransitivos, e (O), objeto de verbos transitivos, podem ser agrupados pelo seguinte sistema de alinhamento ergativo-absolutivo:

(47)



[10] Para uma análise de que o Caso ergativo corresponde a Caso inerente, remetemos o leitor à proposta de Woolford (2006), conforme a qual esse caso está diretamente associado à propriedade semântica de agente de argumentos externos de verbos transitivos e inergativos

[11] Em consonância com Paula (2004), o morfema {-n} é a nasalização da última vogal do sintagma que ocupa a posição de sujeito, já o morfema {-nɨn} é empregado quando o SN na posição de sujeito terminar em vogal nasalizada ou possuir mais de três sílabas. Ademais, ressaltamos que os dados de Camargo-Tavares (2013) apresentam na glosa a ortografia da língua. Assim, o leitor deve considerar {-ne} como sendo fonologicamente correspondente a {-nɨn}.

Nas análises de línguas da família Pano, tal como em Paula (2004); Valenzuela (2003) e Zariquiey (2018), tem-se proposto que o sistema nominativo-acusativo emerge somente quando os sujeitos (A) e (S) carregam os traços [+participante, +/- falante], ou seja, quando correspondem a argumentos de primeira e segunda pessoa. Nesse alinhamento, (A) e (S) recebem a mesma marcação de Caso, mais precisamente o sufixo de Caso {-n}, o qual é interpretado como nominativo nesse subsistema, muito embora esse sufixo de Caso seja homógrafo ao sufixo de Caso ergativo, conforme se observa nos dados abaixo.

(48) ~~*i*~~***-n*** *i-uan* *tari-ø* *ʧu-kai*
1S-NOM 1S-POS roupa-ABS lavar-ANF
'Eu estou lavando minha roupa.'

[Paula (2004, p. 124)]

(49) ~~*i*~~***-n*** *ʧai* *itʃu-a*
1P-NOM longe correr-PAS
'Eu corri para longe.'

[Paula (2004, p. 193)]

(50) ~~*i*~~***-n*** *nuku-a*
1SG-NOM chegar-PRF
'Eu cheguei.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 95)]

Consoante a análise desses autores, os argumentos (A), (S) e (O), nos exemplos acima, são agrupados por meio do alinhamento nominativo-acusativo, conforme mostra a figura abaixo:

(51)

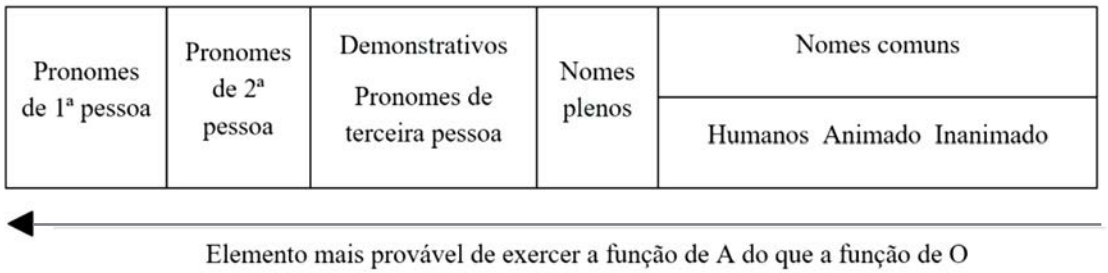


Tendo em conta os dados arrolados até aqui, nosso objetivo é propor uma teoria distinta da dos autores acima. Para tal, assumiremos que o morfema de Caso {-n ~ -ne} não codifica Casos distintos, mas, ao contrário, realiza o Caso ergativo. Mais precisamente, assumiremos, doravante, que esse morfema codifica o Caso ergativo não apenas dos argumentos (A) de terceira pessoa pronominal e não-pronominal, mas também dos sujeitos (A) e (S) de primeira e segunda pessoas. Em consonância com essa proposta, esse morfema não codifica Caso nominativo, mas somente o Caso ergativo. A consequência imediata que essa proposta entrevê é a de que não haverá cisão de Caso em Yawanawá determinada pelo traço [+/-pessoa], uma vez que o Caso ergativo é estendido uniformemente tanto

a argumentos (A) e (S) pronominais e não pronominais. Com base nessas assunções, adotamos a hipótese segundo a qual a língua Yawanawá opera com um sistema de Caso ergativo estendido, no sentido de que o Caso ergativo figura não só em sujeitos (A) mas também em sujeitos (S). Nota-se, assim, que o sistema de Caso do Yawanawá difere substancialmente do sistema de Caso do Krahô, visto que os fatores que regulam a emergência de cada sistema não coincidem nas duas línguas.

Dixon (1994) propõe uma correlação tipológico-funcional que busca capturar o fato de que DPs pronominais que contêm os traços [+participante; +/- falante] são aqueles com maior tendência a ocupar a posição de sujeito em sentenças transitivas (A)[12]. Por outro lado, DPs não pronominais e nomes comuns apresentam maior sensibilidade a ocupar a posição de objeto de sentenças transitivas (O). Esta correlação ficou conhecida como Hierarquia Nominal, a qual é regulada por questões discursivas, uma vez que a primeira e a segunda pessoa pronominais são as entidades evocadas durante a enunciação e mais saliente no discurso para figurar em posição de sujeito. A figura abaixo reproduz a Hierarquia Nominal[13] tal como elaborada por Dixon.

Figura 4: A Hierarquia Nominal de Dixon (1994)



Fonte: Duarte e Miranda (2024)

Nessa hierarquia, é mais natural e econômico[14] marcar um DP quando ele ocupa uma posição sintática que não é prevista do ponto de vista da hierarquia de acessibilidade. Dessa forma, é esperado que as línguas tenham uma marca morfológica diferencial aos DPs, do lado direito dessa hierarquia, quando esses ocupam a função sintática de sujeito do verbo transitivo. Por sua vez, DPs à esquerda nessa hierarquia também recebem marcação diferencial quando figuram na posição de objeto de verbo transitivo.

[12] Nessa linha de raciocínio, Comrie (1989, p. 128-129) propõe as seguintes correlações sintático-semânticas que regulam a marcação diferencial de sujeito e de objeto: "(...) *subjects tend to be definite, animate, and topic (thematic); while direct objects tend to be indefinite, inanimate, and rhematic. (...) the most natural kind of transitive construction is one where the A is high in the animacy and definiteness, and P is lower in animacy and definiteness; and any deviation from this pattern leads to a more marked construction*."

[13] De acordo com Carnie *and* Cash (2006, p. 229): '*in his classic work on split Case marking in Dyirbal, Dixon (1979) argues that local persons (1st and 2nd person) are ranked more highly on the person hierarchy and thus receive a NOM/ ACC pattern; by contrast, third person and referential NPs are low on the hierarchy and receive ERG/ABS case.*

[14] Dixon (1994, p. 85) propõe a seguinte generalização sobre as expectativas de marcações dos argumentos nucleares de sentenças transitivas: "*It is plainly most natural and economical to 'mark' a participant when it is in an unaccustomed role. That is, we could expect that a case-marking language might provide morphological marking of an NP from the righthand side of the hierarchy when it is in A function, and of an NP from the leftmost end when in O function (...)*'

Para exemplificar essa correlação na marcação dos argumentos (A) e (O) a partir de uma perspectiva tipológica, levemos em consideração os dados da língua Bidjara (retirados de Blake 1979), em que uma cisão ergativa reflete essa marcação diferencial. Os argumentos pronominais acionam o alinhamento "nominativo/acusativo", em que (A) e (S) recebem o Caso nominativo, expresso pelo morfema de caso default {-ø}. Por outro lado, DPs plenos em função de (A) recebem a marca de Caso ergativo, expresso nos dados abaixo pelo sufixo {-ŋu}. Comparem-se os dados a seguir:

Dados da língua Bidjara (Blake, 1976, p. 282)

Sistema nominativo-acusativo

(52) *ŋaya-ø* *barri-la*
Eu-NOM chorar-PAST
'Eu chorei.'

(53) *ŋuya-ø* *nuŋu-na* *bada-la*
Eu-NOM ele-ACC morder-PST
'Eu mordi ele.'

Sistema ergativo-absolutivo

(54) *ŋura-ø* *wanguli-la*
Cachorro-ABS latir-PAST
'O cachorro latiu.'

(55) *ŋura-ŋu* *munda-ø* *bada-la*
Cachorro-ERG cobra-ABS morder-PAST
'O cachorro mordeu a cobra.'

O mesmo sistema diferencial de marcação de Caso também se observa em línguas da família Pama-Nyunga, como, por exemplo, a língua Dyirbal. Nessa língua, D/NPs plenos de terceira pessoa são marcados com Caso ergativo, quando são projetados na posição sintática de sujeito (A), sinalizando, assim, um alinhamento ergativo-absolutivo. Por sua vez, pronomes de primeira e segunda pessoa recebem Caso nominativo, fazendo emergir o alinhamento do tipo nominativo-acusativo. Comparem-se os dados a seguir:

Dados da língua Dyirbal (Dixon, 1994, p. 161)

Sistema nominative-acusativo

(56) *ngana* banaga-nyu
Nós.NOM retornar-NONFUT
'Nós retornamos.'

(57) *nyurra* banaga-nyu
Você.PL.NOM retornar-NONFUT
'Vocês retornaram.'

(58) *ngana* nyurra-na bura-n
Nós.NOM Você.PL-ACC ver-NONFUT
'Nós vimos vocês."

Sistema ergativo-absolutivo

(59) *yabu* banaga-nyu
mãe.ABS retornar-NONFUT
'Mãe retornou.'

(60) *nguma* yabu-nggu bura-n
pai.ABS mãe-ERG ver-NONFUT
'Mãe viu pai.'

Em suma, o que os dados acima mostram é que essas línguas operam com uma cisão condicionada pelo traço semântico do DP, sujeitos pronominais operam por meio de um sistema de alinhamento nominativo-acusativo diferente de sujeitos não pronominais que são marcados com Caso ergativo, quando em posição de sujeito (A). Evidentemente essa cisão é motivada pela hierarquia nominal que prevê que DPs pertencentes à posição mais à direita nessa escala serão marcados diferencialmente caso ocorram na posição de sujeito. Esta é a situação que ocorre nas duas línguas acima, já que o sujeito (A) não pronominal possui uma marca de Caso ergativo que é distinta da marca de Caso nominativo quando o sujeito (A) se realiza por meio do traço pronominal [+participante, +-ouvinte[15]]. Não obstante, essa previsão tipológica não se confirma em Yawanawá, uma vez que DPs de primeira e segunda pessoa vêm marcados com o mesmo sufixo de Caso ergativo que os sujeitos de terceira pessoa. Mais precisamente, tanto sujeitos (A) pronominais quanto não pronominais recebem o mesmo morfema de caso {-n(e)}. O fato crucial é que esse morfema de caso é estendido a sujeitos (S) de verbos intransitivos, mas somente quando esses contêm os traços [+participante, +/-ouvinte].

Tendo por base essas observações, o objetivo da próxima seção é mostrar que o Yawanawá não opera com o mesmo tipo de cisão de línguas como o Bidjara e o Dyrbal, mas sim com um sistema de ergatividade estendida. Por último, advogamos que a cisão na marcação do sujeito (S) em Yawanawá não é regulada pelo fato de o sujeito do verbo intransitivo ser agente ou não, como acontece em outras línguas ergativas ativas, mas sim pelo traço [+/- participante].

[15] O traço [+/ – ouvinte], neste caso, estabelece a distinção entre a primeira e a segunda pessoa do discurso, que pode ser saliente para marcação de Caso em algumas línguas.

4.1. Sistema de Caso Ergativo estendido

Em Yawanawá, a principal evidência de que não há uma cisão condicionada pelo traço [+pessoa, +/-ouvinte], diferentemente do que se observa na língua Bidjara e Dyrbal, vem do fato de que os sujeitos (A) e (S) vêm marcados pelo mesmo morfema de Caso ergativo {-n}, independentemente se o referente desses sujeitos corresponde a um argumento pronominal ou não. A distribuição desse morfema pode ser mais bem observada no conjunto de dados abaixo:

PARADIGMA 1: SUJEITOS COM NOMES PRÓPRIOS OU DPS PLENOS

Verbos inergativos

(61) *Tika-ø* *tupĩk-a*
Tika-ABS nadar-PAS
'Tika nadou.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 129)]

Verbos inacusativos

(62) *pani-ø* *uasɨnɨ-a-ma*
rede-ABS rasgar-PAS-NEG
'A rede não rasgou'

[Paula (2004, p. 115)]

Verbos transitivos

(63) *kama-nɨn* *nukɨβɨnɨ-ø* *naka-ø*
cachorro-ERG homem-ABS morder-N.PAS
'O cachorro está mordendo o homem.'

[Paula (2004, p. 115)]

(64) *βakɨ-hu-nɨn* *kapɨ-ø* *rɨtɨ-a*
criança-HUM-ERG jacaré-ABS matar-PAS
'O menino matou o jacaré.'

[Paula (2004, p. 189)]

PARADIGMA 2: SUJEITOS DE 3ª PESSOA PRONOMINAL

Verbos inergativos

(65) *a-Ø-hin* *munu-tiru*
he-ABS-FOC dançar-IMPERF
'Ele está dançando.'

Verbo estativo intransitivo

(66) *a-Ø-hin* *tina-i-ki*
he-ABS-FOC estar.com.fome-IMPERF-DECL
'Ele está com fome.'

Verbos transitivos

(67) *a-tu-**n*** *kari-Ø* *βana-ʃinna*
3sg-ERG batata-ABS plantar-PAS
'Ele plantou batata.'

Notem que o que há de comum nos paradigmas (1) e (2) acima é o fato de que o sufixo do Caso ergativo {-n} marca DPs de terceira pessoa pronominal e DPs plenos, quando esses constituintes ocorrem na função de (A). Não obstante, quando esses argumentos ocupam a posição de sujeito (S) de verbo intransitivo, são marcados por meio do Caso absolutivo, expresso nos dados acima pelo morfema de Caso default {-ø}. Conclui-se, portanto, que a língua apresenta uma interessante marcação diferencial de sujeito, nos contextos em que o sujeito é um pronome de terceira pessoa ou um DP pleno. Esse sistema de marcação diferencial pode ser descrito da seguinte maneira: quando um sujeito é um pronome de terceira pessoa ou um DP pleno, o Caso ergativo é restrito apenas a sujeitos em função de (A) de verbos transitivos, enquanto o Caso absolutivo é reservado apenas a sujeito (S) não-pronominal de verbos intransitivos.

Além dos paradigmas (1) e (2), há ainda outro em que não só os sujeitos (A) de verbos transitivos, mas também os sujeitos (S) de verbos intransitivos vêm sistematicamente marcados com o Caso ergativo, expresso pelo sufixo {-n ~ -ne}. Esses contextos emergem quando os sujeitos (A) e (S) realizam-se por meio de pronomes pessoais contendo o traço semântico [+pessoa, +participante (+/-ouvinte)]. A forte evidência a favor dessa hipótese vem dos dados abaixo.

PARADIGMA 3: SUJEITOS DE 1ª/2ª PESSOA PRONOMINAL

Verbos inergativos

(68) *~~i~~-n* *ʧai* *itʃu-a*
1p-ERG longe correr-PAS
'Eu corri para longe.'

[Paula (2004, p. 193)]

Verbos inacusativos

(69) *~~i~~-**n*** *nuku-a*
1p-ERG chegar-PAS
'Eu cheguei.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 95)]

Verbos transitivos

(70) *~~i~~-**n*** *yawa* *rete-a*
1p-ERG queixada matar-PERF
'Eu matei a queixada.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 116)]

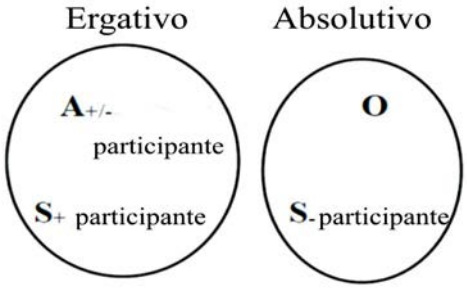
(71) *mi-**n*** *yawa* *rete-a*
2p-ERG queixada matare-PERF
'Você matou a queixada.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 116)]

Considerando o paradigma 3 acima, conclui-se que os sujeitos (A) e (S) recebem o mesmo morfema de Caso ergativo, situação que demonstra que o Yawanawá contrasta radicalmente com o sistema cindido existente em Dyirbal e em Bidjara. Nestas duas línguas, o Caso nominativo do sujeito pronominal, seja ele (A) ou (S), não coincide formalmente com o sufixo de Caso ergativo do sujeito (A) não pronominal do verbo transitivo. Esta é, portanto, a grande diferença paramétrica entre Bidjara e Dyrbal, por um lado, e o Yawanawá, por outro.

Em suma, nesse ponto da análise ficamos em condições de arrematar a nossa proposta teórica. Propomos que o sufixo {-n ~ -ne} deve ser uniformemente considerado como realização morfológica do Caso ergativo, independentemente se ele marca o Caso de D/NPs pronominais ou não. Já D/NPs não pronominais na função de (S) não vêm marcados por meio desse sufixo, mas sim pela morfologia de Caso absolutivo. Objetos também vêm marcados com o Caso absolutivo, fazendo assim emergir o sistema ergativo estendido, conforme se vê pela representação abaixo:

(72) Sistema Ergativo estendido



Por fim, salientamos que a cisão na marcação do sujeito (S) acima não é regulada pelo fato de o sujeito do verbo intransitivo ser agente ou não, como acontece em Maxakali, Hindi, Basco e Georgiano, mas sim pelo traço [+/- participante]. Mais precisamente, defendemos a proposta de que Yawanawá não é uma língua ergativa ativa, mas sim uma língua ergativa estendida, que opera com uma cisão de (S) apenas quando esse exibe o traço [+/-participante].

A próxima subseção visa a apresentar mais argumentos empíricos a favor da proposta advogada acima, conforme a qual o sufixo {-n} não pode realizar Caso nominativo.

4.2. Evidências de que o sufixo {-n} não pode ser considerado nominativo

Forte evidência de que o sufixo {-n} não corresponde ao Caso nominativo, em Yawanawá, advém do fato de que esse morfema exibe um estatuto gramatical multifuncional, conforme já proposto anteriormente por Camargo-Tavares (2013), uma vez que pode cobrir outros Casos além do ergativo, tais como o genitivo, o instrumental e o oblíquo, dentre outros. Ademais, no âmbito da literatura tipológica, não é comum que o Caso nominativo cubra outras funções gramaticais além do sujeito de verbos transitivos e intransitivos. Dessa maneira, a principal evidência empírica que temos para sustentar essa assunção surge do fato de que o sufixo {-n ~ -nɨn} pode realizar o Caso genitivo em Yawanawá, conforme se vê pelos dados abaixo.

(73) *Paulo-**n*** *mankati*
Paulo-gen dente
'Os dentes de Paulo.'

(74) *Tika-**n*** *peshe*
Tika-gen house
'A casa de Tika.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 51)]

Esse sufixo pode ainda marcar o Caso instrumental em DPs que figuram com verbos com grade temática complexa, como se observa com o verbo *shate* "cortar":

(75) *Tika-**n*** *weshati-**nɨn*** *nami* *shate-i*
Tika-pp(ERG) faca-INTRS carne cortar-PROG
'Tika está cortando a carne com a faca.'

[Camargo-Tavares (2013, p. 133)]

Evidência adicional surge de dados de línguas da mesma família linguística a que pertence o Yawanawá. Notem que, na língua Kaxinawá, o morfema {-n} pode também realizar o Caso genitivo, conforme mostram os dados a seguir:

(76) *rɨki-n* *ʂui*
nariz.gen buraco
'buraco do nariz'

[Kaxinawá (2014, p. 43)]

(77) *rɨki-n* *ʂau*
nariz.gen osso
'osso do nariz'

[Kaxinawá (2014, p. 43)]

(78) *bɨu-n* *hɨnɨ*
olho.gen líquido
'lágrima' (literalmente, "água do olho")

[Kaxinawá (2014, p. 43)]

Em suma, o conjunto de dados analisados até aqui confirma nossa hipótese, conforme a qual o sufixo {-n} possui valor multifuncional, cobrindo uma variedade de casos oblíquos, o que sinaliza que, de fato, esse morfema não pode ser interpretado como sendo nominativo, como vem sendo assumido por boa parte da literatura tipológica que analisa os sistemas de Caso nas línguas Pano.

Argumentaremos, doravante, contra a proposta de que haja um alinhamento nominativo-acusativo em Yawanawá. Alternativamente, propomos que o morfema {-n} sistematicamente realiza o Caso ergativo, quando figura em DPs na posição sintática de sujeito (A) de verbos transitivos e de sujeitos (S). Em suma, nossa hipótese é a de que o Yawanawá não apresenta ergatividade cindida, mas sim um tipo de ergatividade estendida, conforme descrito na subseção anterior.

5. Considerações finais

Uma das conclusões a que chegamos nesse artigo é a de que a língua Krahô opera com um sistema de Caso cindido, visto que apresenta dois subsistemas de marcação do caso. Esta cisão está diretamente relacionada aos seguintes fatores: (i) ao fato de o verbo realizar-se na forma finita ou na forma não finita e (ii) ao traço aspectual da sentença. Nesta perspectiva, o sistema de Caso ergativo-absolutivo [(A≠(S=O)] será engatilhado sempre que o traço aspectual for o perfectivo. Neste contexto, o sujeito (A) receberá o Caso ergativo, expresso, morfologicamente, pelo sufixo {tɛ}, enquanto o sujeito (S) e o objeto recebem o Caso absolutivo. Já o sistema de Caso nominativo-acusativo [(A=S)≠O] será acionado quando o traço aspectual da sentença corresponder ao imperfectivo. Nesses contextos, os sujeitos (A) e (O) vêm realizados pelos mesmos lexemas pronominais oposto aos objetos que se realizam por meio de uma série de formas pronominais presas.

Já o Yawanawá não apresenta um sistema cindido, mas sim um sistema de Caso ergativo estendido. Esse sistema é tratado como sendo estendido no sentido de que argumentos na posição de sujeito (A) ou (S), contendo os traços semânticos [+participantes] e [+/- falante], e sujeitos (A) realizados por DPs não pronominais são sistematicamente marcados com a morfologia de Caso ergativo. Esse sistema se opõe aos contextos em que os sujeitos (S) vêm realizado por meio de DPs plenos ou por meio de pronomes de terceira pessoa. Nesses contextos, esses sujeitos recebem o Caso absolutivo, expresso pelo morfema default {-ø}. Assim sendo, concluímos que o Yawanawá engatilha um sistema de marcação diferencial de sujeito (S), o qual é regulado pela presença ou ausência dos traços semânticos [+participantes] e [+/- falante].

Referências

BLAKE, Barry J. *Case marking in Australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.

BLAKE, Barry J. Australian typology. *In*: DIXON, Robert M. W.; BLAKE, Barry J. (ed.). *Handbook of Australian Languages*: Volume 1. Canberra: Australian National University Press, 1979. pp. 1-22.

CAMARGO-TAVARES, Lívia. *Fonologia, morfologia e sintaxe das expressões nominais em Yawanawá (Pano)*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARNIE, Andrew. *Syntax:* a generative introduction. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

CARNIE, Andrew; CASH, Christopher. Split Case Marking. *In*: CARNIE, Andrew; DOOLEY, Heidi; HARLEY, Heidi (org.). *Organizing Grammar:* Linguistic Studies in Honor of Henk van Riemsdijk. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. pp. 227-238.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology*: syntax and morphology. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1989.

DIXON, Robert Malcolm Ward. Ergativity. *Language*, Washington, DC, v. 55, n. 1, pp. 59-138, mar. 1979.

DIXON, Robert Malcolm Ward. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. pp. 77-109.

DUARTE, Fábio Bonfim. O que difere uma língua ergativa de uma língua nominativa? *In*.: *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, vol. 20, n. 2, pp. 269-308, jul./dez. 2012.

DUARTE, Fábio Bonfim. Considerações sobre o fenômeno da ergatividade e da marcação dos argumentos nucleares. *In*: GUESSER, Simone (org.). *Linguística:* Pesquisa e Ensino. Boa Vista: EDUFRR, 2016, v. 1, pp. 9-33.

DUARTE, Fábio Bonfim. The split-S system and the source of the absolutive case in Tenetehára. *Revista Linguística,* Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 252-302, 2018.

DUARTE, Fábio Bonfim; SOUZA, João Henrique Santos de. Marcação diferencial de sujeito em línguas do grupo Timbira. *Revista Letras*, Curitiba, n. 101, pp. 71-94, 2020.

DUARTE, Fábio Bonfim. *Ergatividade e sistemas de alinhamento em línguas indígenas*. Campinas: Mercado das Letras, 2022.

DUARTE, Fábio Bonfim; MIRANDA SILVA, Amanda Milza. De que se trata a ergatividade cindida em Yawanawá? *Revista Brasileira de Linguística Antropológica,* Brasília, v. 16, n. 1, pp. 131-167, 2024. DOI: https://doi.org/10.26512/rbla.v16i1.55784. Acesso em: 26 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2022*. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=BR. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terras Indígenas no Brasil. São Paulo: ISA, [2025?]. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3846. Acesso em: 22 jul. 2025.

LOOS, Eugene E. *Pano*. *In*: DIXON, Robert Malcolm Ward; AIKHENVALD, Alexandra Y. (org.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MIRANDA, Maxwell Gomes. *As nominalizações na sintaxe da língua Krahô (Jê)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MIRANDA, Maxwell Gomes. *Morfologia e morfossintaxe da língua Krahô (família Jê, tronco Macro-Jê)*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

NIKULIN, Andrey; SALANOVA, Andrés Pablo. *Northern Jê verb morphology and the reconstruction of finiteness alternations*. The University of Chicago Press. Chicago, v. 85, n.4, pp. 533-567, out./ 2019. DOI: https://doi.org/10.1086/704565

PAULA, Aldir Santos de. *A língua dos índios Yawanawá do Acre*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RIBEIRO, Eduardo Rivail. Análise morfológica de um texto Karajá. *In*: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (org.). *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora da UnB, 2005. pp. 99-128.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SANTOS. Alison A. de. *Território de conflito e resistência*: o caso dos índios Krahô e a fronteira agropastoril no estado do Tocantins. SINGA 2017. Curitiba, nov./2017. Disponível em: https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt03_1506627859_arquivo_alisson-santos-trabalho-singa-2017.pdf.

SOUZA, Livia Camargo. Tripartite case marking and the nature of ergativity in yawanawa (pano). *In*: *Estudios sincrónicos y diacrónicos sobre lenguas pano y takana*. [S. l.: s. n.], 2016. p. 265-?.

SOUZA, Sueli Maria de. *O sistema de referência pessoal da língua Krahô*. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1989.

VALENZUELA, Pilar M. *Transitivity in Shipibo-Konibo grammar*. 2003. 1011 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Department of Linguistics, University of Oregon, Eugene, 2003.

WOOLFORD, Ellen. Lexical case, inherent case, and argument structure. *Linguistic Inquiry*, v. 37, n. 1, pp. 111-130, 2006.

ZARIQUIEY, Roberto. *A Grammar of Kakataibo*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2018.

http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n3a69719

Classes acionais (de Vendler) em Mebêngôkre/Kayapó

Vendler classes (aktionsart) in Mebêngôkre/Kayapó

Clédson Mendonça Junior[1]

RESUMO

Entre os possíveis universais semânticos estão as classes acionais propostas por Vendler (1957). Com base na Semântica Formal (Gomes; Sanchez-Mendes, 2018), desenhamos um protocolo de elicitação controlada (Sanchez-Mendes, 2014), aplicado para averiguar se a língua Mebêngôkre (Kayapó, família Jê, tronco Macro-Jê), falada no município de São Félix do Xingu (Pará, Brasil) marca gramaticalmente ou não as distinções aspectuais entre as classes acionais. As sentenças foram traduzidas por falantes bilíngues (Kayapó – português). Em seguida, sua aceitabilidade foi confirmada e sua interpretação averiguada por meio de contextos. Os testes mostraram uma clara diferenciação entre as classes acionais na língua minoritária pesquisada, que está ainda bastante pouco descrita. Encontramos não apenas interpretações distintas para os modificadores adverbiais conforme a classe aspectual, mas também advérbios que não são licenciados em certas classes. Já sabemos um pouco mais sobre os sintagmas verbais da língua-alvo. Além disso, a constatação de classes acionais em uma língua de tronco completamente distinto, com uma gramática tão diferente daquelas das línguas em que essas distinções aspectuais foram atestadas, sustenta a hipótese de um universal semântico. Como desdobramento, os achados sobre as classes acionais na língua foram convertidos em uma sequência didática para o ensino de Mebêngôkre nas escolas indígenas, atendendo à demanda das comunidades gerada pela recente cooficialização do idioma. Dessa forma, o artigo integra a validação teórica do universal com uma aplicação prática de retorno aos falantes, demonstrando como a descrição semântica pode fundamentar materiais de referência para a educação escolar indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Classes acionais (Vendler). Universais Linguísticos. Família Jê. Semântica Formal. Mebêngôkre (Kayapó).

ABSTRACT

The actional classes proposed by Vendler (1957) are considered a possible semantic universal. On a Formal Semantics framework (Gomes; Sanchez-Mendes, 2018), we designed a controlled elicitation protocol (Sanchez-Mendes, 2014) to verify whether the Mebêngôkre language (Kayapó, Jê family, Macro-Jê trunk), spoken in the municipality of São Félix do Xingu (Pará, Brazil) grammatically distinguishes or not between the action classes. First, bilingual speakers (Kayapó – Portuguese) translated some representative sentences of each vendlerian class. Then, its acceptability was confirmed by other native speakers and its interpretation in dissimilar contexts verified. Afterwards, the acceptance of adverbs was tested. A clear differentiation between the action classes appeared in that minority language, which is still under-described. Distinct interpretations for adverbial modifiers arouse, due to the aspectual class. Besides, certain classes did not allow for some of the adverbs. We now know a little bit more about the verb phrases of the target language. Furthermore, since those aspectual distinctions were attested in a language so genealogically apart from the well-studied languages, our findings support the hypothesis of a semantic universal. As an outcome, the findings on the language's actional classes were converted into a didactic sequence for teaching Mebêngôkre in indigenous schools, responding to the communities' demand generated by the recent co-officialization of the language.

[1] Doutor em Linguística. Professor na Faculdade de Letras e Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). São Félix do Xingu-PA, cmxingu@unifesspa.edu.br, https://orcid.org/0000-0002-2477-5025.

Recebido em 28/09/2025 - Aceito em 13/05/2026

Thus, the article integrates the theoretical validation of the universal with a practical application that gives back to the speakers, demonstrating how semantic description can ground reference materials for indigenous school education.
KEYWORDS: Vendler Classes (*Aktionsart*). Linguistic Universals. Jê Family. Formal Semantics. Mebêngôkre (Kayapó).

1. Introdução[2]

Dos 13 mil Kayapó, autodenominados Mebêngôkre[3], que habitam as reservas entre os estados do Pará e Mato Grosso, mais de 2 mil residem no município de São Félix do Xingu (PA), distribuídos por cerca de 30 aldeias[4]. A língua Kayapó ou Mebêngôkre (família Jê, tronco Macro-Jê) é falada por crianças, jovens e adultos. Por questões culturais, os homens são costumeiramente bilíngues (Kayapó – português); as mulheres e crianças falam exclusivamente sua língua materna, o Kayapó. Os Mebêngôkre vão regularmente à cidade para resolver questões pessoais ou de interesse das comunidades, interagindo então com não-indígenas em vários ambientes; nessas situações, eles precisam falar o português. Recentemente, a língua foi cooficializada em São Félix do Xingu, através da Lei n.º 571/2019. Espera-se que a cooficialização, fruto de um movimento conjunto entre lideranças indígenas, comunidades, professores da área indígena, mestrandos do curso de Linguística e Línguas Indígenas (Museu Nacional/UFRJ) e autoridades municipais, dentre outros, incentive o emprego da língua e sua valorização, por falantes e não-falantes.

A pesquisa de que trata este artigo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)[5]. Ela foi feita com falantes nativos de Mebêngôkre em visita a São Félix, com todo o respeito à sua saúde e cultura. Seus achados contribuem para descrição e análise da língua Kayapó, para a produção de materiais didáticos ou de referência para o ensino dessa língua e colocam à prova universais linguísticos no campo da Semântica. A pesquisa se insere no quadro da Semântica Formal (SF), assumindo uma abordagem formalista para o aspecto verbal. Uma vez que o pesquisador não é nativo na língua, a coleta de dados foi guiada pelos métodos da SF, adequados a protocolos de elicitação, tomando como modelo Sanchez-Mendes (2014).

As línguas nativas faladas no Brasil são primordiais para a verificação da adequação teórica de diversas propostas, dada a imensa diversidade de famílias e troncos que elas reúnem. Van Valin (2006) observou que a maior parte da pesquisa sobre universais linguísticos esteve concentrada em aspectos

[2] Agradeço aos pareceristas pelas revisões solicitadas e recomendações ao texto; todas foram fundamentais para a finalização do artigo.

[3] Neste artigo, opto por escrever o etnônimo Mebêngôkre sem o diacrítico (~) na primeira sílaba, uma vez que, na prática cotidiana de escrita do povo em São Félix do Xingu, esse sinal não é empregado. Como não há, na língua, uma sílaba inicial com vogal oral que se oponha à nasal, o uso do símbolo se torna desnecessário por ser previsível. O diacrítico apenas será utilizado quando *mẽ* funcionar como conjunção aditiva, a fim de indicar essa diferença de sentido.

[4] Dados de 2021, da SEMCULT (Secretaria Municipal de Cultura de São Félix do Xingu, PA), obtidos por censo realizado em parceria com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

[5] Parecer n.º 4.342.046, de 16 de outubro de 2020, CAAE: 38642920.3.0000.5582.

fonológicos, morfológicos e sintáticos, tendo a semântica recebido ínfima atenção. Defendendo a urgência de se ampliar a investigação sobre universais relacionados à *Aktionsart*, aos sintagmas verbais e ao aspecto, o autor defende a *Aktionsart* desenhada por Vendler (1957) como candidata privilegiada a universal semântico. Von Fintel e Matthewson (2008), refletindo sobre a universalidade das categorias TAM (tempo, aspecto e modo), afirmam que há muito trabalho a ser feito para definir os limites da variação linguística nessa área. Abraçando essa ideia, partimos da hipótese de que a língua Mebêngôkre (Kayapó) apresenta distinções gramaticais entre as classes acionais de Vendler (1957), ou manifesta pelo contraste entre agramaticalidade e pleno licenciamento de certos advérbios em sentenças, por conta da classe aspectual do sintagma verbal, ou manifesta pelas diferenças nas interpretações dos eventos modificados pelos advérbios, em função de sua classe acional.

Vendler (1957) é o texto mais citado quanto à classificação de eventualidades segundo sua caracterização aspectual primária. Ele apresentou quatro classes acionais: estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*[6]. Estados são eventualidades apresentadas como um instantâneo fotográfico: vemos um estado capturado na imagem, mas ali não estão incluídos nem o seu momento inicial nem o seu momento final, mesmo que saibamos por experiência que o estado não dura para sempre. Por exemplo: sabemos que, se a 'A chave está na gaveta da mesinha de cabeceira', ela foi colocada lá por alguém e pode ser tirada de lá, mas nada disso consta na descrição da eventualidade fornecida pela sentença; sabemos também que há dias ou horas em que não foi ou será verdade que 'O céu está azul', mas a sentença descreve somente o estado de coisas de agora. Para outros fatos, como 'Dois mais dois são quatro' ou 'A lua é um satélite da Terra', é mais difícil conceber um estado anterior ou posterior diferente. De qualquer modo, todos os estados, tal como 'Pedro ama Teresa', 'Maria mora nesta rua' etc., são eventualidades descritas como um momento congelado, desligado de um antes ou depois. Já atividades são eventualidades descritas como tendo um momento inicial, antes do qual elas não ainda estavam acontecendo, mas não contendo na sua própria natureza um momento em que seja necessário seu término. Por exemplo, todas as pessoas dormem regularmente, e antes de pegarem no sono estão acordadas. A mudança de estado de desperto a dormindo marca o início da eventualidade. Mas não há um desfecho intrínseco para uma atividade, tanto que podemos dormir somente uma hora em certa noite e dormir 14 horas seguidas na seguinte. A interrupção do sono é imposta por fatores externos à natureza da eventualidade (compromissos, festas, companhia, cansaço etc.). Não obstante, o fato de podemos contabilizar por quanto tempo dormimos mostra que dá para medir a duração de atividades, contanto o tempo decorrido entre o seu início e o seu término. Exemplos de atividades: 'João dormiu 7h esta noite', 'Pedro lavou as mãos cuidadosamente', 'Maria fala bastante'. *Accomplishments* são eventualidades que trazem em sua própria natureza não só um ponto inicial, mas a necessidade de que chegue o seu próprio fim. *Accomplishments* envolvem uma sucessão de tarefas diferentes que resultam na produção ou no desaparecimento de algo. Por exemplo,

[6] Embora ele falasse metalinguisticamente em verbos, os complementos verbais estavam incluídos em seus exemplos. O artigo tratava da língua inglesa, mas as mesmas classes foram encontradas em línguas anglo-germânicas e latinas, inclusive em português brasileiro (PB); por isso, definiremos as classes oferecendo exemplos em PB.

‘João comeu uma pizza inteira sozinho’ dura enquanto houver pizza: João come a primeira fatia, a segunda, a terceira... depois de ter comido a última, não tem como João continuar a comer aquela mesma pizza. Ao final do evento, a pizza desaparece. No caso de ‘Lia escreveu uma dissertação em 2020’, antes essa dissertação não existia, mas, ao final do evento, ela está pronta. As etapas distintas são: a pesquisa, a leitura da bibliografia, a redação da introdução, dos objetivos, da metodologia, da discussão dos dados, da conclusão; depois vem a formatação, a revisão etc. Embora tanto atividades quanto *accomplishments* tenham duração interna, somente as etapas sucessivas de *accomplishments* são variadas. Se João dormiu das 23h de ontem às 6h de hoje, entre 4h e 5h (ou em qualquer outro intervalo menor) ele estava fazendo o mesmo que das 23h às 6h: estava dormindo. Mas se Lia estava escrevendo sua dissertação de janeiro a dezembro de 2020, ela não estava fazendo a mesma coisa em intervalos menores componentes desse período: de janeiro a março ela estava pesquisando, de março a junho analisando dados, de junho a outubro redigindo a discussão e análise dos dados etc. Há uma ordem natural para essas etapas distintas: ninguém poderia analisar os dados antes de tê-los coletado. Finalmente, *achievements* são descrições de eventualidades instantâneas, que trazem necessariamente um ponto inicial e um final intrínsecos, e eles coincidem. Por exemplo, ‘João chegou às 21h’ significa que João atingiu seu destino às 21h, ou seja: a chegada começa e acaba nessa mesma hora. Não importa se foi necessário ou não um longo deslocamento entre o ponto de origem de onde João partiu e seu local de chegada. A chegada inclui apenas o atingimento do destino. Outros exemplos: ‘O pássaro pousou no telhado’, ‘O bebê de Maria nasceu’, ‘O juiz sentenciou o réu a 10 anos de prisão’. A hipótese do universal linguístico contempla a ideia de que esses quatro tipos de eventualidade sejam gramaticalizados de forma distintiva em todas as línguas naturais.

A literatura sobre o aspecto lexical explica que há diversas formas de testar a acionalidade de um sintagma verbal. A mais clássica é a especialização de certos modificadores (adverbiais) em determinada classe acional. Por vezes, um modificador pode até ser gramatical com outra classe acional, mas sua interpretação se altera perceptivelmente. No PB, por exemplo, expressões adverbias como ‘por x tempo’ marcam duração medida, podendo se combinar diretamente a atividades (‘João dormiu por 8h’) e a estados, desde que um ponto de início e de interrupção sejam explicitados (‘Maria morou em São Paulo por 3 anos, de 1999 a 2002, quando se mudou para o Rio’). Esse tipo de modificador não é bem aceito com *achievements*, pois não há duração para medir nesse tipo de evento (*‘João chegou por 2h’). A combinação com *accomplishments* é bem aceita, mas apresenta uma interpretação bem distinta daquela obtida com estados e atividades: ‘Lia escreveu a dissertação por um ano’, não se entende que um ano tenha decorrido entre o início e o término da escrita; não é possível deduzir que a dissertação foi concluída. Tanto isso é verdade que se pode continuar assim: ‘Lia escreveu a dissertação por um ano, mas, quando pegou covid, desistiu do mestrado, deixando a pesquisa inacabada’. Apenas para atividades e estados a expressão ‘por x tempo’ marca o intervalo entre o início e o fim da eventualidade. A expressão ‘em x tempo’ marca quanto tempo levou para o produto ficar completamente pronto ou desaparecer em *accomplishments* (‘João comeu uma pizza

inteira em 40 min'), significando que esse (40min) foi o tempo decorrido do início até a culminância intrínseca da eventualidade (o fim da pizza). Em *achievements*, o valor temporal não pode marcar a diferença entre o momento inicial e o final da eventualidade, dado serem idênticos. Daí 'em x tempo' em *achievements* ser compreendido como medindo um evento anterior (em 'João chegou em 40min', 40min mede o intervalo dedicado ao deslocamento, ou seja, o tempo que levou para fazer o percurso do ponto de partida ao ponto de chegada). Esse modificador não tem boa aceitação com classes acionais sem ponto de culminância intrínseco, como estados (*'A lua é um satélite da Terra em 40min'); com atividades, muda de significado ('Maria fala em 40 min' pode ser usado para anunciar que a palestra dela terá início daqui a 40min, mas não significa que o final de sua palestra será atingido após 40min de ela ter começado a falar). Um modificador pontual, com horários exatos, como 'às x horas', só vai indicar tanto o horário de início quanto o do fim da eventualidade para *achievements:* 'O bebê de Maria nasceu hoje às 6h56min' significa que o início e a culminância do nascimento coincidem com esse marcador pontual. Quando um modificador pontual é combinado a estados, esse significado não se mantém: podemos dizer 'O céu estava azul hoje às 6h56min', mas esse horário não é nem o primeiro nem o último momento em que o céu teve essa cor. Ao ser combinado a uma atividade, o modificador pontual não marca tanto o começo quanto a culminância: a sentença 'Pedro lavou as mãos hoje às 6h56min' será interpretado como indicando que ou bem o episódio começou ou bem terminou às 6h56min, mas esses momentos serão sempre distintos na linha do tempo. Colocar um modificador pontual num *accomplishment* (??'Lia escreveu sua dissertação hoje às 6h56min') soará estranho; na melhor das hipóteses, o falante, para poder salvar a sentença via acomodação, a reinterpretará como declarando que a conclusão da feitura da tese se deu nesse horário. Outro modificador bastante discutido na literatura como distinguindo classes acionais é 'quase'. Em *achievements*, acarreta que o evento não foi concluído ('João quase chegou' => 'João (ainda) não chegou'); em *accomplishments* ('João quase comeu uma pizza inteira'), é ambíguo entre indicar que o evento não foi concluído ('João quase comeu uma pizza inteira' = 'João está perto de finalizar o consumo da última fatia') ou que o evento sequer começou ('João quase comeu uma pizza inteira' = 'João pensou em matar a fome comendo uma pizza inteira, mas lembrou da dieta e desistiu, empanturrando-se de salada). Em atividades, 'quase' indica exclusivamente que a eventualidade sequer teve início ('João quase dormiu' => 'João (ainda) não dormiu'). Com estados, 'quase' não marca proximidade nem do momento inicial nem do momento de culminância, mas ganha outros valores de aproximação ('O céu está quase azul' => 'O tom do céu é parecido com azul'; 'Dez mais dez são quase 21' => 'A soma de 10 com 10 chega perto de 21'; 'Pedro quase ama Teresa' => 'O sentimento que Teresa desperta em Pedro é próximo de amor'; etc.). Enfim, o licenciamento ou não de modificadores e/ou as diferenças em interpretação têm sido utilizados como instrumentos para identificar as classes acionais em dada língua[7]. Nos valemos dessa base teórica para pensarmos em como verificar a existência dessas diferenças aspectuais em Mebêngôkre.

[7] Para conhecer outros testes, remetemos o leitor a Wachowicz e Foltran (2006).

Uma vez tendo estabelecido aqui as premissas de nossa investigação, na próxima seção (2), vamos relatar, resumidamente, o processo de elicitação de dados. Na seguinte (3), compartilharemos os achados da pesquisa; por fim, na última seção (4), vamos falar das aplicações dos conhecimentos obtidos sobre esse importante aspecto semântico das sentenças dessa língua ainda tão pouco descrita na sala de aula, nesse cenário de pós cooficialização, em que os falantes dependem de descrições e análise da gramática do Mebêngôkre que ainda estão em construção para erigir materiais de referência para o ensino de sua língua nativa.

2. Como investigar a gramática de uma língua sem ser falante nativo dela

Como é de praxe na tradição linguística, apesar de estar havendo atualmente um forte movimento de incentivo à formação de indígenas pesquisadores, o linguista investigador neste caso não era falante nativo de Mebêngôkre[8]. Isso impôs uma série de desafios. O primeiro foi o da tradução, empregada como primeiro passo para encontrar quatro exemplos de cada classe acional vendleriana na língua-alvo[9]. A tradução requer que sejam vencidas diferenças gramaticais, de visão de mundo e culturais. Na etapa de elaboração de sentenças caracterizadoras das classes acionais em Mebêngôkre, características linguísticas e culturais impuseram adaptações. Em português e inglês, a diferença entre duas classes acionais com verbos transitivos pode se assentar apenas na estrutura sintática do complemento verbal. Nos exemplos abaixo, um Sintagma de Determinante (SD) como complemento (i) caracteriza um *accomplishment*, e um nome nu, sem determinante (ii), uma atividade.

i) Os alunos comeram uma caixa de bombons de chocolate. *Accomplishment*

ii) Os alunos comem chocolate (sempre que podem). Atividade

(Gomes 2019, p. 2)

Em (i), o limite da extensão do referente do SD ‘uma caixa de bombons de chocolate’ determina a culminância intrínseca do evento: depois de ter comido o último bombom da caixa, não é possível prosseguir consumindo aquela mesma caixa de bombons, daí termos um *accomplishment*. Em (ii), o complemento nu não remete a um referente específico, com quantidade determinada; por isso, não há um ponto de culminância intrínseco para a eventualidade, que pode ser lida como habitual: um evento que se repete ao longo de certo período. Observe-se também que o tempo passado, em (i), em contraste com o presente, em (ii), ajuda a construir a ideia, respectivamente, de um episódio único (no caso de (i)) ou de uma sucessão de episódios distribuídos por um intervalo temporal (em (ii)).

[8] A pesquisa original a que nos referimos integra a dissertação de mestrado de Clédson Mendonça Junior, orientada por Ana Paula Quadros Gomes, intitulada Aspecto Lexical na língua Mebêngôkre (Kayapó): estudo com indígenas em trânsito pela cidade de São Félix do Xingu-PA e defendida em abril de 2021.

[9] O presente artigo concentra-se exclusivamente nas classes acionais (aktionsart) de Vendler (1957), ou seja, na estrutura aspectual interna do sintagma verbal, independentemente de flexão temporal. Isso difere do trabalho de Mendonça Junior (2024), que tem como foco central a distinção entre aspecto perfectivo e imperfectivo, investigando o papel de auxiliares, posicionais e expressões locativas na codificação da perspectiva temporal.

Os exemplos ilustram como um mecanismo sintático (presença/ ausência de determinante), junto com a distinção temporal passado-presente, é essencial para separar, em PB, duas classes acionais uma da outra. Mas como chegar ao mesmo resultado numa língua que não disponha desses mecanismos gramaticais? Na língua Mebêngôkre (Kayapó), a única oposição existente, na morfologia verbal, é entre futuro e não-futuro. Assim, uma mesma sentença admite por sua forma leitura de passado e de presente, sendo a ambiguidade resolvida pelo contexto. Além disso, nessa língua os determinantes não são obrigatórios em posição argumental, não distinguindo com sua presença ou ausência a especificidade do referente. Portanto, em Kayapó não se pode valer do contraste entre complementos verbais SD e nus para diferenciar *accomplishments* de atividades, nem da alternância entre morfologia de tempo verbal presente ou passado para privilegiar uma interpretação de episódio isolado ou de habitualidade. Isso exigiu de nós criatividade para encontrar estratégias alternativas. Inspirados no trabalho de Sanchez-Mendes (2009, 2014) com a língua Karitiana (tronco Tupi, família Arikém), que também não conta com determinantes, empregamos nomes próprios para garantir a especificidade e a interpretação quantizada do nominal em posição de complemento, gerando a leitura de *accomplishment* para o Sintagma Verbal. Também nos valemos do uso de prefixos pronominais de posse, equivalentes aos pronomes possessivos do PB, e de demonstrativos. Com esses cuidados, pudemos nos certificar de que a leitura do complemento verbal seria específica e quantizada, obtendo os efeitos aspectuais pretendidos para a interpretação da eventualidade na língua-alvo.

Um outro obstáculo contornado foi o fato de a língua Kayapó exigir gramaticalmente morfemas posicionais. Não se pode dizer apenas que alguém está pescando: é preciso informar se está de pé dentro do rio, se está sentado na canoa etc. Por exemplo, para ‘Kopre pesca todo o dia’, não foi possível determinar o que era um evento de ‘pescar’ na língua-alvo. Poderia ser levantar um peixe de uma vez, portanto um *achievement*; ou jogar a isca e puxar repetidas vezes, até o peixe fisgar, um *accomplishment*. Houve interpretações díspares. Diante das dúvidas sobre a caracterização aspectual do evento, a sentença foi trocada.

Outras estratégias de adaptação se fizeram necessárias para a produção de sentenças da classe aspectual atividade. Aqui, o problema estava nas diferenças culturais. Como nos certificarmos de estarmos descrevendo um hábito dos Mebêngôkre? Para puxarmos assunto, encaminhando a conversa, e, motivando a produção de certas sentenças de atividade, perguntamos o que determinados grupos sociais (mulheres e homens, crianças etc.) ou indivíduos conhecidos faziam várias vezes por semana, ou ao longo do dia, ou no exercício profissional diário. Esses tipos de pergunta são parte do cotidiano Mebêngôkre (Kayapó); muitas delas foram extraídas de narrativas dos próprios falantes. Assim, evitávamos a rejeição de sentenças por não descreverem um evento pertinente aos hábitos culturais do povo.

As diversas sentenças exemplificando cada classe acional foram elaboradas em português e, a seguir, traduzidas por falantes bilingues. A sentença era apresentada em português, e o participante instruído a fornecer sua tradução em Kayapó. O passo seguinte foi sua calibragem. Um falante distinto daqueles que haviam traduzido as sentenças era então convidado a avaliar a sentença em Kayapó

quanto à sua naturalidade, a dizer em que situação de uso ela apareceria no discurso e a explicitar sua interpretação. Nessa etapa, a da calibragem, foram propostas alterações na sintaxe ou no evento descrito, que realizamos. Cada nova versão foi submetida à nova calibragem. Assim, tendo garantido a boa formação e a naturalidade dos produtos da tradução, chegamos a um conjunto de sentenças exemplificadoras das quatro classes acionais na língua-alvo.

O conjunto de sentenças obtido foi então submetido a julgamentos de veracidade. A SF assume que todos os falantes nativos de uma dada língua sabem intuitivamente as condições de verdade, ou seja, compreendem qual situação cada uma das sentenças bem formadas na sua língua materna descreve. A metodologia do julgamento de valor de verdade consiste em dizer a sentença e perguntar se ela descreve adequadamente certo contexto, que pode ser concretizado discursivamente, em palavras, ou imageticamente, em desenho ou foto, ou com o uso casado desses recursos. O papel do consultor é dizer se aquela sentença descreve ou não adequadamente o contexto fornecido. Para a elaboração dos contextos, foram buscadas situações cotidianas, familiares para os integrantes das comunidades Mebêngôkre. Algumas situações foram criadas pelo pesquisador, outras foram contribuições espontâneas dos entrevistados. Essa etapa resultou em múltiplas interpretações. Os resultados permitiram ter certeza de que as sentenças tinham as características das classes acionais almejadas.

Realizados os julgamentos de veracidade, chegamos à etapa principal, que consistia em inserir modificadores aspectuais nas várias sentenças e testar sua gramaticalidade/aceitabilidade com cada classe acional, verificando também, quando a sentença já modificada fosse aceita, quais são as interpretações disponíveis. Para construir esta etapa, foram considerados os testes básicos para as línguas naturais, apresentados na síntese elaborada por Wachowicz e Foltran (2006) e os estudos sobre o português do Brasil descritos por Gomes (2019) e Gomes e Sanchez-Mendes (2018), e da língua Karitiana por Sanchez-Mendes (2009, 2014). Os correlatos dos modificadores aspectuais na língua Mebêngôkre (Kayapó) foram identificados por meio de tradução. Após, foi verificada a distribuição desses modificadores pelas classes acionais e sua posição dentro da sentença quando a adição do modificador era aceitável, prosseguindo então para o mapeamento das interpretações disponíveis para a sentença bem aceita pelos participantes.

Esse último passo é conhecido na literatura da SF como o método do julgamento de felicidade. Esse método verifica a adequação de uma sentença quando usada em situações controladas, explicitadas pelo contexto, de forma verbal ou visual. Depois de terem sido inseridos os modificadores e verificar que as sentenças eram bem formadas, gramaticais e que poderiam ser ditas nos contextos apresentados, queríamos verificar se a interpretação do modificador se mantinha ou se alterava conforme a classe aspectual do SV. O objetivo foi entender como o falante compreendia a sentença modificada, conforme mudava a classe aspectual.

Na próxima seção, vamos apresentar exemplos dos dados elicitados e analisar os produtos dos testes, resumindo nossos achados.

3. Classes acionais identificadas na língua Mebêngôkre (Kayapó)

Selecionamos um exemplo de cada classe acional, para ilustrar o material obtido pela pesquisa[10].

Um exemplo de estado é (2), que indica a localização de uma pessoa no exato momento em que é feita a pergunta (1). O contexto apresentado foi: imagine que alguém está à procura de Tepokẽn, um senhor de idade que não deve ficar sozinho, pois precisa estar sob os cuidados de alguém. Um de seus parentes está em busca dele. Ele pergunta a uma criança que está retornando do banho de rio:

(1)	Nhym	ne	Tepokẽn	dja
	Int	Nfut	Tepokẽn	Pos (em pé)
	'Onde está Tepokẽn? '			

A criança responde:

(2)	Tepokẽn	ne	ngô	kam	dja
	Tepokẽn	Nfut	rio	Loc	Pos (em pé)
	'Tepokẽn está no rio'				

Sabemos que nenhuma pessoa fica o tempo todo no rio; nosso conhecimento de mundo nos diz que Tepokẽn chegou ao rio antes, e que posteriormente deixará de estar lá, mas esses momentos anterior e posterior, nos quais o idoso não está no rio, não são parte da descrição da eventualidade na sentença em (2). Aí também temos um exemplo de uma das características da língua Mebêngôkre (Kayapó), comum a outras línguas indígenas, que é a obrigatoriedade de posicionais[11]: não basta informar que uma pessoa se encontra em certa localidade, como em PB, mas é preciso também dizer se ela está ali em pé, sentada, deitada, flutuando, pendurada etc.

Ilustramos a seguir a classe acional das atividades. Para obter (4), em resposta a (3), foi fornecido o seguinte contexto a um falante que frequenta a escola e participa das atividades realizadas na disciplina de Educação Física: um aluno é praticante de esporte, joga futebol frequentemente e gosta de se exercitar na pista de pouso em sua comunidade. Ele corre diariamente. Alguém que não o conhecia vê seu excelente preparo físico e pergunta a uma terceira pessoa:

(3)	Mỳj	ne	Ø-ipêx	ne
	Int	Nfut	3-v. fazer	ms
	'O que ele faz?'			

[10] Nessa pesquisa, os dados em Mebêngôkre seguem a ortografia da língua descrita em Thomson (2004), por ser a mais usual entre os participantes na região de São Félix do Xingu/PA.

[11] Na língua Mebêngôkre (Kayapó) o posicional *default* para pessoas é *dja* ('em pé').

A resposta dada à pergunta (3) foi:

(4)	Tãmja	ne	akati	kunĩ	kôt	prõt
	3	Nfut	dia	todo	Cont	v. correr
	‘Ele corre todos os dias’					

Correr é uma atividade exercida pelo aluno. A eventualidade tem um começo, mas não um ponto final intrínseco, e qualquer parte da atividade de correr é da mesma natureza das demais. Confirmamos que a sentença poderia ser expressa sem a modificação do frequentativo *akati kunĩ kôt* ou ‘todos os dias’:

(5)	Tãmja	ne	prõt	ne
	3	Nfut	v. correr	ms
	‘Ele corre’			

Entretanto, também apuramos que, apesar de ser gramatical, (5) não é uma sentença feliz como resposta a (3), no contexto dado, que pede uma atividade caracterizada como uma habitualidade.

Na ausência de determinantes em contraste com nomes nus, marcando a ausência ou presença de especificidade, diferenciar atividades de *accomplishments* foi desafiador. Foi preciso confirmar se os contextos especificavam a produção ou destruição completa de um objeto. Ilustraremos esse procedimento a seguir. A situação apresentada ao participante foi: um Mebêngôkre está portando uma pulseira tão linda que chama a atenção. Movido pela curiosidade e encanto, outro Mebêngôkre faz a seguinte pergunta, apontando para a tal pulseira:

(6)	Nhym	ne	ipêx
	Int	Nfut	v. fazer
	‘Quem fez?’		

E obtém a resposta:

(7)	Irekà	ne	Me-inỳx-kam-angà	Ø-nh-ipêx
	Irekà	Nfut	Hum-pulso-Loc-miçanga	3-mr-v. fazer
	‘Irekà fez a pulseira’			

Em Mebêngôkre (Kayapó), a mesma sentença (7) poderia ser traduzida como ‘Irekà faz pulseiras [regularmente]’, visto que a língua codifica o presente ou passado por meio da mesma desinência verbal, e desambiguação é operada pelo contexto. Nesse contexto particular, em que a pulseira admirada está evidentemente pronta, a interpretação associada à sentença é a de um *accomplishment.*

Para produzir uma sentença não-ambígua nessa classe acional seria necessário recorrer à subornação ou ao encaixamento da sentença na língua-alvo:

(8)	Irekà	ne	Me- inỳx-kam-angà	Ø-nh-ipêx	nhym	Noru	adjàr
	Irekà	Nfut	Hum-pulso-Loc-miçanga	3-mr-v. fazer	Conj	Noru	v. colocar
	‘Irekà fez a pulseira que Noru está usando’						

Tanto (7) como (8) são respostas igualmente felizes no contexto dado, indicando que a pulseira veio a existir por meio do processo de confecção empreendido por Irekà, processo esse que compreende fases diversas e sucessivas, e que traz em si tanto seu momento inicial quanto sua culminância: quando a pulseira está pronta, Irekà não tem como continuar confeccionando essa mesma pulseira.

Para obter um *achievement*, a situação dada ao falante foi: Junior está a caminho da comunidade; no instante em que ele chega, as pessoas que estão à margem do rio dizem: ‘O Junior chegou’. Esse é um costume entre os Mebêngôkre: sempre que alguém chega, em um momento de visita, as crianças, os jovens e adultos declaram aos demais a presença da pessoa.

(9)	Junior	bôx
	Junior	v. chegar
	‘O Junior chegou’	

A interpretação no passado é fruto da desambiguação da morfologia verbal de não-futuro em função do contexto dado. A sentença é verdadeira nessa situação, e feliz. O ponto de culminância é a presença de Junior no seu destino naquele instante; antes ele não estava ali e agora está.

Após obtermos exemplares bem-formados de todas as classes acionais na língua-alvo, inserimos modificadores aspectuais nas sentenças obtidas, no local apontado como gramatical. Assim poderíamos verificar se um predicado verbal pertence ou não a certa classe acional, por meio da gramaticalidade de sua combinação com certos modificadores e/ou por meio da interpretação gerada pela inserção do modificador, como nos exemplos apresentados. Buscou-se elicitar em Mebêngôkre os correlatos dos principais modificadores mencionados na literatura sobre classes acionais. O quadro 1 resume o comportamento dos modificadores aspectuais encontrados:

Quadro 1: Advérbios aspectuais elicitados em Mebêngôkre (Kayapó)

Em Mebêngôkre	Tradução em PB	Classe aspectual apropriada	Classe aspectual inapropriada
Amujã ã	'ontem'	Estados *stage level*[12], atividades, *accomplishments*, *achievements*	Estados *individual level*
'ỳr	'quase'		Estados *individual level* / *stage level*, atividades, *accomplishments*, *achievements*
Krã ta	'parou [de]'	Estados *stage level*, atividades, *accomplishments*	Estados *individual level* e *achievements*
Kunĩ kôt	'sempre'	Estados *stage level*, atividades, *accomplishments*, *achievemens*	Estados *individual level*
Akati kunĩ kôt	'todos os dias'	Atividades	Estados *individual level*
Ajbir	'neste instante'	Estados *individual level*, atividades, *accomplishments*, *achievemens*	
Arỳm	'já / acabou [de]'	Estados *individual level*, atividades, *accomplishments*, *achievemens*	
Kam	'às'	*Achievements*	Atividades, *accomplishments*
Myt pydji kam	'em uma hora'	Atividades	Estados *individual level*, *accomplishments*
Akati pydji kam	'em um dia'	Atividades, *accomplishments*	
Mytyrywỳ pydji kam	'em um mês'	Estados *individual level*, *accomplishments*	
Ã myt amajkrut	'por duas horas'	Atividades	
Akati pỹnh kôt	'dia após dia'		Estados *individual level*, *achievemens*
Akati amajkrut kam	'em dois dias'	Atividades	

Fonte: elaboração do autor

Tal como descrito na literatura sobre línguas românicas e germânicas, estados permanentes (*individual level* na SF) não aceitam modificação pelo advérbio **amujã ã** 'ontem':

(10)	***Amujã ã**	ne	Tàkàkkudjô	kute	kà	Ø-nh-ipêx	mar
	Ontem	Nfut	Tàkàkkudjô	3Ref	canoa	3-mr-v. fazer	v. saber
	*'Tàkàkkudjô soube fazer canoa ontem'						

[12] Carlson (1977) distingue as propriedades temporárias das propriedades permanentes de um indivíduo em: *Stage Level* (Nível de Estágio), para os estados temporários, transitórios ou episódicos; e *Individual Level* (Nível de Indivíduo), para os estados permanentes, estáveis ou inerentes.

(11) *__Amujã ã__ ne Irekà ku-bê i-kanikwỳnh
Ontem Nfut Irekà 3-essivo 1-irmã
‘*Irekà foi minha irmã ontem’

Tal como descrito na literatura para línguas românicas e germânicas, estados provisórios ou temporários (*stage level* na SF) aceitam modificação pelo advérbio **amujã ã** ‘ontem’:

(12) **Amujã ã** ne Tepokẽn ngô kam dja
Ontem Nfut Tepokẽn rio Loc Pos (em pé)
‘Tepokẽn esteve no rio ontem’

(13) **Amujã ã** ne katẽbàri kax kam nõ
Ontem Nfut mamão cesta Loc Pos (deitado)
‘O mamão estava na cesta ontem’

Assim como ocorre nas línguas românicas e germânicas, atividades (14), *accomplishments* (15) e *achievements* (16) podem se combinar com o advérbio **amujã ã** ‘ontem’:

(14) **Amujã ã** ne Me-nire kwỳr kê
Ontem Nfut Hum-Fem mandioca v. ralar
‘As mulheres ralaram mandioca ontem’

(15) **Amujã ã** ne Tàkàk’ê kà wã Ø-nh-ipêx
Ontem Nfut Tàkàk’ê canoa Dem 3-mr-v. fazer
‘Tàkàk’ê fez aquela canoa ontem’

(16) **Amujã ã** ne Junior bôx
Ontem Nfut Junior v. chegar
‘O Junior chegou ontem’

O advérbio **’ỳr** ‘quase’ gera, tal como ocorre em PB, leituras sem conexão com momentos inceptivos ou terminativos da eventualidade com estados *individual level* (17); mas, diferentemente do que ocorre em PB, não é gramatical ocupando a mesma posição em sentenças de estados *stage level* que contenham posicionais (18); assumindo outra posição sintática (19), ‘quase’ com estados de localização gera leitura de proximidade física com certo ponto no espaço, tal como atestado em PB:

(17) Irekà ne ku-bê i-kanikwỳnh **’ỳr**
Irekà Nfut 3-essivo 1-irmã quase
‘Irekà é quase uma irmã [para mim]’

(18) *Katẽbàri ne kax kam nõ **’ỳr**
Mamão Nfut cesta Loc Pos (deitado) quase
‘*O mamão está quase na cesta’

(19) Katẽbàri ne kax **’ỳr** nõ
Mamão Nfut cesta próximo Pos (deitado)
‘O mamão está próximo da cesta’

Nas atividades, tal como ocorre em PB, **’ỳr** significa que o evento ainda não teve início:

(20) Me-nire ne kwỳr kê-nh **’ỳr**
Hum-Fem Nfut mandioca v. ralar-Nlz quase
‘As mulheres quase ralaram mandioca’

Semelhantemente ao que se descreve para ‘quase’ em PB, o advérbio **’ỳr** em sentenças de *accomplishment* dá margem a duas interpretações: ou o evento está próximo de seu início ou está próximo do seu fim. Em (21), o modificador **’ỳr**, junto com o demonstrativo *wã*, indica que a construção da canoa chegou a ser iniciada, mas não foi concluída: ela ‘quase terminou’. Entretanto, na ausência de um demonstrativo, a sentença apresenta o sentido de que o evento ainda nem começou.

(21) Tàkàk’ê ne kà wã Ø-nh-ipêx **’ỳr**
Tàkàk’ê Nfut canoa Dem 3-mr-v. fazer quase
‘Tàkàk’ê quase fez aquela canoa’

Com *achievements*, tal como descrito para ‘quase’ (PB), a inserção do modificador **’ỳr** leva à interpretação de que os eventos denotados pelas sentenças não aconteceram: em (22), Junior (ainda) não chegou.

(22) Junior bôx **’ỳr**
Junior v. chegar quase
‘O Junior quase chegou’

Tal como ocorre em PB, estados *Individual Level* não são gramaticais com o modificador **krã ta** 'deixou [de + infinitivo]':

(23)	*Tàkàkkudjô	ne	kute	kà	Ø-nh-ipêx	mar	**krã ta**
	Tàkàkkudjô	Nfut	3Ref	canoa	3-mr-v. fazer	v. saber	parou
	*'Tàkàkkudjô deixou de saber fazer canoa'						

O modificador **krã ta** seleciona estados e eventos que indicam hábito ou frequência, ou seja, que podem ser suspensos e depois iniciados novamente. Com estados em que a mudança de hábito é possível, o modificador é aceito, forçando uma leitura de que antes não era assim. Em (24), é dito que Junior gostava de açaí antes, mas agora não gosta mais:

(24)	Junior	ne	kum	kamêrkà	kĩn	**krã ta**
	Junior	Nfut	de	açai	v. gostar	parou
	'O Junior deixou de gostar de açaí'					

Krã ta modifica os sintagmas verbais da classe atividade criando a leitura de que o evento foi suspenso, mas pode ser retomado. Sozinho com 'correr', em (25), esse modificador é agramatical; porém, junto com o modificador *arỳm* 'já', **krã ta** é aceito (26), porque produz o sentido de que era um hábito dele correr e por algum motivo ele deixou de praticar essa atividade.

(25)	*Tãmja	ne	prõt	**krã ta**
	3	Nfut	v. correr	parou
	'*Ele cessou de correr'			

(26)	Tãmja	ne	arỳm	prõt	**krã ta**
	3	Nfut	já	v. correr	parou
	'Ele já parou de correr'				

Accomplishments dão resultados variados com o modificador **krã ta** 'parou'. Enquanto (27) tem a interpretação de suspensão de hábito (Krôti costumava comer a cada vez uma melancia inteira, sem deixar nada para ninguém, mas agora parou de se comportar assim), em (28), **krã ta** gerou um sentido diferente, não de término da ação, mas de corte da pulseira com algum instrumento.

(27)	Krôti	ne	katẽtàmkur	kunĩ	krẽ	**krã ta**
	Krôti	Nfut	melancia	toda	v. comer	parou
	'Krôti parou de comer uma melancia inteira [por vez]'					

(28) #Irekà ne Me-inỳx-kam-angà Ø-nh-ipêx **krã ta**
Irekà Nfut Hum-pulso-Loc-miçanga 3-mr-v. fazer parou
'#Irekà interrompeu a feitura da pulseira' (leitura indisponível) 'Irekà rompeu a pulseira' (interpretação possível)

Com *achievements*, tal como ocorre em PB, o modificador **krã ta** 'parou' é agramatical:

(29) *Junior bôx **krã ta**
Junior v. chegar parou
'*O Junior parou de chegar'

(30) *I-kra ne ruwỳk **krã ta**
1-filho Nfut v. nascer parou
'*Meu filho cessou de nascer'

O modificador **kunĩ kôt** 'sempre' tem uma distribuição igual à do seu correlato em PB: não modifica estados *individual level* (31), mas modifica sim estados *stage level* (32) e todas as atividades (33)

(31) *Tàkàkkudjô ne **kunĩ kôt** kà Ø-nh-ipêx mar
Tàkàkkudjô Nfut todo Cont canoa 3-mr-v. fazer v. saber
*'Tàkàkkudjô sabe fazer canoa sempre'

(32) Katẽbàri ne **kunĩ kôt** kax kam nõ
Mamão Nfut todo Cont cesta Loc Pos (deitado)
'O mamão está sempre na cesta'

(33) Tãmja ne **kunĩ** **kôt** prõt
3 Nfut todo Cont v. correr
'Ele sempre corre'

O modificador **kunĩ kôt** 'sempre' é gramatical com *accomplishments* (34), mas com alteração de sentido. A sentença (34) não tem a interpretação (ilógica) de que Irekà sempre faz aquela mesma pulseira, mas é entendida como indicando que a confecção da pulseira levou um intervalo de tempo longo e indefinido:

(34) Irekà ne **kunĩ kôt** Me-inỳx -kam-angà Ø-nh-ipêx
Irekà Nfut todo Cont Hum-pulso-Loc-miçanga 3-mr-v. fazer
'Irekà fez a pulseira em várias horas'

Com sentenças de *achievements*, a gramaticalidade do modificador **kunĩ kôt** 'sempre' varia. Com episódios únicos (*once only*), que não podem se repetir, a modificação é agramatical (35). Com os demais, a leitura criada é a de habitualidade/ iteratividade (36).

(35) *I-kra ne **kunĩ kôt** ruwỳk
1-filho Nfut todo Cont v. nascer
'*Meu filho sempre nasceu'

(36) **kunĩ kôt** Junior bôx
todo Cont Junior v. chegar
'O Junior sempre veio' (= ele nunca faltou)

Vamos agora examinar a distribuição e a interpretação do modificador **akati kunĩ kôt** 'todos os dias'. Sua inserção com sentenças de estado que indicam uma característica inerente ao indivíduo torna essas sentenças agramaticais[13] (37). Esse modificador se combina perfeitamente a atividades (38), produzindo leitura de habitualidade. Isso replica o que se verifica em PB, pois a leitura de frequência requer episódios concluídos, e estados não apresentam culminância.

(37) *Tàkàkkudjô ne **akati kunĩ kôt** kà Ø-nh-ipêx mar
Tàkàkkudjô Nfut dia todo Cont canoa 3-mr-v. fazer v. saber
*'Tàkàkkudjô sabe fazer canoa todos os dias'

(38) Tãmja ne **akati** **kunĩ** **kôt** prõt
3 Nfut dia todo Cont v. correr
'Ele corre todos os dias'

Vejamos agora os fatos relativos ao modificador **ajbir** 'já': esse modificador, que introduz a ideia de mudança de estado, é gramatical em sentenças de estado *individual level* (39), mas produz uma interpretação de eventualidade com ponto inceptivo, indicando que houve uma mudança recente.

[13] Nem todas as classes acionais foram testadas com todos os modificadores aspectuais identificados durante a pesquisa. Isso requer a execução de testes exaustivos, o que não foi possível no momento, mas é recomendado em investigações futuras.

Entendemos de (39) que Tàkàkkudjô aprendeu há pouco tempo a fazer canoas. Combinado a uma atividade, **ajbir** expressa o sentido de que o evento ocorreu muito rápido, em pouco tempo: houve um início e um fim, e o término veio antes do esperado (40). Com *accomplishments*, **ajbir** 'já' produz o sentido de uma ação que foi concluída recentemente, reafirmando o ponto final do evento predicado pelo sintagma verbal (41). Combinado a *achievements*, o modificador **ajbir** 'já' gera a interpretação de que o evento acaba de acontecer no instante em que se fala dele (42).

(39) **Ajbir** ne Tàkàkkudjô kute kà Ø-nh-ipêx mar
Já Nfut Tàkàkkudjô 3Ref canoa 3-mr-v. fazer v. saber
'Tàkàkkudjô (agora) já sabe fazer canoa' (ele aprende rápido)

(40) **Ajbir** ne prõt
Já Nfut v. correr
'Ele já correu'

(41) **Ajbir** ne Krôti katẽtàmkur kunĩ krẽ
Já Nfut Krôti melancia toda v. comer
'Krôti já comeu a melancia inteira'

(42) **Ajbir** Junior bôx
Já Junior v. chegar
'O Junior acabou de chegar'

A língua Mebêngôkre conta com uma variante de 'já', **arỳm**, que também localiza a eventualidade no passado, como **ajbir**, mas, em vez de marcar que a eventualidade é recente, apenas reforça que sua culminância está bem estabelecida no momento de fala. Com estados, como 'saber' (43), o modificador **arỳm** produz o sentido de que o conhecimento foi adquirido em algum momento anterior, resultando na afirmação de que o seu portador já tem técnica e experiência reconhecidas. Com atividades (44), *accomplishments* (45) e *achievements* (46), o modificador indica que a culminância de fato já foi alcançada antes da fala, ou seja, que o fato definitivamente já ocorreu.

(43) Tàkàkkudjô ne **arỳm** kà Ø-nh-ipêx mar
Tàkàkkudjô Nfut já canoa 3-mr-v. fazer v. saber
'Tàkàkkudjô já sabe fazer canoa' (já tem a experiência requerida)

(44) **Arỳm** ne prõt
Já Nfut v. correr
'Ele já correu'

(45) Arỳm ne Krôti katẽtàmkur kuni̇̃ krė̃
Já Nfut Krôti melancia toda v. comer
'Krôti já comeu uma melancia inteira'

(46) **Arỳm** ne ruwa
Já Nfut v. nascer
'Ele já nasceu'

Modificadores como 'em X tempo' são tratados na literatura como operadores sobre a culminância do evento, medindo o tempo que se leva para atingi-la, e por isso não se espera que possam ser inseridos em sentenças de estado ou de atividades, que não apresentam culminância inerente. Surpreendentemente, houve aceitação de uma sentença de estado *individual level* com o modificador **mytyrywỳ pydji kam**, 'em um mês' (47). Suspeitamos que esse modificador tenha escopo não sobre 'saber' (ou seja, achamos que a sentença (47) não significa que ele soube em um mês como fazer canoas, o que colocaria o verbo 'saber' com a mesma interpretação de 'aprender como fazer'), mas sobre 'fazer', significando 'saber como fazer em um mês a canoa' (ele sabe como fazer para ter uma canoa prontinha um mês depois de iniciada a sua construção). Isso precisa ser mais bem investigado. Também pode ser que 'saber' ganhe o sentido de 'adquirir conhecimento' quando combinado a certos modificadores. É preciso olhar para esse modificador inserido em outras sentenças da classe acional estado em futuras investigações.

(47) Tàkàkkudjô ne **mytyrywỳ pydji kam** kà Ø-nh-ipêx mar
Tàkàkkudjô Nfut mês um LOC canoa 3-mr-v. fazer v. saber
'Tàkàkkudjô sabe como fazer a canoa em um mês'

Uma mesma sentença em Mebêngôkre poderia ser interpretada como atividade ou como *accomplishment*, dado não haver obrigatoriedade de uso de determinante para veicular especificidade em Mebêngôkre. Como já foi dito, em línguas como o PB, em que a leitura de referência específica, quantizada, só ocorre com a realização do determinante no complemento verbal, 'Maria escreveu cartas' é uma atividade, mas 'Maria escreveu uma carta para a mãe dela hoje' é um *accomplishment.* Em Mebêngôkre, a mesma sentença tem leitura de *accomplishment* quando contém o modificador **myt pydji kam** 'em uma hora', sendo (48) interpretada como "a culminância da ralação da quantidade

máxima de mandioca que havia para ralar foi atingida uma hora depois de esse evento ter sido iniciado, e não ficou nada de mandioca sem ralar"; mas, com a troca de um modificador do tipo 'em x tempo' por um do tipo 'por x tempo', que mede o intervalo entre o primeiro e o último momento em que o participante esteve ocupado com aquele evento, a leitura é de atividade. Assim, quando o modificador acrescentado à sentença "as mulheres ralam mandioca" for **ã myt amajkrut o wapênh** 'por duas horas medidas', a interpretação será de atividade. A sentença (49) é compreendida como dizendo que "as mulheres passaram duas horas ocupadas ralando mandioca", e é compatível com o um cenário em que elas só tenham ralado nesse período um terço da mandioca destinada a ser ralada.

(48) Me-nire ne **myt pydji kam** kwỳr kê
Hum-Fem Nfut hora um Loc mandioca v. ralar
'As mulheres ralaram toda a mandioca em uma hora'

(49) Me-nire ne kwỳr kê **ã myt amajkrut** o wapênh
Hum-Fem Nfut mandioca v. ralar Cont hora dois duração
'As mulheres ralaram mandioca por duas horas'

As sentenças Mebêngôkre ambíguas entre uma leitura de atividade ou de *accomplishment* não aceitaram modificadores de hora exata, como **5 horas kam** 'às 5 horas' (50); esse dado de rejeição mostra que nem tudo é aceitável; como já dito, a inserção de um modificador do tipo 'por x tempo' ou de suas variações, do tipo 'durante x tempo', como **amykry kam** 'durante a tarde' (51), produz boa formação e resolve a ambiguidade, gerando exclusivamente uma leitura de atividade.

(50) *Me-nire ne 5 horas **kam** kwỳr kê
Hum-Fem Nfut 5 horas Loc mandioca v. ralar
'*As mulheres ralaram a mandioca às 5 horas'

(51) Me-nire ne **amykry kam** kwỳr kê o dja
Hum-Fem Nfut tarde Loc mandioca v. ralar v.aux Pos (em pé)
'As mulheres ralaram mandioca durante a tarde'

Foi confirmado que aquelas sentenças Mebêngôkre de natureza aspectual ambígua entre uma leitura de atividade ou de *accomplishment* não aceitaram modificadores de hora exata, como **18 horas kam** 'às 18 horas' (vide (52)). Mas por que isso aconteceria? Em PB, a combinação de atividades como 'João correu' com modificadores de hora exata é permitida, gerando para 'João correu às 18h' a interpretação de que João deu início à corrida exatamente nesse horário. Em PB, também é gramatical a combinação de *accomplishments* como 'Maria fez esta pulseira' com modificadores de hora exata, gerando para 'Maria fez esta pulseira às 18h' a interpretação de que Maria finalizou a confecção da

pulseira exatamente nesse horário. Ou seja: com atividades, modificadores de hora exata marcam o momento inicial da eventualidade; mas com *accomplishments*, modificadores de hora exata marcam o momento terminal da eventualidade. Acreditamos que a incompatibilidade das sentenças Mebêngôkre de natureza aspectual ambígua entre uma leitura de atividade ou de *accomplishment* com modificadores de hora exata seja uma estratégia para evitar esse conflito semântico para a interpretação do produto da modificação, ou com a hora indicando o momento inceptivo ou o terminativo. Em Mebêngôkre, é completamente aceitável a modificação de *achievements* por modificadores de hora exata como **5 horas kam** 'às 5h', porque não há conflito entre possíveis interpretações, dado o fato de a sentença anteriormente à modificação não ser aspectualmente ambígua. Daí a sentença (53) ser bem formada, gerando a interpretação de que a chegada se deu precisamente naquele horário. Como ocorre em PB, também em Mebêngôkre a hora exata marca tanto o momento inicial quanto o final em *achievements*, uma vez que os eventos dessa classe acional são instantâneos, sem duração interna, e o momento de seu começo coincide com o da sua culminância.

(52) *Irekà ne 18 horas **kam** Me-inỳx-kam-angà Ø-nh-ipêx
Irekà Nfut 18 horas Loc Hum-pulso-Loc-miçanga 3-mr-v. fazer
'*Irekà fez a pulseira às 18 horas'

(53) 5 horas **kam** Junior bôx
5 horas Loc Junior v. chegar
'O Junior chegou às 5 horas'

Como estabelecido na literatura, modificadores como 'dia após dia' requerem eventos com ponto inicial, mas sem culminância, para que possam durar indefinidamente, gerando a leitura de continuidade ao longo de um intervalo temporal. Ou seja, esse tipo de modificador não opera sobre estados, por estes não apresentarem um momento inicial. Tais modificadores também não modificam classes acionais com mudança de estado que culminem, como *accomplishments* a *achievements*. Sobram apenas as atividades, que trazem um ponto inceptivo intrínseco, mas não apresentam culminância intrínseca. Aqui, a língua Mebêngôkre não apresenta novidades. A sentença (54), de estado, é gramatical, mas só pode ser compreendida como uma afirmação de que o referente do sujeito tem o saber necessário para fazer uma nova canoa a cada dia; ou seja, o modificador não opera sobre o evento de 'saber', que é estativo, e sim sobre o evento de 'fazer uma canoa', que é uma *accomplishment*. Em (55), há ambiguidade entre a leitura de uma atividade, quando a interpretação do SN complemento é não-específica, gerando o sentido de que o trabalho diário de Tàkàkkudjô é fazer canoas. É possível uma interpretação específica do SN complemento de (55), o que, na ausência do advérbio **akati pỹnh kôt** 'dia após dia', levaria a interpretar a eventualidade expressa pela sentença

como um *accomplishment*. Porém, a confecção de determinada canoa é um episódio único (*once only*), que não pode se repetir: uma vez que a canoa esteja pronta, não há como continuar fazendo aquela mesma canoa. Então, mesmo no caso de o SN complemento de (55) receber leitura específica, a sentença será da classe acional atividade, pois a única interpretação lógica para se trabalhar continuamente na mesma canoa dia após dia é que sua confecção (ainda) não tenha culminado. Isso mostra que *accomplishments* não são compatíveis com tais modificadores. *Achievements* também não licenciam esse modificador, como vemos em (56).

(54) #Tàkàkkudjô ne **akati pỹnh kôt** kà Ø-nh-ipêx mar
Tàkàkkudjô Nfut dia parte Cont canoa 3-mr-v. fazer v. saber
'Tàkàkkudjô sabe como fazer uma canoa por dia'
(Não significa: 'Tàkàkkudjô sabe dia após dia como se faz canoas')

(55) Tàkàkkudjô ne **akati pỹnh kôt** kà ku-pêx
Tàkàkkudjô Nfut dia parte Cont canoa 3-v. trabalhar
'Tàkàkkudjô trabalha em canoas dia após dia'
'Tàkàkkudjô trabalha na [mesma] canoa dia após dia'

(56) *I-kra ne **akati pỹnh kôt** ruwa
1-filho Nfut dia parte Cont v. nascer
'*Meu filho nasce dia após dia'

Concluímos que os nossos achados sustentam que a língua Mebêngôkre (Kayapó) faz a distinção gramatical entre as classes aspectuais de Vendler (1957). A língua-alvo manifestou a sensibilidade à combinação com certos modificadores, conforme a hipótese levantada no início desta pesquisa. A língua Mebêngôkre (Kayapó) demonstrou semelhanças com o português quanto à distribuição entre as classes acionais quanto à sua combinação com os advérbios. Os correlatos na língua-alvo dos modificadores apontados como testes para a identificação de classes acionais na literatura sintática e semântica apresentaram restrições em algumas classes e aceitação em outras, ora alterando a classe da sentença, ora confirmando e, em algumas, gerando sentidos infelizes ou agramaticais, conforme o previsto nos estudos de acionalidade (*Aktionsart*).

Os estudos não apenas confirmam a hipótese de que as classes acionais são fortes candidatas a um universal linguístico, como também atestam a existência delas em uma língua indígena de tronco completamente distinto, com características gramaticais que diferem muito das línguas românicas e germânicas, tradicionalmente estudadas na academia.

4. Aplicações dos achados em sala de aula

Ao tomarmos como objeto de estudo a língua nativa de um outro povo, sobretudo por se tratar de uma língua autóctone, é imperativo pensar num modo de converter os conhecimentos produzidos pela pesquisa em um retorno positivo para a comunidade, encontrando uma aplicação relevante para esses estudos, não só como retribuição por sua cooperação no processo investigativo, mas sobretudo em respeito ao fato inconteste de que o objeto de estudos constitui um bem intangível, linguístico e cultural, pertencente a esse povo. Desde que a língua Mebêngôkre (Kayapó) se tornou cooficial no município de São Félix do Xingu, Pará, há notório interesse de seus falantes em promover sua implementação, demandando para tanto, entre outras medidas, o ensino de sua língua nas escolas municipais da rede pública. Buscamos aqui contribuir para concretizar esse anseio do povo Mebêngôkre, colocando nossos achados a serviço da confecção de materiais de apoio e de referência para o ensino da gramática da língua Kayapó.

Como primeiro passo nessa direção, elaboramos uma proposta de atividade (sequência didática) para as aulas de Mebêngôkre (Kayapó), visando conscientizar os próprios falantes sobre as diferenças existentes entre as classes acionais na língua, das quais eles já têm intuição, como nativos, mas sobre as quais provavelmente não tinham refletido, e, portanto, para as quais ainda não dispõem de uma sistematização descritiva, nem de metalinguagem própria. O público-alvo primário são os falantes nativos que frequentam as escolas indígenas do município, mas os Planos de Aula podem servir também aos não-falantes que porventura desejem conhecer mais sobre a língua e participar do processo de aprendizado. Os alunos do Ensino Médio, em geral, são bilíngues (Kayapó-português) e poderão compreender as informações apresentadas pelo(a) professor(a) em português, para então, realizarem as traduções correspondentes dos termos para o Kayapó. Esse pode ser um caminho para a geração de uma metalinguagem própria, criada pelos professores indígenas durante a interação com seus alunos, e aplicável depois à elaboração de novos materiais que versem sobre a gramática Mebêngôkre. Os conceitos de classes acionais são certamente novidade para a comunidade, que pode vir a se apropriar deles a partir do exercício de atividades como essas.

PLANO DE AULA: ATIVIDADE DIDÁTICA (Sequência didática)

Público-alvo: alunos(as) do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano)

Duração: três seções (aulas) de 90 minutos

Objetivos de aprendizagem:

- Observar as diferentes formas oferecidas pela gramática da língua para descrever as eventualidades;

- Sistematizá-las em classes gerais (estados, atividades, *accomplishments*, *achievements*);
- Identificar as classes aspectuais de acordo com as características gramaticais da sentença em uso;
- Verificar as possíveis combinações entre classes acionais e modificadores adverbiais;
- Sistematizar as combinações permitidas pela gramática;
- Refletir sobre os motivos semânticos e lógicos para as combinações interditas ou para as alterações de interpretação;
- Utilizar o licenciamento dos modificadores adverbiais nas sentenças como diagnóstico para a identificação das classes acionais dos sintagmas verbais da língua.

Recursos: Quadro branco, pincel, fotografias, ilustrações, objetos em sala de aula.

(Observação: gravuras e fotografias ou filmes (por celular) serão usados para apresentar eventos que serão descritos; se não houver disponibilidade desses materiais, desenhos feitos na lousa, narrativas verbais e mesmo uma encenação teatral de acontecimentos por parte dos alunos podem cumprir a mesma finalidade.)

Perfil do docente:

- Um(a) professor(a) indígena, bilíngue (Kayapó-português), com algumas noções de análise linguística (adquirida, por exemplo, na leitura prévia deste artigo).
- Alternativamente, um professor não-falante nativo de Kayapó, com conhecimentos básicos sobre a língua e noções de análise linguística pode conduzir as atividades propostas com o auxílio de um bilíngue Kayapó-português.

Metodologia: promover a elicitação controlada entre falantes nativos da língua; trabalhar a partir da intuição dos falantes nativos, com testes de aceitabilidade/ gramaticalidade, testes de veracidade e testes de felicidade; estimular generalizações e formulação de regras a partir da observação de dados positivos e negativos; revisar as hipóteses e regras propostas por meio da sua aplicação a dados, fazendo os devidos ajustes nos pontos necessários.

É importante que o(a) professor(a) explique que não se trata de avaliar o aproveitamento de conhecimentos prévios passados pela escola, mas de acessar os saberes naturais dos falantes sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) para construir a descrição e a análise de um componente da sua gramática. É válido também lembrar que há diferenças e semelhanças entre as gramáticas das diversas línguas, e que nenhuma língua é melhor nem pior que a outra, mas que a variedade linguística é uma riqueza humana. É interessante comparar como faz o português com como faz o Kayapó, para descobrir semelhanças e dessemelhanças, mas não se pode querer que duas línguas façam tudo igual: a diversidade é natural e é bonita.

Avaliação da efetividade das atividades: ao final de cada aula, o professor resume a sistematização feita ali e propõe a análise de novos dados linguísticos, para averiguar se a descrição e a análise resultantes da atividade estão empiricamente adequadas.

A - PRIMEIRA AULA (90min) – primeiro desenho motivado das diferenças semânticas entre as classes acionais

As atividades desta aula têm o objetivo de mostrar como a forma linguística de codificar um evento em sintagmas verbais permite classificar os eventos segundo algumas características em comum ao grupo.

A partir de algumas cenas ou cenários, retiradas de uma narrativa, de vídeos ou de fotografias/desenhos ou de enquetes teatrais previamente selecionados, eventualidades do cotidiano Mebêngôkre representativos das quatro classes acionais são apresentadas aos alunos(as). Pede-se que eles descrevam verbalmente aquilo que ocorre nas imagens/nas cenas. Algumas das sentenças (as mais modelares, mais típicas de cada uma das classes acionais) são anotadas no quadro.

Por exemplo: a fotografia de uma pessoa na margem do rio e a pergunta correspondente em Kayapó – Onde ele está? O que ele está fazendo? Os alunos(as) devem responder na língua Mebêngôkre.

Depois de escrever no quadro as sentenças pronunciadas, o(a) professor(a) identifica aquelas que apresentam características de estado. A seguir, o(a) professor(a) incentiva a reflexão dos docentes sobre o que distingue essas sentenças das demais. (O propósito é levar os alunos a refletirem sobre as diferenças entre um estado de coisas e uma mudança de estado).

Uma das estratégias possíveis é perguntar quais sentenças em Mebêngôkre funcionam como boas respostas às perguntas e quais não:

(i) O que fulano (a pessoa ou o animal que aparece na imagem ou narrativa) está fazendo neste momento? (só sentenças de mudança de estado, como atividades, *achievements* e *accomplishments* dão boas respostas a estas perguntas)

(ii) Como fulano (a pessoa ou o animal que aparece na imagem ou narrativa) é? (Aqui, um jogo de memória ou de associação entre imagens de animais, plantas, pessoas conhecidas e descrições verbais pode ser conduzido. Por exemplo, um ou dois alunos veem escondido a figura de um cachorro, fora da vista dos demais, e ambos descrevem em sentenças o animal, sem dizer seu nome (Ele late, ele persegue pássaros, ele tem duas orelhas, ele tem rabo etc.) até que o resto da sala adivinhe de que animal, planta, lugar ou pessoa se está falando. Quem adivinhar primeiro ganha o jogo. Se for a foto de alguém, a descrição pode ir nesta direção: Ele é irmão de fulano, ele tem tantos anos, ele é alto, ele é professor etc. Se a imagem for de um lugar, a descrição pode ir nesta direção: esse lugar é bonito, esse lugar é perto daqui, esse lugar tem árvores etc. O estímulo aqui é para a descrição de características inerentes e permanentes, para que se obtenham estados *Individual Level*.

(iii) Como fulano (a pessoa ou o animal que aparece na imagem ou narrativa) está? Também pode ser conduzido como um jogo de memória ou de associação entre imagens de animais, plantas, pessoas conhecidas e descrições verbais. Ou apontando para alguém ou para algum objeto presente. Por exemplo, um aluno designa em segredo um livro colocado debaixo de uma cadeira a outro aluno, e ambos descrevem em sentenças sua situação: ele está fora do lugar normal, ele está aberto/fechado, ele está no meio da sala etc., sem dizer seu nome; o primeiro colega que adivinhar de que objeto eles estão falando ganha o jogo. Se for um alimento, eles podem dizer: está gostoso, está sem sal, está doce, está maduro (se for fruta), está bem cozido/cru etc. Se estiverem falando de alguém, a descrição pode ir nesta direção: Ele está de pé/sentado, ele está perto da porta/perto de fulano, ele está com fome/frio etc. Se a imagem for de uma cena, a descrição pode ir nesta direção: ali o céu é azul, ali faz calor, ali as árvores estão floridas etc. O estímulo aqui é para a descrição de características passageiras e transitórias, para que se obtenham estados *Stage Level*.

(iv) Instruir os meninos a que ajam de certo modo, dando ordens performativas: Saiam da sala, Entrem na sala, Sentem-se, Levantem-se, Durmam, Acordem etc. (usar verbos atividades, *achievements* e *accomplishments*). Em seguida, pedir que uns deem instruções a outros usando os verbos elicitados em (ii) e (iii). Verbos de estado não são felizes com imperativos ou usados instruções para se agir assim ou assado (#Saiba português! #Esteja madura (dito a uma fruta)! #Seja longe daqui (sobre um lugar)!)

Realizada essa etapa, o docente explica as propriedades de um estado, através dos exemplos apresentados pelos discentes. Fazer notar que: estados mostram propriedades de objetos, lugares ou pessoas, sem indicarem quando elas começaram a valer ou quando desaparecem. Uma parte dos estados pode mudar (se chover ou anoitecer, o céu deixa de estar azul; se uma pessoa se levantar, deixará de estar sentada; se alguém mudar o livro de lugar, ele deixa de estar sobre a mesa do professor etc.), mas outra parte dos estados nunca muda (quem é do povo nunca deixará de ser um Mebêngôkre; uma maçã nunca deixará de ser uma fruta; o açúcar nunca deixará de ser doce, o sal de ser salgado, o centro da cidade nunca deixará de estar a tantos quilômetros da aldeia etc.).

Para as atividades, algumas perguntas podem ser elaboradas em Mebêngôkre para a identificação de funções/papeis sociais, obrigações/tarefas profissionais e rotinas cotidianas, como: aqui na aldeia, mulheres fazem as mesmas coisas que os homens? O que as mulheres fazem (e os homens não)? O que os homens fazem (e as mulheres não)? O que faz um cacique? O que faz um pajé? O que faz um professor? O que faz um médico? Qual é a primeira coisa que você faz todos os dias quando acorda? E depois? E depois? (ir elencando as atividades diárias, até a hora de a pessoa se recolher para dormir).

Realizada essa etapa, o professor(a) identifica as características de classe aspectual e apresenta aos alunos(as). Atividades têm um momento inicial intrínseco, mas não têm um ponto de culminância intrínseco. Para deixar isso claro, o professor pode comparar o tempo pelo qual cada pessoa presente dormiu na noite passada, quanto tempo cada um gastou no último banho, quanto tempo cada um ficou pescando etc. Além de comentar sobre a variação de duração de uma pessoa para outra, pode

perguntar: se você quisesse, poderia ter dormido mais/ ter ficado mais tempo no banho? E discutir que tomar banho (de rio ou chuveiro), dormir etc. não tem um final padrão.

B - SEGUNDA AULA (90min) – segundo desenho motivado das diferenças semânticas entre as classes acionais, para completar o quadro

O professor recorda as diferenças entre estados e "verbos de ação", resgatando pontos vistos na aula anterior. Lembra que estados têm necessariamente um começo (se Tàkàkkudjô caiu no sono às 21h54, às 21h53 ele ainda não estava dormindo), mas não um ponto final (se os latidos do cachorro acordaram Tàkàkkudjô às 4h30, caso os cachorros não tivessem latido nada impediria que ele dormisse mais, por exemplo, até as 7h).

Para introduzir os *accomplishments*, vale propor um experimento prático, como mostrar uma fruta qualquer e instruir um dos alunos para comer essa fruta enquanto os outros observam. Marcar bem o momento em que o aluno começa a comer a fruta e o momento em que acaba. Não dá para esticar mais um *accomplishment*, embora dê para esticar um evento de atividade como nadar, tomar banho ou caminhar. Quando o aluno já tiver comido a fruta inteira, perguntar aos demais se ele pode ou não continuar comendo aquela mesma fruta, e por quê. (A ideia é que vejam que a fruta não existe mais para ser comida: quando ela acaba, o evento de comê-la termina). O professor também pode encomendar a alunos diferentes desenhos diversos (o rosto de certa pessoa, um cachorro, um peixe, um círculo), marcar a hora do início do desenho e perguntar, durante o processo, se já existe o rosto, o cachorro, o peixe ou o círculo no papel (ou no quadro). A ideia é que meio cachorro ainda não é um cachorro, nem meio círculo é ainda um círculo. Ao final do desenho, o professor pergunta de novo se eles já têm ali um cachorro ou o peixe ou o círculo. (A ideia é que sim, que eles reconheçam o referente do desenho pronto.) Então ele pergunta por que o desenhista parou de fazer o desenho. (A ideia é que os alunos percebam que é porque a figura está pronta.) (Alternativamente, o próprio professor pode fazer o desenho no quadro, observado pelos alunos, e ir fazendo as perguntas).

Caso os alunos percebam que a mesma sentença (sem mudança de forma) pode ser usada para expressar uma atividade ou um *accomplishment*, o professor pode pedir sugestões de como deixar mais clara a natureza do evento descrito. Algumas estratégias podem ser utilizadas para diferenciar essa classe acional das atividades, como a utilização de contextos, pronomes demonstrativos ou quantificadores. Por exemplo: 'As mulheres ralaram a mandioca que estava na cesta', 'O cacique fez uma borduna para usar na Semana dos Povos Indígenas', 'As crianças comeram todo o bolo da festa' etc. São formas de motivar os(as) alunos(as) na produção de sentenças que denotem a classe aspectual almejada.

Já para a produção motivada dos *achievements*, podem ser trazidas à conversa fatos das vidas dos alunos como 'Você nasceu em 28 de janeiro de 2009', 'Seu avô morreu ano passado', 'O professor chegou' etc. Podem ser descritos ainda eventos que fazem parte do dia a dia na comunidade e expressam acontecimentos instantâneos, sem intervalos de tempo. O professor também pode instruir os alunos para que performem algumas ações dessa natureza. Por exemplo, pode pedir a um

aluno para sair da sala e escrever no quadro 'Ele saiu da sala'. Pode perguntar então se o aluno está na sala (depois da saída) e se estava na sala (antes da saída). E indagar se tem diferença (intervalo temporal) entre o momento em que a saída começou e o momento em que a saída acabou. (A ideia aqui é levar a perceber que *achievements* são instantâneos, diferentemente de *accomplishments*, que têm duração interna). Depois, o professor pode pedir ao mesmo aluno para entrar na sala, e repetir o mesmo procedimento: perguntar se ele está fora da sala após entrar, se estava fora da sala antes de entrar, quando isso mudou etc. Muitos *achievements* são possíveis de executar em sala: "Ele saiu", "Ele entrou", "Ele chegou", "O livro caiu no chão", "Ele ganhou a eleição (de aluno mais simpático da turma)", "Ela bateu o pé no chão", "O telefone tocou na aula" etc.

Ao final desse encontro, o professor sistematiza as características das quatro classes acionais: estados, atividades, *accomplishments* e *achievements.*

C - TERCEIRA AULA (90min) – identificação das diferenças entre as classes acionais gramaticalizadas pela língua

Nessa etapa, exemplos de sentenças identificadas como pertencentes a cada uma das classes acionais, são listadas no quadro e, ao lado, é feita uma tabela com os modificadores adverbiais. Os(as) alunos(as) irão associar cada modificador com os exemplos listados e verificar, primeiro, se a combinação é aceita; depois, se a posição sintática se mantém para dado advérbio no conjunto das classes acionais ou não; e, por fim, se a interpretação do advérbio se mantém, ou qual é o sentido produzido pelo advérbio com cada classe acional. Alguns dos alunos devem ser indicados para registrar (em gravação de voz ou por escrito) os julgamentos do grupo da classe. Ao realizar esta etapa, o(a) docente deve sempre suprir um contexto de uso para a sentença. Ao final, a classe deve ter uma gramática, ou seja, uma explicação, verbalizada em gravação ou escrita, na forma de um conjunto de instruções que expliquem, dando sentenças como exemplos, a quem não conhece a língua Kayapó mas está querendo aprender como usar os modificadores adverbiais, de acordo com sua distribuição e interpretação nas classes acionais.

Essa atividade pode se estender por mais tempo, se o professor assim desejar, ou ser feita apenas com uma parte dos modificadores adverbiais examinados no presente estudo.

Esperamos que esses recursos permitam uma dinâmica em sala de aula que favoreça a identificação dos mecanismos utilizados pela língua para expressar as classes acionais de eventualidades. Esperamos também que o trabalho de sistematização das próprias intuições por meio de licitação controlada permita aos Mebêngôkre construir sua própria metalinguagem para os fatos gramaticais, para que possam ir se apropriando dos conhecimentos linguísticos a respeito de sua língua materna.

5. Considerações finais

Os resultados da pesquisa demonstram que a língua Mebêngôkre (Kayapó) distingue gramaticalmente as quatro classes acionais propostas por Vendler (1957): estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*, confirmando a hipótese de que tais distinções constituem um

universal semântico e estendendo essa evidência a uma língua de tronco Macro-Jê, com estrutura gramatical significativamente distinta das línguas românicas e germânicas tradicionalmente estudadas. O estudo contribui com a identificação de correlatos em Kayapó para os principais modificadores adverbiais usados como diagnósticos de classes aspectuais; com a descrição de seu comportamento de acordo com a distribuição e interpretação, revelando restrições e ambiguidades análogas às descritas para o português brasileiro; e a proposição de uma sequência didática inédita para o ensino dessas distinções na educação escolar indígena, alinhada ao contexto de cooficialização da língua em São Félix do Xingu (PA). Como lacunas a serem preenchidas, há a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre o comportamento dos modificadores apresentados e a realização de testes com outros falantes, como mulheres e crianças monolíngues. Futuras pesquisas poderão ampliar o banco de dados e refinar a análise, contribuindo para a descrição do Mebêngôkre e para a validação de universais semânticos em línguas indígenas brasileiras.

Abreviaturas

1 – primeira pessoa singular
2 – segunda pessoa singular
3 – terceira pessoa
3Ref – referência de terceira pessoa
Cont - contínuo
Dem - demonstrativo
Fem - feminino
Hum - humano
3-essivo – terceira pessoa - essivo
Int - interrogativo
Loc - locativo
mr – marcador
ms – mesmo sujeito
Nfut – não futuro
Nlz - nominalizador
Pos - posicional
v. – verbo
Conj – conjunção
aux - auxiliar

Referências

CARLSON, Gregory. *Reference to kinds in English*. 1977. 311 f. Tese (Doutorado em Linguística). University of Massachusetts, Amherst, 1977.

GOMES, Ana Paula Quadros. *Análise Semântica de Fenômenos do Português do Brasil (PB)*. Material da Disciplina de Semântica. UFRJ, 2019.

GOMES, Ana Paula Quadros; SANCHEZ-MENDES, Luciana. *Para conhecer semântica*. São Paulo: Contexto, 2018. 208p. : il. (Para conhecer)

MENDONÇA JUNIOR, Clédson. *Aspecto Lexical na Língua Mebêngôkre (Kayapó):* estudo com indígenas em trânsito pela cidade de São Félix do Xingu - PA. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MENDONÇA JUNIOR, Clédson. *O Aspecto Gramatical na língua Mebêngôkre (Kayapó)*: uma investigação no quadro da Semântica Formal. SciELO Preprints, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8087. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8087. Acesso em: 1 maio. 2026.

MENDONÇA JUNIOR, Clédson. *(Im)perfectividade em Mebêngôkre (Kayapó)*. 2024. 109f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Rio de Janeiro, 2024.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. *A quantificação adverbial em Karitiana*. 2009. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. Trabalho de campo para análise linguística em Semântica Formal. *Revista Letras*, Curitiba, n. 90, p. 277-293, jul./dez. 2014.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei n.º 571/2019, de 13 de novembro de 2019. *Dispõe sobre a cooficialização da língua Mebêngôkre (Kayapó) no Município de São Félix do Xingu - PA*. São Félix do Xingu: Câmara Municipal, 2019. Disponível em: https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS_571_2019_0000002.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

THOMSON, Ruth. O Alfabeto Kayapó - *Explicação e Aplicação Didática nos Livros de Apoio.* SIL, São Félix do Xingu, 2004.

VAN VALIN, Robert D. Some universals of Verb semantics. *In*: Mairal R, Gil J, eds. *Linguistic Universals*. Cambridge University Press; 2006, pp. 155-178.

VENDLER, Zeno. Verbs and times. *The Philosophical Review,* v. 66, n. 2, pp. 143-160, 1957.

VON FINTEL, Kai; MATTHEWSON, Lisa. Universals in semantics. *The Linguistic Review*, v. 25, n. 1-2, pp. 139-201, 2008. DOI: https://doi.org/10.1515/TLIR.2008.004.

WACHOWICZ, Teresa Cristina; FOLTRAN, Maria José. Sobre a noção de aspecto. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 48, n. 2, pp. 211-232, 2011. DOI: 10.20396/cel.v48i2.8637179. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637179. Acesso em: 28 maio. 2025.